

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**REMEMORAÇÃO/COMEMORAÇÃO: PRÁTICA
DISCURSIVA DE CONSTITUIÇÃO DE UM
IMAGINÁRIO URBANO**

TESE DE DOUTORADO

MARIA CLECI VENTURINI

**Santa Maria
2008**

REMEMORAÇÃO/COMEMORAÇÃO: PRÁTICA DISCURSIVA DE CONSTITUIÇÃO DE UM IMAGINÁRIO URBANO

Por

Maria Cleci Venturini

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Letras.**

Orientadora: Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer

**Santa Maria
2008**

V469r Venturini, Maria Cleci

Rememoração/comemoração : prática discursiva de constituição de um imaginário urbano / Maria Cleci Venturini. – 2008.

235 f. : il. color. ; 30 cm + 01 DVD.

Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa

Maria, 2008.

Orientação: Prof^ª. Dr. Amanda Eloina Scherer.

Acompanha 01 DVD com anexos.

1. Prática discursiva. 2. Análise do discurso. 3. Imaginário urbano.
4. Memória coletiva. I. Scherer, Amanda Eloina, orientadora. II. Título.

CDU 801

Catálogo: bibliotecária Daiane Citadin Raupp - CRB 10/1637

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

**REMEMORAÇÃO/COMEMORAÇÃO: PRÁTICA DISCURSIVA
DE CONSTITUIÇÃO DE UM IMAGINÁRIO URBANO**

elaborada por
Maria Cleci Venturini

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutor em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof.^a Dr. Mónica Graciela Zoppi-Fontana (UNICAMP)

Prof.^a Dr. Carme Regina Schons (UPF)

Prof.^a Dr. Elisabeth Fontoura Dorneles (UNICRUZ)

Prof.^a Dr. Verli Fátima Petri da Silveira (UFSM)

Santa Maria, 02 de junho de 2008.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dr. *Amanda Eloina Scherer*, pela equilibrada orientação, pelas incansáveis leituras, pela inestimável compreensão nos momentos difíceis, pelas fortalecedoras palavras de incentivo, pela absoluta disponibilidade, pelo exemplo de profissional que é, pelo carinho e amizade que me dedicou, enfim, por tudo;

Ao PROCAD/CAPES por ter me concedido seis meses de bolsa na UNICAMP;

À Fundação Érico Verissimo, à Unicruz, ao Poder Público Municipal de Cruz Alta, à Agência de Publicidade e Propaganda de Cruz Alta – NPC; por disponibilizarem documentos e informações;

Aos *professores do PPGL*, com os quais muito aprendi;

Aos professores da UNICAMP: Mónica Zoppi-Fontana, Suzy Lagazzi e Eduardo Guimarães pelas aulas e pela acolhida;

À *Irene* e ao *Jandir*, secretários do PPGL, pela seriedade do trabalho que realizam;

Às *amigas* que fizeram do Curso de Doutorado um espaço de profícuas reflexões intercaladas por momentos alegres e descontínuos, em especial à *Themis*, companheira de todas as horas; à Verli Petri da Silveira; à Rejane Arce Vargas, à Michele Schimitt, à Marluza da Rosa;

Aos colegas da *Unicruz*, Antônio Escandiel dos Santos e Vaima Lemos e da *Unicentro*, por compartilharem desta caminhada tão importante;

À Bety, dedicada professora de Francês, Lídia, Célia Bassuma, Ari, Edgar e Raquel, pela força e amizade nas horas difíceis;

Ao meu irmão Gilmar de Azevedo pelo apoio e pelo carinho de sempre.

Ao esposo *Alberto*, às filhas *Ana Rosa* e *Aline*, por respeitarem as ausências e acreditarem sempre nesta conquista;

Enfim, a todos que acreditam que se qualificar “vale a pena”.

Uma geração vai, e outra geração vem:
Porém a terra para sempre permanece
E nasce o sol, e põe-se o sol,
E volta ao seu lugar donde nasceu.
O vento vai para o sul, e faz o seu giro para o
Norte; continuamente vai girando
O vento, e volta fazendo circuitos.
(Eclesiastes – 1, 4-6)

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

REMEMORAÇÃO/COMEMORAÇÃO: PRÁTICA DISCURSIVA DE CONSTITUIÇÃO DE UM IMAGINÁRIO URBANO

AUTOR: MARIA CLECI VENTURINI
ORIENTADOR: PROF.^a DR. AMANDA ELOINA SCHERER
Santa Maria, 31 de março de 2008.

O tema desta investigação é “rememoração/comemoração e imaginário urbano”. Buscamos sustentação nos domínios teóricos da História e da Antropologia e deslocamos a noção de comemoração para o funcionamento na análise discursiva. Refletimos acerca da rememoração e da comemoração, definindo as duas noções separadamente. A rememoração, de um lado, como o discurso *de*, que funciona como interdiscurso e que pelo funcionamento do pré-construído, legitima e sustenta a comemoração. E de outro, a comemoração como o discurso *sobre* – a atualidade. A rememoração/comemoração, juntas, constituem o intradiscurso – fio do discurso do sujeito - como efeito do interdiscurso sobre si mesmo. A rememoração – eixo vertical – tem dois funcionamentos: como memória e como texto fundante. Dividimos o corpus discursivo a partir dos procedimentos de “fazer crer”, de De Certeau (1994) e do *lugar de memória*, noção desenvolvida por Nora (1984) e que na ordem do discurso se constitui, de acordo com Courtine (2006), como um sistema de arquivo, uma rede de formulações a partir da qual retornam enunciados que atualizam os dizeres e saberes de uma FD. A rememoração/comemoração é o *lugar de memória* desse discurso e estrutura-se por quatro instituições da cidade: a Fundação Érico Veríssimo, que organiza a memória discursiva e determina o que deve ser visibilizado e o que deve ser apagado; a Unicruz (Fundação Universidade de Cruz Alta); o Poder Público Municipal e a Mídia. O imaginário urbano de que tratamos é Cruz Alta, cidade do interior do Rio Grande do Sul, que se representa para dentro e para fora de seus limites como a “*terra de Érico Veríssimo*”. O escritor é o objeto de rememoração/comemoração e se constitui como o *objeto a* (causa do desejo) e o *objeto do desejo* (o objeto desejado) e se materializa no fio do discurso pela perspectiva do sujeito desejante. Duas questões sustentam nossa reflexão: a primeira é *Como o objeto de rememoração/comemoração se constitui no espaço urbano?* E a segunda: *Que domínios de memória funcionam nesse discurso?* O *corpus* de arquivo abrange um espaço temporal que vai de 1969 a 2006. Dele recortamos textos – exemplares do discurso – a partir de lugares, que se constituem a partir do museu. Delimitamos quatro lugares: O museu, a Unicruz, o Poder Público Municipal e a Mídia. Trabalhamos com um corpus complexo, que se constitui de diferentes materialidades discursivas: documentário (dois), *outdoors*, placas e peças publicitárias que se materializam no fio do discurso por enunciados verbais e não-verbais. As análises apontaram o esforço de instituições urbanas de Cruz Alta em dar visibilidade ao objeto de rememoração/comemoração: Érico Veríssimo.

Palavras-chave: rememoração/comemoração; prática discursiva; imaginário urbano; lugar de memória; sujeito desejante.

ABSTRACT

Doctorate Thesis
Programa de Pós-graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

REMEMORATION/COMMEMORATION: DISCURSIVE PRACTICE OF AN URBAN IMAGINARY CONSTITUTION

AUTHOR: MARIA CLECI VENTURINI
ADVISER: DR. AMANDA ELOINA SCHERER
Santa Maria, March 31, 2008.

The theme of this investigation explores “rememoration/commemoration and urban imaginary”. This study is grounded on the theoretical domains of History and Anthropology and the dislocation of the notion of commemoration to the discourse analysis operation. Therefore, the two notions are defined separately. The rememoration, on the one hand, as a discourse *of*, which operates as inter-discourse and the operation of the pre-constructed, legitimates and supports the commemoration. On the other hand, the commemoration as a discourse *about* – is related to the present time. The rememoration/commemoration together constitute the intra-discourse – the line of the subject’s discourse – as an effect of the inter-discourse about itself. The rememoration – vertical axle – has two operations: as memory and as founding text. We divided the discursive corpus based on memory place, notion developed by Nora (1984) and which in the discursive order is constituted, according to Courtine (2006), as a file system, a net of formulations from which return statements that update the speeches and knowledge of a discursive formation. The rememoration/commemoration is a place of memory of this discourse and is structured in four instances, represented by the urban institutions: the Érico Verissimo Foundation, which organizes the discursive memory and, determines what has to be observed and what has to be erased; the UNICRUZ (Foundation of Cruz Alta University); the municipal government, and the media. The urban imaginary refers to Cruz Alta, city located in the inland of Rio Grande do Sul state, which is represented in the inner and outer boundaries as “Érico Verissimo’s land”. The writer is the object of rememoration/commemoration and constitutes himself as the object to (cause of willingness) and the object of willingness (the object of this willingness) and he materializes himself in the line of the discourse by the willingness subject perspective. Two questions support our reflection: the first one is *How the object of rememoration/commemoration is constituted in urban space?* And the second one: *which memory’s domains operate in this discourse?* Our aim is to know how the discourse of rememoration/commemoration as discursive practice of an urban imaginary constitution is represented and institutionalized. The *corpus* of this file comprehends the period from 1969 to 2006. There from we set apart texts – samples of discourse – from the instances of delimited place of memory. We analyzed a complex corpus, which is constituted of varied discursive materialities: documentaries (two), billboards, signs and advertisement, which are materialized in the line of discourse by verbal and non-verbal statements. The analyses show, briefly, the effort of the urban institutions of Cruz Alta in providing visibility to object of rememoration/commemoration: Érico Verissimo.

Keywords: rememoration/commemoration; discursive practice; urban imaginary; place of memory; willingness subject.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Folder de divulgação do museu - 2005.....	27
Figura 2	Texto que circulou em Cruz Alta no coletivo urbano da Empresa Nossa Senhora de Fátima - 2005.....	88
Figura 3	Monumento “A Lenda da Panelinha” - Cruz Alta - 2008.....	150
Figura 4	Fotografia da placa que se encontra na entrada da cidade de Cruz Alta - 2004.....	154
Figura 5	Documento da família Verissimo dirigido ao administrador do museu.....	166
Figura 6	Peça publicitária divulgada no aniversário de Cruz Alta - 2004.....	175
Figura 7	Érico Verissimo - um século de história - 2005.....	182
Figura 8	Placa colocada em frente ao Museu - 2005.....	185
Figura 9	O mesmo lugar - frente do museu - 2008.....	185
Figura 10	Divulgação do museu pela UNICRUZ e Fundação Érico Verissimo.....	188
Figura 11	Ônibus que circula pela cidade e continua circulando - 2005.....	194
Figura 12	Portal da Prefeitura Municipal de Cruz Alta - 2006.....	194
Figura 13	Peça publicitária desenvolvida pela agência NPC, de Cruz Alta, para divulgar a coleção de relógios Guitel.....	204
Figura 14	Peça gráfica criada pela Agência de Publicidade NPC, de Cruz Alta, para divulgar a XI Coxilha Nativista - 1991.....	208
Figura 15	Divulgação da TV por assinatura em Cruz Alta, veiculada em 1994.....	211
Figura 16	Texto veiculado no jornal - aniversário de Cruz Alta - 2006.....	214
Figura 17	Érico Verissimo na Fenatrigo em Cruz Alta - 1971.....	226

LISTA DE ANEXOS

encartados no DVD

ANEXO 01	Vídeo 'A casa perdida e a casa reconquistada' (Inauguração do museu).....	235
ANEXO 02	Vídeos 'A casa conquistada' e a 'Volta à Cruz Alta'	235
ANEXO 03	Vídeo 'Museu Érico Veríssimo'.....	235
ANEXO 04	Vídeo 'Apresentação do Museu'.....	235
ANEXO 05	Vídeo 'Cruz Alta hoje'.....	235

SUMÁRIO

PRÓLOGO

A Cruz Alta de Érico Verissimo: um lugar fora do tempo e fora do espaço.....	15
--	----

INTRODUÇÃO.....	21
-----------------	----

PRIMEIRA PARTE

REMEMORAR/COMEMORAR: RELAÇÕES E FILIAÇÕES TEÓRICAS.....	27
---	----

1 Delimitando territórios e abrangências.....	28
--	-----------

1.1 Primeiras palavras.....	28
-----------------------------	----

1.2 Apresentação do tema.....	29
-------------------------------	----

1.3 Delimitação do tema e constituição de arquivo.....	35
--	----

2 Rememoração/comemoração: deslocamentos.....	42
--	-----------

2.1 Rememoração: espaço discursivo.....	43
---	----

2.2 Comemoração: tensão entre o estratégico e o simbólico.....	47
--	----

2.3 Lugar de memória.....	57
---------------------------	----

2.4 Lugar de memória e lugar da história.....	61
---	----

2.5 Rememoração/comemoração: discurso <i>de</i> e discurso <i>sobre</i>	63
---	----

2.5.1 Rememoração: discurso <i>de</i>	63
---	----

2.5.2 Comemoração: discurso <i>sobre</i>	65
--	----

3 Entre a memória e a história: a rememoração/comemoração.....	71
---	-----------

3.1 História e Memória.....	73
-----------------------------	----

3.2 O funcionamento discursivo da memória pela história.....	78
--	----

3.3 Sujeito porta-voz.....	81
----------------------------	----

3.4 Funcionamento da memória discursiva.....	83
--	----

3.5 Encerrando a primeira parte.....	85
--------------------------------------	----

SEGUNDA PARTE

O IMAGINÁRIO URBANO: ENTRE A RECORDAÇÃO E A CELEBRAÇÃO	88
--	----

1 Materialidades do discursivo: a língua na história.....	89
--	-----------

1.1 Primeiras palavras.....	89
-----------------------------	----

1.2 Práticas discursivas: rede conceitual.....	92
--	----

1.3 Categorias do interdiscurso: pré-construído e intradiscurso.....	95
--	----

1.4 Sujeito e discurso: modalidades de identificação.....	98
---	----

2 O funcionamento do sujeito e a relação real e imaginário.....	101
--	------------

2.1 Real/realidade, sujeito/eu, simbólico/imaginário.....	103
---	-----

2.2 Sujeito desejanste: o desejo de <i>ser igual a ou semelhante a</i>	105
--	-----

3 Materialidades não-verbais: diferenças e aproximações.....	109
---	------------

3.1 Discurso e funcionamento do enunciado-imagem.....	109
---	-----

3.2 A constituição do sentido dos textos não-verbais.....	114
---	-----

4 O imaginário urbano: condições sócio-históricas.....	117
---	------------

4.1 Imaginário urbano e discurso da cidade.....	117
4.2 Textualidades constitutivas do discurso urbano.....	120
4.2.1 O Público e o Privado no discurso urbano.....	123
4.2.2 Cruz Alta e Érico Verissimo.....	126
4.2.3 Constituição do sujeito imaginário	128
4.2.4 Discurso de rememoração/comemoração no espaço urbano.....	131
4.3 Discurso linear e memória saturada.....	137
5 Procedimentos metodológicos.....	141
5.1 Marcando posições.....	141
5.2 Encaminhando os procedimentos metodológicos.....	144
5.3 Conjuntos de textos e questões de pesquisa.....	146
5.4 Encerrando a segunda parte.....	148
<u>TERCEIRA PARTE</u>	
REMEMORAÇÃO/COMEMORAÇÃO: LUGAR DE MEMÓRIA.....	150
1 Rememoração/comemoração: procedimentos de fazer-criar.....	151
1.1 Primeiras palavras.....	151
1.2 A visibilidade material do discurso urbano.....	152
2 Lugar da organização e repetição de traços de identificação.....	158
2.1 Museu: representação do lugar de memória.....	158
2.2 A organização dos saberes da rememoração/comemoração.....	165
3 Processo de identificação: entre o mesmo e o diferente.....	174
3.1 Relação cultura e herança.....	174
3.2 Érico em cena: o escritor.....	182
3.3 A presença e a ausência no mesmo lugar.....	185
3.4 Patrimônio: recordação e preservação.....	188
3.5 Unicruz: um espaço de lugar de memória.....	191
4 Efeito de espelhamento e imaginário urbano.....	194
4.1 O homem do espelho vai às vilas.....	195
4.2 Na casa do povo: o contador de histórias.....	199
4.3 O funcionamento da Mídia.....	202
4.3.1 Discurso transversal: O tempo e o Vento	204
4.3.2 Redes parafrásticas: traços de pertencimento e de identificação	208
4.3.3 Érico Verissimo/Cruz Alta: NET.....	211
4.3.4 A história e a memória.....	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	218
POST-SCRIPTUM	
Cruz Alta hoje: no tempo de Érico Verissimo.....	224
REFERÊNCIAS.....	227
ANEXOS.....	234

PRÓLOGO

A CRUZ ALTA DE ÉRICO VERISSIMO: UM LUGAR FORA DO TEMPO E DO ESPAÇO¹

Érico Verissimo encontra-se com seu amigo mais íntimo todas as manhãs em frente ao espelho do quarto de banho na hora onírica em que se barbeia. Estabelece com ele *diálogos mudos, numa linguagem misteriosa feita de imagens, ecos de vozes, alheias (ou deles), antigas ou recentes, relâmpagos súbitos que iluminam faces e fatos, remotos ou próximos, nos corredores do passado – e, às vezes, inexplicavelmente, do futuro – enfim, uma conversa que, quando analisamos os sonhos da noite, parece processar-se fora do tempo e do espaço*. Nesse encontro misturam-se sonhos, realidades imaginárias, recordações, enfim, a lembrança/comemoração de Érico Verissimo em torno de Cruz Alta, a terra natal, e dele mesmo, sua família, a infância e a juventude, em suma, a sua vida.

Emerge, desse encontro fora do tempo e do espaço, a cidade constituída de imagens, a partir das quais ele a descreve, às vezes suave e bela, como quando se despedia para ir estudar no Colégio Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre, em 1920. Outras, como uma cidade *encardida pela sua terra vermelha*, que ele sentia nos dedos, na face, nas folhas dos livros que manuseava, em cima das mesas, no chão sob as solas do sapato e, às vezes, dentro dele mesmo [...].

Leitores e alguns críticos de sua obra e o povo cruz-altense vêem a cidade, a família Verissimo e o sobrado como “modelos” para a obra ficcional, especialmente **O Tempo e o Vento**. Do alto de suas memórias, “o sujeito do espelho” encerra as discussões, dizendo que *crê ser necessário esclarecer que a família Cambará não é positivamente uma projeção dos Verissimo no domínio da ficção, assim como Santa*

¹ Neste prólogo, o que está grifado em itálico corresponde a excertos da narrativa autobiográfica **Solo de Clarineta I**, aos quais intercalamos nossa voz a fim de descrever a Cruz Alta imaginária de Érico Verissimo.

Fé não é uma cópia papel carbono de Cruz Alta. O próprio sobrado do seu avô Franklin não é em nada parecido com o sobrado dos Terra-Cambará.

Não nega, ao contrário, referenda Cruz Alta como o *ponto de encontro dos dois troncos, cujos ramos se uniram e, numa sucessão de enxertos e cruzas, tornaram possível o desabrochar desse espécime humano que agora o contempla, irreverente, do fundo do espelho.* Nela, destacam-se a família Verissimo e o sobrado – a casa mais imponente da cidade que abriga o casal - Dr. Franklin Verissimo da Fonseca e D. Adriana – e seus oito filhos. Ele, *cidadão conhecido pela sua generosidade, pela sua habilidade como médico e pela sua atitude paternal para com os pobres.* Ela, *dama de moral impecável, mas, para a época em que viveu, de hábitos um tanto ousados e “modernos”, pois costumava fumar cigarrilhas e escrever sonetos.*

O casal teve oito filhos: três mulheres e cinco homens. A prole se dividia em dois grupos: *os magros e esbeltos e os baixos e gordos. O temperamento dos membros do primeiro grupo podia comparar-se com uma brasa [...]. Os membros do segundo grupo, esses viviam em permanente incêndio.* Entre os homens da família Verissimo destaca-se Sebastião. É o típico filho de família tradicional de cidades pequenas: *orador aplaudido, apesar da voz fraca, sem metal, efeminada.* Vaidoso e presenteador. Tinha mania de agradar aos outros e levava isso a *extremos curiosos.* Um deles foi doar a um amigo a coleção de selos do filho Ênio. Apaixonado por ópera, *de vez em quando mandava vir a Cruz Alta, sob sua responsabilidade, companhias de operetas italianas.*

Cruz Alta era uma típica cidade do interior. Tudo era simples e cordial. A pobreza era vista como algo irrevogável. Érico Verissimo e seus amigos eram *todos mais íntimos das estrelas e da lua.* O céu era maior e estava mais perto de suas cabeças. Um hábito na cidade – *não só de Cruz Alta, é verdade, mas de quase todos os burgos do Rio Grande – era o de ficarem senhoras e senhoritas, das mais variadas idades, longo tempo debruçadas em suas janelas, “olhando o movimento da rua”.* Elas sabiam da vida de toda a cidade. O Clube Comercial era o *baluarte da burguesia local.* Um episódio ocorrido em 1913 ilustra o funcionamento da sociedade cruz-altense.

O fato ocorreu na noite de 31 de dezembro, dia e hora em que o ano de 1914 *entraria festivamente ao som de canções, gritos, vivas, abraços, beijos, frenéticos atropelos...* No momento em que os músicos fizeram uma pausa, *ouviu-se um*

tiroteio cerrado e próximo, identificado pelos entendidos como produzidos por armas de guerra. Balas começaram a zunir por cima da cabeça das pessoas na área descoberta do clube. Era o assalto ao Comercial. Por ter sido rejeitado como sócio do “baluarte da sociedade local”, um tenente arregimentou soldados da 8ª Artilharia e atacou a sociedade. Terminado o tiroteio, o tenente marchou com seus comandados até à frente do edifício como se quisesse invadir-lhe o recinto. A cidade saiu em defesa do clube, chamando-os de covardes e canalhas. O tenente foi expulso dali.

Além do clube, outros dois pontos de encontros destacam-se: a Farmácia Brasileira, de Sebastião Verissimo, e a praça no centro da cidade. A farmácia ficava a uma quadra da Praça e separava-se da casa residencial de Sebastião Verissimo – o proprietário - *por um corredor pavimentado de mosaico*. No pátio, havia mesas e cadeiras para os visitantes, que ultrapassavam a *muralha simbólica do balcão*. Agiam como se estivessem em festa permanente, ignoravam os doentes e os remédios aviados no laboratório. Sebastião portava-se sempre como um anfitrião. O tema das conversas eram os mexericos sobre o povo da cidade e sobre política. Falavam também de mulheres, principalmente *chinas, “raparigas”, pois esses eram os nomes que se davam às prostitutas*.

Uma *sala de operações e dois pavilhões* - abrigo dos recém-operados - compunham o cenário da farmácia Brasileira. Nesse ambiente, o *cômico alternava-se com o trágico, o pitoresco com o grotesco, o sonho com o pesadelo*. No pátio, contrastando com o ambiente tido como normal para uma farmácia, os bichos corriam: os cachorros andavam atrás das cadelas, os gatos atrás dos ratos e os empregados da farmácia *caçavam as criadinhos da casa. Os animais faziam amor ao ar livre, à vista de todos, ao passo que os rapazes e as raparigas escondiam-se atrás das portas ou no fundo dos porões*. A descrição desse espaço dá visibilidade às diferenças entre classes sociais e gêneros em torno do sexo em três instâncias: a dos pobres, a dos ricos e a das mulheres. A primeira assemelha-se a dos animais, a segunda é regrada, mas permissiva, podem ter uma esposa legítima e uma jovem amante e, em relação à terceira, há silêncio.

O segundo ponto de encontro era a praça central. Nela, reunia-se aos domingos a sociedade local para ouvir música, conversar e tomar cerveja. A banda de música do 8º Regimento de Infantaria dava retretas. Os membros da sociedade local usufruíam, portanto, da vida social e cultural da cidade. Freqüentavam o

cinema e as livrarias. Érico Verissimo e o sujeito do espelho faziam parte desse grupo e, por isso, rememoram a sua *“educação cinematográfica” e concluem que foi lá por 1915 que começou o seu processo de americanização naquela escola que era o Biógrafo Ideal*. De quando em quando chegavam à cidade circos mambembes. Havia também boas escolas - a Venâncio Aires - e a Aula Mista Particular da famosa professora D. Margarida Pardelhas – *inesquecível figura de educadora. Ela era uma espécie de Nêmesis, temida pelos alunos insubordinados ou vadios e respeitada e mesmo venerada pelos outros*.

Outro tempo: novo casal no sobrado - Maria Augusta Verissimo e o marido Dr. Catarino Azambuja. A farmácia Brasileira não existe mais. Novo ponto de encontro de amigos. Os tempos eram outros e o tema das conversas também. O grupo reunia-se para *ouvir pelo rádio a transmissão que a Broadcasting Municipal de Buenos Aires fazia de óperas inteiras durante a temporada lírica do teatro* e para representar cenas de “Os Maias” ou de “O Crime do Padre Amaro”. O sobrado era um mundo cultural e social dentro de outro mundo maior e excluído que o contemplava deslumbrado.

A Cruz Alta de Érico Verissimo era *uma cidade sem rios nem lagoas, plantada em cima dum coxilhão, a quase quinhentos metros acima do nível do mar e dotada de bons ares*. A Rua do Comércio era o seu eixo: *começava na frente da estação ferroviária e, indo de praça a praça, chegava até a umas ruelas baixas e esburacadas*. Dessas ruas avistavam-se suaves coxilhas, com capões azulados, *estradas e barrancos, que mais pareciam talhos – ora dum vermelho de sangue de boi, ora dum amarelo-alaranjado – abertos naquelas terras vestidas de um verde vivo e lírico*. Depois da rua principal avistavam-se outras, não pavimentadas. Dessas ruas, quando ventava, *subia uma nuvem de poeira vermelha, que deixava muros, casas e caras um tanto encardidos*.

A arquitetura da cidade era incaracterística. Sejamos francos: feia. Não possuía relíquias dos tempos coloniais porque fora fundada em 1834. O único monumento tombado pelo Serviço de Patrimônio Histórico Nacional é o portão de azulejos, em estilo colonial português, situado em certo trecho da rua principal. Distinguia-se das demais cidades pelas bandas de músicas militares e pelo fato de contar com um regimento de infantaria e outro de artilharia montada. Isso era importante para a economia e também para as famílias. Quando chegavam à cidade jovens oficiais do exército, *as moças ficavam alvorotadas, pois em sua grande*

maioria tinham fascinação pela farda. Os galãs locais eram então postos de lado [...]. A sede do município, em 1926, teria de dez a doze mil habitantes, quando muito. A gente? Acolhedora, isso sem prejuízo de seu comovente bairrismo.

Era uma comunidade típica do Planalto Médio. A população possuía uma remota origem portuguesa. Formava-se de caboclos “pêlo-duro” e de descendentes dos tropeiros paulistas que vinham de Sorocaba para comprar mulas. *O clima era frio e seco no inverno, muitos ventos, algumas visitas do minuano, hóspede nada agradável. Verões amenos, com noites perfumadas e tépidas [...]. Primavera escabelada, flores de pêssegos e de laranjeiras nos pomares, doces perfumes no ar, céus incertos, aguaceiros que não se anunciam com antecedência. [...] Érico Verissimo só veio descobrir a beleza do outono, por acaso num dia de maio e névoa dourada, nos campos do Retiro, cheirava a mel. A água que abastecia a cidade em geral era trazida às residências em pipas numa carroça puxada por matungos ou petiços. Brotava ela duma fonte límpida chamada Panelinha. Havia um ditado segundo o qual um forasteiro que bebesse dessa água ficava preso ao sortilégio da cidade.*

A lei era a dos políticos. *Às vezes tarde da noite, homens batiam à porta da farmácia [...] trazendo feridos e, sangrando, alguma vítima de capangas dos políticos. Era um feudo republicano. Não havia oposição. Havia dois tipos de recrutamento de soldados: os voluntários – aceitos sem questionamentos – e os não-voluntários, que eles agarravam à força homens entre dezoito e cinqüenta anos, que passavam a ser então conhecidos como “voluntários a maneador”. Destaca-se na cidade a rivalidade entre pica-paus (republicanos) e maragatos (federalistas). Em 1926, essa rivalidade começou a declinar, tornando possível a Frente Única três anos mais tarde.*

Em princípios de 1928, as eleições municipais tiveram dois candidatos a intendente *para evitar uma cisão na família republicana cruz-altense*. Borges de Medeiros optou pelo engenheiro Pedro Paulo Scheunemann, alto funcionário da Secretaria de Obras Públicas. As lideranças políticas da cidade o rejeitaram e ele foi afastado. Em seu lugar ficou um homem “capaz de agüentar a mão”. *Tratava-se de Sebastião Verissimo, detentor das qualidades exigidas para o cargo: ser cruz-altense e de preferência duma família tradicional da terra [...] e ter coragem física e senso de autoridade.*

Em 1926 surgiu a segunda Farmácia – a farmácia Central. Érico Verissimo considerava o comércio *uma atividade prosaica e vagamente imoral*. Naquela cidade quem não era amigo íntimo ou parente chegado ou remoto de Érico Verissimo o havia conhecido “de pequeno”. *Todos estavam empenhados em serem fregueses da farmácia Central*. Por essa razão, as vendas aumentavam, mas os lucros não. *Parecia que a cidade inteira tinha crédito ilimitado na casa*. Se a Farmácia Brasileira de Sebastião fora uma das mais estranhas de que se tem notícia, a Farmácia Central lhe ficava muito atrás. Essa farmácia também foi à falência. Érico Verissimo deixou a cidade em 1932 e foi para Porto Alegre, onde viveu até o fim, 1975.

INTRODUÇÃO

Para dar verossimilhança a uma personagem não autobiográfica, o novelista tem de usar toda a sua capacidade de empatia, isto é, a faculdade de meter-se no corpo de outras pessoas e que lhe permite sentir-se, ser alternadamente um herói ou um covarde, um bandido ou um santo, uma dama virtuosa ou uma prostituta (Érico Verissimo, *Solo de Clarineta I*, p. 297)².

Para iniciar a caminhada, *que nem o tempo nem o vento poderão impedir*³, apresentamos com esse texto os resultados da investigação em torno da *rememoração/comemoração*. O título do trabalho é longo, explicativo e, assim como a língua, falho, contraditório e opaco. De um lado, sabemos que é difícil assumir uma tese como essa, mas de outro, não há como não assumi-la. Desde nossa chegada em Cruz Alta, em 2002, encontramos, nesse espaço urbano, Érico Verissimo: sua presença imaginária ou simbólica está em todos os lugares, desde a entrada da cidade, onde em uma placa pode-se ler: “Cruz Alta: Bem-vindo à terra de Érico Verissimo”.

Não é preciso andar muito. Na avenida que corta a cidade está a casa designada “centenária”. Em frente dela há uma placa com uma informação referencial: “Nesta casa nasceu, em 1905, Érico Verissimo”. Há outras informações, mas essa se destaca até porque se trata de um enunciado que se repete quando o escritor é apresentado às pessoas que chegam ao museu. Trata-se do Museu Érico Verissimo, inaugurado em 1969, na antiga casa onde o escritor nasceu e morou até 1930. Entrando no museu, há fotos do escritor, de seus livros e de sua família em todos os espaços. Destacam-se, também, objetos de uso pessoal (boné, óculos, máquinas de escrever, manuscritos e exemplares de sua obra). O diretor do museu

² Todas as demais epígrafes referem-se a mesma obra, nas quais passaremos a indicar apenas o n.º da página respectiva, a fim de evitar repetições.

³ Com este enunciado, o roteirista Doc Comparato resume a angústia de Ana Terra ao ver os escravos, o pai e os irmãos mortos e a casa destruída na primeira parte da obra **O Tempo e o Vento**. A minissérie foi produzida e veiculada pela Rede Globo na década de oitenta.

– pessoa que recebe os visitantes - informa: “neste quarto nasceu Érico Verissimo” e desfila informações, dados, exclamações, elogios, celebrações. Com isso se entra na vida do escritor em vários dos aspectos de sua história. Ao lado da casa há outro prédio e quem leu o texto **Solo de Clarineta I** sabe que se trata da casa onde funcionava a Farmácia Brasileira. Diante disso, nos questionamos acerca dos outros espaços que compunham a casa: o que foi feito dos pavilhões, onde as pessoas convalesciam quando submetidas a cirurgias? E a nespereira? Não há informações. E o sobrado? O que fizeram? Foi destruído. Por quê? Silêncio.

Uma quadra adiante e lá está a praça central, a Rua do Comércio. Parece que se está no cenário de **Solo de Clarineta I**. As materialidades que compõem o efeito de evidência no espaço urbano não terminam aí. Os prédios com o nome do escritor, de suas obras e seus personagens estão por todo o lado. Essa saturação de imagens causa estranheza, mas também interesse, talvez mais do que isso. Em 2003, propusemos, juntamente com os professores do Curso de Letras da Unicruz, um projeto de resgate da trajetória cultural do filho ilustre de Cruz Alta e o lançamos festivamente, com a presença do então vice-governador do Rio Grande do Sul Antônio Hohlfeldt e Luís Fernando Verissimo (filho de Érico Verissimo). Em 2004, a cidade iniciou os preparativos para a comemoração do centenário de Érico Verissimo. O governo do Estado do Rio Grande do Sul decretou o ano dedicado ao escritor, à leitura de suas obras, enfim, ano de comemoração. É interessante destacar que o que nos chamou a atenção foi o discurso em torno desse acontecimento, que não iniciou em 2003, nem em 2004. É anterior. Também não termina com a comemoração do centenário. Uma questão permanece desde 2002: o que leva os sujeitos da cidade *a desejar serem iguais ou semelhantes a Érico Verissimo?*

E mais: o que vai acontecer depois do centenário? E em relação à obra literária: os cruz-altenses leram/lêem/lerão Érico Verissimo? Como ele é discursivizado? Como é designado? Que memórias constituem-no discursivamente? O que o sustenta? Que saberes e práticas o institucionalizam? O arquivo constitui-se de materialidades distintas. Essas questões parecem ser locais, ligadas a uma cidade, a um nome, mas elas ocorrem em outros espaços e enfocam não só nomes, mas também e principalmente acontecimentos, de modo que cabe problematizar: A comemoração implica a rememoração ou é o contrário? Esse tema trata de Érico Verissimo, de Cruz Alta ou dos dois juntos? Há, também, saberes de domínios

distintos e o funcionamento da rememoração/comemoração está nos entremeios desses saberes.

Foram quatro anos de investigação, de caminhadas, de retomadas e, às vezes, de paradas. Finalmente, seguimos um caminho e nós lhes convidamos a trilhá-lo conosco. Apesar dos muitos questionamentos, nossa hipótese é a de que a comemoração funciona discursivamente e faz sentido na formação social em que se constitui e circula a partir de um discurso *de*, que a legitima e a sustenta. Isso ocorre a partir de um nome *pelo qual a cidade se representa e é por ele representada*. A questão de pesquisa é: *Como o objeto de rememoração/comemoração se constitui no espaço urbano?* A resposta para essa questão traz junto outro questionamento como: *Que domínios de memória funcionam nesse discurso?*

Estruturamos este texto em **três partes** que se completam e se reclamam.

A primeira, intitulada **Rememorar/comemorar: relações e filiações teóricas**, compõe-se de três capítulos. **No primeiro**, apresentamos o tema e o delimitamos teoricamente e em relação ao espaço de rememoração/comemoração e também ao objeto do discurso, o qual se situa entre a cidade e Érico Veríssimo. **No segundo**, refletimos acerca da rememoração/comemoração, do lugar de memória, e diferenciamos *lugar de memória* de lugar da história. **No terceiro**, abordamos a rememoração/comemoração entre a História e a memória, o funcionamento da memória pela história, o sujeito porta-voz e o funcionamento da memória discursiva.

A segunda parte intitula-se **Discurso urbano: entre a recordação e a celebração** e a dividimos em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, abordamos as materialidades do discursivo. Iniciamos pela língua na história e a rede de noções necessárias para a análise discursiva.

No segundo, refletimos acerca do funcionamento do não-verbal na perspectiva discursiva, bem como as diferenças e aproximações entre essa materialidade e a verbal.

No terceiro, enfocamos a relação entre o real e o imaginário no discurso.

No quarto capítulo, abordamos o espaço urbano em sua história e as razões histórico-sociais pelas, quais, Érico Veríssimo constitui-se na cidade como um sujeito que é ao mesmo tempo a causa do desejo e o próprio objeto dele.

No quinto capítulo, tratamos dos procedimentos metodológicos. O corpus de análise constitui-se de dois eixos estruturantes:

O primeiro constitui-se do mobiliário material urbano de Cruz Alta e placa que identifica a cidade, na qual se lê o enunciado: “Bem-vindos à Cruz Alta: terra de Érico Verissimo”.

O segundo eixo é composto por quatro conjuntos de textos:

Do Museu Érico Verissimo - dois vídeos (Anexo 01 e 04);

Da Fundação Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) – textos publicitários da instituição (figuras 6, 7, 8, 10);

Do poder público municipal – textos publicitários (figuras 11 e 12);

Da mídia impressa – textos publicitários (figuras 13 a 16).

A terceira parte, denominada **Rememoração/comemoração: lugar de memória** divide-se em quatro capítulos.

No primeiro, abordamos a rememoração/comemoração no discurso urbano pelos procedimentos de “fazer-creer” que encaminham os textos para o discurso.

No segundo, analisamos dois vídeos sobre o Museu, este entendido como o lugar que organiza a memória de Érico Verissimo no espaço urbano.

Trabalhamos com dois vídeos, (anexos 1 e 4): 1 documentário de inauguração do Museu, recortado do programa **20 gaúchos que marcaram o século**, (RBS-TV); 1 vídeo produzido pela UNICRUZ, com duração de cinco minutos, realizada em 2004.

No terceiro capítulo, analisamos quatro textos advindos da Unicruz. O primeiro é o texto publicitário veiculado nos jornais de Cruz Alta, no qual a universidade comunica que passa a administrar o museu (fig. 6); o segundo, o folder “Érico em Cena” (fig.7) divulga o trabalho realizado pela Universidade com obras do escritor nas escolas; o terceiro, é a placa colocada pela instituição em frente ao museu (fig. 8), e o quarto é um peça publicitária de convite à visita pública ao Museu (fig. 10).

No quarto capítulo, abarcamos dois lugares: o Poder Público Municipal e a Mídia. O primeiro constitui-se de dois textos. Um deles foi veiculado em 2005 nos ônibus do transporte urbano (fig. 11), e tem como chamada central a designação do escritor “Como nosso maior contador de história”. O outro texto é de 2006. Foi colocado no pórtico da Prefeitura Municipal (fig. 12). O segundo – lugar da mídia - analisamos textos midiáticos a respeito de nossa temática. Recortamos quatro textos publicitários: de 1982, a divulgação de relógios (fig. 13); de 1991, divulgação da XI Coxilha Nativista (fig. 14); de 1994, propaganda da empresa de TV a cabo -

NET (fig. 15); de 2006, propaganda da Auto Panambi e do aniversário da cidade (fig. 16).

O imaginário urbano delimitado por meio das textualidades analisadas é o de Cruz Alta. O campo discursivo de referência dá-se num enquadramento temporal que vai de 1969 a 2006. Para fins de análise, consideramos que se realizam em torno de **discursos de rememoração e de comemoração**, que se deslocam ciclicamente: o que é hoje comemoração pode vir a ser rememoração. Nesse sentido, as duas noções funcionam juntas. Por isso a grafamos com uma barra: **rememoração/comemoração**.

O DVD é parte do texto, já que dois documentários que o constituem fazem parte do corpus de análise. É relevante destacar, ainda, as epígrafes recortadas da narrativa autobiográfica **Solo de Clarineta I** que introduzem as partes e capítulos da tese. Chamamos essas epígrafes de *a memória da/na memória*. O escritor é, no texto autobiográfico, o sujeito-autor, mas é também personagem e narrador. Para falar do passado, do presente e, às vezes, do futuro, ele “simula” seu encontro na frente do espelho com o “outro”, *seu amigo mais íntimo*. Constrói a partir desse encontro uma versão do Érico Verissimo que ele vê refletido no espelho, de sua família, de suas casas, da terra natal e da sua vida como escritor. Essa narrativa funciona como um discurso de rememoração – discurso *de*, porque legitima e ancora o discurso *sobre*, que textualiza a comemoração. Ele funciona, enfim, como uma memória.

O texto em questão compõe-se de dois volumes. Utilizamos as epígrafes do primeiro volume porque nele há destaque para a origem da família Verissimo, para as casas: o sobrado, a casa onde o escritor nasceu e a casa em Porto Alegre; que possibilita circunscrevermos um modo de funcionamento do espaço urbano nos domínios social, cultural e político. Não é um tratado antropológico, nem um discurso da história, mas uma memória. Nela irrompem discursos de um tempo mais longo, que se inscreve no eixo da verticalidade, instaurando a repetibilidade, que anuncia a produção de sentidos outros. Não nos preocupamos, em relação aos recortes, com a cronologia dos fatos, mas com a rede de significância que eles constituem. O passado que retorna se constitui de retomadas, avanços no tempo e sustenta as reflexões da personagem acerca do presente em que foi escrita, do passado e também do passado desse passado.

Utilizamos **Solo de Clarineta I**, publicado pela Editora Globo, em 1995. Nas epígrafes recortadas, para evitar repetição, colocamos apenas o n.º da página respectiva.

Além das epígrafes recortadas da obra autobiográfica, elaborados também a partir de excertos dela, um prólogo e um *post scriptum* a fim de situarmos a nossa tese entre a cidade imaginária de Érico Veríssimo e a Cruz Alta que entendemos se constituir por entre essas memórias, na medida em que compreendemos, por Pêcheux (1999), que há sempre algo que falta. O sentido desliza e a memória esburaca-se. Apesar de a cidade esforçar-se para inscrever no interdiscurso e de escrever no intradiscurso **Cruz Alta/Érico Veríssimo/obra em um mesmo texto**, numa mesma ordem que se repete entre o tempo e o vento e, apesar dele, esse é um processo que não tem fim.

PRIMEIRA PARTE

REMEMORAR/COMEMORAR: RELAÇÕES E FILIAÇÕES TEÓRICAS

Outra recordação de minha distante infância nada tem a ver com estórias de assombração. Posso calcular a minha idade nesse tempo: três ou quatro anos, quando muito, pois quando a cena se passou eu estava recostado num dos degraus da porta da frente da Farmácia Brasileira, e esse degrau teria a altura do meu umbigo (p. 61).



Figura 1 – Folder de divulgação do museu – 2005.

1 DELIMITANDO TERRITÓRIOS E ABRANGÊNCIAS

Fregueses entravam e saíam da farmácia. Poucos compravam a dinheiro. Os estancieiros costumavam pagar suas contas só depois da safra anual e sempre que seu débito ia além de duzentos mil-réis, exigiam que lhes déssemos de presente um vidro de perfume francês. (p. 215)

1.1 Primeiras palavras

Nesta primeira parte, apresentamos o tema e sua delimitação e, em seguida, enfocamos os entornos teóricos que sustentam as análises empreendidas em relação ao tema e aos recortes efetivados no *corpus* da pesquisa. A comemoração e o *lugar de memória*, tomados da história e da antropologia, constituem a base do arcabouço teórico desta investigação. Na seqüência, destacamos as noções rememoração e comemoração na forma como funcionam nos seus domínios e mostramos como nos apropriamos delas, reinscrevendo-as nos domínios da Análise de Discurso de Linha Francesa. As duas ações que constituem o eixo desta primeira parte - apresentação das noções e o deslocamento para o lugar teórico de onde olhamos o objeto e o delimitamos – são apresentadas concomitantemente. Com isso, sinalizamos para o atravessamento de outros domínios disciplinares na análise discursiva.

Para realizarmos os deslocamentos e a transformação da rememoração e da comemoração ancoramo-nos em Pêcheux (1969, 1980 e 1997a)⁴, em Courtine (1981 e 1982) e em Orlandi (2002a e 2004b). Há, como se pode ver, nas citações efetivadas e nas referências bibliográficas ao longo deste texto, outros trabalhos e nomes que sustentam nossas posições. No entanto, a maioria deles tomam Michel Pêcheux⁵, como aquele que fundou as bases teóricas da análise discursiva,

⁴ Outros textos de Pêcheux, Courtine e Orlandi constituem nosso edifício teórico. Faremos referência a eles ao longo desta investigação.

⁵ Os textos e nomes que tomamos como referência são aqueles que pensam a disciplina, desenvolvem a teoria, e contribuem para o avanço teórico-analítico. Por isso, os citamos, mesmo sem lhes dar o mesmo destaque dado a Pêcheux, Courtine e Orlandi.

juntamente com seus colaboradores. Referendamos, ainda, Jean Jacques Courtine e Eni Orlandi como aqueles que, ao reler Pêcheux, deslocam e reformulam, tanto as noções teóricas, como os funcionamentos da teoria, especialmente em relação aos procedimentos analíticos, constituição de arquivo e procedimentos de delimitação dos objetos a serem analisados. Em relação à Orlandi salientamos, mesmo sabendo que é quase um consenso, o lugar teórico ocupado pela pesquisadora na consolidação da Análise de Discurso em nosso país.

A hipótese norteadora desta investigação e que estrutura o seu percurso é a de que a comemoração funciona discursivamente e faz sentido na formação social em que se constitui e circula a partir de um discurso *de*, que a legitima e a sustenta.

1.2 Apresentação do tema

Senti um dia a curiosidade de descobrir a origem dos Verissimo [...] Cruz Alta foi o ponto de encontro dos dois troncos cujos ramos se uniram e, numa sucessão de enxertos e cruzas, tornaram possível o desabrochar desse espécime humano que agora me contempla, irreverente, do fundo do espelho. O miserável não está levando a sério minhas memórias (cap. 1, p. 1).

O tema de nossa investigação é *rememoração/comemoração* e imaginário urbano. Trata-se de um tema abrangente e, por isso, antes de o delimitarmos fazemos algumas considerações acerca do mesmo. A questão comemorativa tem sido amplamente explorada, principalmente a partir da História e da Antropologia. O mesmo, entretanto, não ocorre em relação à rememoração nesses domínios teóricos e nem nas abordagens discursivas.

Para abordar o tema por esse viés, deslocamos essas noções e também a de *lugar de memória* da História e da Antropologia para a perspectiva discursiva. Buscamos em consequência as noções e os princípios próprios do trabalho nessa perspectiva. Como salientamos anteriormente, a rememoração/comemoração não se materializa no eixo da formulação somente por enunciados verbais, mas também por imagens e gestos que constituem os rituais comemorativos, materializando-se por enunciados-imagem. Na perspectiva discursiva, tem-se o discurso e o sujeito, as

formações discursivas, ideológicas e imaginárias e a memória em funcionamento nas duas instâncias: como interdiscurso (constituição) e intradiscurso (formulação) que são noções básicas.

Essa prática comporta eventos espacializados e temporalizados. Ocorre e refere-se a formações sociais e a sujeitos que nela vivem e constroem realidades sociais por processos de legitimação e por traços de identificação. Este processo faz funcionar o imaginário dos sujeitos em relação a eles mesmos, ao espaço e ao patrimônio que os constitui como sujeitos. O discurso de comemoração tem sentido nas formações sociais pela institucionalização do seu objeto, isto é, pela “normalidade” constituída pelos contratos sociais. Segundo Pêcheux (1997a, p. 154), a relação contratual decorre da relação entre o “sujeito de direito” e o “sujeito ideológico”, o pequeno “teatro teórico” da interpelação, que ilustra a discrepância da formulação “indivíduo”/“sujeito”. A materialidade dessa interpretação ocorre nas formações discursivas, nas quais os sujeitos se inscrevem.

O que é tido como normal legitima-se por um discurso anterior, de rememoração que faz circular sentidos institucionalizados no eixo da formulação pelo funcionamento da memória e realiza-se pelas coerções sociais imputadas a grupos. Nos termos de Pêcheux (1997a, p. 160), as formações discursivas atuam como normatizadoras desse funcionamento. Determinam o que o sujeito *pode, deve fazer ou dizer* a partir de um determinado lugar.

O sujeito, pelas projeções imaginárias antecipa-se ao interlocutor e coloca-se no lugar do outro e do seu próprio lugar para dizer ou não dizer o que diz. Isso significa que as palavras e os enunciados têm sentido na formação discursiva em que se inscrevem e não fora dela. A inscrição do sujeito em uma FD representa na linguagem as formações ideológicas, em um funcionamento em que a FD constitui-se como o lugar material da ideologia. Essa submissão tem origem na interpelação dos indivíduos “em sujeitos-falantes (sujeitos do *seu* discurso)”, (Pêcheux, *idem*, p. 161) e legitima e ancora os discursos que entram na ordem do discursivo.

Em relação aos recortes desta investigação, destacamos que para lembrar/comemorar é necessário antes institucionalizar determinado nome ou evento e isso ocorre pela repetição, que faz com que o mundo institucional seja experimentado como realidade objetiva. Essa realidade, segundo Berger e Luckmann (2007), independe dos indivíduos e se constitui pelo tripé: sujeitos, sociedade e realidade. Isso nos permite pensar que a constituição de um imaginário

urbano atende à demanda da formação social. Essa demanda a torna uma prática social quando observada na formação social como natural e legítima. Institucionalizar implica normatizar as práticas sociais e discursivas, de forma que elas se tornem visíveis, aceitas e significativas para os sujeitos na formação social, constituindo-se como discursos. No entanto, as práticas discursivas, apesar da institucionalização, não afetam todos os sujeitos de uma FD da mesma maneira. Como processo, elas resultam de eventos discursivos que sustentam e legitimam o discurso de rememoração/comemoração no espaço recortado – Cruz Alta – e em relação ao seu objeto - Érico Verissimo.

Delimitamos a abrangência do tema e o tratamos como prática discursiva que se realiza entre sujeitos e constitui um imaginário urbano, isto é, buscamos saber como os sujeitos se “vêm” e “vêem” o espaço urbano, que imaginariamente está sempre em “construção”. A matéria-prima desse discurso é o passado, não como um tempo estagnado e finito, mas relacionado a sujeitos, que além de assujeitados à ideologia, são também atravessados pelo inconsciente. A rememoração funciona como memória em relação ao discurso de comemoração, que se sustenta no interdiscurso, pelo efeito de pré-construído, segundo Pêcheux: (1997a, p. 171), “aquilo que todo mundo sabe”. A comemoração é tomada no eixo da formulação como a celebração de um nome ou de um evento passado.

As duas noções, nessa perspectiva, funcionam juntas e têm origem na História e na Antropologia, lugares onde se constituem pela passagem do histórico ao rememorativo e do rememorativo ao comemorativo. É nessa passagem que a memória se constitui em história. Na perspectiva discursiva, cujo objeto é o discurso, a rememoração funciona como memória e a comemoração, como atualidade. No fio do discurso, quando da materialização do dizer, não há como separar o que é memória do que não é. É nesse sentido que as duas noções se recobrem pelos efeitos de evidência que dotam o discurso de transparência e homogeneidade.

A comemoração relevante, nessa perspectiva, não é a mesma da História, nem a da Antropologia, apesar de vincular-se a elas. O recorte efetivado neste tema e as textualidades estruturantes do arquivo e determinantes para a constituição do *corpus discursivo* nos autorizam, enquanto analistas de discurso, a circular nos entremeios de vários campos disciplinares. Entre eles sublinhamos a Lingüística, a Literatura, a História, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e a Psicanálise. À medida que fomos dando a conhecer o objeto de estudo, vamos também

delineando, de forma não-linear, o percurso empreendido. Essa forma de constituir o percurso de trabalho é próprio, segundo Silveira (2004, p. 18), “de quem se serve de noções de diferentes áreas do conhecimento, que viabilizam o desenvolvimento de um ponto de vista, produzindo reformulações”.

A escolha do tema e o que faz parte dele realiza-se pelo gesto interpretativo⁶, cuja questão central relaciona-se a *como o texto significa*. Distancia-se da tradicional busca pelo sentido dado pelo texto, cuja função era veicular conteúdos, sem interferência do sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente. Por ser um trabalho da ordem do discursivo, redimensiona o olhar e desloca a observação do conteúdo (o que o texto diz) para a relação da língua com a história no que importa o processo constitutivo do dizer. Esse deslocamento tem como efeito, segundo Pêcheux (1997a), a compreensão do processo discursivo, como uma ruptura com as aparentes evidências do sentido, que mostram o movimento do sentido e a deriva para o diferente.

O discurso de rememoração/comemoração estrutura-se a partir da memória tomada em sua dimensão vertical e horizontal. O primeiro, o eixo vertical, o da seleção, representa “aquilo que fala antes” (interdiscurso), da ordem do já-dito. A memória tratada como interdiscurso constitui o processo parafrástico pelas redes de formulações instauradas. O segundo, o eixo horizontal, o das relações, constitui-se pela linearização do dizer (intradiscurso), no qual irrompem discursos inscritos em uma rede de formulações que retornam, às vezes, re-significados, constituindo o processo polissêmico e, noutras ainda, pela repetição, pelo mesmo, a paráfrase.

O funcionamento do discurso como estrutura, mas também como “prática discursiva entre interlocutores” exige que se diferencie História e memória⁷. Para De Certeau (2006), a escrita da história trata do passado, mas também do presente e do futuro. Para ele, o passado reconstitui as sociedades e os seres humanos de outrora. É escrita por homens e direciona-se a outros homens engajados na trama da sociedade humana do presente. Em relação ao futuro, a “escrita da história” contribui pela interpretação desse passado pela força do presente. A história, segundo o mesmo autor,

⁶ Orlandi (2004b, p. 18) define gesto de interpretação como um ato no nível simbólico (cf. Pêcheux, 1969). Sem esquecer que a palavra gesto, na perspectiva discursiva, serve justamente para deslocar a noção de “ato” da perspectiva pragmática; sem, no entanto, desconsiderá-la.

⁷ Esses dois conceitos são trabalhados na primeira parte deste trabalho, no capítulo 3, quando explicitamos o funcionamento deles e a relação com a memória discursiva.

[...] se define inteira por uma relação da linguagem com o corpo (social) e, também, pela relação com os limites que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passagem, morto) de que se fala (DE CERTEAU, 2006, p. 77).

Isso significa que, na perspectiva da história, o sujeito fala sempre de “um lugar” e de um tempo. Essa condição faz com que nos distanciemos da lenda e da ficção, porque são da ordem do estabilizado. A memória, ao contrário, trabalha com o que faz sentido na sociedade e permanece vivo nela. A diferença entre a memória e a história está, portanto, na estabilidade da história e na instabilidade da memória, que é da ordem do vivido.

Como o objeto desse discurso é Érico Verissimo – nome de destaque na Literatura Brasileira – entendemos ser necessário nos referirmos a esse campo disciplinar. Conforme explicitamos na introdução, as epígrafes utilizadas no início de partes e de capítulos de nosso texto são recortes da obra **Solo de Clarineta I** – narrativa autobiográfica. Tanto esta obra quanto a trilogia **O Tempo e o Vento** funcionam como memória (rememoração), no discurso de rememoração/comemoração, contudo, salientamos que não estamos tratando da literatura. No entanto, há razões para falarmos dela, como um campo disciplinar com o qual a análise na perspectiva discursiva mantém relações.

A primeira razão diz respeito ao fato de que as memórias do escritor, tomadas pela ficção, referendam Cruz Alta como a terra natal de Érico Verissimo e a legitimam como a terra *de*. A segunda, relaciona-se ao funcionamento da obra do escritor como memória nesse discurso, especialmente na constituição do imaginário urbano, à medida que pessoas e lugares ficcionais constituem o cotidiano da cidade. Além do texto autobiográfico, em nossa investigação, há referência à trilogia **O Tempo e o Vento** (descrição da saga da família Terra-Cambará) e a alguns fatos históricos do Rio Grande do Sul (1745-1945), os quais recobrem Érico Verissimo no eixo da formulação e cidade no eixo da constituição pelo discurso transversal, funcionamento em que um discurso anterior irrompe no eixo da formulação⁸.

Compagnon (2001) refere-se ao movimento da Literatura como disciplina e à complexidade da teoria. Discute a relação da intenção com a realidade e da recepção com a História. Define a ciência em sentido amplo como conjunto de textos

⁸ Abordaremos mais detidamente a questão do funcionamento do interdiscurso, via pré-construído, como efeito de discurso transversal, na seqüência deste trabalho (segunda parte, 1.3).

escritos ou manuscritos de todas as épocas e depois pensa na sua especificidade e suas funções. Aborda e reflete acerca do conceito de mimeses, desde Aristóteles até nossos dias. Faz isso para falar de Literatura na relação com a realidade. Afirma que ela não é cópia da realidade, mas também não se desliga totalmente dela. Entre a ficção e o mundo normatizado há pontos de contato decorrentes da verossimilhança, uma importante característica do texto literário que aproxima o ficcional da realidade.

A relação mimética entre o mundo social e o mundo da ficção nos interessa particularmente, pois os textos de Érico Verissimo funcionam como memória no discurso recortado, especialmente o **Solo de Clarineta I** e a trilogia **O Tempo e o Vento** - romance que representa parte da história do Rio Grande do Sul.

O texto autobiográfico, por tratar da vida do escritor, ancora fatos que são tomados como da ordem da realidade. No entanto, trata-se de versões do autor em torno do espaço, do passado da personagem, de sua família, da cidade e do contexto social, econômico e cultural da época. Ao se colocar diante do espelho, o narrador delega a responsabilidade do que é dito a esse outro que ele vê no espelho. Com isso, constitui um personagem que o representa. Nesse aspecto, as memórias são tomadas como uma modalidade de discurso *sobre*⁹, este que tomamos como a institucionalização, organização do dizer e da memória, no qual aquele que fala é autorizado a fazê-lo e assume diante desse fazer uma atitude “doutrinal”, porque busca “transmitir” informações referenciais acerca do objeto do discurso e se ancora no discurso de rememoração.

O Tempo e o Vento, romance que recobre na ordem do ficcional duzentos anos da história do Rio Grande do Sul, pode enquadrar-se no que Luckács (1966, p.15) denomina de romance histórico, ao qual falta a especificidade da História. No entanto, há nele a representação da singularidade de uma época pela atuação das personagens. A trilogia de Érico Verissimo centra-se em acontecimentos da história, mas não tem compromisso com a estabilidade desse campo disciplinar. É um simulacro¹⁰, posto que a cidade e a família Terra-Cambará são fictícias, mas se parecem com as cidades e as famílias existentes na ordem do real das formações sociais. Sabemos por entrevistas dadas pelo autor, e pelos objetos culturais que

⁹ Discorremos acerca dessa noção na primeira parte deste trabalho, cap. 2, item 2.5.2

¹⁰ Cf. Pêcheux (1997a, p. 128)

constituem o acervo do Museu Érico Verissimo, em Cruz Alta¹¹, que antes de iniciar a narrativa, Érico Verissimo desenhou e planejou as cidades de sua obra e construiu a árvore genealógica da família Terra-Cambará. O olhar que lançamos sobre esse objeto de estudo sustenta o discurso tomado na perspectiva discursiva, por isso nos interessam os efeitos de sentido desses exemplares do discurso como prática discursiva, mas não ignoramos a literatura, como disciplina. Os demais campos disciplinares de onde deslocamos noções vão sendo apresentados no decorrer desta investigação.

1.3 Delimitação do tema e constituição de arquivo

O objeto desta pesquisa é o discurso da cidade de Cruz Alta em torno de Érico Verissimo. Tomamos a rememoração/comemoração como prática discursiva em relação ao imaginário urbano. A rememoração é o discurso que sustenta a memória e possibilita a comemoração e a constituição do objeto desse discurso como memória histórica. Esse discurso resulta do desejo dos sujeitos urbanos de se identificarem na ordem do simbólico com o escritor, que não é um sujeito empírico, mas um personagem criado pelo discurso urbano.

O processo metafórico materializa-se no discurso pela transferência de qualidades, quase mitológicas imputadas ao escritor para os sujeitos/cidadãos da cidade. O discurso em sua materialidade funciona como *lugar de memória*, como dispositivo que organiza a repetição e as lembranças do passado do que foi protagonizado pelo escritor. Como *lugar de memória*, o discurso *sobre* organiza também os esquecimentos, o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, apagado. É nesse jogo contraditório entre a língua e a história que se realiza o encontro de uma memória e uma atualidade, constituindo o acontecimento. O sujeito do discurso apropria-se de elementos da vida do escritor e constitui a partir deles traços de identificação que o aproximam dos sujeitos/cidadãos do espaço urbano.

¹¹ Cf. anexo 2 do DVD, encartado neste trabalho.

Assim, Érico Verissimo/Cruz Alta podem ser lidos/interpretados/compreendidos um pelo outro, o que legitima os discursos de rememoração/comemoração.

Para que isso ocorra, é preciso que o sujeito-objeto do discurso (Érico Verissimo) constituído por essa memória inscreva-se no interdiscurso como Cruz Alta, isto é, na mesma rede significante, de forma que, o que é próprio de um possa representar ou ser transferido ao outro, por um processo metafórico, em que o Um e o Outro se constituam no mesmo e sejam lidos e interpretados um pelo outro.

A relação que se estabelece entre o espaço da cidade e Érico Verissimo coloca-nos em uma encruzilhada que pode ser formulada nos seguintes termos: o objeto discursivo desta tese é o discurso da cidade ou o discurso *sobre* Érico Verissimo? Resolvemos a questão de duas formas. A primeira é pela delimitação do objeto como **o discurso de rememoração/comemoração da cidade, sobre Érico Verissimo**, dando conta, de um lado, que o sujeito-objeto do discurso é um sujeito imaginário, portador de qualidades idealizadas, que vence grandes obstáculos na vida e mesmo sem ter curso superior fala várias línguas; e, de outro lado, o discurso *sobre* realiza-se da perspectiva da cidade de Cruz Alta, que se diz '*terra de Érico Verissimo*'. Nesse sentido, é a partir da FD da rememoração/comemoração que se constitui esse discurso.

A segunda forma de resolver a questão foi desfazer possíveis equívocos pela definição de cidade como um grande texto que se constitui e se deixa constituir numa ordem que, de um lado, é própria dela e, de outro, caracteriza-se por sua ligação com os cidadãos que a habitam e a significam como texto. A cidade apresenta-se, ao mesmo tempo, como um texto saturado, no qual tudo está dito, mas também como página em branco a ser escrita, preenchida, lida/interpretada/compreendida pelos sujeitos/cidadãos que vivem nela e também pelos que a visitam, os quais, num movimento dialético, significam-na e, são por ela significados como o lugar do diferente no mesmo, da contradição que constitui e dá vida ao sujeito/objeto do discurso.

Quando recortamos o objeto, entendemos que o discurso de rememoração/comemoração da cidade *sobre* Érico Verissimo sustenta-se por meio de lugares e que o Museu e a obra do escritor (principalmente pela trilogia **O Tempo e o Vento** e **Solo de Clarineta I**), funcionam como materialidades desse lugar e sustentam e legitimam o *lugar de memória*, em nosso caso, a rememoração/comemoração. O enunciado 'Cruz Alta: Terra de Érico Verissimo',

inscrito em placas que identificam a cidade é uma condição discursiva para os demais discursos urbanos e também marca os limites da cidade, estabelecendo fronteiras imaginárias entre o que a cidade de Cruz Alta diz que é e as outras não são. As visibilidades e os apagamentos do discurso de rememoração/comemoração em torno desse objeto são determinados pelas instituições políticas, econômicas e sociais e, é a partir delas que determinadas posições se consolidam e outras não. Nessa perspectiva, as instituições regulam o movimento da memória histórica.

Estamos tratando de textos advindos de diferentes domínios discursivos e de materialidades diversas. Recortamos um espaço temporal que vai de 1969 (ano da fundação do museu) a 2006, um ano após o centenário do escritor cruz-altense. Observamos que há um espaço temporal de 37 anos em nosso recorte. Vale lembrar que Érico Verissimo saiu de Cruz Alta em 1932 e só retornou à cidade em 05 de maio de 1967, isto é, 35 anos mais tarde. O retorno foi motivado por homenagens prestadas a ele na cidade de Cruz Alta. José Westphalen Corrêa, então prefeito da cidade, encabeçou essas homenagens. Na oportunidade, o escritor doou documentos e objetos pessoais para a fundação do museu, que funciona na casa da família Verissimo, onde o escritor nasceu em 1905. O imóvel tinha “ido a hástia pública¹²” e foi comprado pelo poder público municipal.

Em 1969, o escritor voltou à cidade para a inauguração do museu em sua homenagem. Na oportunidade, a RBS TV¹³ filmou algumas cenas do passeio do visitante pela cidade e pela casa onde nasceu. Entre as cenas do documentário destacamos: ele e a esposa, Mafalda Verissimo, em visita à casa dos avós paternos, os dois na janela do museu, o passeio pela rua e no Sobrado – residência do avô –, sentado na escada do casarão e andando no que foi um jardim e naquele momento denotava o descuido com o casarão. Na obra **Solo de Clarineta I**, há várias descrições dessa casa. Ela não existe mais em Cruz Alta, apesar de muitos acreditarem que o Sobrado da ficção, em que vivia a família Terra-Cambará, era a réplica da casa de Cruz Alta¹⁴.

¹² Cf. palavras de Edemar Vieira. Anexo 4 do DVD, que faz parte deste trabalho.

¹³ Essa visita à Cruz Alta encontra-se no anexo 2, do DVD e foi editado pela RBS TV, para o programa **20 Gaúchos que marcaram o século**. A RBS TV é uma rede de mídia que abrange os estados do RS e SC, uma das mais antigas afiliadas da Rede Globo.

¹⁴ A personagem da obra Solo de Clarineta I desfaz essa “crença” dizendo “O próprio Sobrado de meu avô Franklin não tem quase nada a ver com o sobrado dos Terra-Cambará.” (Verissimo, 1997, p. 14).

Diante dessas particularidades acerca da relação Érico Verissimo e Cruz Alta, buscamos constituir um arquivo a partir de prioridades, que foram as seguintes:

A primeira prioridade foi buscar textos advindos do executivo municipal e do poder legislativo: os projetos de Lei da fundação do Museu Érico Verissimo, de renomeação da Praça Independência, que passou a chamar-se Praça Érico Verissimo, da transformação do museu em fundação, das premiações com o nome do escritor e das homenagens feitas a ele e a sua família. Entendíamos ser possível encontrar nesses textos o Érico Verissimo rememorado/comemorado pela cidade e pelos sujeitos/cidadãos que vivem nela. Em relação à placa de identificação da cidade, que se encontra em todos os seus limites com o enunciado *Cruz Alta: Bem-vindos à terra de Érico Verissimo*, não foram encontrados datas e nem projeto de lei de regulamentação dessa identificação. Mas entendemos que, a partir da fundação do museu, a cidade passou a auto-designar-se como a 'terra de' Érico Verissimo o qual se transformou em *Filho desta terra, maior bem cultural, uma herança a ser dividida com todos*. Os demais textos oficiais mostram o movimento do discurso *de rememoração/comemoração*. Apesar dos efeitos de homogeneidade e linearização, a memória histórica movimenta-se, reestrutura-se, falha, ressignificando-se.

A segunda prioridade foi recuperar textos em que o nome do escritor funcionasse como força midiática. A busca por esses textos foi motivada por uma palestra realizada na Universidade (UNICRUZ) por dois publicitários: Newton e Denise Cullau¹⁵. Em uma de suas falas, Cullau disse: "Érico Verissimo é uma marca imortal".¹⁶ Para exemplificar o funcionamento do nome do escritor como força midiática, ele citou o Projeto da Imobiliária Projeção. Esse projeto previu a construção de onze prédios na cidade de Cruz Alta com nome do escritor, de seus personagens e das suas obras. Na palestra, os publicitários falaram das peças publicitárias criadas por eles e por sua agência de Publicidade e Propaganda. Três dessas peças constituem o *corpus* desta pesquisa.

Esses textos mostram o funcionamento do sujeito-Érico Verissimo e suas obras como memória. Os discursos midiáticos, que classificamos como discurso *sobre*, são, na verdade, discursos que advêm do discurso *sobre* (que por sua vez

¹⁵ Newton e Denise Cullau são proprietários da Agência de Publicidade e Propaganda NPC, responsável pelas campanhas que veiculam os textos em que o nome de Érico Verissimo ou de suas obras é utilizado como força midiática, como um nome "capaz" de levar as pessoas a comprarem determinados produtos.

¹⁶ O Diário Serrano (Jornal de Cruz Alta) abriu manchete na edição do jornal que circulou na cidade e região, no dia 06 de junho de 2004, com esse enunciado.

advém de um discurso *de*) e originam outros discursos, constituindo-se como discursos sobredeterminados por outros que os sustentam e lhes dão textualidade. Os textos publicitários deslocam sentidos, promovem a ruptura entre uma coisa e outra, ou seja, entre o que é dito no discurso urbano e o que ressoa como memória. Neles ressoam discursos que vêm de vários lugares e de vários funcionamentos discursivos.

A terceira prioridade foi buscar textos de 2003 a 2005, ou seja, 2003 e 2004, anos anteriores à comemoração do centenário de nascimento do escritor, e 2005, o ano do centenário. Os textos desses dois espaços temporais e discursivos diferenciam-se pela noção de acontecimento histórico e acontecimento discursivo. Entendemos que, a partir de 2003, o nome do escritor e o que diz respeito a ele na cidade foi destacado, constituindo-se, além de acontecimento histórico, um acontecimento discursivo, definido por Pêcheux (2002a) como a ruptura com uma rede de formulação, à qual o enunciado está relacionado, perturbando a memória (Pêcheux, 1999) pela inscrição do enunciado em uma nova rede de memória. Nesse funcionamento, ocorre no intradiscurso de efeitos de sentidos e deslocamentos, que movimentam a memória histórica da cidade.

Um dos textos que se inserem nessa terceira prioridade é o enunciado que deu título ao projeto *Resgate da trajetória cultural do filho ilustre de Cruz Alta*, e ainda: texto-*outdoor* com que a UNICRUZ (Universidade de Cruz Alta) e Cruz Alta (cidade) saúdam as pessoas que visitam a Fenatrigo¹⁷; texto em que a UNICRUZ apresenta-se como administradora do Museu. Ao se autodenominar desse modo, a universidade, mobiliza um efeito de sentido de ambigüidade, na medida em que cabe perguntar: o que é administrado por ela: o museu ou a memória do escritor? Observamos também os slogans: **Érico Verissimo, um século de história**, que circulou em canetas, camisetas e na placa em frente ao Museu¹⁸; e **Para lembrar é preciso preservar**, slogan com o qual a Universidade (como administradora e gerenciadora do museu e da memória) chama os cidadãos a visitarem o Museu. Nesses textos, assim como nos demais, Universidade, Érico Verissimo e cidade de Cruz Alta estão sobredeterminados, simulam a possibilidade de um ser lido/interpretado/compreendido pelo outro.

¹⁷ Fenatrigo é uma festa tradicional de periodicidade anual na qual Cruz alta e cidades da região expõem sua produção, nela acontece uma “celebração” à cultura do cereal.

¹⁸ Grifaremos a partir de agora o nome ‘Museu Érico Verissimo’, somente como Museu, a fim de evitarmos repetições.

A quarta prioridade na constituição do *arquivo* centra-se na busca de textos pós-centenário. Havia a possibilidade de incluir muitas textualidades nesse novo conjunto, mas elegemos apenas duas, que circularam na cidade a partir de 2006. Buscamos, por meio deles, mostrar o movimento da memória histórica. A primeira textualidade foi a de um *banner* afixado no pórtico do prédio da Prefeitura Municipal. Nele retornam enunciados que circularam, anteriormente (2005), um exemplo é um dizer, assinado pelo governo municipal, disposto em ônibus do transporte público urbano, “Este é o nosso maior contador de histórias”. A diferença mais imediata entre o texto do *banner* e do ônibus está no suporte: o texto de 2005 circulou no vidro traseiro dos ônibus e o de 2006, no pórtico da Prefeitura.

No texto de 2006, há uma logomarca da cidade, estilizada ao modo de um brasão que retoma a história da cidade por meio de símbolos (trigo, o planalto, a cruz e as cores), com ênfase à Administração Popular (2005-2008)¹⁹. O poder público municipal, ao apropriar-se da imagem do escritor, ancorando-se num discurso anterior, que lhe é fundante, faz com que se entrecruzem três representações: a da cidade, a de Érico Verissimo e a da administração do município, enquanto partido político. Acrescentamos, nessa quarta prioridade, outro exemplar de discurso que circulou nos jornais da cidade no dia 18 de agosto de 2006 – dia do aniversário do município. Nele, o escritor é retomado pela imagem do Museu, que remete ao passado, enquanto história. Aparece nele um novo desejo dos sujeitos urbanos: serem reconhecidos, juntamente com Érico Verissimo, como parte *desta história*.

Incluímos uma *quinta prioridade*: relacionar a cidade imaginária descrita em **Solo de Clarineta I** e a Cruz Alta de hoje (2008), bem como o que há no mobiliário urbano que remete à obra do escritor ‘filho ilustre’ de Cruz Alta, de modo mais amplo. Para tanto, fotografamos os prédios que levam o nome do escritor, de suas obras e de seus personagens e também os lugares mencionados no texto autobiográfico. Registramos, também, as homenagens prestadas pela cidade a pessoas referenciadas na obra do autor.

Os anexos 01 a 03 (encartados neste trabalho) correspondem ao recorte que fizemos a partir do documentário **20 gaúchos que marcaram o século** (RBS TV), episódio sobre Érico Verissimo.

¹⁹ Esse é o brasão da administração 2005-2008.

Nos anexos 1 e 2, destacamos as três casas de Érico Veríssimo: a casa perdida (dos pais), a reconquistada (o museu) e a conquistada (a de Porto Alegre).

O anexo 1 mostra a visita do escritor à cidade, em 1969, durante a inauguração do Museu, exibe ainda a visita ao Sobrado (casa dos avós, descrita em **Solo de Clarineta I**) e o escritor no meio do trigo, como referência “à fecundidade da terra gaúcha”, que sinaliza a aproximação Érico Veríssimo/Cruz Alta/Rio Grande do Sul/cultura do trigo.

O anexo 2, exibe o recorte em que visualizamos imagens da casa de Porto Alegre e três fotos do escritor. Duas delas, de 1967- o retorno a Cruz Alta, após 35 anos de ausência (1932 – 1967) - oportunidade em que foi homenageado na cidade e doou objetos pessoais para formar o acervo do Museu. A terceira foto é de 1971, e registra a visita do escritor à Fenatrig a convite dos organizadores do evento. Há, nessas imagens, distintas representações do objeto do discurso: o Érico Veríssimo imaginário de um texto não é o mesmo em outro. O mesmo pode-se dizer da cidade neles representada: em cada nova ocorrência, a cidade que se diz *Terra de Érico Veríssimo* e que se projeta na ordem do imaginário como autorizada a falar *de* e a identificar-se *com* Érico Veríssimo não é a mesma: às vezes ela é *a terra de Érico Veríssimo*, em outras é igual a ele e em outras, busca sobrepor-se, reclamando sua parte no sucesso dele.

No anexo 3, temos imagens do Museu Érico Veríssimo e a Cruz Alta antiga, do tempo de Érico Veríssimo.

No anexo 4, temos o vídeo, produzido pela TV UNICRUZ, intitulado ‘Apresentação do Museu’.

No anexo 5, nomeado ‘Cruz Alta hoje’, podemos assistir imagens da cidade na contemporaneidade.

2 REMEMORAÇÃO/COMEMORAÇÃO: DESLOCAMENTOS

E eu procurava escutar a voz do poeta apesar do barulho que produziam os caminhões que passavam na rua cheia de soldados que gritavam vivas ao Dr. Borges de Medeiros e ao Partido Republicano. E eu também era assistente e, na minha ignorância pueril, via apenas a superfície daquele fato sociológico representado pela Revolução de 1923 e que um dia ia ser História (p. 168).

No eixo da formulação, a rememoração e a comemoração recobrem-se. No entanto, pensadas como processo de estruturação do discurso, a rememoração funciona como memória do saber, como interdiscurso pelo funcionamento do pré-construído e a comemoração como intradiscurso, espaço da linearidade e da sintagmatização da memória. Por esse caminho, adentramos a constituição da memória discursiva, entendida como um fio que puxa outros fios e tece o discurso, o qual pelos efeitos de verdade e de evidência lineariza-se como saturado, constitutivo de memórias não-lacunares. A rememoração é apenas citada como recordação nos domínios da História e da Antropologia. Não chega a ser pensada como constitutiva da comemoração e nem como indispensável para que esta se efetive.

Na perspectiva discursiva, nós a tomamos como processo discursivo, definido por Pêcheux (1997a, p. 161) como “o sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias [...] que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ - em uma formação discursiva dada”. Tomamos essa noção no funcionamento dos enunciados em uma estrutura: vertical – da ordem da memória - e horizontal – correspondente ao intradiscurso e sinaliza para a repetibilidade. Iniciamos, por isso, nossas reflexões por essa noção, como um dos fios constitutivos do “tecido” discursivo.

2.1 Rememoração: espaço discursivo²⁰

Na História e na Antropologia, a rememoração aproxima-se da recordação do passado, que se subordina, segundo Catroga (2001b, p. 22): “ao *princípio de realidade*, o que exige que as evocações, apesar de conjugarem um tempo passado (anterioridade), mobilizem argumentos de veridicação, tendo em vista garantir a fidelidade do narrado [...]”. A rememoração, enquanto espaço discursivo, constitui-se pela memória discursiva²¹ e dá visibilidade, pela formação discursiva, ao sujeito interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. Participa da urgência de uma formação social em comemorar, fornecendo-lhe um modo de funcionamento. Constitui os andaimes que estruturam o discurso comemorativo, e se materializam nos gestos de comemoração, como o ‘fazer-memória’ pela institucionalização e legitimação da celebração de nomes ou eventos significativos para uma formação social. Podemos perceber que alguns desses andaimes são retirados da obra, apagados, mas retornam ao eixo da formulação porque são imprescindíveis para a atualização da memória.

Os discursos de rememoração, de um lado, trazem para o domínio da atualidade vestígios de um passado que retorna como recordação e, de outro, são interpretados pelos valores sociais do presente. Sua função é instaurar e sustentar o discurso de comemoração. Nesse movimento, conjuga representação-interpretação e o devir, em um funcionamento que é, ao mesmo tempo, gesto de recordação, de atualização e de prospecção. A possibilidade desse gesto decorre da celebração no presente de nomes, de pessoas ou de eventos a partir dos quais a memória, apesar da falta e da falha, atualiza saberes. Diante disso, pode-se dizer que a rememoração não se lineariza materialmente, ela é um efeito de memória no eixo da formulação – intradiscurso – no discurso comemorativo.

Nesse sentido, funcionam como rememoração (discurso *de*) as memórias que ancoram a comemoração e emergem no eixo da formulação, sustentando o dizer.

²⁰ Noção desenvolvida por Pêcheux (2002) e referida por Courtine (1981) como domínio de memória, a partir do qual é possível apreender os funcionamentos discursivos de encaixamento de pré-construídos e de articulação de enunciados. Os espaços discursivos figuram em um plano de organização de um corpus discursivo, em que o interdiscurso é uma instância de constituição de um discurso transversal que regula para um sujeito enunciativo as condições de produção de um discurso e o modo de apresentação dele.

²¹ A memória discursiva de Courtine (1981) funciona pelo interdiscurso, pelo retorno de enunciados. Explicaremos esse funcionamento na segunda parte deste trabalho, capítulo 1 (1.3).

Constituem-se, assim, como a memória do discurso de comemoração (discurso *sobre*) e retornam nos gestos comemorativos materializados pelo “fazer crer”²². As ações que “fazem crer” tornam visível o objeto de comemoração para a formação social e direcionam o sentido pelo que apagam e pelo que deixam visível. A visibilidade dada por esses gestos significa pela memória - eixo da verticalidade. Nessa memória, inscrevem-se saberes da FD²³ dominante na formação social, cuja significação emerge pelas relações entretecidas com outras FD’s que a constituem pelo lugar em que esse saber funciona. A rememoração se refere aos domínios de pensamento e se constitui sócio-historicamente “sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar” (Pêcheux, 1997a, p. 161).

Esses pontos de estabilização constituem os traços de identificação pelos quais os sujeitos se reconhecem e reconhecem o outro, em um funcionamento no qual a FD seria a “matriz”, uma grade de leitura que faculta a interpretação. A aparente homogeneidade do funcionamento de uma FD dissimula a sua dependência ao “todo complexo com dominante”²⁴ das FD’s ao complexo das formações ideológicas em que elas se inscrevem e a partir das quais significam. O interdiscurso, como memória discursiva, é esse “todo complexo com dominante” que se submete à desigualdade-contradição-subordinação constitutiva das formações ideológicas. Sublinhamos, nesse aspecto, o assujeitamento do sujeito à ideologia, fazendo funcionar, nos discursos de rememoração, o imaginário e o simbólico²⁵.

O funcionamento do imaginário remete à realidade, à ilusão constitutiva do sujeito de pertencimento a uma FD. Aproximamos esse reconhecimento da “norma identificadora”, referida por Pêcheux (1997a, p. 159) pela qual o sujeito se identifica, vendo-se imaginariamente no que é e no que deve ser. Ainda segundo Pêcheux (*Ibid.*), é a ideologia que fornece as evidências pelas quais os sujeitos entram na

²² Explicitamos o funcionamento da noção “fazer-crer”, utilizada por De Certeau (1994), na segunda parte desse trabalho.

²³ A FD que tomamos como dominante no espaço urbano de Cruz Alta é a da rememoração/comemoração. Essa FD é heterogênea, pois outras FD’s articulam-se em torno dela. No entanto, conforme explicitamos nos procedimentos metodológicos (item 5.2), analisamos nosso *corpus* a partir dos procedimentos de “fazer-crer” e do *lugar de memória*: a rememoração/comemoração, nessa perspectiva é o *lugar de memória* e sustenta outros lugares. Recortamos quatro lugares: o museu (que organiza os demais lugares), a Unicruz, o poder público de Cruz Alta e a Mídia.

²⁴ Cf. Pêcheux, 1997a, p. 162.

²⁵ As representações imaginárias e simbólicas, e os efeitos de sentido delas retomadas no terceiro capítulo da segunda parte desse trabalho.

ordem do simbólico diferentemente, apesar de os mesmos enunciados estarem disponíveis a eles em um mesmo espaço temporal. Um mesmo texto traz para o eixo da formulação diferentes efeitos de sentido. Segundo Pêcheux (*Ibid.*, p. 161), o sentido se constitui em cada FD “pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões ou proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”.

Aproximamos a rememoração da noção de ‘espaço discursivo’, tal como definida por Pêcheux (2003) como um saber estabilizado, pelo qual o sujeito tem a ilusão de saber do que fala e por que fala. O enunciado “produzido nesses espaços reflete as propriedades estruturais independentes de sua enunciação” (*Ibid.*, p. 31). A homogeneidade deles constitui-se no eixo da formulação pelas evidências lógico-práticas, que mostram o discurso como aparentemente transparente como resultado do “fazer-criar”²⁶, constituído pelo mobiliário social e cultural no discurso, que circula no espaço urbano. A rememoração constitui-se na verticalidade. Pêcheux sistematiza funcionamento da memória vertical por meio de três evidências lógico-práticas de nível muito geral. A primeira é a de que um determinado objeto não pode estar ao mesmo tempo em duas localizações distintas. A segunda é que “um objeto X não pode ter a ver ao mesmo tempo com uma propriedade P e a propriedade não-P” (*Ibid.*, p. 31). A terceira, da ordem do acontecimento, pode vir a se efetivar ou não, pois às vezes a repetibilidade se solidifica e não instaura o novo.

A rememoração é tomada de duas formas distintas: a primeira como interdiscurso, como “algo fala (*ça parle*) sempre antes, em outro lugar independentemente” (*Id.*, 1997a, p. 162), isto é, sob a dominação do complexo de formações ideológicas. A segunda, pelos enunciados que veiculam saberes e sustentam outros enunciados, fazendo-os retornar pelo *lugar de memória*. Nesses dois sentidos, a rememoração e os saberes que a constituem irrompem na atualidade. No primeiro caso, pelo interdiscurso e, no segundo, pelo mobiliário social e cultural, pela narrativa memorialística e imagens que circulam na cidade. É definido como discurso *de* porque, para que um discurso e os eventos de comemoração tornem-se possíveis, comemoráveis, é necessário, antes de tudo, institucionalizar o nome ou evento comemorado/celebrado, isto é, fazê-lo funcionar nos domínios de memória, como atualização e também, de acordo com Courtine

²⁶ Descrevemos essas evidências quando abordamos os procedimentos de “fazer-criar” desenvolvido por De Certeau (1994).

(1981), como antecipação. Nesse sentido, entendemos o discurso de rememoração como “coisas a saber” que, segundo Pêcheux (2002), funciona como redes de memória decorrentes de filiações identificadoras.

Essas redes identificadoras não são transferidas ou apreendidas pelos sujeitos por processos de aprendizagem ou interação, mas por sua inscrição em formações discursivas que determinam *o que pode ou não entrar na ordem do discursivo*. Os discursos atestam a presença do discurso-outro, como materialidade, cujo funcionamento marca na materialidade descritível da seqüência “do interior dessa materialidade, a insistência do outro, como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico” (*Id.*, p. 55). Pela rememoração, constituem-se os espaços transferenciais da identificação. Esses espaços são constituídos por uma pluralidade contraditória de filiações históricas materializadas através de imagens, nas três formas de representação propostas por Durand (2004): semelhança (1), imagem propriamente dita (2) e (3) vestígios. Entendemos que esta última forma de representação materializa-se no discurso por meio de palavras de ordem, de citações, de definições, de *lugar de memória* e de enunciados fundadores que retornam ao eixo da formulação e sustentam os ritos comemorativos.

Os discursos de rememoração, em relação às “coisas a saber”, constituem-se de efeitos de evidência de que os sujeitos do discurso sabem “do que falam”, porque evocam objetos que se inscrevem tanto na ordem do privado, como na ordem do público, dotando-os de efeitos de realidade. Um elemento determinante para a efetivação dessa ilusão são aqueles constituídos pelos procedimentos de “fazer crer”, os quais dão visibilidade ao objeto do discurso pelo “fazer-ver”. Esses procedimentos assemelham-se às reservas de conhecimento acumuladas, que “protegem” a formação social de ameaças do esquecimento e do apagamento daquilo que é tomado como o que necessita ser mantido, principalmente pelo Estado e pelas instituições, que são “pólos privilegiados de resposta a essa necessidade ou a essa demanda” (Pêcheux, *op. cit.*, p. 34). Constitui o saber estabilizado, aquilo que se repete, segundo Orlandi (2002a), numa rede parafrástica, em que a paráfrase é a “matriz” do sentido. Nesse funcionamento, a repetição sustenta o saber discursivo e presentifica experiências passadas que irrompem no eixo da formulação. O saber discursivo retorna sob a forma de pré-construídos.

Apesar de conceber a rememoração como paráfrase (da ordem do repetível) é importante focar a movência própria dela, cuja sustentação concretiza-se pela relação da memória com a FD, que determina *o que pode e deve ser dito*, mas também o que significa e não significa pelo lugar de onde o sujeito olha o objeto e pelo grau de dependência dele a esse lugar. Para arrematar a questão da rememoração como memória, ancoramo-nos na seguinte formulação:

a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÉCHEUX, 1999, p. 56).

Pode-se dizer, com isso, que a rememoração é linearizada no eixo da formulação e instaura efeitos de sentidos distintos pelos espaços de memória que convoca e faz trabalhar no discurso.

2.2 Comemoração: tensão entre o estratégico e o simbólico

A designação comemoração nos moldes em que foi definida por Pierre Nora (1992) funciona junto à noção de *lugar de memória*. Essa noção foi cunhada por ele, juntamente com cento e trinta historiadores filiados a diferentes instituições quando do desenvolvimento de projeto de pesquisa histórica na França. É uma obra grandiosa pela dimensão material (mais de 6.000 páginas)²⁷, pela duração do trabalho (dez anos, de 1984 a 1993), pela importância dos historiadores envolvidos e, também, porque explora um conteúdo inovador. Recobre vários segmentos da historiografia moderna e os fenômenos advindos dela. O centro de interesse dessa obra é o fenômeno comemorativo, pelo qual Nora e seus colaboradores buscaram recompor a passagem do histórico ao rememorativo e do rememorativo ao

²⁷ O plano geral de **Les lieux de mémoire**, acompanhado da cronologia de sua publicação é o seguinte: I – La République (1984), II – La Nation (1986), estavam previstos dois volumes, mas foram editados três: Vol. 1 – Héritages, historiographie, paysages, vol. 2 – Le territoire, L’Etat, le patrimoine, vol 3 – La Glorie, les mots; III – Le France (1993) Vol. I - Conflits et partages, vol 2 – Traditions, vol. 3 – D’archive à l’emblème.

comemorativo. Na passagem de um movimento ao outro, tanto a rememoração quanto a comemoração constituem-se como história.

A noção de *lugar de memória*, ainda de acordo com Nora (idem) deveria funcionar inicialmente como uma contra-memória: o lugar da crítica e da quebra com a tendência ao elogio e à celebração. No entanto, o momento sócio-histórico pautava-se pela “obsessão comemorativa” e isso fez com que o lugar de memória se tornasse um instrumento de comemoração, de modo que esta passou a ser ela própria um *lugar de memória*. Com isso, a possibilidade de olhar criticamente as celebrações, inicialmente propostas pelo Estado, e as versões do passado que se legitimavam, esvaziou-se. O objeto da comemoração, nesse projeto, é então o que se mantém vivo do passado, descoberto por acaso pela direita e herdado pela esquerda. Pelo processo de comemoração, o passado legitima o presente, por meio da institucionalização de práticas simbólicas que sacralizam nomes e eventos a serem comemorados e atualizados pelo *lugar de memória*.

Os rituais de comemoração iniciam pelo princípio da rememoração enquanto recordação do passado. O ponto nodal da comemoração de um nome ou evento do passado são as filiações e as relações identitárias, constituídas no presente. Nesse sentido, o objeto comemorado e reconhecido como herança é sempre institucional. Realiza-se por filiações a grupos e se constitui como um elo que liga passado, presente e futuro, como tempos tridimensionais. A história, como continuidade, dividia-se, inicialmente, como a história da nação e as memórias como eventos desvinculados da Igreja e do Estado. A era do patrimônio inverteu o processo e as memórias de grupos passaram a constituir a afirmação simbólica de identidades e de representações não mais ligadas ao Estado. Esse fenômeno, no entanto, atingiu e atinge não só a França, mas as sociedades contemporâneas laicas, que se vêem como históricas e regidas pelo político.

Pierre Nora (1992) distingue dois tipos de comemoração: uma por a partir do exemplo das comemorações que se articulam em torno da Revolução Francesa, e outra a partir de Maio de 1968. Essa distinção possibilita uma análise contrastiva entre os dois acontecimentos para diferenciar celebração de comemoração.

No que se refere à primeira comemoração – a Revolução Francesa – diz que ela é voluntária e deliberada. Tem origem no Estado, mas funciona contraditoriamente. Como uma comemoração imposta pelo Estado, que é impossível de não ser comemorada, mas difícil de ser controlada nos sentidos que instaura.

Pertence ao domínio do mais consciente. Sua constituição resulta do trabalho dos efeitos de evidência constituídos pelo funcionamento da ideologia, portanto, de discursos aparentemente transparentes, próprios de memórias saturadas.

Courtine define as memórias saturadas pelo funcionamento do “interdiscurso como preenchimento, produtor de um efeito de consistência no interior do formulável” (1999, p. 22). O Estado comanda o dispositivo das repetições características das celebrações e dá visibilidade à comemoração como “espetáculo”, pelos rituais constituídos por desfiles, discursos, palavras de ordem e *slogans*. As comemorações voluntárias e deliberadas instauram-se a partir do Estado e são por ele controladas, mesmo assim, as divisões, as tensões e as contradições que habitam a comemoração persistem e coexistem no espaço da celebração. Isso ocorre porque é difícil controlar a memória que emerge na comemoração.

O sujeito desse discurso é sempre o sujeito investido do poder para dizer o que diz. No discurso de comemoração²⁸, recortado nessa investigação, o Museu é uma das instituições e funciona como o lugar de onde o sujeito-locutor fala de Érico Veríssimo. O seu dizer ancora-se em dizeres institucionalizados, passíveis de serem comprovados. No entanto, há momentos em que o sujeito porta-voz²⁹ instaura no discurso a sua voz, como intermediário entre a formação discursiva e as instituições, abandonando a recitação. Isso significa que a memória, nesse caso, é voluntária, gerenciada, datada, espacializada, o que não impede o deslizamento.

Já o acontecimento de Maio de 68 é, de acordo com Nora (1992), uma comemoração involuntária, da ordem do inconsciente. Não é controlada nem gerenciada pelo Estado. Funciona pelas repetições e pelas filiações identitárias de grupos e formações sociais. Segundo Orlandi (1999, p. 65), “a falha é constitutiva da memória, assim como o esquecimento [...], no entanto, o que acontece com os sentidos de 68 é que eles não falham apenas nessa memória, eles foram silenciados [...] há faltas e não falhas”.

Trata-se de ação revolucionária que, apesar de não ser palpável e consciente, rompe com a ordem estabelecida. É auto-referencial, marcada pela opacidade e pelo deslizamento de sentidos. A dificuldade de interpretá-la fez com que a auto-análise, própria das autobiografias, se constituísse como *lugar de memória* do maio

²⁸ Nesse discurso, a rememoração e a comemoração funcionam juntas no intradiscurso. Conforme explicitamos no item 3.2 desta primeira parte.

²⁹ Detalhamos o funcionamento do discurso do sujeito porta-voz no item 3.3 na primeira parte.

de 1968, como possibilidade de atualização no seio da esquerda. As comemorações públicas deveriam realizar-se de dez em dez anos, mas em relação a maio de 68, isso não ocorreu, uma vez que o seu aniversário coincidiu com outras comemorações relacionadas à esquerda.

O fenômeno comemorativo passa de uma história nacional para uma afirmação simbólica de filiação. Isso fez com que o Estado buscasse favorecer e enquadrar o novo impulso de laicização³⁰ comemorativo, por mais que esse processo fosse estranho a ele. O imaginário da formação social e a memória como descontinuidade passam a funcionar no processo comemorativo com a ampliação da abrangência do sentido de patrimônio. Esse é o resultado do trabalho de recomposição do sistema tradicional de identidade, que passou a valorizar as referências tomadas pelo viés da proximidade, dando lugar às memórias localizadas, às maneiras de “fazer-criar”, como processos de identificação de grupos institucionais, que podem vir mesmo a intervir no cenário urbano, instituindo espaços memoriais: como museus, obras autobiográficas, dando lugar a elementos do privado.

Nesse sentido, a identidade, a memória e o patrimônio passaram a ser as palavras-chave das identidades contemporâneas devido à urgência de discursivização do presente. Os museus proliferaram e passaram a funcionar como “uma máquina do tempo”³¹ que presentifica o passado, atualiza a memória e encaminha para o futuro. Diante desse quadro, políticos e poder público não tiveram outra opção a não ser institucionalizar os movimentos de comemoração. Não gerenciadas pelo Estado, os rituais de comemoração constituem-se de efeitos de uma verdade política, própria de filiações identitárias de grupos, o que faz com que sejam aceitas pelos sujeitos da formação social.

A instituição do ano do patrimônio é, segundo Nora (1992), um pouco o Maio de 68: teve pouca preocupação com o futuro e seu foco foi o passado e a política de preservação de contingentes ameaçados pelo esquecimento. A comemoração, ao deslizar do nacional ao institucional e setorial, exerce o poder de unificação, de tal forma que a “herança” relacionada à transmissão de bens culturais passa a ser definida como o bem que constitui os grupos sociais. A volta ao passado como

³⁰ A laicização corresponde à desvinculação da comemoração do Estado e da Igreja, num movimento em que passaram a ser comemorados também nomes e datas ligadas a pequenas comunidades e grupos. Esse movimento coincidiu com a patrimonialização.

³¹ Cf. Catroga (2001b).

tradição constitui-se como uma rejeição à modernidade. Assim, as comemorações fazem funcionar os imaginários sociais e as filiações simbólicas por um quadro de representações que as legitimam.

Davallon (1993/1999), assim como Nora (*Ibid.*), teoriza acerca da comemoração e aborda o fenômeno comemorativo a partir do Bicentenário da Revolução Francesa. Para ele, a comemoração constitui-se como a possibilidade de “olhar” criticamente o passado. Esse “olhar” pauta-se na leitura simbólica do fato social comemorado, como resultado do jogo político ligado ao sócio-histórico que envolve esse fato. A ação política da comemoração exige que os sujeitos sociais tomem posição, filiando-se à comemoração, ou, ao contrário, desidentifiquem-se dela pela rejeição aos valores colocados pelas celebrações e rituais comemorativos. Isso ocorre porque o fazer comemorativo, mesmo quando proposto pelo Estado, não tem como controlar a memória que o constitui e que atualiza o discurso do presente, fazendo o sentido deslizar.

A comemoração desencadeia a aceitação e a crítica e, por isso, deve ser abordada pela dupla dimensão estratégica e simbólica. Dessa abordagem, decorrem, ainda segundo Davallon (1993), duas conseqüências: uma conjuntural e outra estrutural. A primeira dimensão, a estratégica, diz respeito ao planejamento e desenvolvimento dos ritos comemorativos, enquanto que a segunda, a simbólica, refere-se à própria análise deles em suas conseqüências políticas e se concentra no caráter ritualístico e institucional da comemoração. A dimensão estratégica desencadeia conflitos e contradições próprias da vida pública que descarta a unanimidade e a impossibilidade do congelamento dos sentidos. Nessa perspectiva, a comemoração representa o que é vivo nas formações sociais, constituindo-se como a refundação do passado. A Revolução Francesa, por exemplo, representa o mito da instauração de uma sociedade nova pela revolução que propiciou o gesto fundador de uma sociedade de direito pela Declaração dos Direitos Humanos.

Em relação aos rituais políticos desencadeados pela comemoração, Davallon (*Ibid*) afirma que se pode provisoriamente chegar a três conclusões. A primeira é a de que eles criam e materializam uma rede identitária entre os atores sociais. Discursivamente, dizemos que se cria uma rede de relações entre os sujeitos de uma formação social em um tempo e espaço determinados. Essa rede de relações dá visibilidade a uma determinada ordem social, significando-a de acordo com interesses institucionais, por meio de discursos, de imagens e de palavras de ordem.

A segunda conclusão é que a ordem social visibilizada não representa a realidade comum à formação social. Na perspectiva discursiva dizemos que essa ordem aparece num espaço imaginário, instaurando a pulsão, o desejo de ser “semelhante” ou “igual a”. Essa segunda conclusão remete ao discurso de rememoração que advém do espaço urbano em torno de Érico Veríssimo, ou seja, diante das perdas sofridas, os sujeitos colocam-no no lugar de e a partir desse lugar o comemoram.

Ainda de acordo com Davallon o aparecimento de uma ordem social num espaço imaginário significa três coisas: a primeira é que aquilo que está representado, nesse espaço e nesse tempo, escapa à lógica do verdadeiro e do falso. Pertence à lógica da figurativização, na qual os contrários coabitam, os elementos fundem-se, condensam-se, modificam-se e se constituem como um mundo de representação. A segunda é que aquilo que se desenvolve nesse espaço e nesse tempo efetiva-se por um “contrato” imaginário realizado entre os sujeitos da formação social e se funda sobre a experiência humana. Nela os sujeitos identificam-se num mundo, designado por Pêcheux (2002) como “semanticamente normal”. A terceira é que a lógica de figurativização e a experiência comum instaurada por esse imaginário servem de fundo para a produção da significação. Com isso, constituem-se símbolos comuns, alegorias, narratividades, que propiciam a refundação de um passado pelo presente.

A terceira conclusão apontada por Davallon (*op. cit.*) é que todas essas práticas simbólicas e políticas de agregação sustentam-se pela produção de objetos de memória. Esses objetos integram a prática simbólica e fornecem a representação da cerimônia que vivifica a memória. O que era objeto da história passa a ser visto como memória coletiva de grupos, passíveis de constituir arquivo e de tornarem-se documentos históricos dados como herança a gerações futuras. No entanto, em relação à memória social, a herança não é da mesma ordem da familiar. Nesse sentido, pode ser dada como herança pela rememoração e a comemoração, enquanto procedimentos ligados à memória social, que segundo Catroga (2001, p. 44), sobredetermina os ritos comemorativos.

Nesse funcionamento, o que volta do passado pela recordação e pela comemoração é sempre tomado do coletivo, tanto em termos do que é gerido pelo Estado, como aquilo que faz sentido em uma dada formação social. A recordação, segundo o mesmo autor, realiza-se sempre na alteridade. O seu fio condutor é o

outro e a narratividade da história vivida. Nesse sentido, “a memória é uma re-presentificação, feita a partir do presente e dentro de uma tensão tridimensional do tempo” (*Ibid.*, p. 46). Isso significa que o passado retorna de acordo com as emergências do presente e conduz a um tempo futuro, ao devir.

A comemoração, nessa perspectiva, tem como contra-face a rememoração e se caracteriza pela contradição. Organiza-se numa narrativa aparentemente coerente, que apaga os “buracos negros deixados pelos esquecimentos” (*Ibid.*, p. 46). Pode-se dizer, segundo o mesmo autor, que a recordação viabiliza a comemoração e subordina-se ao princípio de realidade, aos conhecimentos distribuídos socialmente pelas instituições, as quais, segundo Berger & Luckmann (2007), estruturam as sociedades humanas pela linguagem. O efeito de realidade decorre da datação e da institucionalização do discurso. A partir da rememoração, o que retorna do passado para o presente é o que é tido como o melhor para ser celebrado.

Segundo Catroga (*op. cit.*, p. 53), o funcionamento das ritualizações do passado é contraditório. Por um lado, convocam o passado e por outro, convocam o futuro, na medida em que o “passado como memória, participa de sua edificação”. Esse movimento destaca o funcionamento dialético entre a recordação e o esquecimento. Para o mesmo autor, o esquecimento representa o atravessamento do inconsciente no que é recalçado e funciona como a fonte das recordações. Ele possibilita a existência “não só de futuros para o presente, mas também, numa atitude justiceira, de futuros para o passado”. O presente comemorado funda-se no passado como recordação ou como desejo, que o passado rememorado instaura pelas comemorações, que só entra na ordem do discurso pela emergência criada pelos discursos de rememoração.

A comemoração é mobilizada com frequência em trabalhos da Análise de Discurso, não como fio estruturador, mas como elemento desencadeador de discursos e de efeitos de sentido. Exemplificamos esse funcionamento com os trabalhos de Pêcheux (2002)³², Mالدیدیر & Guilhaumou (1994) e Indursky (2003). O primeiro e o último fazem funcionar essa noção em trabalhos a partir do discurso, como estrutura e acontecimento. O segundo trabalho mobiliza-a em relação à língua na história. Além desses três trabalhos, há outros, especialmente aqueles nos quais

³² Neste trabalho, usamos o texto de 2002, publicado pela Editora da Unicamp com o título **Discurso, estrutura ou acontecimento?**.

analistas do discurso brasileiros refletem acerca da comemoração a partir dos acontecimentos constitutivos dos ritos comemorativos dos 500 anos do descobrimento do Brasil, que não desenvolveremos aqui, visto que não é o foco de nossa investigação. Destacamos os três trabalhos mencionados anteriormente para ilustrar o funcionamento da comemoração nos textos de Pêcheux, Maldidier & Guilhaumou e Indursky.

Pêcheux em **Discurso: estrutura ou acontecimento?** reflete acerca do discurso como estrutura e como acontecimento a partir do enunciado “*on a gagné*” com o qual os franceses comemoraram a vitória de François Mitterrand, em maio de 1981. Nesse texto, destaca as formas como “uns e outros fazem trabalhar o acontecimento em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar” (Pêcheux, 2002, p. 19). Com isso ilustra o funcionamento da estrutura pela contradição e pelo deslizamento de sentidos. A sua formulação constitui-se pelo enunciável³³ que escapa à intencionalidade e aos interesses das instituições sociais, as quais, apesar de organizarem a realidade social, são atravessadas pela falha e pelo equívoco da língua. De acordo com Pêcheux (*Ibid.*, p. 53), “todo enunciado é passível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição, própria ao logicamente estável se exerça sobre ele)”.

Segundo Guilhaumou & Maldidier (1994), a comemoração é o objeto mais focalizado pelos historiadores, especialmente a da Revolução Francesa nos anos de 1889, 1939 e 1989. Com o objetivo de repensar a relação entre a Lingüística e a história na Análise do Discurso, os dois autores recortam enunciados de três jornais: L’Humanité, Le Figaro e Le Monde. A partir de unidades lexicais ou sintagmas recorrentes descrevem o impacto discursivo da memória e a maneira como a imprensa cotidiana procura dar conta do bicentenário da Revolução Francesa, como acontecimento fortemente valorizado e tomado como um bem-comum em uma tradição comemorativa fortemente “estruturada” e organizada pelo Estado. Um dos enunciados mobilizados nesse trabalho é a “Queda da Bastilha”. Os enunciados que reproduzem os sintagmas e retrabalham discursivamente o duplo sentido do nome

³³ O conceito de enunciável é desenvolvido por Foucault (1969) como enunciados que legitimam os discursos na atualidade. Courtine (1981) retoma essa noção definindo-a como o que é legítimo em uma determinada FD e funciona como uma memória que atualiza sentidos, permitindo a leitura.

Bastilha, símbolo da Revolução Francesa e também tomado como nome do lugar, da praça (cf. Guilhaumou & Mالدidier, 1994).

A memória histórica, retomada pela “queda da Bastilha”, remete ao acontecimento de 14 de julho de 1789 e se constitui como o lugar da inscrição de um pré-construído discursivo que cristaliza enunciados, elementos do discurso da narrativa ou da descrição de enunciadores anônimos ou esquecidos que contribuíram após a Revolução para a denominação dos acontecimentos. A análise de *subcorpus* permite opor a reprodução do sintagma às formas múltiplas de desconstrução-reconfiguração constitutivas do sentido desses enunciados e do acontecimento discursivo.

Indursky (2003, p. 102), na esteira de Pêcheux (2002) e Foucault (2004), inicia a reflexão pela afirmação de que “um discurso não existe de forma isolada, ele estabelece relações com outros discursos, no interior de domínios de saber, as formações discursivas (FD’s)”. A partir desses dois autores, sustenta, de um lado, o funcionamento da formação discursiva como o lugar das regularidades, que define “as condições de existência, coexistência, transformação e desaparecimento de certos enunciados discursivos”. E, de outro lado, como lugar em que o dizer de um sujeito se inscreve e, sempre pelo processo de identificação autoriza certos discursos e impede outros. Com isso, referenda a interpelação do sujeito pela ideologia, afetado pelo inconsciente e, conseqüentemente a sua inscrição a uma determinada FD, de onde “não só ele retira os elementos de saber que se organizam no interior de seu discurso, como também e, sobretudo, ele se significa ao significar ou re-significar o seu dizer”.

A autora acentua ainda, nesse trabalho, que em Análise de Discurso as noções funcionam conjuntamente e exemplifica este funcionamento pelas noções de repetibilidade e estrutura. A repetibilidade remete aos esquecimentos que afetam o sujeito do discurso, especialmente o esquecimento n.º 1, da ordem do inconsciente, pelo qual os sujeitos têm a ilusão de ser a origem do dizer. Em relação à estrutura, refere à inscrição dos enunciados em um eixo estrutural, que tanto pode ser vertical como horizontal. No eixo vertical esses enunciados inscrevem-se tanto em uma FD que os interpela como sujeitos do seu discurso quanto ao interdiscurso.

[...] ao inscrever seu discurso na ordem da repetibilidade, o sujeito produz um duplo movimento. Inicialmente retira seu discurso de uma rede de

formulações pré-existentes (Courtine, 1981) e, ato contínuo, re-inscreve o seu dizer nesta mesma rede de formulações (INDURSKY, 2003, p. 103).

O discurso realiza-se no cruzamento eixo vertical, o da memória, com o eixo da horizontalidade, o do intradiscurso. O encontro desses dois eixos constitui, segundo Pêcheux (2002), o acontecimento. Indursky analisa o enunciado “Lula-lá” e busca definir como este dizer faz trabalhar a memória a partir de sua inscrição em uma rede de formulações ligadas a um tempo de longa duração, que antecede a todas as candidaturas de Lula à presidência da República e mesmo ao comunismo no Brasil e fora dele. O ponto nodal da análise é o acontecimento discursivo instaurado pela comemoração da vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002. Nesse evento comemorativo ocorre o rompimento com o repetível e instaura-se o novo, o efeito de memória. Isso ocorre durante a comemoração da vitória de Lula.

A referência aos trabalhos de Pêcheux (2002), Malidier & Guilhaumou (1994) e Indursky (2003), ilustram a abordagem da comemoração e também do *lugar de memória* na perspectiva discursiva. Mas não esgotam a nossa teorização acerca deles; ao contrário, mostram, de um lado, a sua produtividade e operacionalidade na análise de discurso e, de outro, sinalizam para a necessidade de deslocamentos/transformações a serem empreendidas em torno delas. Ao pensar nesses trabalhos enfatizamos, em razão do nosso tema, a necessidade de desenvolver a noção rememoração e do seu funcionamento juntamente com as noções de comemoração e de *lugar de memória*.

O deslocamento da rememoração, da comemoração e do *lugar de memória* para o funcionamento na ordem do discursivo mobiliza outras noções, especialmente a noção de *memória discursiva*, tal como foi desenvolvida por Courtine (1981) e o arcabouço teórico que a constitui. Além disso, corroboram para mostrar *como o objeto de rememoração/comemoração* constitui-se no espaço urbano, bem como os domínios de memória em que funcionam e os espaços de memória que convocam. Referimo-nos, quando falamos da rememoração e depois da comemoração, à emergência de um terceiro conceito: *o lugar de memória*. É a partir desse conceito que continuamos nosso percurso.

2.3 Lugar de Memória ³⁴

Comecei a escrever o primeiro volume de *O Tempo e o Vento* em 1947, com enorme impulso. Durante os três anos em que vivi na casa do meu avô materno, observando-o – às vezes consciente, outras, inconscientemente – no ato de viver, de ser, mal sabia eu que estava fazendo com ele o meu “aprendizado gaúcho”, e que sua prosódia, a cadência de sua voz, sua sabedoria da vida, seus ditos, seu gosto em matéria de comida, os “causos” que ele contava... (p.295)

O *lugar de memória* guarda traços e vestígios da memória como descontinuidade: organiza e sustenta a continuidade dos discursos políticos³⁵ advindos das instituições que funcionam no espaço urbano. De acordo com Courtine (2006), o *lugar de memória* recolhe, transcreve e organiza os traços de identificação comuns a nomes ou eventos a serem comemorados. Como o mobilizamos, neste trabalho, o *lugar de memória* ocorre pela inscrição do lugar na ordem do simbólico e faz retornar enunciados já-ditos, significados, mas esquecidos. Não fosse assim, os lugares seriam apenas lugares de história³⁶ e funcionariam como arquivo, que guarda documentos, pois

é conhecido que a memória, quando arquivada, deixa de ser, na verdadeira acepção, uma recordação, logo, algo que mantém um elo vivo de continuidade e de pertença de um sujeito. Nesse sentido, ela adquire, ao contrário, o estatuto de documento, seja seu suporte o registro sonoro e fílmico ou a própria escrita (CATROGA, 2001b, p. 46)

O discurso de comemoração nos termos definidos anteriormente é *lugar de memória* porque nele organizam-se e se repetem traços de identificação existentes entre os sujeitos do espaço de rememoração/comemoração e o objeto comemorado. Essa noção foi desenvolvida por Pierre Nora (1992), para funcionar junto aos discursos de comemoração como o lugar da crítica. Isso em um momento particular da história em que o Estado tomava para si a responsabilidade comemorativa e as sociedades apareciam como fortes em termos de memória e fracas em relação à história. A possibilidade de a memória – da ordem do vivido – poder extinguir-se

³⁴ Lugar de memória é um conceito trabalhado em AD por Orlandi, Courtine (2006) e Zoppi-Fontana (1997).

³⁵ Entendemos que todo o discurso é em si mesmo político, porque nele atuam sujeitos que negociam sentidos e posições.

³⁶ Cf. Nora (1993, p. 24).

juntamente com as comunidades que as mantêm fez com que o *lugar de memória* se fizesse necessário, como arquivo, onde a memória pudesse se constituir em história, como continuidade e como estabilidade, o que a institucionaliza.

Nesse sentido, é esclarecedor o posicionamento de De Certeau (1995 b) para o qual o discurso proveniente da memória institucionalizada (arquivada), impõe sentidos na ilusão de poder instaurar a unidade da linguagem. O gesto de produção de arquivo, como memória institucionalizada funciona na/pela cidade e sofre coerções dos aparelhos ideológicos de Estado, os quais, segundo Orlandi (2004b, p. 96), “gerem a memória coletiva”. Esse gesto resulta da ilusão constitutiva do sujeito, segundo a qual é possível determinar que acontecimentos *devem/podem* constituir a história e que sujeitos *podem/devem* ler e escrever essa história com uma certa autonomia. A ilusão de gerenciamento de sentidos referida por Orlandi (idem) tem origem em Pêcheux (1997b, p. 198), e se relaciona à identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber (SU).

O *lugar de memória* é tomado como arquivo, mas não no sentido estático da institucionalização da memória comemorativa, porque não é somente um campo de documentos pertinentes sobre um nome ou objeto. Ele é mais do que isso, é em si mesmo, um documento, não como mobiliário material, mas como objeto cultural que representa em si mesmo os conteúdos imaginários constitutivos dos objetos que arquiva. Nesse aspecto, o *lugar de memória* funciona duplamente. Primeiro, guarda vestígios que irrompem no discurso da comemoração – eixo das relações – pelos objetos culturais que os ritos comemorativos convocam e celebram. Segundo, constitui e dá visibilidade a esses objetos, resignificando-os, não somente como rastros do passado, mas como movimento contraditório em que o passado é interpretado em função de um presente e encaminha a um futuro. Esses rastros e vestígios linearizam no eixo da formulação o presente cultural do espaço urbano, mas também a história e a memória desse espaço e também dos sujeitos que o constituem e são por ele constituídos.

O espaço a que nos referimos, aqui em nosso trabalho, é o museu que, de acordo com Durand (2004, p. 6), “é o imaginário de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas”. Nesta investigação recortamos o museu Érico Veríssimo como um *lugar de memória*. Diante disso, reiteramos que esse espaço mobiliza os três tempos: o passado como rememoração, o presente como comemoração que encaminha para o futuro. Assim, o que deveria funcionar

como “lugar da estabilidade” transforma-se no lugar de onde emerge a memória em movimento. Cada objeto cultural constitui-se de uma memória e relaciona outras memórias, formando uma rede de filiações que encaminham e sustentam os ritos comemorativos de uma formação social. As fotografias e os objetos que representam o comemorado pertencem ao passado, mas irrompem no eixo da formulação e significam diferentemente porque as memórias que são convocadas e os efeitos de sentido que instauram não podem ser “controlados” pelas instituições.

O lugar de memória, em sua acepção primeira, assegurava a conservação e a transmissão de valores institucionais da Igreja ou da Escola, da Família ou Estado. Essa atuação dos “lugares” regulava a passagem de um tempo ao outro, determinando o que deveria ser conservado. No entanto, a conscientização de que o homem como ser social é responsável pelas mudanças na sociedade, fez com que esse “gerenciamento” da memória se apagasse. Nora (1984) o define como o elo indizível que liga o tempo atual ao passado, através de vestígios rememorativos que eram/são os rastros constitutivos da memória coletiva e representam fatos, homens e emblemas do passado. Na construção de arquivo, enquanto memória estabilizada, os sujeitos falam dos lugares institucionais e realizam gestos interpretativos. Por esse gesto, buscam a estabilização do discurso na ilusão constitutiva de ser a origem do dizer. Com isso, esquecem que o discurso relaciona-se com a língua na história e se constitui pela opacidade, pelo equívoco e pela falha.

As visibilidades e os apagamentos efetivados não são da mesma ordem, visto que cada instituição, apesar de ter o mesmo objeto discursivo, funciona diferentemente: os sujeitos investidos da posição de locutores ocupam diferentes posições-sujeito e são afetados por formações discursivas heterogêneas³⁷. No entanto, a memória que as constitui e a emergência da formação social faculta a transformação de um lugar material em lugar de memória pelo arquivo. Há um processo seletivo de constituição do arquivo, que evidencia ou silencia e apaga fatos, de acordo com a inscrição do sujeito responsável pelo dizer a uma ou outra FD que invade a FD da rememoração/comemoração.

³⁷ A noção de formação discursiva heterogênea tem origem em Pêcheux (1980), texto no qual repensa a ideologia e depois em Semântica em Discurso, ao retomar a noção de forma-sujeito e a interpelação do sujeito do discurso. Courtine (1981) relê Foucault (Arqueologia do Saber, 1975) e pelo viés do enunciado dividido reflete acerca do domínio da memória e da FD como não-fechada em um domínio do saber, mas heterogênea, invadida por saberes que vêm de lugares-outros.

A função do *lugar de memória* é constituir, sustentar e interpretar sujeitos idealizados. Um dos questionamentos em torno da noção é a falta de identificação, que significa também a falta de memória. Assim, o *lugar de memória* conservaria apenas uma herança e não memórias. Na perspectiva discursiva, o *lugar de memória* legitima por meio dos processos de interpelação do sujeito e pelo funcionamento discursivo a memória discursiva que atualiza os sentidos e faculta a leitura, a compreensão e a interpretação de textos – exemplares do discurso. Essa interpelação³⁸, segundo Pêcheux (1997a, p. 214), tem como centro as formações discursivas, que regulam *o que pode e deve ser dito ou não pode e não deve ser dito* em determinado momento ou por determinado sujeito, de acordo como as formações ideológicas que lhe são correspondentes. Dizemos que tem o efeito discursivo de um discurso autorizado, que sem o calor da memória social, sofre determinações da ideologia e do inconsciente.

O *lugar de memória* possui duplo papel: impede o esquecimento de antigas tradições, como agente de mudança e transformação, pela preservação das tradições e promove o resgate dos laços de continuidade. Além disso, assegura a permanência do tempo tridimensional preconizado por Catroga (2001b) em que o passado é retomado em função de um passado-presente, um presente-presente e um presente-futuro. Isso significa que o passado atua como um discurso doutrinário que guarda valores a serem incorporados ao presente, tendo em vista um futuro. Na ausência de memórias espontâneas, o *lugar de memória* constitui arquivo, tomado no sentido que lhe deu Pêcheux (1997b, p. 57) *como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão* especialmente em formações sociais em que a operação de memória não é mais natural, mas pensada em função das instituições.

A noção *lugar de memória* é produtiva na Análise de Discurso e recobre os mais diversos recortes discursivos, entre eles o de rememoração/comemoração abordada nesta investigação. O lugar de memória, de acordo com Courtine (2006, p. 88), é “um sistema de conservação de arquivo, uma rede de difusão que permite fazer ressurgir os enunciados, tornando-os, uma vez mais disponíveis, quando a necessidade da luta política os reclamam”. Isso significa que o funcionamento do *lugar de memória* não somente nos discursos políticos, mas em outros discursos

³⁸ Retomaremos o funcionamento da interpelação na segunda parte desse trabalho, quando explicarmos o arcabouço teórico que sustenta nossas análises.

também. Pelo *lugar de memória*, enunciados constituídos no eixo da verticalidade retornam como enunciados fundadores, pela inscrição no eixo da formulação como efeito de memória. Nos discursos de rememoração/comemoração os “lugares” marcam e guardam vestígios e traços de identificação e de representação existentes entre a formação social e nomes ou eventos que atendem à demanda dos sujeitos do discurso de serem “semelhantes” ou “igual a” referidos em nossa investigação como sujeito *desejante*, duplamente atravessado pela ideologia e pelo inconsciente.

Zoppi-Fontana (1997, p. 60), em sua tese de doutorado, aborda o “fazer-memória” pelo lugar de memória (república, a constituição e a praça argentinas). Esses lugares funcionam na constituição de uma linha de continuidade histórica “que resulta na construção de um corpo imaginário para um povo-Uno”, que legitima a relação de identificação/representação entre o povo argentino e o seu líder. Um dos recortes realizados por Zoppi-Fontana (*Ibid.*) é um filme com duração de cento e sessenta minutos, “que desenha a epopéia do povo argentino” e recobre cinquenta anos de história. A pesquisadora salienta que os lugares de memória não só participam do gesto político de disciplinarização e controle da memória coletiva pelo viés da história oficial, mas também produzem efeitos independentemente “da vontade política de qualquer setor do estado” (*Ibid.*, p. 60), e sobre ela mesma pelo deslocamento dos objetos simbólicos que deveria controlar.

2.4 Lugar de memória e lugar de história

É relevante, desde o início, marcar as fronteiras existentes entre *lugar de memória* e *lugar de história* e o fazemos a partir de Nora (1993), para quem o *lugar de memória* liga dois domínios, o que o torna complexo e ao mesmo tempo simples: o domínio da *naturalidade*, da ordem da evidência e o da *artificialidade*, que permite entendê-lo como construído. Na perspectiva discursiva, ele não é nem natural, nem artificial. Decorre do desejo de “fazer-memória”, mas também da repetição, o que resulta em efeitos de verdade, dados pela legitimação e sustentação institucional. Tanto em uma abordagem como em outra o *lugar de memória* é material, funcional e simbólico. Ele pode ser definido como um depósito de arquivos, que aparentemente

guarda vestígios históricos de memórias que não existem mais, e que, por isso, necessitam de um lugar para lembrá-los. É funcional pelo papel desempenhado nesse lugar e simbólico, pelo fato de estar no lugar *de*.

Nesse sentido, um lugar só é *lugar de memória* se inscrever o acontecimento na ordem do imaginário e do simbólico, isto é, se constituir laços identitários e de representação entre sujeitos de uma formação social. Se, na ordem do discurso, atualizar sentidos e se os sujeitos sociais e discursivos se reconhecerem nele, a partir de valores constitutivos da FD a que eles estão assujeitados. De qualquer forma, apesar de o *lugar de memória* ser material, a sua inscrição como lugar de uma memória histórica não vem do material, mas de valores dos quais eles estão investidos. Um mesmo objeto cultural pode significar diferentemente para os sujeitos. Diante do **Solo de Clarineta I**, os efeitos de sentido decorrentes dele não são sempre os mesmos. Ele pode funcionar na FD da rememoração/comemoração a partir do museu, como o lugar que organiza os demais lugares, como um documento que traz para o eixo da formulação um efeito de verdade sobre a vida do escritor, sustentado pela casa em que nasceu. O mesmo ocorre na Escola Margarida Pardelhas: o texto autobiográfico dá visibilidade ao trabalho social desenvolvido pela professora de matemática e reverenda a importância e o seu valor como profissional. No entanto, ela é conhecida por ter sido a 'professora de matemática de Érico Verissimo'.

A artificialidade, como uma das características do *lugar de memória*, relaciona-se à construção social da memória pela presença da intencionalidade e instaura a contradição constitutiva dos lugares. Se, de um lado, a ausência de intenção caracteriza o lugar de história, diferenciando-o do *lugar de memória*, de outro, no *lugar de memória*, a falha da intencionalidade, a ruptura com a continuidade institucional faz com que esse lugar se constitua pela memória e não pela história. Isso significa pensar que a rememoração/comemoração de nomes e de eventos a partir do *lugar de memória* traz o novo, pelos espaços de memória que faz funcionar, pela sua irrupção de outros discursos no eixo da formulação, atualizando sentidos e instaurando o ciclo da repetibilidade.

2.5 Rememoração/comemoração: discurso *de* e discurso *sobre*³⁹

A diferenciação entre o *lugar de história* e o *lugar de memória* encaminha para outros dois conceitos determinantes no processo discursivo em que funcionam juntos, no intradiscorso – eixo da formulação - a rememoração e a comemoração. Trata-se de refletir de um lado, acerca do lugar da rememoração e o seu funcionamento e, de outro, sobre o lugar da comemoração. A partir dessa explicitação podemos pensar o discurso que engloba as duas noções. Iniciamos pelo discurso *de*.

2.5.1 Rememoração: discurso *de*

Nesse mesmo capítulo falamos da rememoração e a tomamos a partir de Pêcheux (2002), como espaço discursivo, e de Courtine (1981), como domínio de memória. Por essa aproximação, entendemos o funcionamento dessa noção a partir do interdiscorso, como pré-construído, ou seja, como o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica”, que fornece-impõe a “realidade” o “mundo das coisas”⁴⁰. Por esse processo, constituem-se, no fio do discurso, pontos de estabilização que o legitimam e o sustentam pela repetição, pelos procedimentos de “fazer-criar” e “fazer-ver” e pelos procedimentos lingüísticos que trazem para o fio do discurso efeitos de sentido que explicitamos nas análises.

A rememoração ocorre na dimensão não-linear do dizer e ocupa o espaço do já-dito e do significado antes, em outro lugar, cujo retorno ocorre pela repetição, que de um lado estabiliza os sentidos e de outro, instaura o novo. Constitui-se por meio do processo parafrástico, pelo qual, segundo Orlandi (2002a, p. 36), “em todo o dizer há algo que se mantém, isto é o dizível, a memória”. Nesse funcionamento, é pela rememoração, enquanto discurso *de*, que os sujeitos filiam seu dizer a determinadas FD's e falam “com palavras já-ditas”⁴¹ constitutivas de redes parafrásticas, que

³⁹ Para aprofundamento acerca do discurso *sobre* remetemos a Orlandi (1990); Mariani (1998) e Indursky (2002).

⁴⁰ Cf. Pêcheux (1997a, p. 164)

⁴¹ Cf. Orlandi (2002a, p. 36)

podem tanto cristalizar sentidos, como fazer intervir o diferente, instaurando o novo, pelo processo polissêmico.

A rememoração é da ordem do mais inconsciente. Segundo Elia (2007, p. 83) “o lugar do desejo do sujeito, veiculado na mensagem pelo sujeito do enunciado que, no entanto, o desconhece radicalmente”. Dizemos que é da ordem do mais inconsciente, porque, em seu funcionamento como memória, o que é lembrado ou esquecido não faz parte de escolhas, mas de desejos e demandas do sujeito e da formação social. A demanda e o desejo relacionam-se à identificação do sujeito consigo mesmo, com o outro (com o minúsculo) e também com o Outro (o inconsciente). Pêcheux (1997a, p. 167), aborda a identificação do sujeito consigo mesmo, “como uma identificação com o outro (com o minúsculo, enquanto ego, origem discrepante”, numa ordem em que “o efeito-sujeito e o efeito de intersubjetividade são contemporâneos e co-extensivos”.

Nesse sentido, delimitamos duas modalidades de rememoração: a primeira, como interdiscurso, enquanto pré-construído e, a segunda, como discurso fundante. No primeiro funcionamento, a rememoração se realiza como memória e se materializa no discurso como efeito do discurso transverso. Entendemos que o discurso transverso ocorre pelo atravessamento no intradiscurso de discursos advindos de tempos e lugares outros, instaurando efeitos de sentidos contrários à homogeneidade. Pela repetição constituem a enunciabilidade por meio de enunciados que retornam como discurso autorizado. Nessa perspectiva o interdiscurso, enquanto pré-construído, fornece a matéria-prima que sustenta o dizer no eixo da formulação – intradiscurso. Nesse movimento, articula o já-dito e a atualidade, construindo redes de memória, que realizam o que Pêcheux (*Ibid.*, p. 167) chama de “incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura”.

O segundo funcionamento da rememoração - discurso *de* - realiza-se a partir do discurso fundante, por intermédio do qual o dizer se sustenta na materialidade e constitui no intradiscurso efeitos de verdade e de autoridade. No presente estudo, a obra de Érico Veríssimo, principalmente **Solo de Clarineta I**, é um exemplo de discurso que retorna no eixo da formulação e legitima a constituição do imaginário urbano e também do imaginário em torno do escritor com o qual os sujeitos da cidade se identificam. Esse retorno ocorre sob a forma de citação ou pelo funcionamento do interdiscurso, enquanto pré-construído, ou pelo efeito de discurso

transverso e funciona de modo semelhante à memória, que Orlandi (2004b) em seus diversos trabalhos designa de constitutiva. A diferença é que retoma um tempo marcado, a partir do discurso localizado, que cumpre no domínio discursivo, em que se inscreve uma função, a qual desliza e instaura novos sentidos, quando retorna como discurso fundante.

Acerca do discurso *de* é possível destacar a sua ocorrência como o que sustenta o dizer, autorizando-o, ou não, em relação à FD, à qual o sujeito da enunciação se assujeita, pela identificação, contra-identificação ou desidentificação dos sujeitos locutores e também dos interlocutores com o que é próprio da FD, como um saber. A constituição de um sujeito ou de um evento a ser comemorado decorre da inscrição dos sujeitos a espaços discursivos como domínios do saber relacionado ao lugar do evento rememorado.

2.5.2 Comemoração: discurso *sobre*

O *discurso sobre* se constitui pelo *discurso de*, que funciona como a memória que o constitui e como o discurso fundante que retorna e o ancora. O efeito imediato do discurso *sobre*, de acordo com Mariani (1999), é tornar objeto o nome ou evento *sobre* o qual fala o sujeito no discurso. Isso se deve ao tom altamente pedagógico, que o caracteriza – aqui tomado como discurso doutrinário. Esse discurso, segundo Orlandi (1996), tem reversibilidade zero e desconsidera o outro, enquanto alteridade constitutiva do sujeito do discurso. O efeito primeiro dessa discursividade é a aparente estabilidade, que aproxima o fazer discursivo do fazer histórico, na ilusão de poder realizar, segundo Pêcheux (1997b, p. 60), “o apagamento seletivo da memória histórica”.

Uma das marcas desse discurso é a modalização deôntica do dizer, materializada, no fio do discurso, pelos verbos *dever* e *ter*, própria dos discursos institucionais em que os sujeitos do discurso atuam como porta-vozes, isto é, falam do lugar autorizado em nome *de*, instituindo-se como mediador. A construção de versões e a aparência de pura repetição aproximam as narrativas históricas, segundo Pesavento (2007), daquilo que um dia teria acontecido. Com isso, afastam-nas do fazer discursivo que não se atém a um tempo cronológico, mas ao tempo afetado pelo simbólico, no qual, segundo Orlandi (2001a, p 19), “os fatos reclamam

sentido”. Para Henry (1985), a história, na perspectiva discursiva, não se define pela cronologia, mas pela produção dos sentidos e por ser da ordem do discurso.

Para dar conta do funcionamento do sujeito do discurso, tomamos a noção de objeto a ⁴² - causa do desejo – e o objeto do desejo – aquele que desencadeia o desejo, de Lacan (1985) e o colocamos para funcionar, nesse trabalho, em relação ao sujeito-objeto do discurso. Com isso dizemos que uma pessoa ou acontecimento pode constituir-se, ao mesmo tempo, como *o objeto a*, e *o objeto do desejo*, dizemos isso com referência à emergência de completude, própria do sujeito sempre incompleto de uma formação social. A emergência de completude inconsciente e ideológica dá visibilidade e mantém a aparente regularidade da memória histórica de uma formação social, a qual apesar das repetições e da aparente saturação é lacunar. Essa é uma das razões pelas quais o discurso sempre pode ser outro.

O discurso *sobre* sustenta-se na memória histórica, pelos esquecimentos da ordem da enunciação (o dizer só pode ser este) e da ordem do inconsciente (ilusão do sujeito de ser a fonte do sentido). Realiza-se pela memória dos lugares sociais, segundo Gadet, Leon, Plon e Maldidier (1997c, p. 54), “como representações imaginárias determinadas pela estrutura econômica e tidas como escapadiças do domínio desses sujeitos” e também pelos esquecimentos que se imbricam em várias memórias, atualizando o discurso sustentado pelas evidências de homogeneidade e de linearidade. Esse discurso se funda em outros discursos que constituem a sua memória, a forma de referenciar o dito, tomados nesse trabalho como rememoração.

O discurso de comemoração ancora-se no discurso de rememoração. Os procedimentos discursivos de sua constituição assemelham-se ao discurso pedagógico, no qual o sujeito enunciador autoriza-se e é autorizado a dizer o que diz. Nesse dizer projeta a imagem que faz de si mesmo e do outro, assim como do objeto do discurso e a partir dessas projeções imaginárias constitui o seu dizer a partir de valores, que atendem à demanda dos sujeitos interlocutores. Trabalha com informações datadas, especializadas e adquire o tom professoral. As palavras utilizadas são do campo semântico da certeza. Ele não diz “talvez”, diz sempre “é”.

⁴² Não desconhecemos que o objeto *a*, é um conceito anterior ao sujeito e não tem um lugar determinado de funcionamento na análise psicanalítica, relacionando-se à insatisfação e à perversão na relação sexual. No entanto, deslocamos essa noção do seu sentido e a transformamos para referi-la a Érico Veríssimo, como o que falta no espaço urbano. Fizemos isso, baseando-nos na transformação realizada por Lacan, no Seminário 16, onde ele aproxima essa noção ao conceito de mais-valia, de Marx mais-valia, como algo muito valorizado.

Utiliza-se de definições, de palavras de ordem e que lhe dão a ilusão de ser a origem do dizer.

Segundo Orlandi (1990, p. 37), esse discurso “representa lugares de autoridade, constituindo-se como uma das formas mais importantes de institucionalização do sentido”. Assim é porque o sujeito enunciador, ao falar, investe-se e está investido do poder que lhe é conferido pelo lugar de onde fala e que legitima o seu dizer. Essa legitimação decorre do movimento contraditório de valorização e desvalorização, que nega e confere relevância ao sujeito enunciador e à posição discursiva que esse sujeito ocupa na formação social. Segundo Foucault (2005), isso acontece porque a análise se centra nas relações de poder e não nas relações de sentido. Essa característica do *discurso sobre* diz respeito aos pilares que o sustentam: o sujeito e a formação discursiva em funcionamento no discurso. A FD legitima a posição que o sujeito ocupa e lhe permite dizer o que diz sobre algo que ele acredita conhecer e se sente autorizado a dizer.

Os lugares de autoridade referidos por Orlandi (*op. cit.*) constituem-se no exercício do poder, o qual, de acordo com Pêcheux (1997a), está em relação com a luta de classes, à posição ocupada pelo sujeito na formação social, pela qual é interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. Para Mariani (1998, p. 60), “os discursos *sobre*, atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória”. É por isso que os sujeitos desses discursos são intermediários⁴³, pois o falar *sobre* pressupõe o falar *de* (discurso fundante) que se situa entre o discurso *sobre* e o interlocutor, que fala de um lugar que o autoriza a dizer o que diz, mas nem sempre é institucional. O fato de o sujeito-locutor falar de um lugar institucional faz com que ele adote uma postura pedagógica, que transita entre o narrar e o descrever *um acontecimento singular* (*Ibid.*, p. 60) a partir de instituições como lugares de regularidade e normatividade⁴⁴.

O *discurso sobre* freqüentemente institucionaliza o dizer e não tem origem em um sujeito empírico, individual, que diz eu e se responsabiliza pelo dizer, mas em um sujeito imaginário, que, ao dizer, antecipa-se, colocando-se imaginariamente no lugar de seu interlocutor, materializando, no discurso, o que gostaria de ouvir. Essa antecipação designa, de acordo com Pêcheux (1997c, p. 82), no processo

⁴³ Entendemos que o sujeito intermediário funciona de forma similar ao sujeito porta-voz, o qual é autorizado a dizer o que diz e ocupa o lugar entre a FD e a instituição.

⁴⁴ Cf. Foucault (1984).

discursivo, o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro e à imagem que fazem desses lugares. Para dar conta dessa projeção imaginária, Mariani (*Ibid.*, p. 84)⁴⁵ introduz a noção de *contrato imaginário*, referido anteriormente a partir de Pêcheux (1997a). Trata-se do funcionamento de um jogo de imagens, a partir dos lugares ocupados pelo sujeito-falante, ou sujeito-autor, e pelo sujeito-interlocutor. A eficácia desse contrato depende das regras de projeção determinadas pelas formações sociais. Por elas o sujeito do discurso sabe o que pode e o que não pode ser dito ou interpretado.

O discurso *sobre* traz, para o intradiscurso, outros enunciados, que atuam como seus fundadores. De acordo com Orlandi (1990), há sempre um discurso que atua como fundador. A primeira menção à sustentação de um discurso a partir de um discurso anterior aparece em **AAD69**, quando Pêcheux (1997c) afirma que um discurso remete a outro, com o qual mantém relações de sentido, respondendo direta ou indiretamente por ele. Para Mariani (1998), uma das mais importantes características desse discurso é o fato de tornar objeto aquilo sobre o que fala. As visibilidades, os silêncios e os apagamentos no *discurso sobre* devem-se ao compromisso do enunciador com o dizer a partir do lugar que ocupa e de onde enuncia. Esse compromisso está em relação com o que De Certeau (1995, p. 286) chama de “táticas permitidas pelas exigências de uma posição e pelas pressões históricas”. Por isso, a credibilidade do discurso depende do sujeito enunciador e do lugar ocupado por ele. O dizer só entra na ordem do discurso se o sujeito estiver autorizado a dizer o que diz.

É na materialidade do discurso que os ditos e não-ditos podem ser interpretados. De acordo com Orlandi (2002a, p. 193), “formular é textualizar em palavras, é dar corpo ao sentido” e isso demanda estabelecer diferenças entre narração e narrativa, nos moldes do trabalho realizado por Mariani (1998), em que narrar é contar fatos, que pertencem à ordem do saber, da informação e que se colocam na ordem do vivido, portanto, da memória e não da história. De Certeau (1994, p. 288) reflete acerca do contar que “tem o estranho e duplo sentido de mudar o ver num crer e de fabricar com aparências”. A narrativa, nessa perspectiva, é o processo discursivo que se engendra a partir do interdiscurso, na verticalidade dos saberes, dependendo da posição em que se coloca o enunciador.

⁴⁵ Em sua tese de doutorado, Bethania Mariani (1996) enfoca o discurso da imprensa sobre o PCB no período que vai de 1922 a 1989.

O discurso de Érico Verissimo *sobre* ele mesmo no texto **Solo de Clarineta I**, livro de memórias, é tido, num primeiro momento, como narração porque se realiza a partir de lembranças, de vivências, que caracterizam,

As representações do tempo [...] apreendidas como ordenação dos tempos vividos contendo as descontinuidades e rupturas que acabam por engendrar uma representação das referências sociais, históricas e simbólicas que pontuam a ritmicidade de um cotidiano sempre reinventado (ECKERT, 2002, p. 81)

É por isso que não se pode tomar como literal e homogêneo o relato de memórias vividas. Elas são reconstruídas, reinventadas pela rememoração (lembranças e recordações) e pelas comemorações, as quais atualizam o presente pela representação de nomes e de eventos instauradores de acontecimentos discursivos que abrem para o devir. Esse funcionamento faz com os mesmos discursos retornem e pela repetibilidade movimentem a memória dita histórica.

Ao falar de si, o sujeito coloca no intradiscurso efeitos de verdade e simula uma realidade, tratando-a a partir do *como se*. Nesse sentido, o funcionamento tanto do discurso autobiográfico quanto do discurso *sobre*, engendram a narração e a narratividade. A narração é o encadeamento dos fatos, a fundação de um discurso em outros discursos, a materialidade do discurso. A narratividade é o processo de narração, os efeitos de sentido advindos da inscrição na FD que interpela o sujeito e determina *o que pode e deve ser dito* a partir da FD com a qual o sujeito enunciador identifica-se e pela qual é interpelado. A narratividade, portanto, é o elemento que atua junto à memória discursiva,

[...] institucionalizando esses dizeres possíveis: um fio que tece e conduz nos jornais o ecoar das repetições parafrásticas, impedindo o deslizar dos significantes e/ou resistências históricas, misturando passado, presente e futuro. Trata-se de um processo que estamos chamando de narratividade (MARIANI, 1998, p.97).

No início dessa primeira parte, apresentamos a rememoração e salientamos que esta se liga ao eixo paradigmático – eixo das seleções – cujo princípio se pauta pela espacialidade e temporalidade. Deslocando esse funcionamento para o funcionamento discursivo da memória, pode-se dizer que ela ocorre num tempo específico e que o sujeito ocupa um lugar na formação social e não dois lugares ao mesmo tempo. Nesse eixo estão os já-ditos, sempre-já significados do interdiscurso. Na seqüência, enfocamos a rememoração, depois a comemoração separadamente

e definimos o discurso de – de rememoração – e o discurso sobre – comemoração. No terceiro capítulo refletimos acerca da rememoração/comemoração como duas noções que no intradiscurso se encontram e se pautam no funcionamento do discurso, segundo Pêcheux (1997a) “como efeito de sentido entre sujeitos”.

3 Rememoração/comemoração: entre a memória e a história

Senti um dia a curiosidade de descobrir a origem dos Verissimo [...] Cruz Alta foi o ponto de encontro dos dois troncos cujos ramos se uniram e, numa sucessão de enxertos e cruzas, tornaram possível o desabrochar desse espécime humano que agora me contempla, irreverente, do fundo do espelho. O miserável não está levando a sério minhas memórias (cap. 1, p. 1).

Pelo encaminhamento dado nesse trabalho, entendemos ser necessário referir aos deslocamentos efetuados em relação à comemoração. Dissemos que ela funciona no eixo sintagmático – das relações – e no discurso corresponde à linearização, sintagmatização da memória. A rememoração, por sua vez, funciona no eixo paradigmático – das seleções – e no discurso relaciona-se ao interdiscurso, enquanto pré-construído, os saberes tomados em sua universalidade. A rememoração, nessa perspectiva, ancora o dizer sintagmatizado como discurso fundante.

Entendemos ser relevante repetir que tomamos a rememoração como discurso *de* e a comemoração como discurso *sobre*, pois o que se destaca nela é o fato de transformar em objeto aquilo de que fala ou comemora. Caracteriza-se como um discurso doutrinal pelo efeito de autoridade, segundo Courtine (2006), de que são revestidos os sujeitos enunciadore e pela submissão deles ao saber da FD dominante ou a SU (sujeito universal, do saber). Nos rituais comemorativos há uma aparente sobreposição entre o sujeito do discurso e o sujeito universal pela recitação dos conteúdos enunciados.

Outra colocação: enfocamos a rememoração/comemoração como duas noções que funcionam juntas, a partir do interdiscurso na modalidade do intradiscurso, no qual a memória (rememoração) encontra-se com a atualidade (comemoração) como um efeito do interdiscurso sobre si mesmo. Nesse funcionamento, o sujeito “esquece” que não é a origem do dizer⁴⁶ e que o seu dizer

⁴⁶ Voltaremos a essas noções na segunda parte desse trabalho (rede conceitual).

já está dito em uma memória que é anterior e se funda na História e na Memória, na aceção da história e do discurso.

Na perspectiva discursiva em que nos inscrevemos a rememoração/comemoração funciona em redes sociais e se caracteriza pela demanda em situar o seu objeto nas formações sociais, o qual a partir dos sujeitos institucionaliza o discurso. Nessa perspectiva, entendemos que as sociedades, ao longo de sua história, elaboraram para si um sistema articulado de idéias e imagens, de representações coletivas, que através delas e que se constituem as redes de identificações, as quais se articulam por meio de um imaginário social que inclui uma visão do passado tomado como ideal, em cuja esteira materializa-se um discurso centralizado em personagens idealizadas, criadas a partir da rememoração (recordação) e da comemoração (celebração).

Os sujeitos tomados no coletivo a partir de formações sociais não se identificam com quaisquer personagens. A efetivação desse processo de identificação decorre de pontos de contato dessas personagens com os sujeitos da formação social, onde circula o discurso. Definimos pontos de contato como o espaço em que os valores constitutivos da identidade do sujeito rememorado/comemorado se encontram e se repetem no eixo da formulação por serem caros à formação social, constituindo-se como memória, pela sobreposição e pelo imbricamento de dizeres e saberes.

Podemos dizer, então que os espaços urbanos surgem, desenvolvem-se e se mantêm imaginariamente em torno de famílias tradicionais e por isso celebram sujeitos, cuja trajetória reforça os valores institucionalizados nesse espaço e os constitui como sujeitos bem sucedidos. O discurso *sobre*, nesse sentido, realiza-se e se legitima por vestígios de pertencimento do sujeito/objeto do discurso à formação social, deixados no presente. Só assim ele se torna referência para os sujeitos urbanos, interlocutores desse discurso. Desse processo, resulta a construção idealizada de identidades, que se transformam em patrimônios urbanos.

É interessante, em relação a esse discurso, destacar que os valores do objeto de rememoração/comemoração priorizam os valores da formação social. O discurso no espaço urbano desliza para o Estado e para o país em um funcionamento tal que o discurso que circula sustenta-se em outros discursos, que o legitimam. Érico Veríssimo, por exemplo, antes de ser cruz-altense é brasileiro e gaúcho (cidadão que habita o Rio Grande do Sul). Podemos observar esse funcionamento pelo

retorno de enunciados ligados ao “orgulho de ser gaúcho”, “Deus é brasileiro”, “o sujeito trabalhador sempre vence as dificuldades, entre outros. Esses enunciados significam em termos de comemoração porque se inscrevem no intradiscurso a partir da memória, que se constitui pela rememoração. Essa prática discursiva realiza-se também em relação à rememoração/comemoração, não só em Cruz Alta, mas também em espaços urbanos, uma vez que o discurso *sobre* caracteriza-se pela universalidade, mas encaminha para um funcionamento da ordem do privado.

3.1 Memória e História

Trazemos para nossa reflexão as relações entre a memória e a história como elementos constitutivos do nosso trabalho. Segundo Nora (1992), elas não são sinônimas, ao contrário, opõem-se. A primeira é a reconstrução sempre incompleta do que não existe mais. A segunda, ao contrário, diz respeito ao que significa nas formações sociais, é da ordem do vivido. Está em permanente evolução, aberta à lembrança e também ao esquecimento. Diz respeito a grupos sociais e une os sujeitos desses grupos por laços identitários e de representação. A história tem vocação para o universal. Nela, ainda segundo Nora (*Ibid.*), há a voz de todos e a voz de ninguém. A memória é coletiva e se enraíza no que faz sentido na formação social, abrange grupos que se aglutinam em torno de laços identitários.

Tratamos do discurso de rememoração, cuja matéria-prima é o passado, não como um tempo estagnado e finito, mas relacionado a sujeitos, que além de assujeitados à ideologia, são também atravessados pelo inconsciente. Esse discurso funciona como memória em relação ao discurso de comemoração – discurso *sobre* - que se sustenta pelo interdiscurso, pelo efeito de pré-construído, segundo Pêcheux (1997a, p.171), aquilo que todo mundo sabe. Buscamos nesse discurso o seu funcionamento e a sua relação ao real da língua e ao real da história. Milner (1987, p.44) refere-se ao real da língua pela lingüística, como ciência, e enfoca a tensa relação entre a competência e o desempenho. Nessa perspectiva, a competência refere às capacidades inatas, da ordem da infinitude e o desempenho como capacidade social e finita. Com isso, destaca a língua como o lugar da falha, pois

“tudo não se diz”. Essa falha da língua é instauradora do equívoco, da fragmentação e da possibilidade da transformação, do novo. O lingüístico seria o “todo” e a língua o “não-todo”, a impossibilidade de dizer tudo. Entendemos que essa é a referência ao real, como aquilo que existe, mas não é representável, nem dizível.

O real da história refere à possibilidade de rupturas e de transformações de sentidos. Para dar conta da ruptura da História e da falta que a constitui, Pêcheux (1997a) refere às reformulações efetuadas na teoria marxista por Althusser na leitura que fez de Freud/Lacan, em trabalho de 1964 com o objetivo de “discernir o que falha não por pretender com isso se amparar definitivamente no verdadeiro(!), mas para avançar tanto quando se possa em direção à justiça” (Pêcheux, *idem*, p. 299). Dessa forma desfaz o equívoco ocorrido pela aproximação do “ego” com a forma-sujeito da ideologia jurídica, cujo funcionamento fez com que o funcionalismo saísse pela porta da frente e entrasse pela porta dos fundos, instituindo a identificação plena, refutada na teoria por Pêcheux, segundo o qual

“só há causa daquilo que falha” (J.Lacan) É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito [...] (PÊCHEUX, 1997a, p. 300)

A referência ao real da língua e ao real da história na retificação da teoria, realizada por Pêcheux, desloca a abrangência e o funcionamento da FD, cuja formulação inicial encaminhava para o fechamento e para o assujeitamento sem falhas. Essa questão é importante nesse trabalho por várias razões, entre elas destaca-se com o trabalho com a narrativa autobiográfica **Solo de Clarineta I**, que faz referência à história “versus” memória na implicação com o real e a realidade. Esclarecemos nesse ponto que o real, de acordo com Lacan (1995), é o impossível de dizer e a realidade é uma ilusão constitutiva do sujeito, pelo funcionamento do imaginário. Nesse sentido, o sujeito desse discurso é descentrado, isto é, assujeitado não a uma, mas a várias formações discursivas, fazendo emergir a opacidade e o equívoco, próprios da memória, como condição do legível.

A volta ao passado de glórias é própria do ser humano, que o vê freqüentemente como o tempo ideal, o tempo que, através de um discurso doutrinário ensina o presente a ser melhor, numa perspectiva de futuro melhor

ainda. Podemos refletir acerca da volta ao passado pela literatura, especificamente no Romantismo Brasileiro, em que o índio – primeiro povoador – tem sua formação imaginária constituída pela transferência de traços de identidade advindas do português. Da mesma forma, as heroínas escravas – geralmente brancas porque filhas do coronel português e da escrava negra⁴⁷ – incorporam as características das donzelas da corte. Com isso, inscreve-se na memória social do novo país, no intradiscurso, uma cultura que apaga outra. É por isso que não se pode dizer que o discurso do passado corresponde à verdade, mas a rastros, definidos por Nora (1992) como o vínculo indizível que liga o passado a um presente.

Entendemos memória e história enquanto forma de narrativa e de representação que se distinguem de outros discursos que enfocam a realidade, pois o seu referente é o passado, tempo transcorrido. Le Goff (1993, p. 2), pensando a nova história, divide-a em duas, a que “se faz no mundo, que os homens vivem, e aquela que os historiadores fazem”. A primeira é a que apesar de estar condicionada a uma formação social, aos indivíduos interpelados em sujeitos, segue a ordem do vivido, do rememorado e é tomada pela vontade de lembrar. Busca no presente reconstituir o passado com vistas a transmitir ao futuro os valores caros à formação social. Nela, o sujeito da enunciação, do lugar que ocupa e da posição que assume em uma FD como sujeito do dizer, interpelado pela ideologia. Esse sujeito recupera e dá visibilidade a determinados acontecimentos e a outros não, formulando um discurso que se liga ao passado e se re-inscreve no presente pelo efeito de verdade, e, com o futuro, pelo devir. A segunda – aquela que os historiadores fazem – refere ao passado estagnado, fechado em si mesmo, ligado às continuidades temporais. Essa segunda modalidade de volta ao passado desconsidera a memória e seu objetivo talvez seja o de anular sua eficácia.

De acordo com Seixas (2001), toda memória é fundamentalmente “criação de um passado”, uma reconstrução que busca resgatar determinados acontecimentos ligados a grupos heterogêneos, aos quais interessa apreender o mundo do presente, reconstruindo a sua identidade, inserindo dessa forma estratégias de reivindicações por uma complexa reivindicação de reconhecimento. O que é colocado em primeiro lugar entre a memória e a política é o poder. Ao constituir o *lugar de memória*, as instituições buscam de alguma forma controlar o passado e o presente. Mudar

⁴⁷ Exemplo desse funcionamento ocorre nas obras **O Guarani** e **Iracema**, de José de Alencar.

imaginariamente o passado em função do presente pelo controle da memória. Esse trabalho realiza-se pela consideração da materialidade em que a memória se expressa (a partir de relíquia, de monumentos, de arquivos, de símbolos, de rituais, de datas, de comemorações). Uma das formas de expressar a memória é pelo discurso de rememoração/comemoração em que os saberes constituem acontecimentos que reproduzem as relações de poder, acentuando as diferenças.

Decorre daí, o retorno do passado no eixo da formulação pelo atravessamento de discursos de tempos mais longos que fazem sentido na formação social e retornam pelas formações imaginárias, isto é, pela imagem que o sujeito tem de si mesmo, do outro e do sujeito ou evento que constitui o simulacro da realidade e que é rememorado/comemorado. No tempo presente, há uma simulação do passado como um tempo bom em que os valores da justiça e da verdade são valorizados e constituem a ordem do vivido. É pelo discurso que um sujeito é objeto de rememoração – discurso *de* – e de comemoração – discurso *sobre*. O discurso, segundo Orlandi (2002a, p.15), é o ponto de contato entre o homem e a realidade natural e social e torna possível tanto a estabilização quanto a transformação do homem e da realidade em que vive. Isso ocorre pela prática discursiva, como o trabalho simbólico do discurso – base da produção da existência humana.

A História ao privilegiar a memória como conhecimento, muitas vezes apaga os traços da memória dita involuntária, especialmente quando esses traços visibilizam memórias apagadas ou silenciadas que não interessam oficializar ou tornar de domínio público. Ao ser discursivizada como ciência, a História passa a ter mais compromisso com a veracidade e instaura um paradoxo: ao se fixar nos fatos⁴⁸, por exemplo, nos documentos escritos, corre o risco de se tornar apenas uma transcrição do que outros já escreveram, mas, se priorizar a memória oral, também pode ser tida como memorialista, perdendo sua aura de ciência, de guardiã da verdade.

Michel De Certeau (1995b, p.17), ao tratar da História, como disciplina, inicia sua reflexão com a questão: o que o historiador *fabrica* quando faz história, em que ele trabalha e o que produz? O historiador, segundo De Certeau (*Ibid.*), não apaga o lugar de onde fala, nem o domínio pelo qual conduz a investigação. O que ele apaga

⁴⁸ No início da segunda parte deste texto, nos procedimentos metodológicos, mostramos a passagem de dados para fatos. Segundo Orlandi (2004b, p. 36), esse deslocamento “nos coloca no campo do acontecimento lingüístico e do funcionamento discursivo”.

é o gesto que conduz às “idéias” *aos lugares*, concretizando, com isto, o gesto do historiador. Para o autor, compreender é analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método inicialmente instaurou a partir de seus próprios critérios de pertinência, pois

[...] na história como em outras disciplinas, uma prática sem teoria leva necessariamente, num momento ou noutro, ao dogmatismo de “valores eternos” ou a apologia de um “intemporal”. A suspeita não conseguiria alcançar toda a análise teórica (DE CERTEAU, 1995b, p. 18).

A História, compreendida como uma operação do saber, é válida quando a teoria, aliada às práticas, abre espaço para a sociedade, organizando os procedimentos próprios de uma disciplina em relação a um lugar e a um procedimento de análise. Em resumo, a História passa em seus novos paradigmas pela relação a lugares e a procedimentos de análises práticas que admitem tratar da realidade humana, sem esquecer que há leis que a determinam e a impedem de fugir às regras impostas pela disciplinarização a que ela se submete.

De acordo com Nora (1992), o efeito de apropriação da memória pela história ocorre pela proliferação de movimentos identitários (sociais e/ou políticos), que contribuem também para afirmar novas subjetividades e novas cidadanias, de onde emergem memórias subterrâneas relacionadas às zonas de sombras, de silêncios, de não-ditos, que se deslocam, presentificando-se em discursos carregados de metáforas e alusões. O silêncio, como censura, referido por Orlandi (2002b), dá conto do funcionamento daquilo que é apagado de memória de sujeitos, espaços sociais ou eventos relacionados a grupos sociais. O objetivo da censura é impedir que a memória constituída nas “zonas de sombras”, não emergja.

As memórias subterrâneas estão fora da história oficial e podem retornar do passado, com vistas a rememorar/comemorar nomes ou eventos, para transformá-los em sujeitos imaginários tomados pela aura da idealidade, responsáveis pela transmissão de valores. Esses sujeitos podem se tornar paradigmas para novos comportamentos. O efeito da vulnerabilidade teórica, de acordo com Seixas (2001), entrelaça-se ao efeito de apropriação, por levantar um divisor de águas entre história e memória, para, em seguida, destruí-lo, sem discutir os mecanismos de produção e reprodução de memória. Nora, por sua vez, trata

[...] da memória coletiva ou histórica, sem relacioná-las ao próprio paradigma histórico. Tudo se passa como se a memória só existisse teoricamente sob os refletores da própria história, postura que não resiste a uma observação mais atenta e descentrada (NORA, 1992, p. 30).

Nas considerações realizadas nessa parte intercalamos as reflexões acerca da História e da Memória, enfocando-as ora em termos memória como discurso, ora em termos da História como disciplina que prioriza os fatos e não os dados. Discursivamente interessa-nos a historicidade, pelos efeitos de sentido e pela memória inscrita em práticas sociais.

3.2 O funcionamento discursivo da memória pela história

O processo discursivo de constituição de redes identitárias ocorre pela memória, compreendida por Pêcheux (1999, p. 50) “não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador.” O discurso de rememoração/comemoração, apesar de se marcar como celebração e construção de um objeto de comemoração, aproxima-se da memória, no sentido de Pêcheux (*Ibid.*), porque se inscreve na ordem do imaginário, pelo simbólico. O sujeito-objeto⁴⁹ do discurso de rememoração/comemoração é da ordem do imaginário. Ele se constitui a partir do que os sujeitos vêem nele e o que eles vêem os completa a partir da idealidade de sujeito idealizado, que desencadeia o desejo de identificação.

A memória, nessa perspectiva, não é temporalizada, nem se relaciona à história como cronologia, mas a historicidades, que atualizam o dizer pelo funcionamento do interdiscurso, instância em que não há um sujeito responsável por ela, que diz eu e se esquece de que não é a origem do dizer, o qual para significar, já significou anteriormente, segundo Orlandi (2002a). No interdiscurso, de acordo com Courtine (1999a, p. 18), “o sujeito não tem um lugar que lhe é assimilável, que ressoa no domínio de memória somente uma voz sem nome”. A sua constituição

⁴⁹ Utilizamos aqui a designação sujeito-objeto porque Érico Veríssimo, como autor da narrativa autobiográfica **Solo de Clarineta I**, é sujeito-autor do discurso veiculado e, como aquele que é discursivizado no discurso de rememoração/comemoração, ele é objeto.

não se dá apenas pela patrimonialização ou pela institucionalização, mas pela identificação com a FD que o interpela. Nesse sentido, Sant'Anna (2003, p. 46) afirma que o monumento trabalha e estabiliza a memória coletiva "[...] fazendo vibrar o passado". No processo de patrimonialização o monumento perdeu importância e outros mecanismos de estabilização da memória passaram a vigorar em seu lugar, especialmente o patrimônio cultural, que mantém traços do monumento cultural. Em relação a isso a mesma autora afirma que

No Brasil, a idéia de que o patrimônio não se compõe apenas de edifícios e de obras eruditas, estando também presente no produto da alma popular, remonta a década de 30 e se encontrava no projeto que o poeta Modernista Mário de Andrade elaborou para o Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, em 1936. Esse sentido amplo de patrimônio encontrava-se na definição andradina de arte, como "a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos" (SANT'ANNA, 2003, p. 51).

Pode-se dizer, com isso, que patrimônio se relaciona à cultura e abrange também as artes. Em relação à seleção do patrimônio pela memória histórica, que se relaciona com o arquivo. A memória abarca a história em sua historicidade e ao esburacar-se exclui acontecimentos e dá visibilidade a outros, de acordo com interesses institucionais. O procedimento de exclusão produz, pelo funcionamento do silêncio, uma forma de censura, fazendo esquecer o que é silenciado e funda sentidos. Isto, segundo Orlandi, demonstra

O movimento contraditório, tanto do sujeito quanto do sentido, fazendo-se no entremeio entre a ilusão do um sentido só (efeito da relação com o interdiscurso) e o equívoco de todos os sentidos (efeito da relação com a *lalangue*⁵⁰) (ORLANDI, 2002b, p. 17)

A escolha entre o que faz parte da memória e o que é silenciado está a cargo das instituições, como legitimadoras de memória. Elas buscam determinar aquilo que deve ser lembrado e também o que deve ser esquecido, num movimento dialético em que a lembrança pressupõe o esquecimento no discurso de comemoração. No entanto, ao se inscreverem em espaços discursivos, os sentidos deslizam, rompem com a linearidade. Segundo Augé (1998, p.7), "o esquecimento é tão necessário à sociedade como ao indivíduo. [...] A própria memória tem necessidade do esquecimento: é preciso esquecer o passado recente para

⁵⁰ *Lalangue*, termo lacaniano, definido por Milner (1987) como aquilo que falta no real da língua, ou em outras palavras, é aquilo que é impossível dizer.

reencontrar o antigo”. É a partir do sujeito em relação com o lugar social de onde fala e dos esquecimentos que se imbricam várias memórias. É aí que a memória se desvela e constitui o outro. É a partir da relação imaginária com esse outro que os discursos constituem-se, formulam-se e circulam.

Ela não se reduz ao sujeito como fonte do sentido. Segundo Pêcheux (1997a), “ela recebe sempre uma sobredeterminação⁵¹ *do social* e do inconsciente”. Os sujeitos discursivos ao rememorar trazem para a ordem do discurso versões históricas da memória e têm a ilusão da cristalização do sentido. Encaminham para a estabilidade para o mesmo. Esquecem-se, segundo Orlandi (2004b, p. 31), de que “há uma parte do dizer, inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala. Mais ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima, produzida pelo interdiscurso (a memória discursiva)”. O sujeito empírico, enquanto indivíduo, ou na ordem pública, como pessoa física, não tem funcionamento na ordem do discursivo. Toda transformação ou mesmo reprodução se dá no coletivo. O sujeito e o discurso constituem-se na historicidade que movimenta os processos sociais. A origem dos saberes não está, portanto no sujeito, pois na análise discursiva ele é um lugar e não uma pessoa. Além disso, o lugar é regulado por práticas sociais.

Pelo processo de apropriação, que consiste na tomada de uma memória por outra, e pelo fato de apresentar um nome como patrimônio da comunidade, o discurso de rememoração/comemoração, como memória discursiva, acentua alguns aspectos do objeto do discurso e apaga outros. Atende a ordem discursiva da instituição pela qual fala. O sujeito do discurso é assujeitado por determinada FD e esta regula “*o que pode e deve ser dito* de uma determinada posição”. A constituição de uma memória histórica, em torno de um nome, a partir do qual o imaginário da cidade aglutina-se e se identifica exige algumas qualidades específicas. Essas características positivas não são sempre iguais em todas as FD's. Elas dependem das formações ideológicas constitutivas do espaço. Nesse sentido, a rememoração/comemoração, como prática discursiva em relação ao imaginário urbano, constitui a memória histórica e resulta do desejo dos sujeitos urbanos de se identificarem na ordem do simbólico com o sujeito comemorado, que não é um sujeito empírico, mas um personagem inventado por esse discurso.

⁵¹ A sobredeterminação surge no âmbito da psicanálise, mas é utilizada por Althusser (1985) para explicar a estrutura que cerca o indivíduo desde antes do seu nascimento, quando ele já é sujeito, já tem um nome e está sobredeterminado pelas regras da formação social onde vai nascer.

3.3 Sujeito porta-voz

A certa altura de *O Continente* comecei a sentir necessidade de criar uma personagem que pudesse fazer o papel de “coro” daquela comédia provinciana. Devia ser uma pessoa não só alfabetizada, mas também lida e com pontos de referência geográficos e culturais que a tornassem capaz de comparar aquela agreste e incipiente civilização sul-americana com a européia [...] (p. 299)

O sujeito porta-voz⁵² é um conceito próprio do discurso político. Tem origem em Conein (1980) na descrição de um acontecimento político, em que o objeto de análise são os arquivos políticos da Revolução Francesa, com o objetivo de ilustrar os paradoxos desse discurso. O sujeito porta-voz funciona nessa perspectiva como “um agente coletivo em movimento”, que exerce duas funções enunciativas: a de agente enunciativo (aquele que fala no lugar de) e de agente a quem é atribuída uma ação (como povo).

Pêcheux (1982/1990)⁵³ retoma esse conceito em relação à revolução Francesa, à Revolução Socialista e às Revoluções do Século XX e define o porta-voz como um agente que exerce duas funções enunciativas: uma como ator visível, que fala em nome de e outra como aquele que resiste ao adversário. O porta-voz é, de acordo com Pêcheux (idem, p. 17) “se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. [...] que o coloca e posição de negociador em potencial, no centro visível de um “nós” em formação [...]”. Nessa perspectiva o porta-voz circula entre três posições: a de profeta, a de dirigente e do homem de Estado, constituindo-se como o agente de contradições e deslocamentos, porque circula entre o mundo existe e a possibilidade de “um outro mundo”.

Indursky (2002) enfoca o porta-voz e a função enunciativa dele no discurso sobre o MST, destacando que o porta-voz dá visibilidade ao MST, mas não relata o a fala do militante do movimento. Na verdade ele fala em nome dos integrantes do movimento, mas assume o dizer, colocando-se como mediador.

O sujeito porta-voz, no discurso de rememoração/comemoração no espaço urbano, funciona na dimensão linear do dizer, no intradiscorso e se relaciona com a comemoração a partir do discurso *sobre*. É da ordem do mais consciente e lineariza-

⁵² Para aprofundar o funcionamento dessa noção em relação ao discurso político remetemos a Schons (2006).

⁵³ Texto publicado no Brasil em 1990, nos Cadernos de Estudos Lingüísticos (no. 19).

se na tensão entre o já-dito do interdiscurso, em seu funcionamento pelo pré-construído, como efeito do discurso transversal, no eixo da formulação. Trabalha no plano da reformulação e da re-inscrição do dizer, o que faculta a polissemia, a possibilidade do novo.

Nesse sentido, o porta-voz é responsável pelo que é dito a partir de lugares de memória, distribuindo os saberes e os dizeres que atualizam a memória, possibilitando assim, a constituição de uma coletividade, um “nós” que emerge do museu, como lugar que organiza a memória e a atualiza nos demais lugares, da Universidade, que se delega o poder de falar do lugar da cultura, das tradições e das heranças e também do Poder Público. É importante destacar que o porta-voz, no discurso de rememoração/comemoração, nem sempre é visibilizado, identificado. Em alguns desses discursos, entre os quais se destaca o da Unicruz, ele simula um anonimato, constituindo-se como “uma voz anônima”.

Com isso destacamos que o sujeito porta-voz é aquele que fala “no lugar do outro” e assume o lugar do enunciado, que Pêcheux e Henry retomam pelos desdobramentos do sujeito, referidos por dois termos: o sujeito da enunciação, como o responsável pelo dizer e o sujeito do saber, que corresponde à forma-sujeito de uma FD. Por esses desdobramentos ocorrem os processos de identificação, de legitimação e de representação do sujeito em uma FD. Essa relação é constitutiva do discurso de rememoração/comemoração, uma vez que, nesse discurso, há uma memória comum aos sujeitos e uma atualidade que reclama essa memória. Só há rememoração/comemoração se seu objeto e a demanda do espaço em que ela ocorre afetar os sujeitos participantes desse evento.

Assumimos, na primeira parte deste trabalho, a rememoração/comemoração como duas noções que funcionam juntas no intradiscurso. Essa possibilidade é um efeito do interdiscurso como pré-construído. A hipótese que sustenta nossas reflexões é a de que a comemoração funciona discursivamente e faz sentido na formação social pelo discurso *de*, que a legitima e a sustenta. Além disso, entendemos a comemoração como um ‘discurso sobre’, devido ao seu caráter doutrinário e a sua vinculação institucional, que autoriza sujeitos a dizerem o que dizem.

No discurso de rememoração/comemoração, o sujeito porta-voz emerge como “autorizado” pela instituição e ocupa a posição de intermediário entre os sujeitos da FD e a instituição. O sujeito porta-voz comporta

a relação do enunciador com o grupo enunciatário por ele representado. Estas operações produzem a contradição constitutiva do funcionamento discursivo da figura do porta-voz, que se caracteriza por um movimento pendular de inclusão (como ator participante) e exclusão (como testemunha do acontecimento) do porta-voz do/no grupo do qual ele é o centro visível (ZOPPI-FONTANA, 1998, p. 79)

No discurso de rememoração/comemoração não há confronto político entre sujeitos de diferentes FD's e isso constitui o sujeito porta-voz como o representante do grupo, como aquele que é detentor do saber discursivo e por isso *pode* e *deve* falar *sobre*, legitimando-se como aquele que pode dizer o que diz. Constituindo-se assim a dupla visibilidade de que trata Zoppi-Fontana (*Ibid.*) referendada pelo fato de estar em um lugar institucional e por, imaginariamente, serem detentores de saberes ausentes nos demais sujeitos. O porta-voz, nesse funcionamento, não é uma testemunha privilegiada, mas possui um *excedente imaginário*⁵⁴ que lhe permite interpretar os fatos e assumir posicionamentos em relação a eles. Para explicar o excedente imaginário, a Zoppi-Fontana (*idem*) se refere à visão excedente, que dá conta de que o sujeito pelo lugar que ocupa “vê mais”, porque a posição-sujeito ocupa o autoriza e porque ele se identifica com a forma-sujeito da FD, que determina o que *pode e deve ser dito* desse lugar, assumindo, portanto, em relação aos sujeitos que representa, uma atitude doutrinal, que constitui no intradiscurso efeitos de verdade e de autoridade.

3.4 Funcionamentos da memória discursiva

Saigon exercia sobre o espírito do menino uma poderosa fascinação. Por suas ruas rodavam aquelas curiosas carruagens puxadas por um nativo, os rickishaws. (“Mãe, como se pronuncia essa palavra?” Resposta: “Sabei-me lá! Pergunta ao teu pai”.) (p. 69)

Ao longo desta primeira parte trabalhamos a rememoração/comemoração e explicitamos o seu funcionamento pelo *lugar de memória* (Nora, 1984), pela relação

⁵⁴ Cf. Zoppi-Fontana (1998, p. 128)

da memória com a História e pela memória funcionando discursivamente pela História. Frisamos, desde a introdução, que o nosso olhar tem como centro a discursividade. Por isso, nesta parte, vamos focar mais detalhadamente a memória discursiva, que é o fio estruturante de nossa investigação. Essa noção é mobilizada diferentemente por Pêcheux, Courtine e por Orlandi. Para Pêcheux (1999, p. 52), os enunciados que constituem a memória discursiva fazem sentido no intradiscurso porque pertencem à ordem do sempre-já-lá dito e significado e dos pré-construídos, memória constitutiva de uma formação social. É “a condição do legível no próprio legível”.

A mesma noção é retomada por Courtine (1981), que a relaciona ao seu funcionamento em redes, que instauram as repetições no eixo da formulação. A materialidade das repetições constitui-se de uma memória, que atualiza os sentidos. Nesses termos, o autor refere à existência histórica de enunciados, que retornam como acontecimentos discursivos e se legitimam discursivamente pelos acontecimentos históricos. Orlandi (2002a, 2003, 2004) trabalha essa noção pelas paráfrases – repetição do já-significado, que forma redes parafrásticas e desliza sobre o já-significado em outro lugar. Para Orlandi (2002a), não há somente uma retomada do sentido, mas também movimento, reformulação, negação ou esquecimento. É por essa retomada que a memória inscreve-se em uma zona de sentido.

Neste trabalho, mobilizamos essa noção em relação à memória coletiva, que funciona em simetria com as lembranças, as recordações (discursos *de* rememoração) e ao que é refutado, esquecido, apagado ou lembrado e se materializam nos discursos de comemoração. Diante da rememoração (eixo vertical – interdiscurso) e da comemoração (eixo horizontal – formulação), tomamos a memória discursiva como constitutiva dos dois eixos, nos quais o primeiro (rememoração) funciona como a memória e o segundo (comemoração) como a atualidade. A memória discursiva é, então, segundo Orlandi (2002 *idem*, p. 31), “o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”.

Nesse sentido, a memória discursiva, pelo interdiscurso, disponibiliza dizeres que afetam o sujeito diferentemente em cada situação discursiva, pelo que vem pela história e pela identificação do sujeito à FD que o assujeita. O sentido relaciona-se ao que é dito em outro lugar e retorna pelo interdiscurso, pelo funcionamento dos

pré-construídos – efeitos do discurso transversal, da articulação e dos encadeamentos. Como interdiscurso, a memória discursiva não é fechada e simétrica: depende de como o sujeito da enunciação se identifica ao sujeito do saber e também do lugar que esse sujeito ocupa na FD. Apesar da ilusão de ser a fonte do sentido, o sujeito não controla esses sentidos, nem os espaços discursivos que fazem trabalhar o acontecimento. Cada evento discursivo significa diferentemente pela imbricação entre os sujeitos, as posições ocupadas por eles e as condições sócio-históricas de enunciação.

No encontro da rememoração/comemoração como prática discursiva esses dois conceitos passam a funcionar como memória discursiva, isto é, segundo Pêcheux (1999), o funcionamento dos pré-construídos – saberes da ordem da universalidade – como legitimação daquilo que, por ser institucional, já é legítimo. Nesse sentido, é que a rememoração – discurso *de* – relaciona-se às redes parafrásticas, que inscreve a repetição em zonas de sentido e de funcionamentos que instaura o novo, pela comemoração que se constitui pela memória que desliza e ao fazer isso movimenta, reformula e pelo processo polissêmico, faz irromper no fio do discurso o novo.

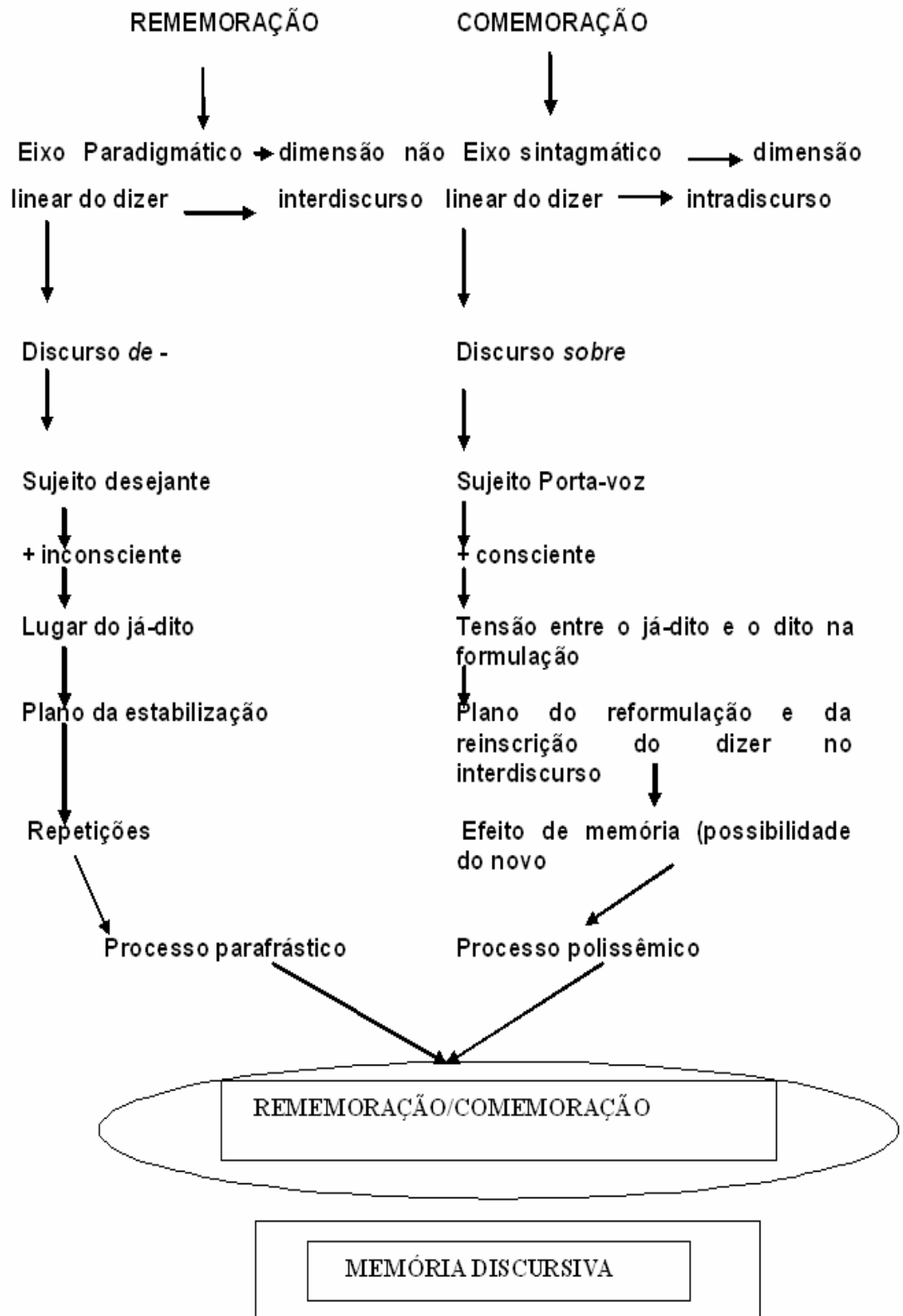
3.5 Encerrando a primeira parte

Nesta primeira parte, enfocamos o tema desta investigação: *rememoração/comemoração*. Apresentamos o tema e a problematização da rememoração e da comemoração como noções advindas da História e da Antropologia e que reclamam em seu funcionamento a noção de *lugar de memória*, de Pierre Nora. Na seqüência, o discurso *de*, relacionado à rememoração e o discurso *sobre*, como comemoração. Enfocamos a História e a memória em relação ao tema proposto. No final desta primeira parte, assumimos que a rememoração/comemoração funciona pela memória discursiva e a responsabilidade do dizer está, com freqüência a cargo do sujeito porta-voz. A noção memória discursiva foi trabalhada por Pêcheux (1997, 2003)⁵⁵, por Courtine (1981) e também por Orlandi (2002a, 2004b), entre outros. Vamos trabalhar essencialmente com a

⁵⁵ Textos originais publicados respectivamente em 1975 e 1983.

memória discursiva como interdiscursivo, pelo funcionamento do pré-construído (retomado por Henry, 1992) pelo processo de articulação, como efeito do discurso transversal.

Encaminhamos para a segunda parte desta investigação, na qual destacamos o funcionamento desse discurso pelo viés do simbólico e do imaginário em relação ao espaço urbano. Destacamos as práticas discursivas e a rede conceitual em relação à memória discursiva e aos procedimentos de “fazer-crer”. Discorreremos também acerca do processo discursivo desse discurso. O esquema analítico a seguir ilustra a teorização realizada até agora.



SEGUNDA PARTE

O IMAGINÁRIO URBANO: ENTRE A RECORDAÇÃO E A CELEBRAÇÃO

Cruz Alta era uma comunidade típica do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, em que predominavam uma população de remota origem portuguesa e mais os caboclos “pêlo duro”, sim, e ainda os descendentes dos tropeiros paulistas que no século passado vinham a cavalo de Sorocaba comprar mulas para depois vendê-las na feira de sua cidade natal (p. 188).

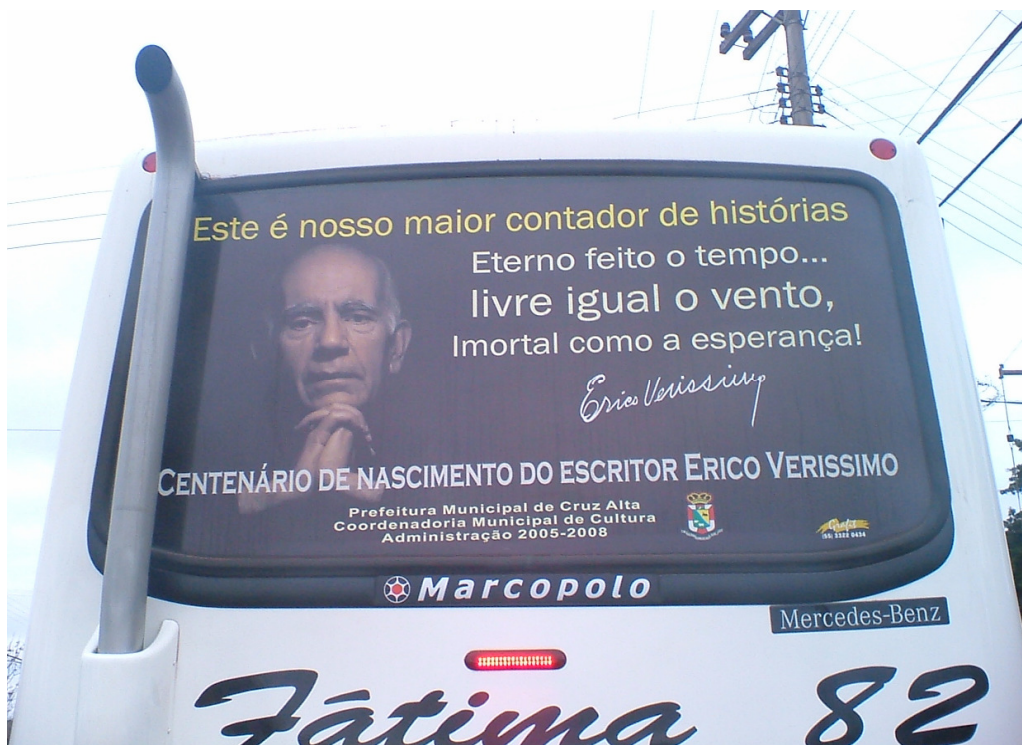


Figura 2 – Texto que circulou em Cruz Alta, no coletivo urbano da Empresa Nossa Senhora de Fátima desde 2005 até os dias atuais

1 MATERIALIDADES DO DISCURSIVO: A LÍNGUA NA HISTÓRIA

Aproximava-se o fim de dezembro, o dinheiro que eu trouxera minguava, e eu continuava desempregado. Ganhei duzentos mil réis numa só noite, pintando até alta madrugada alguns bonecos em cores para ornamentar as vitrinas de natal da casa Rheingantz, cujo gerente era meu conhecido (p. 236).

1.1 Primeiras palavras

Neste capítulo enfocamos a materialidade do discursivo, a partir da língua, e a materialidade do não-verbal, a partir de imagens na constituição do discurso da cidade. Para pensar a língua, de acordo com Henry (1992), é indispensável pensar na forma-sujeito, isto é, nos desdobramentos do sujeito no discurso. Por esse desdobramento é possível pensá-lo na ilusão referencial do sujeito, que se pensa individual e responsável pelo dizer na enunciação e também em sua relação com o sujeito do conhecimento – sujeito social – sujeito universal, da ciência – que determina o dizer por sua identificação e interpelação à forma-sujeito em que se inscreve.

Nessa relação do sujeito com a língua e com a história, um dos princípios a considerar é o da não transparência da linguagem, cujo objeto é a língua, que funciona

[...] através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc... Num jogo de diferenças, alterações e contradições. [...] O objeto da lingüística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e de transformações de sentido, escapando a qualquer ordem estabelecida *a priori*, de um trabalho de sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÉCHEUX, 2002, p. 50-51).

A língua, nesta perspectiva, recusa a relação de univocidade entre pensamento/linguagem/mundo. Define-se como acontecimento, que envolve o

sujeito afetado pela história e funciona, de acordo com Pêcheux (*Ibid*, p. 52), “em uma zona intermediária de processos discursivos (derivados do jurídico, do administrativo e das convenções sociais da vida cotidiana) que oscilam em torno dela”. Apesar de ser herdeira, segundo Orlandi (2002a, p. 20), da Psicanálise, da Lingüística e do Marxismo, na análise discursiva não se submete a nenhuma delas. Do lugar de onde analisamos os discursos de rememoração/comemoração, o trabalho de análise não se reduz à língua (objeto da Lingüística), mas também não se deixa absorver pela Teoria Marxista, nem se limita à Psicanálise. O trabalho analítico realiza-se nos entremeios dessas disciplinas, nos furos constituídos por elas e nas relações que resultam desses furos.

A análise na perspectiva discursiva, segundo Orlandi (*Ibid*), é um procedimento que busca a historicidade, o simbólico e a ideologia como materialidade do inconsciente. No entanto, nenhuma dessas perspectivas absorve a análise, posto que ela é determinada pelo objeto analítico, que representa em si a escolha de um percurso a ser seguido. Segundo Courtine (1981), a análise na perspectiva discursiva não reduz o discurso à análise da língua nem o dissolve no trabalho histórico sobre as ideologias. O foco nessa perspectiva é a materialidade discursiva em sua especificidade.

Trata-se, então, do funcionamento da língua no discurso como efeito de sentidos. Para realizar o trabalho de análise na perspectiva discursiva é necessário, de acordo com Courtine (1999, p. 18), “ser lingüista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo”. Outro ponto a considerar é a relação do sujeito e da ideologia no enfoque discursivo, uma vez que não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia, “é a ideologia que [...] constitui os sujeitos” (Pêcheux, 1997a, p. 129). A relação entre os sujeitos e os sentidos afetados pela língua e pela história não se dá como cronologia ou eventos determinados, mas como historicidade, cuja função é, pelos processos discursivos, garantir determinados efeitos de sentido e não outros. Isso ocorre porque o sentido escapa, podendo constituir novas relações e novas redes de memória.

A historicidade movimenta e põe em relação acontecimentos, a partir dos quais os sentidos se dispersam e podem sempre vir a serem outros. O que interessa ao analista de discurso não é o tempo cronológico de um acontecimento histórico, mas como se constituem no discurso as redes parafrásticas, que inscrevem o dizer em domínios de memória. Nesse sentido, de acordo com Courtine (1981), é

importante sublinhar que toda produção discursiva que se efetua em condições determinadas de uma conjuntura provoca movimentos, faz circular formulações anteriores, já enunciadas. Courtine (idem) denomina esse movimento de *efeito de memória*. Esse efeito realiza-se pela relação do interdiscurso com o intradiscurso sob a forma de uma contradição.

O efeito de memória ocorre pela aparente sobreposição entre o interdiscurso, via pré-construído (o que todo mundo sabe) e o intradiscurso, que legitima o saber da FD. A lacunaridade do discurso, a natureza intervalar, é apagada diante dos efeitos de realidade/verdade, que levam os sujeitos a “crer” e também a “ver”. Esse funcionamento resulta do atravessamento de um discurso em outro e das redes sócio-históricas da organização do que deve ser lembrado ou esquecido pelas instituições, que organizam a memória social em redes significantes. O nome das obras ou palavras que as retomam no intradiscurso e sustentam a rememoração/comemoração, legitimam seu objeto no espaço urbano, por meio de designações que encaminham para a idealidade do sujeito. No discurso de Cruz Alta, Érico Verissimo é designado como *um grande escritor, um homem superdotado, cidadão de todos os continentes* ou como *uma herança cultural que a cidade, quer dividir com todos*.

A organização material desse discurso busca a legitimação e a identificação com os sujeitos aos quais se destina o texto. A repetição e as redes parafrásticas, que reforçam o mesmo, “tecem” os traços de identificação e colocam em um mesmo eixo os sujeitos e o objeto do discurso. Com isso, as redes costuram a ilusão de que o dizer pode ser controlado pelas instituições. Contudo, permanece latente que outros discursos ecoam, ressoam no presente e que a rememoração é determinada por essa atualidade constituída por *slogans*, palavras de ordens e imagens que constituem “realidades”. A memória discursiva como organização do saber na formação social permite visibilizar o que retorna pela emergência do presente.

Pode-se afirmar, ancorados nesses pressupostos, que não compete aos sujeitos tomados empiricamente, nem mesmo aos sujeitos porta-vozes determinarem o que constitui ou não a memória histórica do espaço da cidade ou o que constitui o espaço urbano. Essa memória relaciona-se à identificação entre os sujeitos urbanos e a forma-sujeito (sujeito histórico) da FD, em que se inscrevem. Segundo Pêcheux (1997a), os sujeitos são livres para assujeitarem-se, mas se constituem pela ilusão de serem a origem daquilo que dizem.

Nessa mesma direção, Indursky (1998) na esteira de Pêcheux e Courtine refere ao fato de o sujeito ser duplamente afetado em seu funcionamento individual, pelo inconsciente e, em seu funcionamento social, pela ideologia. Destaca, que esse assujeitamento constitui-se em uma das feridas narcísicas dos sujeitos capitalistas, os quais se constituem pela ilusão de serem ‘a origem do dizer’. Não esgotamos as reflexões em torno da caracterização do funcionamento material do discurso de rememoração/comemoração, mas reiteramos a possibilidade de olhar o objeto desta pesquisa a partir de outros lugares, sem com isso reduzi-lo, nem fechá-lo.

1.2 Práticas discursivas: rede conceitual

Naquelas semanas assisti ao desfile dos soldados e voluntários civis que iam derrubar o Governo Federal para instaurar no país – conforme diziam os jornais e os oradores revolucionários, uma nova era de verdadeira moralidade, em que se pudesse promover o progresso do Brasil e a felicidade de seu povo. Eu olhava tudo aquilo com o olho morno e cético. Talvez o “meu” ceticismo fosse apenas à máscara com que eu procurava disfarçar minha preguiça de tomar uma posição concreta perante a revolução (p.228).

A rememoração/comemoração funciona em uma rede conceitual, cujo eixo estruturador é a memória discursiva, como interdiscurso, definido e desenvolvido por Pêcheux (1997). Abordamos junto a essa noção as questões relativas ao sujeito: forma-sujeito, posição sujeito, interpelação e identificação, bem como as formações discursivas, ideológicas e imaginárias que se articulam em torno do interdiscurso. Retomamos também as materialidades discursivas do discurso de rememoração/comemoração no que diz respeito à língua na história e ao funcionamento das materialidades não-verbais nele. Além disso, relacionamos as instâncias do real, do imaginário e do simbólico em relação ao sujeito desejante.

O processo discursivo estrutura-se em torno do sujeito e da ideologia. Para estabelecer essa relação Pêcheux (1997a, p. 149-155) se refere a duas teses apresentadas por Althusser: a primeira assevera que “só há prática através de sujeitos e sob *uma* ideologia” e, a segunda que “só há ideologia pelo sujeito e para

os sujeitos”. Na primeira, o uso do artigo indefinido “uma” dá conta da dependência da ideologia às FD’s e também, sustenta dizer que uma mesma ideologia não afeta a todos da mesma forma e ao mesmo tempo. Na segunda proposição, o sujeito está marcado e isso significa que “a categoria do sujeito é a categoria constitutiva de toda a ideologia” (ibidem, p. 155).

Nesses termos, Pêcheux distingue Ideologia, formação ideológica, e ideologia dominante. A Ideologia em geral, não relacionada à história, concebe o homem como um “animal ideológico”, isto é, que faz parte da natureza e se relaciona ao inconsciente. As evidências, segundo Pêcheux (*Ibid.*), inclusive a da transparência da linguagem, são um “efeito da ideologia”. Encontram determinação junto à constituição do sentido e do sujeito pela figura da interpelação, num duplo sentido: primeiro pela vinculação do sujeito aos Aparelhos Ideológicos de Estado, e pelos vínculos estabelecidos entre o sujeito de direito (que se relaciona com os demais sujeitos) e com o sujeito ideológico (aquele que ao falar de si mesmo diz “sou eu”)⁵⁶. As formações ideológicas, por referência ao “teatro da consciência”, refere à evidência de o indivíduo “é sempre já-sujeito”⁵⁷, mas se constitui pela ilusão de sua autonomia dada pela ideologia, que, segundo Pêcheux,

fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra, ou enunciado queiram dizer o que realmente dizem e que mascaram, assim sob a transparência da linguagem, o caráter material do sentido e das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1997a, p. 160)

No discurso, os efeitos de evidência materializam-se pelo funcionamento do interdiscurso como a memória do dizer, que sinaliza como se dá o processo de interpelação/assujeitamento e de identificação dos sujeitos nas práticas discursivas de rememoração/comemoração. Nessa prática, a rememoração funciona de forma análoga ao pré-construído, desenvolvido por Pêcheux (*Ibid.*) e Henry (1992) e definido como saberes constitutivos da memória discursiva. O processo de interpelação-identificação produz o sujeito no “lugar deixado vazio” pela universalidade. O sujeito ideológico, nessa perspectiva, é o duplo do sujeito jurídico e resulta da evidência dissimuladora da “norma identificadora”⁵⁸, pela qual os sujeitos se reconhecem e reconhecem os seus interlocutores. Essas evidências se

⁵⁶ Cf. Pêcheux (1997a, p. 154).

⁵⁷ *Ibid.*, p. 155.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 159.

fundam na linguagem pelo efeito de transparência e mascaram o *caráter material da língua*, a sua dependência “ao todo complexo com dominante das ideologias”.

Isso significa duas coisas: primeira, o sentido não existe em si mesmo, de acordo com Pêcheux (*Ibid.*, p. 160) ele “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”. Esse processo realiza-se pela inscrição do sujeito a FD’s e pela posição ocupada por ele na FD. A posição que ele ocupa determina o que ele pode e deve dizer ou fazer. A interpelação dos indivíduos em sujeitos-falantes e sujeitos do discurso se dá pelas FD’s, que representam na materialidade do discursivo as formações ideológicas do sujeito discursivo.

A ideologia dominante, nos termos de Pêcheux (1997a, 144) “não se torna dominante pela graça do céu...”, o que quer dizer que os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante [...] isso significa que os AIE’s são o lugar e o meio em que a ideologia dominante se realiza, mesmo assim, eles não são “máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes”. Na verdade,

A dominação da ideologia (da classe) dominante, que é caracterizada, no nível ideológico, pelo fato de que a reprodução das relações de produção “subjuga” sua transformação (opõe-se a ela, a freia ou a impede, conforme os casos), corresponde, pois menos à manutenção do idêntico de cada região [...] (PÊCHEUX, 1997, p. 146)

Isso significa que a classe dominante impõe novas relações de desigualdade-subordinação, interpelando os indivíduos em sujeitos e em relação a uma FD dominante, que contemple a identificação e a sobredeterminação do sujeito pelo Sujeito, o responsável pelo saber.

Essas distinções permitem dizer que o mesmo enunciado pode significar diferentemente na mesma FD e para o mesmo sujeito, dependendo das filiações e assujeitamentos. Acerca das FD’s, remetemos à Indursky (2005) no que diz respeito ao questionamento acerca da produtividade dessa noção na análise discursiva. Para responder a esse questionamento, a autora refaz o percurso da noção, desde Foucault, passando por Pêcheux (1997b)⁵⁹ e também por Courtine (1981, p. 51). Este último desenvolve a noção de FD’s heterogêneas, definidas como “o conjunto das diferentes posições de sujeito em uma formação discursiva como modalidades

⁵⁹ Texto publicado, em português com o título **Por uma análise automática da análise de discurso**, organizado por Gadet e Hak e publicado pela Unicamp. Utilizamos neste trabalho a 3. ed. de 1997c.

particulares de identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber [...]”. A dimensão heterogênea da FD que funciona no discurso de rememoração/comemoração vincula-se à inscrição institucional desse discurso. Nele, o enunciador é interpelado pela forma-sujeito da FD rememoração/comemoração, que é a dominante. Nesse sentido, assumimos que uma FD comporta outras que funcionam junto a ela e também que o sujeito assume diferentes posições na mesma FD. Isso se realiza em nosso caso pelos processos de identificação entre os sujeitos da FD dominante com Érico Veríssimo e o que ele representa na formação social.

1.3 Categorias do interdiscurso: pré-construído e intradiscurso

A noção de interdiscurso relaciona-se à constituição não-homogênea e fechada das FD's, as quais dissimulam pela transparência de sentido sua filiação a um “todo complexo com dominante”, cuja origem está no interdiscurso. Em relação a isso é importante refletir sobre o funcionamento dessa categoria, a partir de sua constituição como um lugar contraditório, que abriga o sentido e o não-sentido. Segundo Silveira (2004, p. 42), o interdiscurso é um ‘lugar’ porque “todos os sentidos estão lá, mas só vão significar quando convocados por uma determinada Formação Discursiva”. Nesse sentido, pode-se dizer que dois lugares o constituem: o pré-construído e o intradiscurso.

A noção de pré-construído foi desenvolvida por Henry (1992) para designar uma construção anterior e exterior ao sujeito da enunciação e que não se liga a um sujeito enunciador. Trata-se, nas palavras de Courtine (1999), “de uma voz sem nome”, que aparentemente não se liga a um sujeito enunciador e nem o que está além dele. Nesse funcionamento, materializam-se, no fio do discurso, as formações ideológicas, como aquilo que “fala antes” e legitima o discurso, constituindo o aparente “consenso” em relação ao dizer e ao saber. Dois processos materializam o pré-construído no discurso: o encadeamento sintático e a articulação. O primeiro, pode ser definido como o processo de nominalização por encaixamento de “algo que fala antes” e irrompe no intradiscurso sob a forma de explicativas, incisivas e outros processos sintáticos. O segundo processo de articulação ou de sustentação ocorre sob duas formas: como discurso transversal ou como articulação.

O funcionamento do interdiscurso, tomado como discurso transverso é descrito ao modo de um procedimento que

atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante, com a formação discursiva que o assujeita (PÊCHEUX, 1997a, p. 167)

É no lugar do discurso transverso, que se produz, de acordo com Courtine (1981), o enunciável e a coerência discursiva dos enunciados. Entre esses procedimentos destaca-se a da co-referencialidade, que concorre para a textualização do discurso sem que haja referência explícita. Trata-se do trabalho da memória, do conhecimento já-lá convocado por uma FD, que sustenta e legitima o dizer.

Nesse trabalho vemos o discurso transverso como o efeito de memória pelo qual ressoam no eixo da formulação saberes desde o interdiscurso e que permanecem deslinearizados e dependentes da inscrição de sujeitos a dizeres e a saberes próprios dos lugares que sustentam a FD dominante, a qual interpela esses sujeitos. Por esse funcionamento os discursos se atravessam de acordo com a filiação dos sujeitos do discurso, não há, portanto, como sustentar a transparência do sentido. O segundo funcionamento do interdiscurso como pré-construído consiste na articulação. Esse procedimento refere à estrutura horizontal do discurso e à linearização dos saberes no intradiscurso em forma de nominalizações, orações adjetivas, incisivas, principalmente. No processo de articulação as filiações são explicitadas.

Como intradiscurso, o interdiscurso é um efeito sobre si mesmo, segundo Pêcheux (1997a, p. 167) ““uma interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior””. Nesse funcionamento, a memória e a atualidade simulam o sujeito como centro do dizer pela identificação dele com a FD que o domina e representa no fio do discurso as formações ideológicas próprias dela. A interpelação supõe o desdobramento do sujeito em dois termos. Um que representa o sujeito locutor, responsável pelo conteúdo do dizer (sujeito da enunciação), que assume uma posição na FD e outro termo que representa o sujeito universal (sujeito da ciência). Esse desdobramento

[...] corresponde ao pré-construído (o sempre-já aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e “seu sentido” sob a universalidade – “o mundo das coisas” e articulação ou efeito transversal (que como dissemos, constitui o sujeito em sua relação com o sentido, isto é, representa no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito (PÉCHEUX, 1997a, p. 214)

Henry (1992, p.176) relaciona os desdobramentos do sujeito ao imaginário e ao simbólico pelas noções de eu-ideal e ideal de eu. “O eu-ideal representa a face visível do imaginário, aquela em que o sujeito é identificado aos seus objetos e com ele mesmo como objeto”. O sujeito se vê, então, como a causa de si, como autor em um funcionamento em que o sujeito do inconsciente (o Outro⁶⁰) apaga-se e o outro emerge no fio do discurso. Esse outro é o interlocutor com quem o sujeito entra em relação discursiva. No entanto, segundo Henry (*Ibid.*), o Outro, mesmo estando invisível permanece latente. O ideal de eu, nessa perspectiva, representa o sujeito universal, o Outro, é a face inconsciente do imaginário e comanda a relação com o outro, enquanto relação simbólica, intersubjetiva.

Trazemos para o fio do discurso, a referência a Henry (*Ibid.*, p. 176) porque trabalhamos com o sujeito desejante⁶¹, como resultado daquilo que o autor chama do efeito de “estendimento” do inconsciente no imaginário do sujeito. Nesse sentido, a discordância na relação entre o eu-ideal (sujeito da enunciação) e o ideal de eu (instância do interdiscurso e do inconsciente) provoca o desejo, que pode chegar à obsessão – desejo sem controle. No discurso de rememoração/comemoração da cidade de Cruz Alta, Érico Veríssimo se constitui, ao mesmo tempo, como *o objeto a* (a falta, a necessidade) e *o objeto do desejo* (aquilo que falta), nos termos de Lacan⁶² e desencadeia a demanda da cidade, que em determinado período, sofreu perdas significativas e o colocou no lugar do que perdeu, constituindo-o como o sujeito idealizado, capaz de representá-la para dentro e fora dos seus limites.

Esse discurso, apesar de se constituir como um discurso *sobre*, constitui-se pelo inconsciente, que atravessa o sujeito e ocorre no fio do discurso pela falha e pela ruptura com o estabelecido, como um efeito da divisão constitutiva do sujeito,

⁶⁰ Cf. Lacan (1996, p. 22), “o inconsciente é o discurso do Outro”.

⁶¹ O sujeito desejante tem seu funcionamento relacionado à rememoração como memória, conforme esquema analítico com o qual encerramos a primeira parte deste trabalho. Aprofundamos a reflexão em torno do sujeito desejante nessa segunda parte, no capítulo 2, quando o relacionamos ao funcionamento do Real e do Imaginário no discurso urbano.

⁶² Cf. referências bibliográficas, **Seminários** consultados (1, 2, 4, 5, 8, e outros) e também nos **Escritos** (1998).

pelo desejo de completude, segundo Lacan (1995)⁶³. O sujeito responsável pelo dizer no discurso *sobre* é o porta-voz, que investido da autoridade que lhe é conferida pelo lugar que ocupa na FD, define Érico Verissimo a partir da rememoração (discurso de), o que se repete e constitui a memória discursiva, fazendo irromper no fio do discurso saberes de um tempo mais longo, cuja existência é anterior ao discurso formulado.

1.4 Sujeito e discurso: modalidades de identificação

Pêcheux (1997a) descreve a teoria do discurso e retoma Henry (1992) e o funcionamento do sujeito e os seus desdobramentos para trabalhar as modalidades de identificação do sujeito, como uma reformulação da noção de formação discursiva descrita em Pêcheux (1969), quando do lançamento das bases da teoria. Nessa reformulação Pêcheux refere ao entrelaçamento entre as determinações da FD e as implicações em relação à forma-sujeito e à ideologia. De acordo com o que foi postulado em **Semântica e Discurso** (1997a) o processo de identificação realiza-se juntamente com a interpelação/assujeitamento pela divisão/desdobramento do sujeito em: sujeito da enunciação e em sujeito do saber. Esse desdobramento é descrito por Henry (1992) por meio das noções eu-ideal e ideal de eu, conforme distinções realizadas anteriormente. A primeira modalidade de identificação, segundo Pêcheux é a do chamado “bom sujeito”, o qual se identifica aos saberes da forma-sujeito que o domina. Essa primeira modalidade de identificação sugeria uma identificação plena do sujeito da enunciação com a forma-sujeito, através da qual o sujeito reproduz o conhecimento próprio da FD.

Essa primeira modalidade de identificação do sujeito em relação aos saberes da FD e a forma-sujeito foi um dos pontos de reformulação na teoria, quando Pêcheux inaugurou o tempo das “retificações” e reafirmou a interpelação do sujeito pela ideologia, mas destacou que isso ocorre sempre com falhas. Nesse sentido afirma:

[...] é a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito da interpelação o captura; o que falta é essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no

⁶³ Esse texto resulta dos **Seminários** ocorridos entre os anos de 1956-1957.

próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non-sens* do sujeito dividido. (PÊCHEUX, 1997a, p. 300)

Ancorado nos pressupostos de Henry (1994) admite que o sujeito é dividido e que não há o assujeitamento pleno. Nessa mesma direção Courtine (1981) propõe a FD heterogênea, na qual o sujeito assume mais de uma posição no funcionamento da mesma forma-sujeito. Indursky (2000, p. 75) destaca em relação a isso, que “não há mais espaço apenas para a plena identificação com a forma-sujeito, que resulta no retorno ao mesmo e na reduplicação da identificação”.

A segunda modalidade de identificação é referenciada por Pêcheux como a do “mau sujeito”. Nela o sujeito da enunciação assume uma posição de distanciamento e de dúvida em relação à interpelação do Sujeito. Trata-se de uma contra-identificação. Apesar de instaurar o questionamento não desencadeia o rompimento com os saberes da FD próprios da forma-sujeito.

Nessa segunda modalidade de identificação, ele aborda o desdobramento do sujeito, e referencia o sujeito constituído não mais em sua unidade, mas em sua divisão. Não fosse pela identificação com a FD, seria pelo atravessamento do inconsciente, que instala a diferença. Segundo Pêcheux

o efeito daquilo que definimos como o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou a rejeite. Estamos diante do que P. Henry caracterizou recentemente sob a forma do par acobertamento-rejeição, que não deve ser confundido com o processo que ele chama de integração (PÊCHEUX, 1997a p. 216).

Com essa afirmação, Pêcheux introduz uma terceira modalidade subjetiva e discursiva de identificação. Trata-se da desidentificação pela qual o sujeito da enunciação rompe com a forma-sujeito que organiza os saberes da FD, em que se inscreve e se identifica com outra FD. Segundo Indursky (2000, p. 74), “não se trata de uma simples dessubjetivação, a partir da qual o sujeito torna-se livre. O que ocorre é o deslizamento de uma forma de subjetivação para outra [...]”. Trata-se da negação dos saberes de uma FD e a afirmação dos saberes de outra e do seu domínio de saber. Ao introduzir a noção interdiscurso na teoria, definindo-a como “um todo complexo com dominante”, Pêcheux (*idem*) admite que as FD’s abrigam a diferença, a divisão e a contradição próprias da ideologia.

As formações discursivas, ideológicas e imaginárias funcionam em torno do sujeito. Uma FD é heterogênea e se constitui a partir de um sujeito dividido pelas diferentes posições que a interpelação ideológica lhe permite. Mesmo assim, o sujeito histórico ou sujeito universal continua a organizar os saberes da FD. Ela é o lugar material da ideologia que segundo Pêcheux (ibidem) materializa-se na língua. Orlandi (2002a, p. 40), na esteira de Pêcheux diz que as formações imaginárias decorrem das projeções, pelas quais o sujeito passa de situações empíricas (os lugares sociais) para as posições discursivas (lugar ocupado na FD). Ainda de acordo com Orlandi, as regras da língua determinam a passagem da posição social para a posição discursiva, estabelecendo a relação do sujeito e do sentido a um ao contexto sócio-histórico e a uma memória.

2. O FUNCIONAMENTO DO SUJEITO E A RELAÇÃO REAL E IMAGINÁRIO

Na mesma semana em que nasceu Clarissa – estando minha mulher ainda no hospital – recebi por intermédio do Grêmio Gaúcho de São Paulo a notícia de que meu pai sofrera um derrame e encontrava-se em estado grave e absolutamente sem recursos. Minha situação financeira no momento era péssima. Gastara minhas economias com o enxoval do bebê, e o que me restava mal dava para pagar o médico e as diárias da Maternidade. [...] Mas eu precisa socorrer o Velho com a maior urgência (p. 258).

O discurso de rememoração/comemoração na cidade em torno de Érico Verissimo dá visibilidade aos processos de identificação decorrentes do imaginário, que se materializam pelo simbólico – trabalho da língua na história. Apesar da aparente homogeneidade, o sentido, segundo Pêcheux (1997a), sempre pode ser outro. A ilusão da transparência da linguagem é reforçada pelo fato de que os textos que constituem esse discurso surgiram pela emergência da cidade em representar-se para dentro e fora de seus limites através do Érico Verissimo imaginário constituído por esse discurso. Os traços de memória e os vestígios da presença do objeto de rememoração/comemoração no espaço urbano aproximam esse objeto da cidade.

Definimos a cidade como um grande texto, que de um lado compõe-se como o discurso *de* e de outro, como o discurso *sobre*. No discurso da cidade, a legitimidade da relação entre o objeto de rememoração/comemoração - Érico Verissimo - é um efeito do processo metafórico pelo qual a cidade e o objeto do discurso recobrem-se na ordem do imaginário. Nesse sentido, a cidade se “vê” no objeto de rememoração/comemoração e isso ocorre pela transferência, que segundo Freud (Lacan, 1998), é a atualização do inconsciente, sua presentificação na relação do sujeito com *o ser real*, que nesse trabalho chamamos de objeto do desejo, ou seja, o Érico Verissimo imaginário que os sujeitos/cidadãos de Cruz Alta buscam. Pela transferência, o sujeito locutor constitui o interlocutor (o outro) em seu discurso, não apenas como interlocutor, mas como alguém com quem se identifica e participa do discurso num processo de reversibilidade que aguarda resposta, que

entendemos como o processo de espelhamento, pelo qual os sujeitos se constituem pelo “outro”, na alteridade.

Esse discurso resulta de um processo discursivo anterior em que as instituições determinam o que pode ser visibilizado ou apagado. Faz-se necessário pensar os *efeitos de sentido*, que segundo Orlandi (2002a, p. 30), “são produzidos em condições de produção determinadas e estão, de alguma forma, presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender”, como parte do que não está dito ali, mas constitui o dizer pelo que está dito em outro lugar, em outro tempo. O discurso *sobre*, apesar da aparente homogeneidade, constitui-se em espaços de memória que não se afastam da materialidade lingüística e discursiva. A descrição de um objeto discursivo pressupõe a explicitação das marcas lingüísticas presentes no fio do discurso, que respondem pelos efeitos de sentido, decorrentes do trabalho do sujeito afetado pela ordem do social - a ideologia e pelo inconsciente – o desejo de completude, pelo processo identitário pelo qual o sujeito assume algumas posições e não outras.

Os efeitos de sentido ocorrem pela relação do dizer com o exterior, num gesto de interpretação que possibilita compreender o discurso como não-linear, marcado, segundo Pêcheux (1999, p. 53), “como outra possibilidade de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase”. Esses *furos*, materializados por retornos e retomadas sob a forma de pré-construídos, disponibilizam, no eixo da formulação, dizeres que possibilitam recuperar os não-ditos, pela filiação de sentidos. Esses dizeres trazem para o discurso diferentes vozes singularmente marcadas pela ideologia, pelas posições sujeito e pelas relações de poder decorrentes do efeito de identificação/reconhecimento produzido pelo discurso *sobre*, que ao se constituir aproxima sujeitos que pertencem a diferentes formações discursivas.

2.1 Real/realidade, sujeito/eu, simbólico/imaginário

Solo de Clarineta I é um texto autobiográfico e, por isso mesmo, remete ao equívoco de que o sujeito-autor narra objetivamente fatos relacionados à sua vida e que os dizeres e os saberes são da ordem da realidade. Para minimizar os efeitos

desse equívoco, há que se estabelecer as diferenças entre *sujeito e eu* e, entre *real e realidade*. Para fazer isso, ancoramos-nos em Pêcheux (1997a), segundo o qual o indivíduo é interpelado em sujeito pelo social – ideologia - e afetado pelo inconsciente – psicanálise - e em Lacan (1986). Essas distinções derivam da tripartição estrutural realizada por Lacan na Conferência pronunciada em 1953 entre *Simbólico, Imaginário e Real* (SIR), cuja ordem foi alterada, segundo Jorge (2005), em 1974/1975 para, o *Real, o Simbólico e o Imaginário* (RSI) para mostrar a relevância e interdependência entre uma e outra noção.

A tripartição realizada por Lacan (idem) diz respeito à reunião dos três registros (ou de acordo com Lacan, das três instâncias) sob a nova ótica adquirida por meio do nó borromeano – formado por três anéis. Esses anéis simbolizam, de acordo com Ferreira (2005), uma tríplice aliança. Isso significa que se um desses anéis fosse retirado, os outros ficariam soltos e perderiam a ligação que lhes é constitutiva. Essas referências mostram a importância da linguagem na experiência psicanalítica lacaniana em suas premissas essenciais. Para Lacan (1998, p.881), “o inconsciente é linguagem” e “não se passa do inconsciente ao consciente, mas da linguagem à palavra”. Nessa mesma direção o *real, o simbólico e o imaginário* são três registros distintos e fundamentais da realidade humana. O *Real* define-se como “aquela parte dos sujeitos que escapa à análise e constitui os limites da experiência do ser humano”. É impossível de ser simbolizada, de ser transformada em discurso. É a base da estrutura do sujeito. O *Simbólico* entra em relação com o real e é, na experiência psicanalítica e discursiva, responsável pelas transformações do sujeito e do discurso. O *Imaginário* relaciona-se ao simbólico e possibilita a representação.

A relação entre o real e o simbólico funciona contraditoriamente, na linguagem, como *o possível e o impossível* de dizer. Ela é de um lado, a única possibilidade de o sujeito desnudar-se e constituir-se como tal e, de outro, a constatação de que a falta e a falha são constitutivas dele, pela impossibilidade de captar o real pela linguagem e de nada ser sem ela. O simbólico é a possibilidade da constituição do imaginário e realiza-se a partir de suas vertentes: vertente significativa do simbólico, que associa o simbólico ao real e representa a volta do real e, a vertente sígnica do simbólico, associando-o ao imaginário. Essas duas vertentes permitem destacar o lugar do sujeito, representado no campo do simbólico como “entre significantes”. A definição da constituição do sujeito como entre significantes permite que ele (sujeito) se volte ao real e também ao imaginário,

constituindo-se a partir deles. O imaginário é o terceiro elemento do nó borromeano. Relaciona-se ao mesmo tempo com o real, que escapa à análise e ao simbólico como aquilo que falta ao sujeito, mostra os deslocamentos realizados e possibilita a análise a partir da representação do sujeito.

É na definição de *sujeito* e sua diferença com o *eu* que funciona o nó borromeano, que determina a relação entre sujeito discursivo e sujeito psicanalítico. O sujeito da psicanálise é descentrado, intervalar, isto é, realiza-se entre significantes, nos intervalos (furos) entre o real, o simbólico e o imaginário. Constitui-se no que um significante significa para outro significante. Na Análise de Discurso, na perspectiva de Ferreira (2001, p. 71), a natureza intervalar do sujeito deve-se à sua constituição entre a linguagem, a ideologia e a psicanálise. Os nós entre essas três instâncias sinalizam para os furos deixados entre cada um deles e que constituem o sujeito como um ser-em-falta. o furo da linguagem representa o *equivoco*, o furo da ideologia, a *contradição* e o furo da psicanálise, o *inconsciente*.

Esse funcionamento constitui a diferença entre o sujeito e o eu. O sujeito é clivado, dividido, descentrado e o eu, funciona pelo imaginário, a partir dos esquecimentos que fazem com que ele entre na ordem do imaginário, na ilusão de ser uma unidade completa. Essa ilusão é explicitada (Pêcheux, 1997a) pelos dois esquecimentos. O esquecimento nº 2, da ordem da enunciação, pré-consciente. Apaga para o sujeito as ligações parafrásticas entre os enunciados e o constitui na ilusão de que o dizer não pode ser outro. O esquecimento nº 1, é da ordem do inconsciente e apaga para o sujeito o interdiscurso, o fato de que ele não é a origem do dizer e de que os enunciados e palavras significam diferentemente, dependendo das condições sócio-históricas de produção e dos sujeitos envolvidos.

Segundo Pêcheux (1997a), esses esquecimentos são constitutivos dos efeitos de homogeneidade do sentido e da identificação do sujeito a uma formação discursiva que o domina, e na qual ele se encontra encravado na condição de sujeito. Essa identificação, ainda segundo Pêcheux (1997a, p. 265), é imaginária e diz respeito à natureza intervalar e incompleta do sujeito em relação a ele mesmo e ao Outro, o inconsciente, ao que ele é, mas não tem consciência. Esse efeito realiza-se no intradiscurso, como uma das fontes dessa identificação, ligada à zona do esquecimento nº 2, em que o sujeito acredita ser a fonte do dizer e fica à mercê do simbólico, das representações. Nesse sentido, é importante destacar que o real e a realidade não são noções que se recobrem.

O real, como já destacamos, é o impossível de ser dito, de ser representado. Ele só ocorre pela ilusão do sujeito de poder dizer tudo. Psicanaliticamente, o real aproxima-se do *objeto a*, que é, segundo Lacan, o *objeto faltoso*, que causa o desejo e não tem lugar definido. A realidade realiza-se pela montagem do simbólico e do imaginário como *um efeito de realidade*. O real é aquilo que escapa a esta realidade, que não pode ser mostrado, nem manifesto no eixo do discurso. É uma fantasia inconsciente, aquilo que o sujeito simula para si mesmo e para aos outros como sendo da ordem do real. Constitui-se no discurso a partir dos esquecimentos, descritos em várias passagens do nosso texto.

2.2 Sujeito desejanste: o desejo de ser *igual a ou semelhante a*

Em Porto Alegre poderia ter procurado quarto numa pensão barata, mas, como prevalecessem em mim as inclinações paternas, conclui que, se me hospedasse no Hotel Magestic, naquela época um dos melhores da cidade, isso me ajudaria a levantar o moral (p. 235).

O sujeito desejanste, segundo Lacan (1985) constitui-se pela falta e pela falha. Por esse conceito, é possível compreender, de um lado, como pela linguagem, o sujeito urbano revela o desejo de identificar-se a um sujeito imaginário e como, por esse processo de identificação, constitui-se um imaginário urbano. De outro lado, possibilita a recuperação dos processos discursivos que constitui o sujeito-objeto desse discurso – nesse caso Érico Verissimo - na formação social e em relação aos sujeitos urbanos. Nesse funcionamento o escritor é, ao mesmo tempo, o *objeto a* – causa do desejo – e o *objeto do desejo* – o alvo desse desejo, como destacamos, na esteira de Lacan (idem). Ele é a causa da falha e também o objeto que falta. Por esses mecanismos, a memória histórica se constitui/mantém/movimenta-se no discurso urbano. Outro fator determinante nesse movimento da memória histórica são os ecos do interdiscurso pelo funcionamento do pré-construído – o que fala antes em outro lugar - no intradiscurso e também no interdiscurso e sustenta na ordem do discurso, segundo Courtine (1982), a materialidade do discursivo que se realiza pela língua na ordem da história.

O sujeito desejante constitui-se pelo efeito de espelhamento, procedimento em que os sujeitos da formação social se vêem na imagem do sujeito tomado como ideal de eu⁶⁴. Sustentamos essa posição na releitura de Freud por Lacan, em que essas noções são deslocadas, ampliadas e, às vezes, transformadas. Ferreira (2005 e 2007) enfoca o sujeito como trama a partir da figura topológica do nó borromeano, de Lacan, e pelo espelhamento, em que ele se “vê” no e a partir do outro e do Outro, referido pelo inconsciente.

Assim, a tomada de um nome ou evento como patrimônio social decorre do desejo dos sujeitos. O procedimento que o desencadeia é a identificação com o sujeito-objeto do desejo que se constitui na ordem do imaginário. Essa necessidade de identificação ocorre quando o *objeto do desejo* é visto ou é detentor de qualidades que satisfazem as demandas dos sujeitos tomados pela pulsão e pelo desejo. A partir desse deslocamento, podemos verificar que o Érico Verissimo lembrado/comemorado pelo discurso urbano é da ordem do imaginário e se representa pela relação entre as instâncias do imaginário e do simbólico. A relação com o imaginário é o efeito, segundo Lacan (1995), da impossibilidade de discursivizá-lo, já que ele, na instância do real, é impossível de ser alcançado. É pela linguagem – ao mesmo tempo material e simbólica - que esse sujeito imaginário constitui-se entre significantes, articulando, de acordo com Lacan (1998a), o significado na relação entre significantes.

Diante disso, uma questão importante é: por que Érico Verissimo? Buscamos a resposta para essa questão pela noção de sujeito desejante descrita anteriormente. O sujeito imaginário que emerge do discurso de lembrança/comemoração da cidade em torno de Érico Verissimo poderia ser visto como a síntese das representações que os sujeitos urbanos fazem de si mesmos. À medida que projetam essas imagens no sujeito, com o qual se identificam, os sujeitos urbanos se (re)produzem nele. A justificativa desse nosso dizer está na formação histórico-social do espaço urbano⁶⁵, que passou de um estado de desenvolvimento – vida – para um estado de falência – a morte simbólica. Aconteceu o contrário com Érico Verissimo, que da falência familiar (a separação

⁶⁴ Henry (1992) faz a distinção entre eu-ideal (sujeito individual) e ideal de eu (sujeito universal) ligado ao inconsciente) foi trabalho por Henry (1992).

⁶⁵ Explicitamos as condições sócio-históricas do espaço urbano na delimitação do tema e a cidade e as materialidades discursivas que a ligam ao escritor pelas imagens da cidade do DVD, que funciona nesse trabalho como anexo.

dos pais) e financeira (hipoteca da casa da família e a falência das duas farmácias, primeiro a Farmácia Brasileira, de seu pai e depois a farmácia Central, de sua propriedade) conseguiu chegar a *Cidadão de todos os continentes, uma herança cultural a ser dividida com todos*. O efeito de sentidos desses enunciados é o silenciamento das dificuldades enfrentadas pelo escritor na cidade.

Os sujeitos que se identificam com a FD da rememoração/comemoração reconhecem no sujeito-objeto Érico Verissimo como “o ideal de eu”, pelo desejo e vêem nele a imagem de si mesmos no espelho. Laplanche e Pontalis (2004, p. 139) definem o *ideal de eu* como a identificação primária com outro ser investido de onipotência. Para Lacan (1986), o ego ideal é igualmente uma formação essencialmente narcísica. Origina-se na fase do espelho e pertence ao registro do imaginário. Os discursos *de* rememoração atendem à demanda de constituição, pelo discurso *de*, do sujeito alvo do desejo. A comemoração é o discurso *sobre*, como já dissemos anteriormente. Constitui-se a partir de um discurso *de* para que ele, através de um discurso *sobre*, possa ser comemorado.

De acordo com Lacan (1998a), o sujeito é afetado pela linguagem, pela ideologia e pelo inconsciente. O efeito de espelhamento é, nessa perspectiva, o processo de identificação, em que os sujeitos/cidadãos do espaço urbano representam-se na ordem do simbólico como semelhantes ou *igual a*. Em outras palavras, o desejo de ser como Érico Verissimo faz com que o escritor, como sujeito imaginário e a cidade, também imaginária, constituam-se como análogos no discurso urbano. Isso se dá pelo apagamento das distâncias e das diferenças entre a cidade e o escritor, entre ele e os sujeitos/cidadãos que nela vivem. Nessa perspectiva, cidade/Érico Verissimo inscrevem-se no interdiscurso como um mesmo objeto. Como o Outro capaz de restabelecer no intradiscurso a ilusão de unidade do sujeito, constituído pela falha, pela incompletude.

A necessidade de *criar e manter o sujeito a ser rememorado/comemorado e de dar visibilidade a ele* funciona, nesses discursos, pelo *lugar de memória* que faz retornar enunciados fundadores que, segundo Courtine (2006), fazem parte da memória discursiva que sustenta e legitima a memória histórica. É possível afirmar que o discurso da cidade *sobre* Érico Verissimo o mantém como memória histórica, trazendo-o para o fio do discurso como um sujeito imaginário, como uma possibilidade imaginária de completude dos sujeitos marcados pela falta, e pela falha.

Entendemos ser pertinente aqui reiterar que o sujeito desejante, nesse discurso, é o sujeito denominado por Henry (1992) como eu-ideal. Aquele que corresponde ao sujeito da enunciação. É a partir desses sujeitos, que falam das instituições que se instaura *o desejo de ser semelhante* ou *igual a*. Esse desejo surge diante de perdas enfrentadas pelos sujeitos-cidadãos, que buscam em Érico Veríssimo o que perderam. Nesse sentido, Érico *representa aquilo que falta* e também *o que falta* no espaço urbano.

Destacamos, ainda, que o sujeito desejante é da ordem do mais inconsciente e funciona no discurso *de*, como a dimensão não-linear do dizer. Trata-se da memória estabilizada, que inscreve os dizeres e os saberes em uma rede parafrástica, pela repetição, que institucionaliza o dizer. A seguir encaminhamos para as materialidades não-verbais e abordamos as diferenças e aproximações com os textos, cuja materialidade é o trabalho da língua na história.

3 MATERIALIDADES NÃO-VERBAIS: DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES

Voltei a Cruz Alta para casar-me, apesar dos protestos dos amigos (“Casar, poeta? Que idéia? Que idéia!”) e das amebas. Compareci à cerimônia trajando calças à fantasia, jaquetão de mescla cor de grafite e sapatos de verniz. A noiva estava radiosa... (p. 248)

3.1 Discurso e funcionamento do enunciado-imagem

O discurso de rememoração/comemoração não se constitui somente de enunciados verbais, mas também de um mobiliário em torno do objeto de rememoração/comemoração e de imagens, que chamamos aqui de enunciados-imagem, face a seu funcionamento no discurso. Para trabalhar o enunciado-imagem, buscamos sustentação teórica em Durand (2004), Eliade (1991) e Davallon (1993, 1999). Na perspectiva discursiva, ancoramo-nos em Pêcheux (1995), Henry (1992), Orlandi (1995, 2001c, 2002) e Silveira (2004), assim como em textos de analistas do discurso que têm promovido estudos que contemplam nuances imagéticas, principalmente aqueles que enfocam o imaginário urbano, em textos veiculados pela **Revista Rua**, entre os quais destacamos Souza (2001).

No discurso de rememoração/comemoração, como prática discursiva de constituição de um imaginário urbano (de Cruz Alta) em torno de Érico Veríssimo, há enunciados-imagem que representam o escritor: a imagem da porta do Museu, a casa em que ele nasceu (museu), sua assinatura junto às suas fotografias ou as cores do museu. No intradiscurso, esses enunciados-imagem têm o efeito de sentido de uma presença na ausência, pois retomam o mesmo referente (o escritor), que não significa da mesma forma em cada ocorrência. Eles constituem simultaneamente a enunciação e a materialidade do suporte e significam por sua relação com a exterioridade, com a história.

Chamamos de mobiliário urbano o museu, os prédios com o nome de Érico Verissimo, de suas obras e de seus personagens, a Praça Érico Verissimo, a placa na entrada da cidade e as ruas que levam o seu nome ou de sua família. Eles dão visibilidade a ele no espaço urbano. Concebemos o mobiliário como um dos procedimentos de “fazer-criar”, que se conjugam com o “fazer-ver”, nos termos de De Certeau (1994). Entendemos que esses procedimentos estruturam e constituem o espaço da cidade⁶⁶ no que Orlandi (2004c) denomina de ordem e organização, quando diferencia cidade e espaço urbano. Palavras de ordem mantêm Érico Verissimo como memória a partir da relação dos enunciados-imagem com o *dever fazer* e o *poder fazer*, que caracterizam os textos, os quais funcionam a partir de enunciados que objetivam “fazer-ver” como “fazer” para rememorar e comemorar e, essencialmente como constituir a memória que sustenta o discurso de rememoração/comemoração.

Orlandi (2004c) reflete acerca das imagens sobredeterminadas pelo componente verbal na análise do discurso urbano, no qual o verbal e o não-verbal constituem o evento discursivo⁶⁷. Nesse sentido, as imagens sem o componente verbal perdem o significado, tornando-se imagem pura, que resulta na transparência, no apagamento do sentido histórico e cultural, pois o lingüístico funciona como marca do sujeito (posição) na materialidade imagética, contribuindo para o controle dos sentidos. Nessa mesma direção, Davallon (1993) refere-se à relação entre o não-verbal e a enunciação. Há que se considerar o lugar da materialidade, a circulação da imagem, e a sua relação com o suporte a fim de interpretá-la. As imagens representam o mundo exterior, o qual significa em relação a uma interioridade, à memória. Nesse sentido, a materialidade e o suporte em que a imagem circula são relevantes para a constituição do sentido. Os enunciados-imagem constituem-se por redes parafrásticas e repetem o mesmo, mas rompem com a linearidade do discurso, promovendo a ruptura e o estranhamento.

Isso se deve à tensão entre o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia. Afirmamos na esteira de Souza (2001), que a imagem cumpre primordialmente duas funções: uma como cenário e outra como linguagem. Como cenário tem uma função ilustrativa. Na perspectiva discursiva, dizemos que é um

⁶⁶ Cf análise realizada na terceira parte do nosso texto (cap. 1).

⁶⁷ Aproximamos evento discursivo de texto, não como documento, mas como discurso, segundo Orlandi (2004b).

processo de natureza parafrástica, em que algo se mantém pela repetição, constituindo a memória discursiva que atualiza os dizeres. No entanto, a tradução de uma imagem pelo verbal dá espaço ao silêncio e possibilita o não-dizer, que é constitutivo do sentido e pode desencadear outros sentidos, constituindo o diferente, o polissêmico.

Henry (1992, p. 173) ao se referir ao funcionamento da imagem em relação à linguagem e ao simbólico, salienta que a imagem não tem sintaxe, mas uma morfologia. Ela não se fragmenta em unidades sintáticas, mas supõe o verbal, o simbólico. Pelo investimento do simbólico, o sentido pode constituir-se como o mesmo ou como o diferente.

Como discurso, a imagem significa pelo interdiscurso, que segundo Courtine (1982), num processo incessante de reconfiguração, organiza o saber de uma FD, em função das posições ideológicas representadas por ela, em uma conjuntura determinada. Nessa direção, incorpora os elementos do pré-construído que se produzem no exterior do discurso e organizam a repetição por meio do retorno de imagens (vistas como enunciados) e, provocam, eventualmente, apagamentos, esquecimentos e, às vezes, a denegação. Nesse funcionamento, uma mesma imagem, assim como os enunciados verbais, retorna em diferentes formulações, fazendo migrar saberes de uma FD a outra, num movimento que determina os saberes e os sentidos.

Nos textos que compõem o *corpus* desta tese, a imagem não tem função meramente ilustrativa, de figura. Priorizamos seu enfoque como linguagem, buscando na formulação, um possível discurso outro. Partimos da hipótese de que a imagem, como materialidade, comporta um processo imaginário em que um sujeito A projeta um sujeito B. A partir dessa projeção o dizer encaminha-se para determinada direção e para sentidos outros, dependentes das condições de produção do discurso.

A repetição constitutiva das redes parafrásticas, tanto nos enunciados-verbais como nos enunciados-imagem, instauram regularidades e a manutenção do sentido. A diferença entre um e outro está na organização das regularidades. Os saberes mobilizados, tanto em um como em outro enunciado, remetem a uma estrutura horizontal que corresponde ao intradiscurso, à linearização da memória. Nele, o dizer encontra-se materializado pela forma que o enunciado tomou no discurso pela linearização e sintagmatização.

A estrutura vertical – interdiscurso – sinaliza a existência anterior do enunciado formulado na estrutura horizontal e sua inscrição, também anterior, a um domínio do saber. De acordo com Pêcheux (2002), tanto em um eixo como em outro, os saberes remetem à noção de estrutura, pela repetição que se instaura no eixo da formulação, na simulação intradiscursiva de um evento de linguagem. Ainda segundo Pêcheux, esse ponto de encontro entre memória e atualidade é o que se chama ‘acontecimento’, momento em que o sentido desliza e instaura o novo. Desse modo o enunciado-imagem possui uma estrutura interdiscursiva, que se inscreve no intradiscurso pela repetição e instaura o efeito memória, que de acordo com Indursky (2003) atualiza e ressignifica esses enunciados.

A mesma autora, ao se referir ao rompimento com a repetição, remete à importância dada às imagens desacompanhadas de enunciados verbais, apontando que é imperioso observá-las. Diante disso, afirmamos: as imagens quando analisadas discursivamente relacionam-se a uma anterioridade e a uma exterioridade comprometida com o sentido. Para Davallon (1999) as imagens, que se repetem, funcionam como operadores de memória social. Estabelecem relação entre uma FD e outra, entre um texto e outro, e entre um e outro discurso, ligando-se a condições de produções de várias ordens. As imagens, assim como os significantes verbais – as palavras – comportam sentidos atualizados pela memória discursiva e pela relação do sujeito com a ideologia e com o inconsciente. Funcionam, nesse sentido, os esquecimentos constitutivos do sujeito, como referimos anteriormente.

Queremos, com isso, reiterar que o texto verbal e o não-verbal constituem-se, tanto um, como o outro, como eventos discursivos, que significam em sua relação com a história, não como dados, mas como historicidade⁶⁸. A diferença existente entre eles restringe-se ao eixo da formulação, especificamente à forma material. No texto verbal, as palavras e os enunciados formam uma rede de significância para compor o discurso e, no texto não-verbal, os enunciados-imagem exercem a mesma função, significando pelo silêncio, que funda e constitui sentido⁶⁹.

Isso significa que as duas materialidades discursivas linearizam-se no eixo da formulação por enunciados e por proposições que vêm de outros lugares e

⁶⁸ Cf. Orlandi 2004b).

⁶⁹ Para aprofundar a noção de silêncio como movimento de sentidos remetemos a Orlandi (2002). Nesse texto a autora destaca as várias formas de sentido do silêncio e o significado de cada um destes modos de silenciar e significar.

inscrevem os sujeitos do discurso em FD's heterogêneas e a outros domínios de saber. Nessa perspectiva, o sentido sempre pode ser outro e uma das razões disso é a posição ocupada pelos sujeitos enunciadore, os quais enunciam de diferentes lugares e, conseqüentemente, identificam-se a FD's abertas a saberes de outros domínios, pelo atravessamento de discursos anteriores. Esse funcionamento provoca rupturas, estranhamentos e novos acontecimentos discursivos.

Ocorre o mesmo quando se trata de um texto-não verbal constituído por enunciados-imagem. O significante que o materializa não está representado por signos verbais, mas por imagens, que afetadas por não-ditos, por silêncios, por pertencimentos trazem para a atualidade sentidos já-dados pelo interdiscurso pelo funcionamento do pré-construído como discurso transverso. Nem por isso, esses sentidos são fechados a investimentos de outros discursos. Os enunciados-imagem ao se inscreverem na atualidade, como eventos discursivos significam diferentemente, pelo funcionamento da memória discursiva e pela inscrição em FD's heterogêneas, que as habitam. Os sentidos atualizam-se por procedimentos mobilizados diferentemente em cada discurso.

O silêncio funciona nos textos verbais e não-verbais e isso significa que o dizer e o não-dizer/não-mostrar relaciona-se à história e à ideologia. É justamente pela historicidade inscrita no texto que se pode "olhar" o silêncio e ver nele a ausência que significa. De acordo com Orlandi (2002c), há, então, um silêncio nas palavras e nas imagens, um não-dizer que constitui o processo discursivo. Existe um sentido no silêncio, que significa nele mesmo, não como complemento da linguagem, mas como constituição de um evento discursivo. Desse modo, instaura efeitos de sentido sempre distintos.

Nesse sentido, Orlandi (2002b, p. 23-24) distingue dois tipos de silêncio: o *silêncio fundador* e a *política do silêncio*. O primeiro, é definido como aquele que existe nas palavras e possibilita o recuo do significante e produz as condições para a significação. O segundo, subdivide-se em dois funcionamentos, o silêncio constitutivo, que sinaliza para o sentido do não-dizer e o segundo, o silêncio local, que funciona como interdição, o que é proibido dizer em uma conjuntura dada. Ainda segundo a mesma autora:

Isso nos faz compreender que estar no sentido com palavras e estar no sentido em silêncio são modos absolutamente diferentes entre si e faz parte da nossa forma de significar, do nosso relacionamento com o mundo, com

as coisas e com as pessoas. [...] Essa reflexão nos ensina também que, embora seja preciso que já haja sentido para produzir sentido (falamos com palavras que já têm sentidos), estes não estão completamente já lá (ORLANDI, 2002b, p.24)

O silêncio, nessa perspectiva, constitui-se no *lugar de memória*, o qual tem a função de recolher, transcrever e organizar os traços de identificação entre nomes ou eventos rememorados/comemorados. Isso significa reforço à relação de dependência a outros *lugares* que guardam esses traços. Disso, entendemos que o que é dito a partir do museu, ressoa em outros lugares e também que o sujeito porta-voz, cuja função é organizar e redistribuir a memória a partir do lugar que ocupa, repete e dá visibilidade ao que constitui memória e faz sentido na formação social, porque é constitutivo dela e dos sujeitos. A aparente intencionalidade é um efeito de evidências decorrentes da ideologia e dos traços de identificação entre sujeitos, que constitui a ilusão da memória estabilizada, sem os furos que instauram o equívoco e a ruptura.

3.2 A constituição do sentido dos textos não-verbais

A verdade é que Clarissa e os quatro romances que se seguiram foram escritos apenas em tardes de sábado (p. 254).

É da relação significativa “versus” significação que se constitui o sentido dos textos na perspectiva discursiva. O retorno de um mesmo enunciado-imagem forma uma nova cadeia significativa e faz com que se instaure o equívoco⁷⁰ e a possibilidade de outras significações, posto que o eixo da formulação – intradiscursivo – pressupõe e se constitui como saber discursivo, representado pelo eixo da memória constitutiva – interdiscursivo. Os enunciados-imagem são portadores de uma memória social, mas o sentido não é dado *a priori*, ele se instaura, segundo Orlandi (2002b, p. 13), a partir do processo simbólico, no qual inconsciente e ideologia significam. As condições de produção relacionadas às posições-sujeito daquele que diz “eu” e aos sujeitos a quem se encaminha o dizer trabalham os

⁷⁰ Pêcheux e Gadet (2004, p. 64) definem o equívoco dizendo que ele não se realiza apenas na poesia, porque o que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela. Aparece exatamente como o ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história.

sentidos. O mesmo dizer e a mesma imagem podem instaurar sentidos heterogêneos. Cada imagem, por funcionar como um elo entre a formação social e a memória social, segundo Davallon (1999), retornam em novos textos e constituem novas unidades de sentido, podendo constituir-se em novos acontecimentos discursivos.

É também pela repetição que os enunciados-imagem, ao retornarem, funcionam de forma análoga aos textos fundadores, que sustentam o dizer ou o ver e, fazem funcionar outros espaços de memória, segundo Pêcheux (2002), apagando sentidos (na ordem do ideológico). De acordo com Lacan (1986) na ordem do inconsciente, sentidos são recalçados, mas podem retornar como atos falhos. Aqueles que compõem o discurso de rememoração/comemoração, especialmente os textos referentes ao centenário, têm como marcas a assinatura do escritor, a máquina de escrever, a foto dele com uma caneta, compondo um sujeito imaginário que atende aos desejos dos sujeitos urbanos de mostrarem-se como intelectuais ou para referendarem o prestígio dos intelectuais na formação social. Esses desejos são interpretados pelos valores caros à comunidade e que entram na ordem da evidência pela relação do ideológico com o inconsciente. Os componentes imagéticos porque repetem, constituem um discurso aparentemente saturado, que lineariza o dizer e é constitutivo dos imaginários sociais.

É pela repetição, que essas imagens constituem Érico Verissimo no imaginário social da cidade como um sujeito idealizado, que se aproxima do mito, pois supera dificuldades pelo esforço próprio, no caso do escritor, sem vincular-se a partidos políticos. Nos *outdoors* e fotografias veiculadas no espaço urbano, o enunciado-imagem dá visibilidade a um homem compenetrado, junto à máquina de escrever ou com uma caneta na mão, que se liga à cultura, ao saber erudito. O sentido dos enunciados-imagem relacionam-se ao interdiscurso, enquanto memória constitutiva dos sujeitos no espaço urbano.

Orlandi (1995, p. 41) retoma a questão do funcionamento das imagens a partir do texto **Discurso: Estrutura ou Acontecimento** (2002), no qual Pêcheux analisa o enunciado político *On a gagné*. Esse enunciado, apesar de não possuir a estrutura enunciativa de uma manifestação ou de um comício político, significa para os sujeitos que o entoam e para que os que o ouvem. O que lhe dá sentido é o ritmo com que as palavras são cantadas (de uma torcida que repete a palavra ganhamos, euforicamente) e das imagens que acompanham o dizer. Elia afirma que

Um gesto, uma expressão do rosto, uma dança, um desenho, tanto quanto uma narrativa oral são produções simbólicas, regidas pelo significante, e assim ditas verbais, por estarem na dependência do verbo significante. [...] Como ser de linguagem, o sujeito humano se constitui no domínio do verbal (ELIA, 2004, p. 21).

Com isso salientamos que mesmo o texto que se constitui apenas de enunciados-imagem é igualmente sobredeterminado pelo verbal. É pela língua que o sujeito formula o pensamento lógico relacionado à materialidade verbal. O que se tem é que os significantes não existem se não puderem ser retomados pela língua, por uma designação que as constitui. Mesmo as ações desprovidas de enunciados verbais, como a dança e outros movimentos do corpo significam pela língua. A importância dos enunciados-imagem em nosso texto se deve à relação do objeto com o sujeito que elas representam.

Nesse sentido esses enunciados-imagem comportam a memória do objeto e faz sentido na formação social, porque cada um deles comporta uma história, não no sentido de cronologia, mas de historicidade, por uma memória que a significa. A seguir, encaminhamos para o discurso urbano, onde enfocamos o contexto sócio-histórico da cidade, que ancora e sustenta o discurso de rememoração/comemoração.

4 O IMAGINÁRIO URBANO: CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS

Outra recordação de minha distante infância nada tem a ver com estórias de assombração. Posso calcular a minha idade nesse tempo: três ou quatro anos, quando muito, pois quando a cena se passou eu estava recostado num dos degraus da porta da frente da Farmácia Brasileira, e esse degrau teria a altura do meu umbigo (p. 61).

4.1 Imaginário urbano e discurso da cidade

Os estudos sobre a cidade passaram, ao longo dos tempos, por mudanças significativas. Anteriormente, ela era vista apenas como um elemento de delimitação espacial do objeto de estudo do historiador, era como um “palco da história”. As transformações urbanas passaram a considerá-la objeto de estudo a partir do século XIX, concebendo-a como questão e como memória, onde emergem as tensões urbanas e, segundo Mattos (2002, p. 35), “sob a cidade descortinam-se, além da cidade real, empírica, cidades análogas invisíveis, tecidos de memórias do passado, de recolhidas ao longo da experiência humana”. A cidade é também documento e se apresenta pela sua materialidade urbanística, que na ordem do discursivo, definimos como grande texto a ser lido, decifrado.

Do ponto de vista discursivo, a cidade, segundo Orlandi (1999, p. 8), é um espaço simbólico que tem sua materialidade e que produz sua significância. Ela dá forma a um conjunto de gestos de interpretações específicos que constituem o urbano, cujo discurso realiza-se no confronto entre o simbólico e o político. Nesse sentido, subordina-se ao imaginário urbano. A origem dessa distinção está na maneira como o urbanista fala da cidade a partir de categorias do urbanismo e, de acordo com Orlandi (*Ibid.*, p. 9), com isso “deixam de dizer a cidade em seu real, em sua materialidade específica”. Nessa perspectiva, a autora (*ibidem*, p. 9) propõe “flagrar esse real, por onde ele “foge”, não se deixando então pegar pela fala do urbano”. Em outro trabalho (2004c) Orlandi define a cidade como um acontecimento social que se situa na modernidade e funciona como um espaço imaginário sem exterioridade, ou seja, tudo que não é cidade, o não-urbano (campo), também é significado por ela pela cidade.

Nessa perspectiva, podemos dizer que no imaginário urbano está o discurso *sobre* a cidade e a própria materialidade dela. Para distinguir a cidade e o urbano, Orlandi (1999, 2004c)⁷¹ faz funcionar as noções de organização e ordem. O urbano liga-se à organização do ponto de vista administrativo, diretivo e, ao imaginário, como o arranjo das unidades. A ordem é do domínio do simbólico, ou seja, “a relação com o real da história (a sistematização sujeito e a sua relação com o equívoco), articulação necessária e contraditória entre estrutura e acontecimento” (Orlandi, 2001b, p.13). O discurso urbano é então a organização da cidade em discurso e o silenciamento do real desse espaço. O discurso urbano é,

[...] o discurso constituído a partir da sobreposição do conhecimento urbano sobre a própria realidade da cidade. Nessa indistinção, aquilo que seria realidade urbana é substituída pelas categorias do saber urbano, seja em sua forma erudita (discurso do urbanista), seja no modo do senso comum em que este discurso é incorporado pela política, pelo administrador, pela “comunidade” convertendo sentidos no imaginário urbano. (ORLANDI, 2004a, 68)

A partir dessas reflexões, a autora pensa a constituição do discurso urbano e as posições-sujeito do habitante da cidade e conclui que o mecanismo discursivo, constitutivo desse discurso, é o das projeções imaginárias, ou de antecipação. Por elas o sujeito coloca-se no lugar do outro e, desse lugar, “ouve” suas palavras, antecipando-se ao sentido que elas produzem. Segundo Pêcheux (1997, 1997a) as projeções imaginárias não ocorrem sem transformações, nem sem deslocamentos. A passagem da posição de sujeito falante para a posição representada no discurso pelo interlocutor decorre da reversibilidade do sujeito.

Nesse funcionamento, a cidade se constitui por um aglomerado de instituições, que constituem “o seu tecido”, à medida que estas trabalham em torno do que é legítimo e também do que não o é no espaço urbano, atuando como o lugar da coerção. Há, segundo Orlandi (idem, p. 11) uma relação corporal entre o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade, de maneira que “formam um só corpo, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do outro”, de forma que um reclama o outro nas dimensões histórica, material, social, cultural e econômica.

⁷¹ Essa distinção se faz também em outros textos, podemos destacar (2001b, 2003, 2004a)

Em relação à narratividade, a mesma autora afirma que ela realiza na textualidade, por uma forma de narrativa em que o sentido advém da história e do modo como a cidade é dita. Assim,

A cidade não tem um narrador, um seu contador de histórias (como o cego nordestino, o violeiro, o velho indígena, etc). A narratividade urbana tem vários pontos de materialização. Moventes. Fulgurações. Materialidade dispersa. E é nas suas relações que podemos compreender esses seus sentidos". (Orlandi, *idem*, p. 31)

É pelo discurso que a cidade se significa e os sujeitos que a habitam reafirmam o seu pertencimento ao espaço pelas filiações identitárias que os inscrevem a redes de memória. A cidade, ainda segundo Orlandi (1999a), se define como o espaço simbólico, cuja materialidade marca-se por formas específicas de significar pela *relação constitutiva*⁷² do espaço com a linguagem e com os sujeitos/cidadãos que a habitam, num tempo determinado. É pelo discurso aparentemente homogêneo e linear que a realidade imaginária da cidade liga o espaço urbano aos sujeitos no movimento descontínuo da história e pela sua relação com o real. Segundo Pêcheux (2002, p. 43), "há um real constitutivamente estranho à univocidade lógica e um saber que não se transmite, não se ensina e que, no entanto, existe produzindo efeitos". É este real – sujeito à interpretação – resultante do cruzamento da língua com a história que é lido no grande texto – a cidade – como o lugar onde são formulados discursos de sujeitos juridicamente autorizados a dizer o que dizem e, também, em algumas situações a não-dizer.

Neste trabalho definimos, a cidade como um grande texto que se constitui e se deixa constituir numa ordem que, de um lado é própria dela e, de outro, que se caracteriza pela sua ligação com os cidadãos que a habitam e a constituem como texto. O discurso, especialmente os de rememoração/comemoração advindos do espaço urbano, apresentam-se, contraditoriamente, como um texto saturado no qual tudo parece estar dito. Essa evidência é própria desse tipo de discurso, cuja especificidade está em "fazer crer", como dissemos anteriormente, na esteira de De Certeau (1994). No entanto, apesar dessa aparente não-lacunaridade, a cidade aparece como uma página a ser escrita, preenchida, lida/interpretada/compreendida

⁷² O termo relação constitutiva foi empregado por Rodrigues-Alcalá (2004, p. 65) em seu trabalho de construção do glossário discursivo da cidade.

pelos sujeitos cidadãos, que vivem nela e pelos que a visitam. É pelos sujeitos que a cidade se significa e que eles mesmos se significam.

Para habitar o espaço urbano e estar nele é necessário conhecer a sua ordem. O espaço urbano e o sujeito mantêm uma relação de dependência: de um lado, a cidade só existe porque os sujeitos a constituem e, de outro, os sujeitos que são por ela constituídos. A memória da cidade não se constitui a partir dos saberes de um sujeito empírico e individual, mas dos saberes da formação social em sua totalidade, de saberes constitutivos da memória social. É a partir dos sujeitos urbanos ideologicamente constituídos e inconscientemente divididos, que o passado retorna – pelos enunciados fundadores - não com o mesmo sentido, mas transformados a partir de recordações (memórias), e do conhecimento transformado e deslocado pelo funcionamento discursivo (historicidade). Nessa perspectiva, o espaço urbano e os cidadãos são inseparáveis: um não existe sem o outro.

4.2 Textualidades constitutivas do discurso urbano

Cruz Alta era um município agropastoril relativamente pobre, sem grandes estâncias dignas de nota. O comércio local? Medíocre. Psicologicamente o homem dessa região do Rio Grande do Sul se parece um pouco com o mineiro na sua ausência a fanfarronice e teatralidade. Mas, diferente do mineiro, é expansivo e sem desconfianças, embora de menor densidade psicológica. (É bom ser ficcionista, pois se fosse sociólogo, etnólogo ou qualquer outra coisa terminada em ólogo, não estaria fazendo tantas afirmações levianas) (p. 188).

O imaginário da cidade constitui-se a partir da Mídia que trabalha o urbano pela constituição de evidências e literalidade que simulam a transparência do discurso. Nesse sentido, imobiliza os sujeitos, tirando-os do processo e colando-os à realidade urbanística como representantes de situações sociais datadas e temporalizadas. É possível, a partir disso, dizer que o processo de legitimação do discurso urbano apaga, necessariamente, memórias e relações.

As diferentes textualidades que constituem o imaginário urbano significam no discurso em relação à memória tomada na instância do interdiscurso, como já referimos. No espaço da rememoração, a história da cidade funciona como parte

das condições de produção do discurso urbano. No entanto, a memória que irrompe no fio do discurso não se relaciona à história da cidade, como continuidade, mas à historicidade, a outras memórias que ela evoca e às ideologias que afetam os sujeitos urbanos. É a partir das posições do sujeito na FD da rememoração/comemoração que se constitui Érico Verissimo como um sujeito idealizado, como efeito, segundo Durand (2004), da emergência da formação social.

A constituição de um sujeito dessa ordem depende de uma necessidade e se mantém pelas relações de identificação e ligações simbólicas entre o espaço urbano e os sujeitos que constituem esse espaço. Nesse sentido, quem cria o mito é o povo que vê nele o que lhe falta e o coloca como o objeto faltoso (*objeto a* e *objeto do desejo*). De acordo com Silveira (2004), o povo cria o mito e as instituições o tomam. tomamos esse funcionamento do mito como o de sujeito desejante, que advém dos sujeitos-cidadãos. A forma de institucionalização se dá pelos procedimentos de “fazer-criar” descritos nessa segunda parte, que o institucionaliza pela repetição, fazendo-o circular.

A história do espaço urbano que nos interessa não se atém a nomes ou datas, mas à historicidade dos fatos, que de acordo com Orlandi (2004b), transformam-se em atos. Essa história inscreve o discurso em domínios de memória, a partir dos quais o sentido desliza. Da história da cidade, destacamos em primeiro lugar a sua origem relacionada a famílias e ao catolicismo. Em segundo lugar, o fato de ter sido sempre “um burgo republicano” e por sustentar-se politicamente a partir de nomes de famílias tradicionais. Em terceiro lugar, destacamos a influência do governo Vargas nas pequenas cidades, especialmente daquela exercida por sua propaganda positivista, centrada na ordem e no progresso, e, por extensão a valorização do trabalho individual. Em quarto lugar, abordamos a influência do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira e o seu programa de metas, que desencadeou o progresso, mas também o aprofundamento das diferenças sociais.

Por ordem de importância, nos referimos às famílias na cidade e à concentração de terras nas mãos de alguns proprietários rurais, o que favoreceu a constituição e valorização das sagas familiares. Isso ocorreu a partir da concessão de sesmarias, pelo governo federal, com a finalidade de povoar o lugar. O primeiro beneficiado, na região de Cruz Alta, foi João José de Barros, tido como fundador da cidade. Muitas famílias paulistas vieram para a região e até hoje são encontrados vestígios dessa ocupação nas áreas vizinhas da fazenda do Umbu, atualmente área

do novo município de Boa Vista do Cadeado. A relação do espaço urbano com o catolicismo pode ser destacada pela designação da cidade, que se deve a uma cruz colocada no lugar mais alto do povoado pela primeira família que veio morar no lugar.

É importante destacar a cidade e, na sua história o governo de Getúlio Vargas e a campanha nacionalista, que colocava o trabalho individual como solução para os problemas sócio-econômicos individuais e do país. O objetivo dessa campanha era valorizar o espírito nacionalista e se filiava à ideologia positivista, seu lema era “Ordem e Progresso”. Essa propaganda funcionou contraditoriamente, de um lado fez progredir a cidade e promoveu o enriquecimento de alguns e, de outro, provocou o empobrecimento de muitos. Outra característica desse governo foi o populismo, movimento característico de governos que incentivam o assistencialismo, em detrimento do desenvolvimento coletivo. O discurso da Era Vargas é relevante no discurso da cidade porque, em muitos dos textos analisados, essa memória se atravessa.

A construção da imagem de Getúlio como amigo dos trabalhadores ganhou forma através de várias cerimônias e do emprego intenso dos meios de comunicação. [...] O ministro do trabalho fazia palestra semanais e se dirigia a grupos específicos: donas de casa, aposentados [...] construiu-se a força simbólica de Getúlio Vargas (FAUSTO, 2002, p. 207).

A referência que fazemos a Getúlio Vargas se deve aos traços de identificação entre ele e a cidade. Nesse período, a cidade experimentou um grande desenvolvimento no âmbito cultural e econômico. Durante a década de 1940 e 1950 foi referência na região do Planalto Médio – era chamada a *Rainha do Planalto Médio*. Possuía, nesse período, dois jornais, três tipografias, sala de cinema, teatro (que recebia companhias nacionais), cafés. Além da pecuária desenvolvida, na cidade havia várias fábricas dentre as quais destacam-se: fábrica de fósforos, de massas, de refrigerantes, de cerveja, de gelo, de anil, de torrefação de café, frigorífico e moinhos.

A perda da hegemonia econômica e política pela cidade teve início com o governo Kubitschek, que implementou o programa de reconstrução e melhoramento de estradas e rodovias, a produção de energia elétrica, a construção de silos, a melhoria da armazenagem de grãos, e abriu as fronteiras agrícolas para o mercado externo. Além disso, este governo concedeu vantagens a grupos influentes nas

idades, garantindo o sucesso das metas governamentais. Esses incentivos, por um lado, trouxeram divisas para o país e para os municípios brasileiros e, por outro, aumentaram os problemas sociais, dentre eles, o acréscimo da população urbana, cuja consequência foi o recrudescimento da pobreza. O homem do campo, principalmente, e o pequeno proprietário vieram para a cidade em busca de emprego, mas pela falta de especialização, acabaram empobrecidos e sem trabalho.

Os dois governos, o de Getúlio Vargas e o de Juscelino Kubitschek de Oliveira, trabalharam em prol do desenvolvimento, instaurando o otimismo, a identificação imaginária entre o povo e a nação, entre o cidadão e sua cidade. Os sentimentos nacionalistas encontram em Cruz Alta terreno fértil, principalmente porque, tanto Vargas como Juscelino, esqueceram que o desenvolvimento não atinge a todos, mas as consequências inflacionárias advindas dele, sim. As consequências do otimismo nacional promovido pelos “cinquenta anos em cinco”, de Juscelino atingiram os pequenos centros urbanos como Cruz Alta, fazendo com que perdessem espaços e poder entre as cidades do interior do Rio Grande do Sul.

Outro fator determinante para o empobrecimento da cidade foram os problemas com a agricultura, ocasionados pelos financiamentos agrícolas, que propiciaram o aumento da produção, especialmente do trigo e da soja. No entanto, excluíram os pequenos produtores, que não puderam acompanhar o progresso. Além disso, as culturas continuadas enfraqueceram as terras e diminuíram a produção. Com isso, as cidades que viviam da agricultura, como Cruz Alta, perderam espaço e o lugar de destaque entre as cidades da região. Essas perdas fizeram com que os sujeitos da FD da rememoração/comemoração e, neste contexto, os sujeitos-cidadãos da cidade buscassem um novo objeto de identificação.

4.2.1 O Público e o Privado no discurso urbano

Antes de continuarmos nossa reflexão, faz-se necessário abordarmos a constituição da sociedade brasileira e a influência dessa sociedade na escolha de nomes e de eventos que constituem a rememoração/comemoração. Segundo DaMatta (1997), no Brasil, coexiste uma dicotomia entre a Casa e a Rua, em que a primeira desliza em seu funcionamento para a segunda, que legitima a coexistência

entre o público e o privado. Esse deslizamento é histórico na constituição social do Brasil e também das origens das cidades brasileiras, as quais, em sua maioria, surgiram a partir de aglomerações familiares.

Para DaMatta (idem), o sentido da oposição casa x rua tem aspectos complexos e nem sempre estáticos. A casa é o lugar do privado, mas o público entra nela. A rua tem funcionamento semelhante: tida como o lugar dos malandros e dos “fora da lei” é, com freqüência, tomada pelas famílias, que fazem dela a extensão da casa, quando as fecham para realizar festas familiares, fazendo deslizar o espaço público para o privado, significando e funcionando ao modo da casa.

O mesmo autor destaca que a rua é o lugar dos malandros e dos meliantes, e por isso, funciona como a casa destes, constituindo-se nesse funcionamento como o lugar do privado. Os sujeitos, habitantes da casa, tomada socialmente em oposição à rua, comportam-se diferentemente, uma vez que a primeira é o lugar da individualização e a segunda, o lugar das contradições próprias desse espaço. Há, na sociedade brasileira, “uma ideologia da casa e da família; contextos [...] onde se pode mais utilizar a vertente vertical e hierarquizante de nossa constelação de valores” (ibidem, p. 55). A estrutura da casa assemelha-se à da rua: possui um interior e um exterior e, nesse funcionamento, o primeiro constitui-se das partes da casa e o segundo, de corredores, pátios. Apesar da semelhança com a rua, a casa, em seus aspectos exteriores, continua da ordem do privado. DaMatta acentua os campos semânticos da casa e a relação com a família. Assim:

[...] a casa delimita um espaço calmo, dominado por um grupo social que, no Brasil, é concebido como “natural”. Realmente, entre nós, a família é igual a “sangue”, “carne” e tendências inatas que passam de geração a geração, pois uma pessoa “puxa” e “sai” com a outra, isto é, como o seu pai, a sua mãe ou avós. Trata-se de um discurso poderosamente implicado na natureza e na premissa de que essa natureza independe das condições sociais. (ibidem, p. 56)

Com rua é o inverso. Ela é o lugar da permissividade.

O que nos interessa em relação ao discurso de rememoração/comemoração quanto ao funcionamento da casa e da rua são as implicações desses espaços no que diz respeito às famílias e ao prestígio delas na sociedade brasileira, bem como o discurso que sustenta e ancora a cidadania nesses espaços. Refletimos acerca disso a partir de DaMatta (1997), que sustenta que a sociedade brasileira é relacional, isto, funciona a partir do privado, representado pela casa e a idéia de

comunidade pelas diferenças, pela heterogeneidade, feita de famílias. Neste aspecto, a sociedade brasileira, além de heterogênea, é desigual, e inclusiva. Em um funcionamento em que as instituições sociais submetem-se a dois tipos de pressão: a universalista e a determinada pelas redes de relações.

A primeira relaciona-se às normas burocráticas e legais ligadas ao funcionamento das instituições. Essas normas, no entanto, são aplicadas ao sujeito ligado à rua, tomado como cidadão. A segunda é determinada pelas relações pessoais e familiares e estão submetidas a uma rede que mobiliza e distribui os benefícios sociais de forma desigual. Nesse funcionamento, o sujeito pertencente a uma saga familiar não é apenas um cidadão: recebe tratamento diferenciado e privilégios que não são responsáveis pelo sucesso, mas abrem caminhos e possibilidades dadas pelo papel da amizade e das relações. Em outras palavras:

[...] há uma forma de cidadania universalista, construída a partir dos papéis modernos que se ligam à operação de uma burocracia e de um mercado; e também outras formas de filiação à sociedade brasileira – outras formas de cidadania – que se constroem em espaços tipicamente relacionais, dados a partir do espaço da “casa”. (DaMatta, 1997, p. 86)

A seguir, destacamos os fatores que contribuíram para a constituição do seu nome como um sujeito modelar, como a causa do desejo e também como objeto dele. Essas reflexões são pertinentes na medida em que Érico Verissimo, pertenceu a importante família da Cruz Alta e foi, nessa cidade, designado como “o filho mais ilustre”. Isso fez com que retornasse à cidade em 1967. Esse processo rememorativo não foi simples, nem ocorreu de um dia para o outro. A inauguração do museu representa a sua culminância. A sobreposição da sua imagem à imagem da cidade foi lenta e por que não dizer, definitiva. Pontuamos esses fatores, iniciando pela cidade e sua memória, a qual significa pelo processo de discursivização de Érico Verissimo no espaço urbano.

Enfocamos o discurso urbano em relação ao espaço comemorativo – a cidade de Cruz Alta – as implicações sócio-históricas e o funcionamento da sociedade a partir da casa e da rua, conforme DaMatta. No entanto, não reduzimos nossas reflexões a suas duas determinações, as quais funcionam como as condições de produção da rememoração/comemoração, mas não a esgotam. Entendemos que nem todos os sujeitos pertencentes a famílias tradicionais e que usufruem das redes de relações sociais alcançam o sucesso e se constituem objeto

de celebração. Há outros fatores determinantes para esse funcionamento. Um dos deles é o desejo de ser *semelhante ou igual a*, conforme teorizamos nesse trabalho. Há em relação a isso as emergências do espaço urbano e a constituição do sujeito imaginário, constituído no espaço da cidade.

4.2.2 Cruz Alta e Érico Verissimo

[...] minha ansiedade aumentava ou então era desencadeada nas noites em que eu ouvia o vento uivar lá fora. Sim, a voz do vento era um fator desencadeador de ansiedade. Eu tratava de chamar-me à razão. Tudo estava bem. Em breve apareceria o sol e a vida normal recomeçaria [...] Num romance que eu iria escrever dali a quase trinta anos, uma personagem dizia: “Noite de vento, noite dos mortos” (p. 145).

Os espaços urbanos, desenvolvidos ou não, dependem sempre de outras esferas que os constituem e que funcionam como a FD, a qual se assujeitam. É por isso que enfocamos aqui o contexto sócio-histórico e econômico brasileiro que antecede o discurso de rememoração/comemoração que institui o escritor como um sujeito celebrado e o constitui ao mesmo tempo, como *objeto a* e *objeto do desejo*, em relação à FD da rememoração/comemoração e a relações entre a casa e a rua, que determinam o funcionamento da sociedade brasileira pautada pelas redes de relações sociais. Como destacamos anteriormente, a constituição da memória social e da comemoração de nomes e eventos dependem também de outros fatores, que colam o nome rememorado/comemorado ao espaço urbano.

Destacamos também, que a Mídia é um dos lugares constitutivos dessa colagem, porque faz circular o discurso e, de certa forma, constrói um imaginário urbano. Assim, o sujeito alvo e objeto do desejo atende às demandas do espaço urbano e dos sujeitos que o constituem. Nesse sentido, destacamos alguns pontos que poderiam desencadear o desejo de rememoração/comemoração da cidade em torno de Érico Verissimo.

A primeira constatação é que a memória em torno do escritor se sustenta a partir de lugares que atualizam a memória do dizer, e propiciam a filiação dos sujeitos do discurso a redes de memória, memória discursiva e interdiscurso. Os

lugares a que nos referimos são o Museu, a Unicruz, o poder público e a Mídia que lhe dão visibilidade.

Outro fator determinante, nesse processo, de identificação é o sucesso como escritor e a repetição da cronologia relativa a sua trajetória como escritor. Duas obras destacam-se e sustentam o discurso que se vincula ao Museu: a publicação em 1932, de **Clarissa**⁷³ e a sua discursivização como sucesso de vendas. **O Tempo e o Vento** representa mais de duzentos anos de história do Rio Grande do Sul e narra a saga das famílias Terra e Cambará. É uma obra de mais de duas mil e quinhentas páginas e compõe a trilogia formada por **O Continente** (dois volumes), **O Retrato** (dois volumes) e **O Arquipélago** (três volumes). Essa obra consolidou Érico Verissimo como um escritor de sucesso no Brasil, e lhe permitiu ser um dos poucos escritores brasileiros a viver de direitos autorais.

Esse discurso valoriza o sujeito individual e o esforço pessoal em detrimento do social. De um lado, assemelha-se ao discurso da “mão estendida” referido por Courtine (1981), em que os governos mantêm-se no poder dando assistência aos menos favorecidos, a partir de discursos inflamados, nos quais se colocam como capazes de resolver todos os problemas do país. De outro lado, pauta-se nas relações familiares, a partir da valorização da casa, que em nossa investigação, é a casa da família, onde funciona o museu. O ponto de contato entre o discurso da cidade *sobre* o escritor é a sua descrição como trabalhador, que venceu por esforço individual.

As relações sociais de poder regem o pensamento social da cidade, constituindo pela interpelação ideológica e inconsciente o sujeito imaginário que os identifica. Nos discursos de rememoração/comemoração como prática discursiva de constituição de um imaginário urbano – no caso de Cruz Alta *sobre* Érico Verissimo - não há fronteira entre o sujeito empírico e o sujeito imaginário, dissimulando, de acordo com Pêcheux (1997, p. 162) pela transparência do sentido sua dependência ao “todo complexo com dominante das formações discursivas”.

A cidade, ameaçada pelo esquecimento simbólico, constitui sua memória em torno de Érico Verissimo e lhe dá visibilidade como um sujeito que tem existência real, e que funciona, na ordem do imaginário, como uma força capaz de completar

⁷³ O escritor teve uma vasta produção literária. Destacamos **Clarissa** por ser o primeiro livro de sucesso e **O Tempo e o Vento** por ser considerada a obra de maior sucesso e também porque é por esse romance que ele é designado em muitos dos textos do *corpus* desta tese.

os sujeitos/cidadãos marcados pela falta, pela falha e pela incompletude. É por esse discurso que ele é tido como patrimônio cultural da cidade, como *herança cultural*⁷⁴ que as instituições, tais como a Universidade de Cruz Alta e a Secretaria de Cultura do município querem deixar para o futuro. Como *uma herança que não tem fronteiras*⁷⁵ e, que a cidade, juntamente com a universidade, quer dividir com todos. Esse processo discursivo o constitui como sujeito imaginário, destacando-o entre os sujeitos/cidadãos nascidos na cidade por ser possuidor de valores morais e cívicos que o fazem admirado/idealizado.

O centro da rememoração/comemoração é o processo de identificação, que coloca em uma mesma ordem o escritor e a cidade, como dois objetos a serem lidos/interpretados/compreendidos um pelo outro. No entanto, a leitura desses dois objetos discursivos – cidade e Érico Veríssimo – mesmo a menos comprometida, permite interpretar que a cidade e o escritor percorreram caminhos distintos e, muitas vezes, em direções opostas. De um lado, ela (a cidade) passou da vida à morte simbólica, evidenciada por seu destaque entre as cidades da região - a vida – e o ocaso, decorrente de problemas conjunturais, que afetaram também o Rio Grande do Sul e o Brasil – a morte simbólica. De outro lado, ele (Érico Veríssimo) passou da morte simbólica à vida. Após o fracasso tanto na ordem do privado – separação dos pais e perda da casa onde nasceu – quanto na ordem pública – falência da farmácia Central experimentou o sucesso nas duas ordens: construiu uma família sólida (dois filhos) e, apesar de mudar com frequência de casa (de 1931 a 1937 mudaram-se cinco vezes), encontrou na casa da Rua Felipe de Oliveira, em Porto Alegre, a casa perdida na juventude. Nessa casa, viveu até 1975, quando faleceu. Nela, vive Luis Fernando Veríssimo, com a família. Profissionalmente, alcançou sucesso. Tudo isso, longe de Cruz Alta – a terra natal.

4.2.3 Constituição do sujeito imaginário

Chama a atenção no discurso de rememoração/comemoração o fato de que nos tempos de pujança econômica e cultural, quando era chamada, nas décadas de

⁷⁴ É como herança cultural a ser transmitida a todas as gerações que a Universidade de Cruz Alta o denomina quando se apresenta à comunidade local como administradora desse patrimônio, em texto já referido, publicado nos jornais da cidade de Cruz Alta, dentre eles, o Diário Serrano, no dia 18 de agosto de 2004, data de comemoração dos 183 anos de emancipação política da cidade.

⁷⁵ Esse é outro enunciado do texto da Unicruz, divulgado, como já foi destacado anteriormente, no aniversário do município, em 2004.

50 a 70 de *Rainha do Planalto Médio* e de *Capital do trigo*, a cidade não se dizia “terra de Érico Verissimo”, apesar de ele já ser um escritor de sucesso e cidadão polêmico pelas posições político-ideológicas assumidas e, também, pelas que deixou de assumir. Nesse tempo, ele não era lembrado como *filho desta terra* e nem como *cidadão de todos os continentes*.

A circulação desses dizeres capaz de inscrever Érico Verissimo e Cruz Alta na ordem do discurso como sendo um mesmo objeto significante, tem início em 1969, quando a casa em que o escritor nasceu foi transformada em museu, tornando visível à formação social o Érico Verissimo idealizado como escritor e pai de família exemplar. Isso se pode depreender a partir do acervo, que prioriza objetos pessoais e familiares⁷⁶. Em 1986, o museu passou a ser Fundação⁷⁷.

É a partir dos problemas coletivos, que Érico Verissimo ressurgiu altivo e forte⁷⁸, como um sujeito idealizado, semelhante ao mito, o qual segundo Durand (2004, p. 86), “se cria por uma necessidade e se mantém pelas relações de identificação e ligações simbólicas”. O Museu funciona como o lugar material que guarda os objetos que representam o escritor e legitimam o discurso de rememoração/comemoração da cidade em torno do Érico Verissimo, como sujeito da ordem do imaginário com o qual os sujeitos que se filiam à FD da rememoração/comemoração, reforçando os traços de identificação Érico Verissimo/espço urbano..

A representação dele, pela história que se conta, é a de um homem de sucesso, capaz de superar dificuldades de todas as ordens, as quais, na maioria das vezes, são as mesmas que os sujeitos-cidadãos da cidade também enfrentam. Por esse processo de identificação, os sujeitos/cidadãos transferem para a cidade e para si mesmos o sucesso de suas obras e de sua vida. São as obras e a história de vida do escritor que impulsionam o discurso *sobre* e o constituem como vencedor, um exemplo a ser seguido.

Nos textos que circulam na cidade, assemelha-se aos personagens de sua obra. A diferença entre os personagens e ele está no fato de os primeiros aproximarem-se mais dos sujeitos da cidade do que dele mesmo, enquanto sujeito

⁷⁶ Cf. anexo 5, do DVD.

⁷⁷ Lei Municipal no. 0367/86, de 13 de outubro de 1986 que cria a Fundação Érico Verissimo. No Cartório de Registros de Imóveis de Cruz Alta, há o registro de compra e venda do imóvel efetivada em 1984. Nesse mesmo documento consta a hipoteca e o tombamento do imóvel.

⁷⁸ Para aprofundar o funcionamento do mito, especialmente, o do gaúcho, remetemos a Silveira (2004).

imaginário. Segundo Eliade (2002, p. 125), “o mito garante ao homem que o que ele se prepara para fazer já foi feito, e ajuda-o a eliminar as dúvidas que poderia conceber quanto ao resultado de seu empreendimento”. É o que ocorre em relação ao Érico Veríssimo que habita o discurso da cidade, que apesar de não ser um mito, aproxima-se dele. O sentido veiculado pelos discursos em torno de seu nome e de suas obras é dado como natural, conhecido pelos sujeitos da formação social, porque se ancora nos valores que o constituem no espaço urbano.

Neste trabalho, entendemos que o escritor se constitui no eixo da formulação como um sujeito imaginário, fruto do desejo dos sujeitos cidadãos do espaço urbano de *serem iguais ou semelhantes a*, pelo efeito de espelhamento. Ele constitui-se como uma memória histórica, que se movimenta e traz para a atualidade rupturas e deslocamentos, próprios do discurso, enquanto “efeito de sentido entre locutores” (Orlandi, 2004b). Em relação ao sujeito idealizado, é importante que se diga que os valores que o constituem vêm da FD da rememoração/comemoração, mas não só dela, mas do espaço urbano como um todo.

Como sujeito imaginário, Érico Veríssimo sustenta-se pela movimentação da Mídia em torno dele. Há, em relação a ele, uma história não assumida por nenhum sujeito autor. É conhecida por todos e pertence a um tempo que não é passado, mas também não é presente, nem futuro. Podemos dizer, que é um tempo que engloba todos os tempos e que o mantém como memória, apesar dos deslizamentos e das rupturas próprias do discurso em movimento. Esse discurso advém das instituições e que atendem à demanda da cidade e dos próprios sujeitos, que buscam constituir laços de identificação com ele.

O sujeito-objeto da história que se conta na cidade é detentor de valores que fazem com que seja admirado ao ponto de os sujeitos/cidadãos - seus conterrâneos - terem orgulho de dizer que vivem ou moram “na terra de Érico Veríssimo”⁷⁹. Os valores destacados nos discursos da cidade são compatíveis com os da cidade, marcadamente conservadora em relação aos aspectos sociais, religiosos e políticos. Essa posição conservadora fez com que uma das qualidades mais importantes desse Érico Veríssimo imaginário constituído *no* e *pelo* discurso fosse o fato de ser

⁷⁹ Cf. Prola Farias (2005).

*trabalhador*⁸⁰, e ser dado à *assistência social*. Com esses enunciados o administrador do museu, Edegar Vieira, apresenta-o aos visitantes.

Há que se destacar também, a origem da família e a trajetória dessa família na cidade. De acordo com DaMatta, a sociedade brasileira é relacional, e por isso, a história da família é relevante para que um sujeito seja admirado e prestigiado. A família Verissimo é parte da história da cidade, que foi “o ponto de encontro dos dois troncos, cujos ramos se uniram e, numa sucessão de enxertos e cruzas, tornaram possível o desabrochar desse espécime humano (...)” **Solo de Clarineta I** (1995, p. 1). Essa é uma condição importante para que ele seja digno de ser *filho desta terra, o maior bem cultural*. Some-se a isso o fato de ele, apesar de perder os bens, e até a própria casa e de tornar-se parte dos grupos minoritários, ter conseguido reerguer-se por esforço próprio, levando o nome da cidade para além de suas fronteiras.

4.2.4 Discurso de rememoração/comemoração no espaço urbano

Do que foi afirmado anteriormente, pode-se compreender que o discurso de rememoração/comemoração da cidade em torno do escritor divide-se em dois momentos bem determinados: o primeiro, que investe no mobiliário social, que se constitui pela idéia de deixar vestígios num tempo linear, pelo procedimento que De Certeau (1994) chama de “fazer-ver”, ou seja, mostrar mais do que dizer. Os exemplos ilustrativos desse funcionamento são dados pelas placas em todas as entradas da cidade que limitam seu espaço como *Terra de Érico Verissimo*, pela criação do Museu, pela renomeação da praça e pela construção de vários prédios com seu nome, o de seus personagens, assim como de suas obras.

Essas visibilidades legitimam a cidade como “*a terra de Érico Verissimo*” e contribuem para o efeito de saturação dessa memória, constituindo evidências de homogeneidade destacadas nos procedimentos de “fazer-criar”. Discursivamente, esses vestígios sustentam o efeito de pertencimento do escritor à cidade e conferem ao discurso que emana dela e das instituições que a constituem, valor de verdade. Os objetos culturais que estão no museu são da ordem do simbólico e funcionam

⁸⁰ A palavra “trabalhador”, nessa perspectiva, remete ao discurso populista de Getúlio Vargas, cuja propaganda valorizou aqueles que vencem por esforço próprio, como referimos nas relações sócio-históricas de constituição do espaço urbano.

como a figuração do sujeito rememorado/comemorado, fazendo dele “uma presença na ausência” (Courtine, 1999).

A casa da família Veríssimo⁸¹, em Cruz Alta, tem destaque especial entre o mobiliário que o presentifica na cidade. Isso ocorre porque, simbólica e discursivamente, ela funciona como uma prova material de que o escritor viveu na cidade, constituindo um argumento de autoridade que encaminha o dizer para um determinado sentido. Além disso, ele fez várias referências a essa casa, em sua obra de memórias, **Solo de Clarineta I**, publicado postumamente. Nela, descreve a casa de sua infância, destacando os momentos mais felizes e também os mais tristes. Em 2005, o Centro Cultural Érico Verissimo, mantido pela Companhia de Energia Elétrica do Estado (CEEE)⁸², levou para as principais cidades do Rio Grande do Sul uma Mostra Itinerante sobre o escritor. Um dos destaques dessa mostra foram as suas casas. A casa de Cruz Alta é discursivizada como *A casa perdida* e depois *A Casa Reencontrada*, enquanto a casa de Porto Alegre, na qual a família do escritor vive, é chamada de *A Casa Conquistada*.

O segundo momento é aquele em que as instituições passam a dar visibilidade aos discursos de rememoração, que sustentam o discurso de comemoração e o inscrevem na história da cidade por um processo metafórico, de transferência de traços, que o caracterizam para a cidade, como se ele e espaço urbano estivessem em uma mesma ordem social e histórica, constituídos similarmente. Por esse movimento, os dois objetos inscrevem-se no interdiscurso como semelhantes. Esses dois momentos acontecem simultaneamente, e atendem à demanda da cidade em apagar o passado recente para reencontrar o antigo, o que se realiza pela identificação Érico Verissimo-Cruz Alta. Segundo Augé (1998), esse reencontro com o antigo tem a ver com a memória, e se liga à recordação que é a “impressão” que permanece na memória, o efeito que os objetos exteriores provocam nos órgãos do sentido. Isso significa a necessidade de esquecer para lembrar e que o esquecimento é a conseqüência natural da recordação, que na

⁸¹ Há várias placas referentes à casa em que ele nasceu. Destacamos a que diz: “Nesta casa, nasceu a 17 de dezembro de 1905, Érico Verissimo, o que antes da maturidade é conhecido e estimado em toda a extensão do país como na sua terra natal que dele se orgulha”. (Cf. anexo 2 e 3, do DVD, encartado nesse trabalho).

⁸² O Centro de Referência Érico Verissimo está em Porto Alegre. No ano do seu centenário, 2005, neste centro foram expostas obras e fotos do escritor. Diversas atividades artísticas em homenagem ao escritor realizaram-se no local. A mostra a que nos referimos anteriormente destacou as casas em que ele viveu e percorreu as principais cidades do Rio Grande do Sul.

ordem do discurso se liga a uma anterioridade e a uma exterioridade e instaura a rememoração.

O discurso que circula na cidade é institucional, e os sujeitos enunciadores responsáveis por ele ocupam determinadas posições em relação à forma-sujeito e vêem o objeto do discurso a partir dessas posições, de onde o constituem e são por ele constituídos. Isso significa que em cada formação social os pontos de vista resultam não de sujeitos individualmente constituídos, mas da posição-sujeito ocupada por aquele que é responsável pelo dizer, pois o lugar de onde o sujeito fala é constitutivo do seu dizer, segundo Pêcheux (1997a).

Para realizar esta aproximação, ancoramo-nos em Lacan, referido por Althusser quando aborda os processos de identificação do sujeito à FD. Pode-se dizer que o sentido em um discurso ocorre

[...] na relação do imaginário e do real, e na constituição do mundo tal como ele é resulta disso, tudo depende da situação do sujeito. E a situação do sujeito [...] é essencialmente caracterizada pelo seu lugar no mundo simbólico, ou, em outros termos, no mundo da palavra (LACAN, 1986, p. 97).

A rememoração/comemoração de Érico Verissimo como sujeito imaginário constitui-se a partir de duas ordens: uma do inconsciente e outra social e ideológica. A primeira ocorre pelo desejo dos sujeitos de serem *iguais ou semelhantes a*, como refere Lacan na citação anterior. A segunda referenda a interpelação do sujeito pela ideologia, nos termos de Pêcheux (1997a). Em outras palavras, o Érico Verissimo simbolizado pelo discurso não coincide com o sujeito que se inscreve pelo simbólico no discurso e na realidade, como possibilidade imaginária do real. A imagem presentificada pelo mobiliário social e pelo discurso de rememoração/comemoração atende à demanda da cidade e ao desejo do sujeito urbano.

Para Lacan (1998), demanda é a necessidade que caracteriza o sujeito, mas ela não é experimentada diretamente por ele. É sempre mediada pela linguagem, que segundo Elia (2004, p. 46), modifica, pulveriza, fragmenta essa necessidade. A demanda pode ser vista como sugestão e como transferência. Esses dois níveis permanecem separados pelo desejo, que faz com que o sujeito resista à sugestão. Interpretamos assim, porque pelo discurso, o nome do escritor e sua memória associam-se imaginariamente ao sucesso. Os argumentos que encaminham para a

constituição dessa imagem deslocam a ordem dos acontecimentos, dando visibilidade a determinados fatos e apagando outros.

O discurso de rememoração/comemoração da cidade de Cruz Alta em torno de Érico Verissimo exige que o olhar do analista esteja atento ao que é comemorado nesta formação social e que regularidades discursivas constituem, no eixo da formulação, o sujeito imaginário e os efeitos de sentido dele no discurso urbano. É possível que o Érico Verissimo e a Cruz Alta, “terra de Érico Verissimo”, não signifiquem da mesma forma o tempo todo, não estejam no mesmo domínio discursivo e nem sejam o mesmo objeto. Inicialmente, o escritor era retomado como aquele que *muito fez pela cidade* (decreto de mudança do nome da praça).

No ano de sua morte, as manchetes dos jornais da cidade e de Porto Alegre sinalizam para a relação de identificação existente entre ele e a cidade. É como se houvesse dois objetos discursivos e um pudesse ser lido/compreendido/interpretado pelo outro. Nos textos publicitários da Agência NPC, o escritor funciona como argumento de autoridade para vender produtos e, em 2003 e 2004, *como filho ilustre, nosso maior bem cultural, como herança, como história* (e outras designações). Em 2006, apareceram outros textos. Neles, ele continua sendo visto como história, como uma memória colada à memória da cidade, mas os sentidos são outros e os sujeitos/cidadãos buscam incluir-se nessa memória. É importante observar que esses discursos apagam o Érico Verissimo comerciante.

Pelo discurso, Cruz Alta faz mais do que dizer que é a *Terra de Érico Verissimo*, pois mostra de várias formas aquilo que visibiliza pelo discurso, materializando no espaço público as marcas do seu pertencimento à cidade pelos lugares de memória, que organizam os discursos *de* e os discursos *sobre* no espaço urbano. As placas (cf. fig. 4, p. 149), colocadas em todas as entradas da cidade, marcam os limites entre o que Cruz Alta é, e as demais cidades não são: *a terra natal de Érico Verissimo*. O enunciado visibilizado nelas tem o efeito de sentido de uma promessa, que a cidade faz de constituir-se como um espaço de memória, de rememoração e comemoração.

A promessa imaginária realiza-se pela simulação de um acordo simbólico entre os sujeitos que chegam à cidade e os cidadãos cruz-altenses. Os primeiros buscam, nesse espaço, vestígios da passagem do escritor – referência no cenário literário brasileiro - e, os segundos, apresentam-no como anfitrião do *maior bem cultural* que a cidade possui. O desejo da cidade de ligar-se ao nome de Érico

Verissimo e de ser reconhecida para dentro e para fora de seus limites como portadora das mesmas qualidades que ele, materializa-se, na ordem do imaginário, por meio de placas, de prédios, do museu, de nomes de rua e das referências a ele nos discursos advindos do espaço urbano a partir de diferentes materialidades (de textos publicitários, de *outdoors*, de projetos de lei, de propaganda eleitoral, enfim, de várias modalidades discursivas).

O discurso de rememoração/comemoração resulta de um contrato imaginário celebrado pelas instituições entre os cidadãos de uma formação social, no caso a cidade de Cruz Alta, e as pessoas que chegam à cidade. Tomamos o sentido de contrato de Pêcheux (1997a, p. 154), que o define como a relação entre os sujeitos sociais e o sujeito ideológico, cuja identificação permite que o sujeito, ao falar de si, diga “sou eu”. Nesse sentido, a cidade cumpre a sua parte no contrato. Coloca em todos os limites que a separam das outras cidades (Santa Maria, Ijuí, etc.) placas que informam que é a *Terra de Érico Verissimo* e, também, placas indicativas da localização do museu.

Essas placas são efeitos de evidência, de que na cidade, poderão ser encontrados vestígios da vida do escritor e documentos sobre ele (talvez lembranças para levar). O Museu funciona na casa em que ele nasceu e, por mais que seja discutida a qualidade do seu acervo, essa casa é um espaço de memória, talvez de ordem mais privada do que pública, mas de qualquer forma um lugar de memória que se constrói sob a égide de objetos culturais, que re-presentam o imaginário social histórico. Segundo Durand (2004, p. 41), “... o imaginário constitui o conector obrigatório pelo qual forma-se qualquer representação humana”.

O acervo do museu, constituído por objetos culturais de ordem mais privada do que pública, é deve-se à relação de identidade entre Érico Verissimo e o espaço urbano, no qual ele é discursivizado como *filho ilustre, maior bem cultural, herança a ser dividida com todos*, que encaminham para o campo semântico da família, da relação que se estabelece sem que a pessoa queira ou opte por ela. Assim, os objetos culturais representados por objetos de uso pessoal, tais como, álbuns de família, desenhos, depoimentos, boné, etc. o aproximam do lugar, tornando-o “da família”. Essas relações minimizam as dificuldades enfrentadas, pois é quase um consenso que na família “quase tudo pode”. Outra razão a ser apontada é que, é que nas cidades do interior, as relações de ordem privada são valorizadas.

Os documentos e objetos que circulam no museu e constituem o seu acervo representam, na ordem do simbólico, Érico Verissimo em Cruz Alta, legitimando o processo identitário que a cidade esforça-se por manter visível. Os documentos, fotos e objetos pessoais que lá estão, são consideradas relíquias, por guardarem, segundo Davallon (1999), relação mediata ou imediata com uma pessoa digna de adoração ou de veneração, quer pelas realizações na formação social ou por aquilo que representa para os sujeitos/cidadãos que nela vivem. Neste trabalho, esses documentos funcionam como arquivo, nos termos de Pêcheux (1997b, p. 57) “amplo campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Apesar de o arquivo constituir uma memória aparentemente estabilizada, os textos que o constituem encaminham para discursos de domínios heterogêneos e para leituras também heterogêneas. Segundo Orlandi (2004b, p. 9), “os sentidos não se fecham, não são evidentes, embora pareçam ser. Além disso, eles jogam com a ausência, com os sentidos do não-sentido”.

Pelo movimento rememorativo e pelos ritos comemorativos em torno de Érico Verissimo no ano do centenário do seu nascimento, os traços de identificação entre o escritor e a cidade se fortaleceram. Isso ocorre pela visibilidade dada aos espaços urbanos que o presentificam, como por exemplo, a praça que leva o seu nome, a casa em que nasceu, a avenida por onde passeava com os amigos, nomes de ruas e prédios que levam o seu nome, bem como os de seus personagens e de sua obra. Os rituais de comemoração ficaram sob a responsabilidade da Unicruz - oficialmente a porta-voz – segundo Corten (1999, p. 42), consiste na apropriação pelo locutor da universalidade do saber e da verdade daquilo que fala - do município em relação às comemorações no Estado. Os eventos e o discurso decorrentes desses rituais revitalizaram os discursos em torno do escritor, tornando mais forte e palpável a possibilidade de a cidade transformar a memória de Érico Verissimo em história - memória estabilizada, inscrita na ordem da ciência, investida de um aparente valor de verdade. Assim, ele e Cruz Alta poderiam inscrever-se na instância do imaginário como dois objetos empíricos que significam um pelo outro ⁸³.

As evidências materiais e discursivas contribuem sobremaneira para acentuar a ilusão de que o sujeito é a fonte do dizer, e de que o dizer está pré-determinado, construído *a priori*, encaminhando para o mesmo, para o *repetível*, sem deslizos de

⁸³ Outros efeitos de sentido resultantes do discurso de rememoração/comemoração são explicitados na terceira parte, quando analisamos os textos representativos desse discurso.

sentido. Os efeitos de saturação relacionam-se ao que é visibilizado no espaço urbano, como aquilo que todo mundo vê. As placas, o mobiliário social (prédios, ruas, etc.) e o museu, são exemplos dessas visibilidades. É a partir delas que se sustentam narratividades constituídas pela simulação de uma realidade, a partir do “como se”, desconsiderando o fato de que o sentido não advém apenas da materialidade, mas do já-dito e significado antes em outro lugar, mas também da inscrição do sujeito a FD's. Diante disso, buscamos pensar as evidências da ordem da língua e da história, que dão visibilidade à memória por meio de textos, que funcionam como uma dispersão de discursos, que pela repetição, reiteram determinados sentidos e apagam outros.

4. 3 Discurso linear e memória saturada⁸⁴

As materialidades descritas anteriormente e que constituem o discurso de rememoração/comemoração sinalizam que os textos constituem-se na ordem do imaginário como uma unidade fechada, que se ancora na simulação de realidades e resulta no que chamamos, na esteira de Courtine (1999), de saturação da memória. O ponto nodal dessas evidências é a constituição de uma memória saturada, e a transformação do escritor em patrimônio da cidade pela identificação à FD da rememoração/comemoração. Essa evidência ancora-se na aparente linearidade do discurso e na ilusão do sujeito como fonte do sentido. A aparente intencionalidade do sujeito no que se refere à constituição do discurso da cidade resulta do trabalho da ideologia.

O efeito de saturação proveniente de evidências funciona a partir de duas possibilidades: de um lado, por meio do mascaramento para o sujeito da dependência à FD, pelo funcionamento da qual, segundo Pêcheux (1997a, p. 160), “o sentido de uma palavra, de uma expressão ou proposição não existe fora da realidade significante” e a sua filiação a uma rede de memória. De outro lado, pela negação da interpretação relacionada à exterioridade, à historicidade, enfim ao interdiscurso, como *memória do saber*. Assim, podemos referir à fragilidade das

⁸⁴ A saturação da memória é uma das formas de “fazer crer”.

evidências de completude, as quais não resistem a uma reflexão centrada no sujeito afetado duplamente pelo social – ideologia – pelo inconsciente – resultante dos dois esquecimentos constitutivos do sujeito: o da ordem do ideológico (inconsciente) e o da ordem da enunciação (semi-consciente).

Com isso, podemos dizer que os efeitos de evidência e de unidade desse discurso aparentemente não-lacunar são produzidos pela ideologia, e se sustentam, segundo Courtine (1982, p. 249), pelo interdiscurso, pensado como um processo de reconfiguração incessante, no qual o saber de uma FD, em uma conjuntura determinada, incorpora os elementos pré-construídos, produzidos no interior dessa mesma FD. É esse processo que organiza a repetição e provoca não só o efeito de saturação, mas também apagamentos, esquecimentos e rupturas. Orlandi (2004b) relaciona a repetição e o efeito de saturação à institucionalização dos sentidos admitidos como “naturais”.

Essa naturalização dos sentidos decorre do encaminhamento do dizer em uma direção, simulando conteúdos que dotam o discurso de transparência e o diferenciam da história e do fazer discursivo. Essa naturalização é consequência, especialmente no que tange ao discurso em torno de Érico Veríssimo das características do discurso doutrinário. Nesses discursos, as referências a ele respondem a uma questão que não está colocada, não está linearizada no fio do discurso, mas é do domínio público, quando ele é identificado como *um grande escritor, nosso maior bem cultural, cidadão de todos os continentes* e assim por diante. A questão é: quem é Érico Veríssimo? A estrutura das orações que o designam é: nome + verbo ser, ou seja, *Érico Veríssimo é...* Trata-se de um dos mecanismos característicos dos enunciados definitórios constitutivos da modalidade doutrinária dos discursos, que funciona como uma forma de repetir o institucionalizado. Nesse discurso, não há reversibilidade pela ausência da palavra do interlocutor.

O mesmo ocorre em relação à cidade: o discurso aparentemente saturado que advém dela, especialmente o que aparece na placa (cf. figura 4) que identifica a cidade, constitui-se de enunciados definitórios, completando a oração : *Cruz Alta é...* O complemento é um só: *terra de Érico Veríssimo...* Além dos enunciados definitórios, as citações, as palavras de ordem, os slogans e orações que dizem o que *se pode dizer* e *se deve fazer* para *preservar* cem anos de história e para

lembrar Érico Veríssimo, constituem no fio do discurso os mecanismos lingüísticos que materializam o dizer.

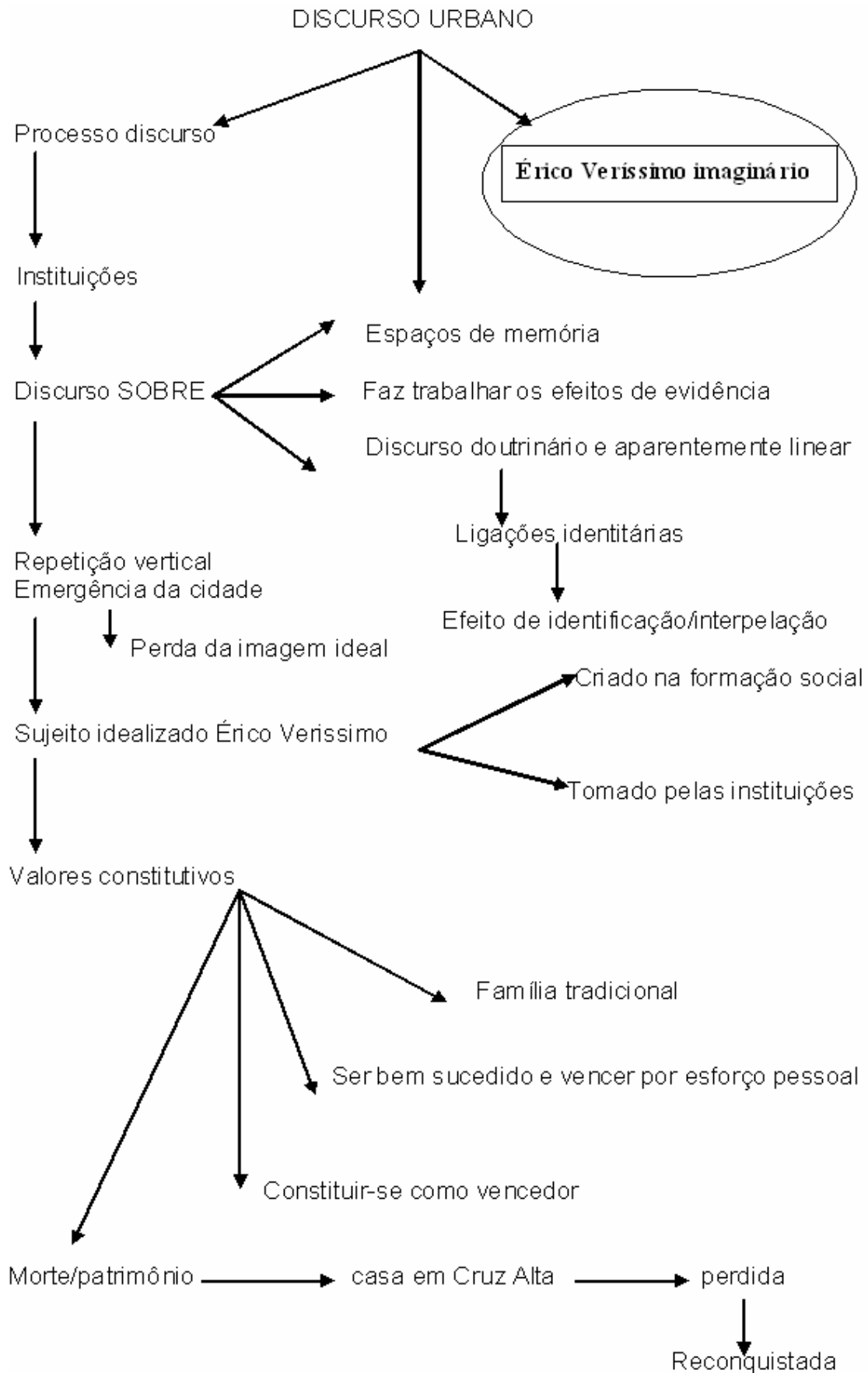
O discurso de rememoração/comemoração de Cruz Alta em torno de Érico Verissimo mantém-se pelos efeitos de evidência, que constroem uma unanimidade imaginária, e sustentam-se, pelo discurso de rememoração e pela mobilização de estratégias de “fazer-memória”⁸⁵, que desencadeiam a recordação da vida em comum na formação social. Isso ocorre quando esses sujeitos são envolvidos e se envolvem no processo de comemoração. Davallon, Dujardin e Sabatier abordam na obra **Commemorer la Revolution: politique de mémoire** (1993) a comemoração do Bicentenário da Revolução Francesa, tratando-a como um acontecimento de celebração do passado e como atualidade, porque traz para o presente da época não apenas os sentidos pretendidos pelos organizadores dos rituais de comemoração da revolução, mas também os sentidos apagados ou contraditórios, que colocam em choque os valores institucionais comemorados.

Segundo Nora (1992), o ano da comemoração dos duzentos anos da Revolução na França coincide com a comemoração dos três mil anos da coroação da dinastia capetiana ⁸⁶. Essas duas comemorações colocam em choque duas ordens políticas distintas. Isso mostra que as comemorações, mesmo as voluntárias e organizadas pelo Estado, são difíceis de serem controladas. Elas trazem para o fio do discurso acontecimentos que a formação social prefere esquecer, porque se trata de memórias subterrâneas.

Em relação às materialidades constitutivas do discurso de rememoração/comemoração em torno do Érico Verissimo, que povoa o imaginário dos sujeitos da cidade, o equívoco instaura-se quando ele e Cruz Alta – dois objetos empíricos situados em ordens discursivas distintas – são discursivizados pelas instituições como se um pudesse ser tomado lido/interpretado/compreendido pelo outro como um mesmo objeto empírico. Isso decorre da inscrição no eixo da verticalidade – interdiscurso – de uma memória que fala antes em outro lugar e os inscreve no eixo da horizontalidade – *intradiscurso* - como objetos discursivos que se aproximam, tocam-se e se fundem em um mesmo objeto. A seguir, compusemos um esquema analítico:

⁸⁵ Cf. Davallon (1993a).

⁸⁶ Davallon (1993) refere à Dinastia Capetiana para mostrar a impossibilidade de “gerenciar” as memórias que retornam na comemoração. No ano em que era comemorado o Bicentenário da Revolução Francesa, era também comemorado o aniversário de entronização do Rei Hugo Capeto.



5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Da grande biblioteca francesa de meu pai pouco ou nada restava. E por falar em Sebastião Verissimo, eu passava dias, semanas sem vê-lo. Mas acho que vale a pena contar uma estória em que ele foi a figura central e que se desenrolou naquele tempo... (p. 202).

5.1 Marcando posições

Em nossa investigação, tomamos a rememoração como o discurso *de* e a comemoração como o discurso *sobre*. Essas duas noções funcionam juntas no fio do discurso. A primeira funciona como memória, que legitima e sustenta a segunda, que tomamos como a atualidade que se materializa como discurso *sobre* pelo caráter doutrinário que a constitui. A noção de memória discursiva tomada de Pêcheux (1997a; 2002) abarca essas duas noções na perspectiva discursiva, isto é, legitima aquilo que, por funcionar como pré-construído, é da ordem do já-dado, já-significado.

A noção rememoração recobre dois funcionamentos: o da memória e do discurso fundante. No primeiro, ela constitui os pré-construídos, na dimensão não-linear do dizer, o lugar do já-dito, da ordem do inconsciente. É o lugar da estabilização. Sustenta os textos que circulam no espaço urbano, no qual um discurso se atravessa pelo efeito do discurso transversal e pelo funcionamento sintático da articulação. Relaciona-se ao *lugar de memória*, que recorta, delimita e organiza a memória. O segundo funcionamento relaciona-se a discursos que retornam e sustentam o dizer por um já-dito verificável, mas que nem sempre materializa-se no fio do discurso. Nesse segundo sentido, a obra de Érico Verissimo tem valor de discurso fundante, especialmente o texto autobiográfico, em que a cidade de Cruz Alta – o lugar da rememoração/comemoração - é referenciada como a *Terra de*. A Trilogia **O Tempo e o Vento** funciona nesse mesmo sentido.

O *lugar de memória*, deslocado para a análise discursiva, é tomado como o lugar em que os saberes da FD dominante – a da rememoração/comemoração – organizam-se e circulam. Nessa perspectiva, outras FD's irrompem e se repetem nela, de acordo com Pêcheux (1997c), sob a forma de pré-construídos, pelo efeito do discurso transversal. Entendemos que a própria rememoração/comemoração é o *lugar de memória*, nesse discurso.

Marcados territórios e posições, delineamos os caminhos a serem trilhados na realização das análises dos recortes efetivados. Faremos isso a partir do arcabouço teórico descrito em nosso texto, que nos autoriza a olhar o nosso objeto de um determinado lugar. Nesse sentido, destacamos que a perspectiva discursiva de análise vê o seu objeto a partir de outros domínios do saber, sem que isso signifique falta de unidade ou de rigor metodológico. O objeto de análise é o discurso em relação ao sujeito, cuja constituição ocorre na alteridade, pela visão que tem do outro e de si mesmo. Define-se pelas projeções imaginárias pelas quais, segundo Pêcheux (1997b, p. 82), os sujeitos pensam do “lugar de onde A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Isso significa que os discursos, em sua formulação, consideram o funcionamento do sujeito, no efeito de autoria – controle político do dizer - e no efeito leitor – como espaços de representação.

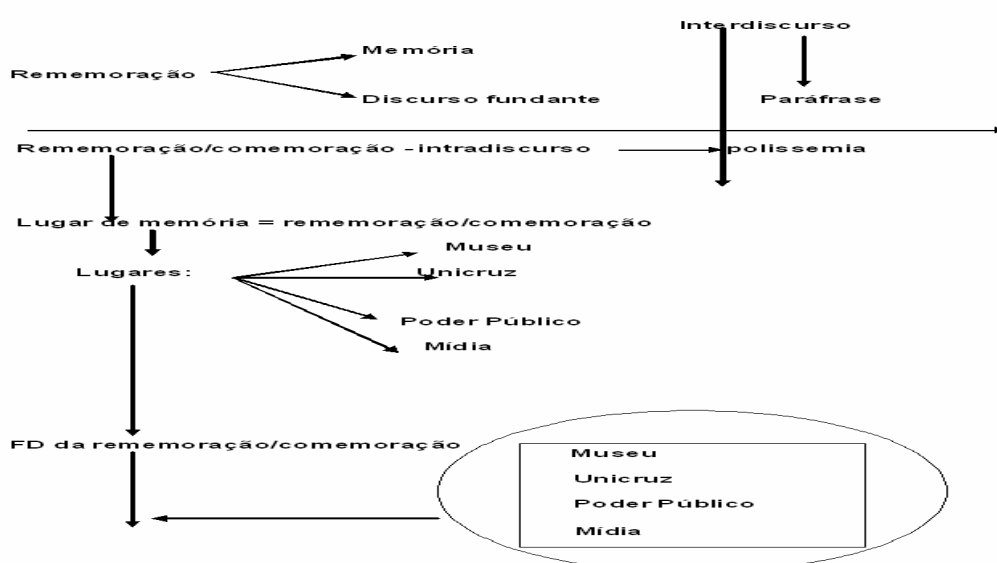
Nos recortes do nosso *corpus*, as imagens designam Érico Veríssimo e funcionam juntamente com os enunciados verbais, *slogans* e palavras de ordem próprias desses discursos. O *slogan*, nesse funcionamento, aproxima-se do provérbio. Trata-se de uma asserção curta, que significa pelo efeito de memória e relaciona dizeres. Alguns slogans ancoram-se na situação de enunciação para significarem. As palavras de ordem têm um funcionamento similar. A repetição de imagem ocorre em vários textos e o designa a partir das memórias que ela relaciona, a qual atualiza a memória discursiva. A imagem da sua assinatura é, nesses textos, uma designação e constitui um argumento de autoridade, pelo valor de verdade.

A legitimidade desse valor de verdade tem relação com a cultura, com aquilo que De Certeau (1995, p. 43) chama de “o imaginário do ver”. O escritor é designado por cores e logomarcas que relacionam diferentes domínios discursivos por laços identitários materializados pelos enunciados-imagem tomados por

representações imaginárias ligadas à imagem propriamente dita, aos vestígios e às semelhanças, como referimos na delimitação do tema.

A rememoração/comemoração ocorre no intradiscurso, no eixo sintagmático, da ordem das relações, no lugar em que os elementos entram em relação metonímica com outros, de acordo com Pêcheux (2002), pelo encontro de uma memória e de uma atualidade. As duas noções juntas inscrevem-se no eixo da horizontalidade e instauram o evento discursivo como acontecimento. Tratamos também, da noção *lugar de memória*, enquanto o lugar que organiza a memória como discurso, “efeito de sentido entre interlocutores” (Pêcheux (1997a). Entendemos que a rememoração/comemoração como o *lugar de memória* funciona juntamente com os demais lugares, que delimitamos como instâncias dele.

No esquema a seguir, mostramos o funcionamento da rememoração como memória (pré-construído) e como discurso fundante, linearizado no eixo paradigmático, da ordem das seleções, isto é, no lugar em que um elemento selecionado exclui o outro. Nesse sentido, um sujeito não pode ser e não ser ao mesmo tempo e nem estar e não estar em determinado espaço, como destacamos anteriormente. A rememoração inscreve-se no eixo das formulações parafrásticas, em que o mesmo se repete, mas rompe com o sentido no eixo da horizontalidade e instaura o novo pelos processos polissêmicos, pelo seu funcionamento como rememoração/comemoração.



5.2 Encaminhando os procedimentos metodológicos

Abordamos a rememoração/comemoração, nesta perspectiva, como prática discursiva entre sujeitos interpelados ideologicamente e atravessados pelo inconsciente. Trata-se do discurso institucional, isto é, que funciona pelos processos de legitimação e de identificação entre os lugares de onde emanam e o objeto do discurso. O espaço comemorativo é a cidade de Cruz Alta, e nele, as instituições dão visibilidade aos acontecimentos constitutivos da memória social. Estruturamos as análises em dois eixos: o dos procedimentos de “fazer-criar” e dos lugares, pelo *lugar de memória*. O primeiro eixo comporta as visibilidades materiais dadas ao objeto de rememoração/comemoração na cidade. E, o segundo, estrutura-se, como mostramos no esquema anterior, a partir da rememoração/comemoração que tomamos sob duas perspectivas, a FD dominante, que é invadida por outras FD's e como o *lugar de memória*.

Nessa perspectiva, a rememoração/comemoração é o *lugar de memória*, em torno do qual os demais lugares funcionam, organizando e fazendo deslizar sentidos. A partir do lugar de memória funcionam outros lugares, dentre os quais tomamos o Museu (Fundação Érico Veríssimo) como o lugar que organiza os demais lugares, que são: a Unicruz, o Poder Público Municipal de Cruz Alta e a Mídia, delimitados como instituições urbanas autorizadas a falar *sobre*, porque antes há um discurso *de*.

Esses procedimentos estão em consonância com a apresentação e a delimitação do tema, realizados na primeira parte deste trabalho e também com os fundamentos teóricos que sustentam nossas posições. Nosso *corpus* de arquivo compõe-se de textos oficiais, filmes, fotografias, *outdoors*, peças publicitárias e documentários, em torno do objeto recortado. É um *corpus* de dimensões complexas, mas o recortamos e analisamos como discurso de rememoração/comemoração a partir das visibilidades materiais de “fazer-criar” e dos lugares descritos anteriormente. Os recortes efetivados não atendem aos critérios de simultaneidade e de seqüencialidade. Iniciamos com a placa de identificação da cidade e do mobiliário social e colocamos em um mesmo recorte textos de 1969, (inauguração do museu), e o texto de 2004 (apresentação do museu). Com isso,

mostramos o movimento desse discurso – o seu início com a inauguração do museu e os demais textos que corroboram para a constituição desse discurso.

A memória discursiva abrange a rememoração e a comemoração (e também a rememoração/comemoração), sendo assim, a tomamos no sentido de Pêcheux (1999, p. 52), mobilizando-a em relação à memória coletiva, à lembrança, às recordações (discursos *de* rememoração) e ao que é refutado, esquecido, apagado ou lembrado como elemento do saber nos discursos de comemoração, que ao se constituírem pela rememoração simulam o interdiscurso no intradiscurso, num movimento em que a memória aparece como o puro “já-dito. É a memória discursiva como interdiscurso, que segundo Pêcheux (1997a, p. 162), “fornece a cada sujeito a sua realidade, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas”. Os efeitos do interdiscurso como pré-construído deslocam sentidos e promovem a ruptura no discurso da cidade. Neles ressoam discursos que vêm de diferentes lugares e por funcionamentos discursivos outros, que buscamos recuperar no processo de análise.

Encartamos no final desse trabalho um DVD que contém cinco anexos: no primeiro, há dois capítulos: um com os dados de identificação da tese e o outro com um documentário sobre a inauguração do museu Érico Verissimo. Trata-se de um fragmento do documentário **20 Gaúchos que marcaram o século**, realizado pela RBS-TV, cujo foco é a cidade, a qual de acordo esse documentário, proporciona ao escritor “reencontros”. O anexo dois é constituído por uma tomada da casa de Porto Alegre, chamada “Casa Reconquistada” e por fotos da volta de Érico Verissimo à cidade, sendo duas de 1967 (doação de objetos para constituir o acervo do museu) e outra de 1971 (homenagem a ele na Fenatrigo). O anexo três é um documentário sobre o museu, em que se mesclam imagens da Cruz Alta antiga e do museu (nessa filmagem, a perspectiva é de fora para dentro), mostrando os objetos culturais do museu. O anexo 4 é composto pelo documentário realizado em 2004, pela equipe da TV UNICRUZ, no qual, o então administrador Edemar Vieira, apresenta o escritor a quem visita a instituição. O anexo 5 é uma seleção de fotos de Cruz Alta em 2008. Com estas imagens destacamos a cidade imaginária de Érico Verissimo e o imaginário urbano na atualidade.

5.3 Conjuntos de textos e questões de pesquisa

Estruturamos nossas análises a partir de dois eixos: o do “fazer-criar” e o do *lugar de memória*, e a partir deles constituímos cinco grupos, formados de textos – que entendemos, na esteira de Orlandi (2004b), como unidades de análise, afetadas pelas condições de sua produção e que encaminham para o discurso. Destacamos que há uma FD dominante, a da rememoração/comemoração, que é invadida pelos saberes e dizeres dos lugares destacados, que a invadem e funcionam junto a ela.

Grupo 1 – Visibilidades materiais – procedimentos de “fazer-criar”: placa de identificação da cidade e mobiliário material (anexo 5, do DVD);

Esse primeiro grupo é da ordem das evidências materiais, que buscam saturar o discurso e se centram no “fazer-criar” e se constitui pelo “fazer-ver”, cujo funcionamento explicitamos na fundamentação teórica empreendida na primeira e na segunda parte desse trabalho. Essas evidências sustentam e legitimam o discurso efetivado no espaço imaginário da cidade. Dois textos constituem essa visibilidade: a placa colocada em todas as entradas da cidade de Cruz Alta (fig. 4) e o mobiliário material que “mostra” Érico Veríssimo na cidade (anexo 5, do DVD).

Grupo 2 – Museu Érico Veríssimo

A partir desse segundo grupo ancoramos as análises a partir do lugar de memória – a rememoração/comemoração. O Museu é, nessa perspectiva, o lugar que organiza os ritos de rememoração/comemoração, e de certa forma, determina o que *deve ser* visibilizado e o que *deve ser apagado*. Dois textos compõem esse grupo: A casa perdida e a casa reconquistada (inauguração do Museu), e o documentário (anexo 1, do DVD, cap. 2). A organização do primeiro texto realizou-se no ano 2000, mas as imagens que o constituem são de 1969 e mostram o escritor em visita à terra natal e à casa em que nasceu. O segundo texto é uma filmagem editada pela TV Unicruz, em 2004, no qual o então administrador apresenta o escritor às pessoas que visitam o museu.

Grupo 3 – UNICRUZ:

A Universidade de Cruz Alta destacou-se, em 2004 e 2005, como o lugar autorizado a falar *sobre* e a constituir traços de identificação capazes de inscrevê-la no espaço da memória como *igual ou semelhante a* Érico Verissimo, objeto comemoração e, como tal “idealizado” no espaço urbano. A análise desse grupo efetiva-se a partir de quatro textos, a partir dos quais o escritor é designado, definido, representado. O primeiro texto (fig. 6) circulou no espaço da cidade em 2004, no principal jornal da cidade – Diário Serrano – e no Jornal Zero Hora, de Porto Alegre. O segundo (fig. 7), apresenta **Érico em cena** e o define como um século de história. Trata-se de um *folder* de divulgação de apresentação de peças teatrais, veiculado em 2005. O terceiro texto constitui-se de uma placa (fig. 8) colocada em frente ao Museu, em 2005. Nela, a UNICRUZ destaca-se no enunciado “Trabalhando para preservar a nossa memória”, fala de si mesma e não de Érico Verissimo ou do Museu. O quarto texto (fig. 10) circulou em 2005, e divulga o museu. O enunciado que se destaca, nesse texto, é “Preservar para lembrar”.

Grupo 4 - Poder Público Municipal de Cruz Alta:

O Poder Público Municipal de Cruz Alta, a partir de 2005, passou a administrar o Museu. Selecionamos dois textos para analisar esse lugar. O primeiro texto passou a circular na cidade a partir de 2005 e ainda circula nos ônibus da Empresa de Transportes Urbanos Nossa Senhora de Fátima (fig. 11). O segundo texto circulou em 2006. Trata-se de um *banner* colocado no portal da Prefeitura Municipal (fig.12). Os enunciados do texto, que circula nos ônibus urbano, retornam, não como memória, mas “aparentemente” iguais. No entanto, as condições de produção são outras e o suporte no qual o texto circula também. O mesmo ocorre com a disposição gráfica dos enunciados. Há, também, dois enunciados novos: administração popular e Reinscrevendo a História.

Grupo 5: Mídia

A mídia identifica-se com um discurso *sobre* e se ancora em outros discursos *sobre*, que no caso são os das demais instituições. Apesar de na ordem cronológica

- os textos midiáticos da Agência NPC serem da década de 1980, 1990 e no ano de 2006 – enfocamos esses discursos após os outros três grupos. Fizemos isso porque entendemos que a sua atuação não se encerrou naquela fase. Os textos midiáticos são os mais recorrentes no espaço da cidade, e Érico Verissimo continua atuando como argumento que “faz comprar” e também “vender”. Selecionamos nesse grupo quatro textos. O primeiro, de 1982 (fig. 13) vende relógios e o faz a partir da obra **O Tempo e o Vento**. O segundo divulga a XI Coxilha Nativista, em 1991 (fig. 14), e nele **O Tempo e o Vento** é retomado. O terceiro texto: A NET em Cruz Alta (fig. 15) é de 1994 e faz retornar as obras do escritor, não como conteúdo, mas como uma forma de divulgação de uma mesma obra em várias línguas, no mundo. O quarto texto (fig. 16) é de 2006 e circulou no dia do aniversário da cidade.

As condições de produção de cada um dos textos serão apresentadas juntamente com as análises. Entendemos que os recortes realizados são de suma importância para atender ao nosso objetivo. A hipótese que desencadeia essa investigação é, como dissemos na introdução, que *a comemoração funciona discursivamente e faz sentido na formação social a partir de um discurso de, que o legitima e sustenta*. Essa hipótese suscita pelo menos duas questões: a primeira é: *Como o objeto de rememoração/comemoração se constitui no espaço urbano?* E a segunda: *Que domínios de memória funcionam nesse discurso?* Para respondê-la, ancoramo-nos nos aportes teóricos descritos ao longo deste trabalho, e que suscitam outras questões importantes para responder a essa que colocamos como questão central e que serão uma por uma explicitadas.

5.4 Encerrando a segunda parte

O encerramento dessa segunda parte encaminha as demais análises, conforme os recortes efetivados nos procedimentos metodológicos – o como fazer. Realizamos alguns percursos, mas sabemos que eles podem nos levar a muitos lugares, especialmente, no que se refere ao objeto recortado nesse tema: cidade e Érico Verissimo, obra e escritor e as instituições. No entanto, explicitamos na delimitação do tema, a ordem da cidade e o funcionamento do discurso de rememoração/comemoração em sua especificidade de “fazer-criar”, como dissemos a partir de De Certeau (1994). Apesar dessa aparente não-lacunaridade, a cidade

aparece como um texto a ser lido/interpretado/compreendido pelos sujeitos que nela vivem e que a constituem. Por esses sujeitos, cujos saberes advêm da FD que regula e organiza o dizer da cidade, a cidade se significa e num movimento de retorno/identificação/interpelação os sujeitos são por ela significados.

TERCEIRA PARTE

REMEMORAÇÃO/COMEMORAÇÃO: LUGAR DE MEMÓRIA

A água que bebíamos em geral nos era trazida às residências em pipas numa carroça puxada por matungos ou petiços. Brotava ela duma fonte límpida chamada Panelinha. Havia até um ditado segundo o qual o forasteiro que bebesse dessa água ficava preso ao sortilégio da cidade, voltando muitas vezes a visitá-la ou, mais provavelmente, fixando residência nela (p. 188).



Figura 3 - Monumento “A Lenda da Panelinha” – Cruz Alta – 2008.

1 REMEMORAÇÃO/COMEMORAÇÃO: PROCEDIMENTOS DE FAZER- CRER

Para dar verossimilhança a uma personagem não autobiográfica, o novelista tem de usar toda a sua capacidade de empatia, isto é, a faculdade de meter-se no corpo de outras pessoas, e que lhe permite sentir-se, ser alternadamente um herói, um bandido ou um santo, uma dama virtuosa ou uma prostituta (p.297).

1.1 Primeiras palavras

O discurso de rememoração/comemoração da cidade de Cruz Alta em torno de Érico Verissimo aparece não só nas várias etapas da nossa caminhada, mas também no fio do discurso, no que é visível, como possível transparência e homogeneidade. A constituição desse discurso parece, inicialmente, pautar-se pela repetição, pelo mesmo, sem o diferente. O sentido, engessado por conjuntos de evidências caracterizadoras de um discurso linear, próprio de uma memória saturada, torna visível, no corpo da cidade, o discurso que legitima Cruz Alta como *A terra de Érico Veríssimo*, como o espaço social e cultural que guarda vestígios de um tempo tido como glorioso – o tempo em que ele nasceu e viveu na cidade.

As marcas da presença de Érico Verissimo em Cruz Alta - sujeito idealizado na ordem do simbólico - decorrem de vestígios e evidências, que o constituem como memória. Segundo Courtine (1982), a inscrição da formação discursiva em um domínio do saber, dota o discurso de aceitabilidade e de efeitos de realidade e de verdade pela materialização dessas evidências no eixo da formulação. Decorre, também, da identificação do sujeito com a forma-sujeito, que organiza e distribui os saberes na formação social. O apagamento do sujeito-locutor faz com que o discurso aproxime-se do discurso da ciência.

Nossas análises constituem-se, conforme descrição nos procedimentos metodológicos, a partir de dois eixos: o primeiro que comporta as visibilidades materiais desse discurso, dadas pelos procedimentos de “fazer-crer, como uma das formas determinantes de “fazer-ver”, segundo De Certeau (1994, p. 290) e o

segundo que se centra na noção de **lugar de memória**, que nesse discurso é a própria rememoração/comemoração, que seria também, a FD dominante no espaço urbano, que é invadida pelos lugar, entre os quais destacamos o museu (que organizar os saberes e os dizeres em torno de Érico Verissimo), a UNICRUZ, o Poder Público Municipal e a Mídia.

1.2 A visibilidade material no discurso urbano

Queria, porém, que Rodrigo Cambará fosse parecido, mas não idêntico a Sebastião Veríssimo. Teriam ambos em comum a sensualidade, o amor à vida, a bravura, a generosidade, a vaidade à flor da pele, auto-indulgência e a mágica capacidade de fazer dos homens amigos fiéis até o sacrifício e das mulheres amantes apaixonadas (p. 304).

Nesse trabalho, entendemos que a visibilidade material no discurso urbano no funcionamento discursivo da rememoração/comemoração, como prática discursiva resulta de procedimentos discursivos que “fazem-ver” o objeto do discurso, constituindo-o como uma memória aparentemente saturada. Sustentamos nossas posições em De Certeau, para o qual a citação é um desses procedimentos e funciona na sustentação de um discurso, pelo jogo que se realiza em relação àquilo que o outro supostamente crê. É, portanto, um meio para que se institua o “real” e a credibilidade para os simulacros produzidos nos lugares que atualizam o dizer e invadem a FD da rememoração/comemoração.

Outro procedimento de “fazer-criar” é a definição, que assim como a citação é um procedimento que produz efeitos de verdade e de autoridade em relação ao objeto do discurso. Esse procedimento é fundante do discurso *sobre*, especificamente quando a temática é rememoração/comemoração e quando o seu objeto é idealizado e, por isso conhecido, e valorizado pelos sujeitos urbanos, como já enfatizamos em relação a Érico Verissimo e à constituição do imaginário urbano. O mesmo podemos dizer em relação ao funcionamento do escritor cruz-altense, como sujeito imaginário, que atende à demanda dos sujeitos da cidade.

As palavras de ordem constituem-se pela recorrência, nesse discurso, e levam a “criar” pela repetibilidade de enunciados, que utilizam o modo deôntico de dizer, característicos do discurso marcado pelo tom doutrinário, em que o sujeito

porta-voz assume a responsabilidade pelo que é dito, assegurando “autoridade”, contribuindo, no discurso urbano, para a veiculação de imagens e de objetos culturais. Referendamos nesse funcionamento o *lugar de memória*, que guarda vestígios do passado e sustenta o que é dito.

A seguir desenvolvemos alguns conjuntos de evidências de “fazer-criar”, entre quais as destacamos a visibilidade dos objetos e a possível saturação do discurso.

Pêcheux (1997a) emprega o termo evidência para falar de ideologia, de interpelação e “efeito Münchhausen” e a toma como “sintoma” de uma verdade local, que apaga o já significado e expõe o óbvio. Nesse sentido, a cidade de Cruz Alta é o espaço discursivo, a partir do qual o discurso de rememoração/ comemoração em torno de Érico Veríssimo pode ser lido/interpretado/compreendido⁸⁷ num processo contínuo de atualização em que a memória constitutiva (arquivo) e a memória formulada parecem recobrir-se, como se não houvesse possibilidade de o sentido deslizar e nem de ser outro. Os efeitos de evidências constituem, no discurso, uma aparente saturação, decorrente do “efeito de realidade do pensamento” - expressão com a qual Orlandi (2001a, p. 7) refere-se aos lugares das idéias - do trabalho da ideologia e do inconsciente. Esse efeito de realidade sustenta-se no fio do discurso pelo valor de verdade⁸⁸.

A primeira evidência materializa-se pelas placas, estrategicamente colocadas em todas as entradas da cidade. Nelas, as pessoas que chegam podem ler: *Cruz Alta: bem-vindos à terra de Érico Veríssimo*. Essa placa constitui uma materialidade que leva os sujeitos “a criar”, porque estão vendo. Ela funciona como um discurso de rememoração – discurso *de* - que sustenta os demais discursos sobre o escritor. Essa placa representa, nesse discurso, “aquilo que se mantém”, segundo Orlandi (2002 a), e que, de acordo com Courtine (1982), faz corresponder uma seqüência discursiva a um domínio de memória. É a partir desse enunciado que o espaço urbano delimita suas fronteiras. A placa (figura 4) é um exemplo de instrumento de “fazer criar”, especificada por De Certeau (1994).

⁸⁷ Orlandi (2002, p. 26) diferencia inteligibilidade/interpretação/compreensão. Para ela, o inteligível diz respeito ao que está no fio do discurso (basta saber ler), o interpretável considera o co-texto (as outras frases) e o contexto imediato e a compreensão implica saber como um objeto simbólico (texto, enunciado...) produz sentidos, saber como as interpretações funcionam, permitindo a escuta de “outros sentidos”.

⁸⁸ Utilizamos a expressão *valor de verdade* numa referência à coerção de ordem externa “vontade de verdade”, que segundo Foucault (2004), faz com que o discurso entre na *Ordem do discurso*.



Figura 4 – Fotografia da placa que se encontra na entrada da cidade de Cruz Alta – 2004.

Essa evidência tem o efeito de sentido de uma informação referencial, institucionalizada, cristalizada. Isso faz com que esse discurso entre na ordem do discurso, de acordo com Foucault (2004a)⁸⁹, e funcione no discurso de rememoração – discurso *de* - como o repetível, que sustenta, legitima e articula os discursos da cidade *sobre* Érico Veríssimo. O enunciado “Terra de érico Veríssimo” retorna em outros textos, mas o efeito de sentido não é o mesmo, uma vez que as condições de produção, a circulação e a recepção são distintas em cada retorno. Além disso, esse enunciado estabelece os limites entre o que a cidade possui, como *maior bem cultural a ser dividido com todos*⁹⁰, e que as demais cidades não possuem.

À medida que entramos no espaço urbano de Cruz Alta, aquela que chamamos de primeira evidência, vai sendo reforçada. Destacam-se, como segunda evidência, as diferentes materialidades discursivas que sustentam a informação referencial, resultando no efeito de que as *palavras e as coisas*, ilusoriamente, correspondem-se. O discurso de rememoração/comemoração da cidade é uma prática discursiva de constituição de um imaginário urbano, no caso, Cruz Alta em torno de Érico Veríssimo e constitui-se de diferentes materialidades, suportes que

⁸⁹ A expressão “ordem do discurso” refere-se ao que faz com que um texto ou discurso entre nessa ordem, que segundo Foucault, passa pelo saber e pelo poder. Orlandi (1996) utiliza a mesma expressão – ordem do discurso – mas em seu texto essa ordem diz respeito à constituição do discurso pela relação da língua na história.

⁹⁰ Esse é um dos enunciados do nosso *corpus* e uma das designações de Érico Veríssimo no discurso da cidade.

em sua circulação fazem sentido para diferentes sujeitos do espaço urbano, significando igualmente de modo diferente. O escritor é sempre descrito, definido e interpretado positivamente. Isso faz com que se institucionalize como o nome que foi, e continua a ser, a grande personagem da cidade.

As palavras e as coisas na obra de Foucault (1992), apesar do título não refere à simetria entre as palavras e seus referentes. Há o deslocamento do sentido para a prática discursiva, em que não há aproximação entre os objetos do mundo e as palavras pelas quais são nomeados. A relação entre as palavras e os seus referentes é denominada por Orlandi (2004b, p. 99) de conteudismo. Trata-se da prática relacionada ao verdadeiro e ao falso, em que interessa saber o que o sujeito quis dizer. Na análise na perspectiva discursiva, entretanto, pensamento/linguagem/mundo não se correspondem termo-a-termo, pois não existe relação natural entre as palavras e as coisas. Os procedimentos utilizados para “fazer-criar” simulam a similaridade entre as palavras e as coisas no discurso, em que o “conteúdo”, além de “fazer-criar” também “faz-ver”.

A visibilidade material como procedimento de “fazer-criar” pode ser observada nos textos de rememoração/comemoração⁹¹, cujas materialidades não se constituem somente pela linguagem verbal (enunciados e *slogans*), mas também, por enunciados-imagem (imagens, cores, prédios, nomes de rua, etc.). No espaço urbano de Cruz Alta, a constituição do Érico Verissimo imaginário decorre de procedimentos de “fazer-criar”, que dão visibilidade material a ele no museu Érico Verissimo; no projeto imobiliário que nomeou vários prédios da cidade com o seu nome, com o nome das personagens de suas obras e com o nome das próprias obras; na veiculação de chamadas pela TV local, cujo *slogan* é *Cruz Alta, terra de Érico Verissimo*; na renomeação da praça central e de ruas e alamedas para homenageá-lo. Esses textos circulam em lugares distintos e constituem-se de diferentes materialidades: placas, prédios, espaços públicos (ruas, praça, etc.).

A terceira evidência funciona como reforço a essa segunda evidência e se materializa nas deferências à família do escritor e a ele mesmo, e se realiza em forma de homenagem à família: em 1994, Mafalda Verissimo recebeu o título de cidadã cruz-altense, apesar de viver em Porto Alegre, desde 1932, Abeghay

⁹¹ No anexo 5, do DVD, encartado nesse trabalho, podemos observar a visibilidade dada ao escritor pelos prédios que referem a ele, pelo nome da praça e escola com o nome da professora de Matemática, referida no texto autobiográfico.

Verissimo, mãe do escritor, mesmo tendo se mantido distante da vida política e social da cidade, é nome de uma das vilas da cidade. Além disso, o escritor é lembrado/comemorado em letras de músicas apresentadas nos Festivais Nativistas da cidade.

A quarta evidência, que sustenta as demais é a instituição do ano de 2005, ano do centenário de nascimento do escritor, como acontecimento histórico na cidade e no Estado do Rio Grande do Sul. Germano Rigotto – então governador do Estado – através de decreto instituiu esse ano como dedicado a Érico Verissimo – o ano para comemorá-lo. Essa quarta evidência é particularmente importante na análise do discurso de lembrança/comemoração na cidade de Cruz Alta *sobre* o Érico Verissimo, que é, nesse discurso, da ordem do imaginário por duas razões.

A primeira razão diz respeito à constituição do discurso de lembrança/comemoração como um acontecimento discursivo, pela resignificação do sujeito-objeto no espaço urbano no ano da comemoração do centenário do seu nascimento, quando em alguns textos há uma ruptura na ordem do repetível, possibilitando a instauração de novos sentidos. Esse acontecimento foge à regularidade do discurso e se constitui no entrecruzamento de memórias. A segunda razão relaciona-se à sustentação dessa memória em uma mesma rede de memória de discursos anteriores, que atualizam a memória de Érico Verissimo e os discursos desencadeados pela lembrança/comemoração, como acontecimento que rompe com a linearidade e faz deslizarem os sentidos. O que parece estabilizado pelo conjunto de evidências como memória histórica, passa por renovações contínuas, apontando falhas, rupturas e a possibilidade de novos sentidos, mesmo quando as evidências de completude e de saturação apontam para o mesmo, sem espaço para o diferente.

A responsabilidade pelo desenvolvimento do projeto de lembrança/comemoração do centenário do escritor ficou a cargo, no ano de 2005, de três universidades gaúchas: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Esta última ocupa lugar de destaque porque desenvolve o projeto que inaugura as comemorações do centenário do escritor – identificando-o como *filho ilustre de Cruz Alta* - e porque assume a administração do museu, no ano de 2004, após a morte de Mafalda Veríssimo, até então curadora do acervo do museu. Isso mostra que o discurso de lembrança/comemoração é da

ordem do privado, isto é, realiza-se a partir da casa e destaca as relações do sujeito-objeto a uma rede social sem compromisso com as normas ou com o ideológico. Nesse funcionamento, de acordo com DaMatta (1997), o domínio da rua constitui-se o lugar onde o sujeito é tomado pelas instituições, e é por elas determinado. Os objetos transitam da casa para a rua e representam, na ordem do simbólico, o objeto celebrado/comemorado e constituem-se pelas instituições sob a égide do sujeito jurídico.

Érico Verissimo é o objeto tomado como referente nos discursos de rememoração/comemoração no ano do centenário. Esses discursos trazem para a atualidade o passado, rememorando fatos e acontecimentos que dizem respeito a ele pelo discurso *de* – discursos de rememoração. As comemorações constroem uma cena discursiva que atualiza saberes, fomenta discussões, possibilita que o mesmo dizer signifique diferentemente, pela ruptura com o mesmo. Podemos acrescentar, nesse primeiro conjunto de evidências, a quinta evidência: Cruz Alta é referência quando se trata de Érico Verissimo, apesar do pouco tempo que ele viveu na cidade. Isso acontece porque o discurso da cidade sustenta um discurso que desliza entre o privado e o público (a história de sua vida na cidade e sua trajetória como escritor), mostrando-o como um sujeito imaginário.

As visibilidades materiais constitutivas do “fazer-criar” nos encaminham para a constituição do sujeito idealizado, que pelos traços de identificação aproxima-se dos sujeitos do espaço urbano e dos sujeitos interpelados pela FD da rememoração/comemoração em relação aos espaços de memória que eles convocam e fazem funcionar.

2 LUGAR DA ORGANIZAÇÃO E REPETIÇÃO DE TRAÇOS IDENTITÁRIOS

Uma das noites mais terríveis de minha vida foi a de 2 de dezembro daquele ano de 1922. Eu chegara de Porto Alegre no trem do meio dia, feliz e ao mesmo tempo apreensivo à idéia de rever minha gente, minha casa (minha?) e minha cidade. Tinha ainda suficiente reservas de otimismo para esperar que de uma hora para outra os problemas domésticos se resolvessem satisfatoriamente (p. 151).

Conforme explicitamos nos procedimentos metodológicos e, especificamente no recorte efetivado no *corpus*, deslocamos a noção *lugar de memória*, de Pierre Nora (1984), para o funcionamento no discurso da cidade. Para isso tomamos a rememoração/comemoração e a fazemos funcionar como a expressão desse lugar, que não é um lugar físico, mas aquele que guarda rastros e vestígios do passado e organiza os saberes de FD, no caso a rememoração/comemoração na cidade de Cruz Alta. Ancoramo-nos em Courtine (2006), para dizer que esse lugar guarda traços e vestígios da memória como descontinuidade. Com isso, organiza e sustenta a continuidade dos discursos e determina as visibilidades, os esquecimentos e também os apagamentos da memória. Nesse sentido, elegemos o museu como a representação do *lugar de memória* na formação social.

2.1 Museu: representação do lugar de memória

O museu – casa de Érico Verissimo em Cruz Alta – afigura-se como a representação do *lugar de memória* e possui um duplo papel: busca impedir o esquecimento de antigas tradições ao funcionar como agente de mudança e transformação pela preservação das tradições. Além disso, trabalha para resgatar traços de identificação entre o objeto de rememoração/comemoração e o espaço urbano, tornando significativa e pertinente a continuidade do discurso *sobre*.

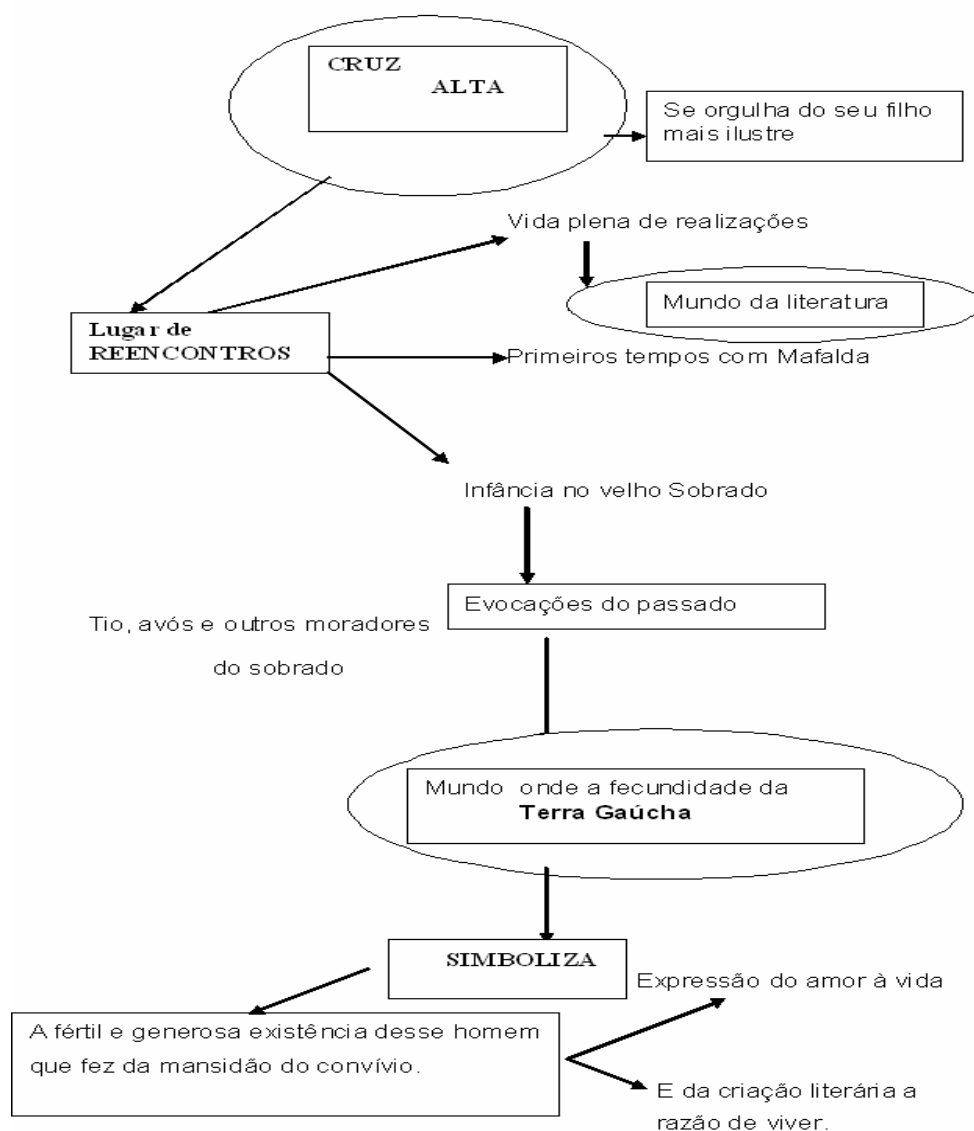
Assevera, ainda, a permanência do tempo tridimensional (Catroga, 2001b), no qual o passado é retomado em função de um passado-presente, um presente-presente e um presente-futuro. Isso significa que o passado atua como um discurso doutrinário, que guarda valores a serem incorporados ao presente, tendo em vista o futuro. Na ausência de memórias espontâneas, especialmente em formações sociais em que a operação de memória não é mais natural, há a invenção de um passado inequívoco, que empurra para um futuro, dando a impressão, segundo Orlandi (2001c), de que estamos dentro de uma história “conhecida”, porque nela ressoam outros discursos, que a sustentam.

No discurso de rememoração/comemoração da cidade de Cruz Alta em torno de Érico Veríssimo, o museu é o lugar de acontecimentos discursivos que encaminham para quatro espaços discursivos distintos: o próprio museu, a Universidade de Cruz Alta, o Poder Público Municipal e a cidade. Deles emanam textos próprios desses lugares, que interpelam os sujeitos responsáveis pelo dizer nesses espaços a partir de saberes organizados nesses lugares. Entendemos, pelos valores que constituem o sujeito imaginário e idealizado e também pelo contexto sócio-histórico que determina esse funcionamento, que os sujeitos-enunciadores a partir do Museu, da Unicruz, do Poder Público e da Mídia são interpelados e entram em relação com a FD da rememoração/comemoração, que é a FD dominante, mas cada um desses lugares se organiza em função do que é legítimo a partir deles. Nesse trabalho, recortamos o museu, como o lugar que organiza a rememoração/comemoração no espaço urbano, pois dele emanam dizeres autorizados e legitimadores, que se repetem nos outros lugares (UNICRUZ, Poder Público e Mídia).

O funcionamento discursivo do *lugar de memória* pelo viés da rememoração/comemoração atualiza a memória discursiva, espaço do dizer e determina as visibilidades e os apagamentos em torno do escritor. Érico Verissimo é, neste sentido, o nome rememorado/comemorado na cidade de Cruz Alta como uma memória histórica, que se constitui, segundo Orlandi (2002a), pelo excesso e não pela falta. Os sujeitos que falam das instituições são porta-vozes daqueles que se identificam com a rememoração/comemoração, isto é, situam-se entre a FD dominante – a rememoração/comemoração - e as instituições da cidade. Esses lugares dão visibilidade ao escritor como *herança a ser dividida com todos*, como o *cidadão de todos os continentes*. Enfim, como um sujeito, como referimos

anteriormente, que imaginariamente constitui a memória da cidade e os sujeitos urbanos, os quais buscam nele *o objeto do desejo*, tal qual ele se atravessa no inconsciente, e segundo Lacan (1998a), constitui o sujeito.

No esquema textual a seguir, estruturamos o documentário **20 gaúchos que marcaram o século** (anexo 1. do DVD). Não se trata de um esquema analítico, mas de uma retomada dos enunciados do texto. Esse texto, que analisamos sob a perspectiva do *lugar de memória* é também um procedimento de “fazer-criar”, porque faz com se possa “ver” a cidade de Cruz Alta como a *terra de Érico Veríssimo*. A partir desse texto, queremos observar as redes de identificação constituídas pela definição da cidade e do escritor, que os aproximam.



Este texto representa, na ordem do imaginário, a cidade de Cruz Alta, como o espaço urbano que busca representar-se para dentro e fora dos seus limites como a “terra *de*”, e nesse sentido, constitui seu discurso por uma rede de formulações parafrásticas que legitimam o pertencimento de Érico Verissimo à cidade. As marcas de visibilidade estão na própria estruturação do texto que “desenha” a cidade, a qual por sua vez, “desenha” Érico Verissimo. Com esses procedimentos de “fazer-criar”⁹² pelos quais “faz-ver” a constituição de um e de outro: “a cidade se orgulha do seu filho mais ilustre”. A cidade é para ele o lugar de “reencontros”, os quais rememoram “uma vida plena de realizações”.

Três objetos constituem e são constitutivos desse texto e evocam a rememoração: o museu, Cruz Alta e Érico Verissimo. A visibilidade dos três objetos inscreve-se na FD da rememoração/comemoração pela recordação e sintagmatiza-se pela apresentação de *lugares* que dão visibilidade ao dizer e o inscrevem no eixo da atualidade. A imagem do museu e do Sobrado traz para o eixo da formulação, pelo viés do interdiscurso, a vida do escritor na cidade e também a sua produção literária.

A legitimidade dessas das recordações, designadas no texto como “evocações”, são efeitos de sentido dos procedimentos da constituição de traços de identificação e de informações referenciais da casa (esta casa – esse quarto) do nascimento dele “nesse quarto”, do sobrado. Enfim da reconstituição imaginária da casa e também pela enumeração desses encontros. Nesse sentido, as imagens relacionam objetos referenciais e ao fazer isso, trazem para o eixo da atualidade, memórias fundantes. O Sobrado, casa dos avós foi demolido é, portanto uma “presença na ausência”. Apesar da ausência há uma memória que o constitui nesse espaço, como rememoração e também como recordação.

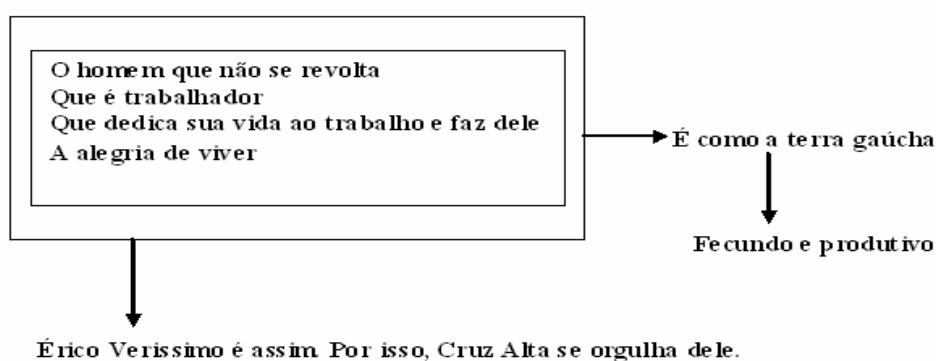
Esse retorno instaura, no intradiscurso, efeitos de sentido contraditórios. De um lado, sustenta os “reencontros” do escritor com a infância: com os tios, avós e outros moradores do sobrado e com o “mundo da literatura”. E de outro, sinaliza para a destruição, pelas imagens do sobrado e do mato ao redor da casa, a qual representa na ordem do simbólico, a casa ficcional da família Terra-Cambará e o descuido em relação à casa, considerada como o “modelo” para a casa ficcional da família Terra-Cambará na obra **O Tempo e o Vento**. O significado da casa para o

⁹² Cf. De Certeau (1994).

escritor e também para a cidade de Cruz Alta sustenta-se pelo texto autobiográfico, no qual a rememoração funciona como texto fundante, que desencadeia a recordação.

Há duas vozes na narrativa que contam a história desses três objetos discursivos: a primeira é de um sujeito porta-voz, que recita e simula uma narrativa ficcional, como um consenso. É como se todos os sujeitos da cidade se identificassem e se orgulhassem do “filho mais ilustre”. A segunda voz é a simulação da voz de Érico Verissimo. Trata-se de um discurso *sobre* outro discurso que também é *sobre*. Pauta-se em um discurso que é fundante. Simula o escritor falando de si mesmo, num funcionamento em que “falar de si” corresponde a falar de sua obra. O que está sendo representado neste texto não é o sujeito Érico Verissimo, mas um personagem que é escritor e que viveu em Cruz Alta. A legitimidade dessa voz vem do texto **Solo de Clarineta I**, e faz irromper no discurso, a rememoração de um passado já comemorado pelo escritor, quando escreveu suas memórias.

Quem está sendo rememorado/comemorado no documentário é a cidade de Cruz Alta. O nome da cidade é topicalizado. Ela se orgulha do seu filho mais ilustre e é palco de reencontros. O que ele reencontra? A vida plena de realizações do mundo da literatura, os primeiros tempos com Mafalda, a infância no velho Sobrado, os tios, avós e outros moradores. A infância recordada é a que traz inspirações literárias. O que é rememorado/comemorado em relação a Érico Verissimo quando se inaugura o museu? O sucesso como escritor. A cidade e o passado como fonte de inspiração e a fecundidade da “terra gaúcha” são comparadas ao seu sucesso e que se deve “à mansidão do convívio” e “a fecundidade da terra” e . estão em um mesmo eixo, constituindo uma rede parafrástica, que relaciona o discurso na história e às condições desse discurso e pode ser assim descrita:



Nas condições sócio-históricas de produção desse discurso, desde 1969 – fundação do museu e de cenas de Érico andando no meio do trigo, o que se pode ler na descrição acima? Talvez que devemos ser como ele ou não. O sentido depende dos espaços de memória que trabalham nesse evento. Três mundos são dados a identificar nesse texto: o mundo da rememoração (o passado), o mundo da literatura em Érico Veríssimo e o mundo da riqueza proporcionada pelo trigo. O primeiro desses mundos (da rememoração) está no mesmo eixo do mundo da literatura. Ele é então o mundo dos reencontros. Que reencontros são esses? A resposta encaminha para a literatura e para a identificação plena (idealização) com o espaço da cidade, no qual o personagem (nesse texto, Érico Veríssimo) reencontra Mafalda e a família, representada pelos moradores do casarão.

As formulações parafrásticas descritas no quadro anterior propiciam a leitura de um ensinamento de “bem viver” nesse mundo e se pode ler “A ordem e o progresso”, que veicula o trabalho em primeiro lugar, o nacionalismo de um passado anterior. O texto como um todo é doutrinário, pois apresenta fórmulas para alcançar o sucesso, seria como enunciar: seja como ele. Ressoa, ainda, o discurso do populismo e também o discurso do silêncio constitutivo, no qual o não-dizer significa, especialmente, as interdições políticas. Talvez o escritor não esteja sendo colocado no lugar do trigo, mas junto dele. Talvez a “mansidão” signifique o silêncio localizado, como censura, numa terra de militares e em tempos de ditadura. A cidade se orgulha daqueles que não resistem, e que são mansos.

A referência à mansidão remete ao eixo vertical (interdiscurso), ao domínio do saber religioso, especificamente ao Sermão da montanha narrado por Mateus (5, 5-6) em que lê:

“Felizes os mansos, porque possuirão a terra.”

Com isso, inscreve no eixo horizontal (intradiscurso) a apologia à aceitação, em que pelo interdiscurso, em seu funcionamento pelo pré-construído retornam como discurso transversal outros discursos, que interpelam o sujeito pela ideologia e lhe fornece-impõe a realidade⁹³ e o sentido sob a forma da universalidade. A realidade imposta é o apagamento da vida privada e a celebração da vida literária.

⁹³ Pêcheux (1997a).

Os discursos que se atravessam são os do populismo da era Vargas e o desenvolvimentista de Kubitschek, da ditadura militar no Brasil e, também o discurso religioso pelo sermão da montanha, como acabamos de enunciar.

É importante destacar que **O Sermão da Montanha**, de São Mateus recobre os demais, porque referenda o não-dizer, o silenciamento, sugerindo que aqueles que são “mansos” alcançam o sucesso. Nesse sentido, a cidade é rememorada/comemorada e conjuga os outros mundos. Tudo que se celebra em Érico Verissimo está na cidade. Ele é sucesso porque é “fértil como a terra gaúcha” e talvez como o trigo, além de, dizendo de outro modo: não ser dado à resistência, às reivindicações.

A legitimidade e o pertencimento ao espaço da cidade apagam, nesse texto, as referências à vida em Cruz Alta, às perdas sofridas, à saída da cidade, e os trinta e cinco anos longe da terra natal. As visibilidades são dadas à produtividade literária, às obras, especialmente ao **“Tempo e o Vento”**. O escritor e a cidade são idealizados e cabe às instituições fazê-lo funcionar como um sujeito de sucesso. Nesse sentido, pode-se dizer, a partir de Durand (2004, p. 94), que “os papéis positivos se institucionalizam”. É o que ocorre com Érico Verissimo na perspectiva em que é rememorado/comemorado nesse evento discursivo, juntamente com a cidade.

O processo de identificação à forma-sujeito e ao sujeito ideológico realizam-se pela constituição de traços que ligam Érico Verissimo a Cruz Alta e suscitam nos sujeitos/cidadãos o desejo de ser *semelhantes ou igual a*. Tanto que o mundo da literatura e, por extensão, o mundo de Érico Verissimo entra em relação de similaridade com a fecundidade do mundo gaúcho, e com Cruz Alta – cidade que se orgulha do seu filho mais ilustre.

Os enunciados verbais e os enunciados-imagem funcionam em um mesmo lugar, mesmo se dissermos que esses enunciados-imagem só existem a partir da língua, que os interpreta, não há como negar o funcionamento da memória neles. Nas imagens do Sobrado, por exemplo, há tomadas do escritor andando pelo jardim, mal-cuidado. Essas imagens do documentário (Anexo I) dão visibilidade a não-conservação do imóvel, o que significa destruição, passagem do tempo. A imagem do escritor andando no meio do trigo tem efeitos de sentidos distintos. É fruto de uma escolha, mas significa diferentemente para os sujeitos que assistem ao documentário. Para os sujeitos/cidadãos da cidade têm o efeito de uma

sobreposição: os seus dois maiores bens estão juntos, mas para os sujeitos de ligados a outros lugares, desencadeia outros efeitos de sentido, e faz trabalhar outros espaços de memória.

A cena em que o escritor e a esposa estão na janela da casa (museu) encaminha para sentidos polissêmicos, mas funciona a partir do interdiscurso. Para quem leu o **Solo de Clarineta I**, essa imagem instaura a rememoração. O mesmo ocorre nas cenas em que ele e a esposa passeiam pelas ruas e depois sentam-se na praça. Retorna nesse enunciado-imagem o “jeito de namorar” das cidades do interior, entre outros discursos e espaço de memória que funcionam nesse discurso. Em relação ao funcionamento das imagens como texto, podemos dizer, retomando Davallon (1999), que elas relacionam-se à memória social e ligam a rememoração, como recordação à comemoração, tomada como atualidade. Só para concluir a referência a esse texto, lembramos que nele estão as três casas: a casa perdida (que foi à hóstia pública), e a casa reconquistada (comprada pelo poder público para instalar o museu), e também a casa da infância e da juventude: “O Sobrado”, que seria o “modelo” para a constituição do sobrado, casa onde vivia a família ficcional “Terra-Cambará”.

2.2 A organização dos saberes da rememoração/comemoração

O segundo texto é um documentário da TV UNICRUZ (anexo 4). A sua gravação atende à necessidade de registrar a apresentação de Érico Verissimo pelo então administrador, a partir do museu. Ele recebia os visitantes e o apresentava como “o pai dos pobres”. Chamou-nos atenção esse enunciado, que faz irromper no fio do discurso a ideologia assistencialista da Era Getúlio Vargas. Buscamos documentar essa fala, mas no dia da filmagem o administrador não usou o mesmo enunciado, mas outro que remete a ele pela inscrição à rede parafrástica. Ele disse que Érico Verissimo era “dado à assistência social”. Esse é o nosso segundo texto e tem duração de cinco minutos.

Nesse texto de apresentação do museu (Anexo 4) recortamos:

1. A postura do sujeito enunciador: gestos largos, ar professoral, doutrinário, sujeito porta-voz;
2. A ordem cronológica da apresentação dos dados;
3. A relação institucional das informações marcadas pela impessoalidade e seqüencialidade, e o rompimento com essa ordem.
4. Investidura de um discurso no outro, quando o dizer institucionalizado desliza para o discurso pessoal.
5. Enunciados definitórios. Érico Veríssimo é... Eu sou...

Em relação ao primeiro item, podemos destacar a postura do sujeito da enunciação: ele se coloca como um sujeito autorizado a falar sobre a obra e sobre a vida do escritor. Ocupa a posição-sujeito de administrador. Nessa posição, afirma que organiza e divulga a obra do escritor. No entanto, ele destaca também a vida de Érico Veríssimo, e inclui no universo familiar, sua esposa e os seus filhos e netos. As imagens do documentário dão visibilidade à postura, aos gestos largos e professorais, próprios desse lugar. Também o tom de voz sinaliza que ele *diz o que diz*, porque *pode e deve fazê-lo* do lugar que ocupa. Duas razões fazem com que o ele se veja assim: a autoridade que lhe foi conferida pela família Veríssimo, como se pode visualizar na figura 5, e a função de administrador do museu, que tomamos como o lugar que sustenta a rememoração/comemoração, como *lugar de memória*.

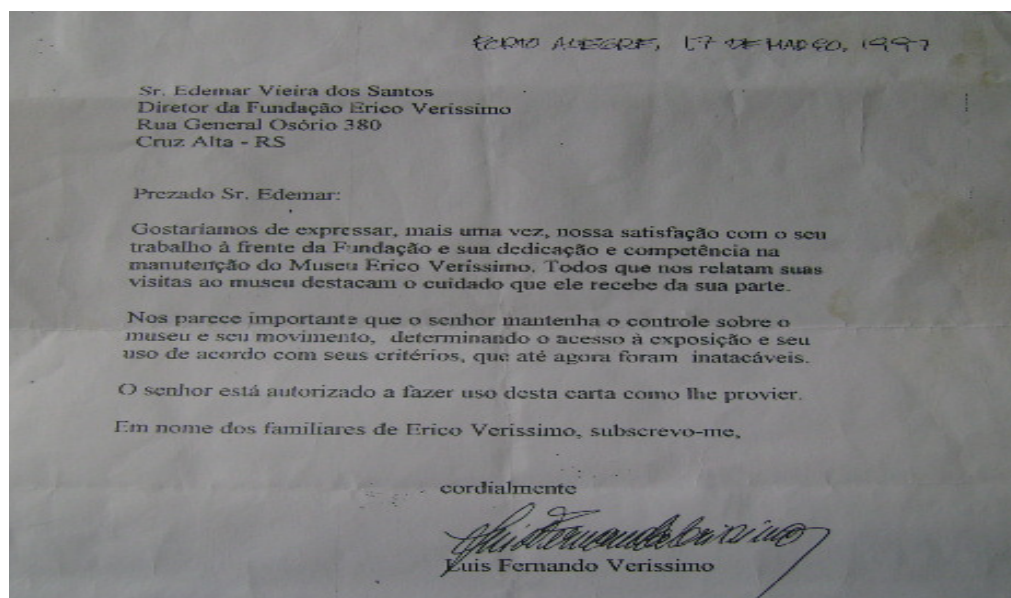


Figura 5: documento da família Veríssimo dirigido ao administrador do museu.

O documento assinado por Luis Fernando Veríssimo, em nome da família, confere ao administrador autoridade para *dizer o que diz*. Ele se constitui como

sujeito porta-voz porque assume a posição de locutor e se constitui pela ilusão de poder dizer o que dizer e dessa forma organizar o dizer. Desse lugar, ele realiza projeções imaginárias da sua atuação como administrador do museu e constitui a imagem de si mesmo, a partir do questionamento: *quem sou eu para dizer o que digo?* Da mesma forma, projeta a imagem do outro a partir do questionamento: *quem é ele para que eu lhe fale assim?* Essas projeções direcionam o dizer, e lhe permitem assumir a condição de quem “sabe” do que está falando (conhece o tema) e está autorizado a fazê-lo pelo lugar que ocupa na instituição. É importante destacar, o lugar de observação e dos efeitos materiais da língua, como um sistema em que funciona o jogo na história e do qual resultam os equívocos na discursividade. (Orlandi, 2004b, p. 132).

O segundo item recortado diz respeito à preocupação com a cronologia. O destaque a datas e a acontecimentos trazem para o intradiscurso o efeito de sentido de um consenso imaginário pelo procedimento de “fazer-criar”. Ele não apenas diz o que diz, mas “instrumentaliza” o dizer, utilizando-se de datas e de citações, as quais, segundo De Certeau (1994), conferem ao dizer a precisão própria do discurso que se pretende pedagógico ou doutrinário. A repetição é da ordem da estabilidade e produz efeitos de saturação do discurso, simulando “realidades”. Esse efeito ocorre pela apresentação da casa como uma informação referencial “nesta casa nasceu, em 17 de dezembro de 1905, Érico Verissimo”, outra informação que tem funcionamento similar é “Neste quarto”. Esses dois referentes funcionam como ligações entre o discurso e o espaço material, passível de ser conferido, visto, observado.

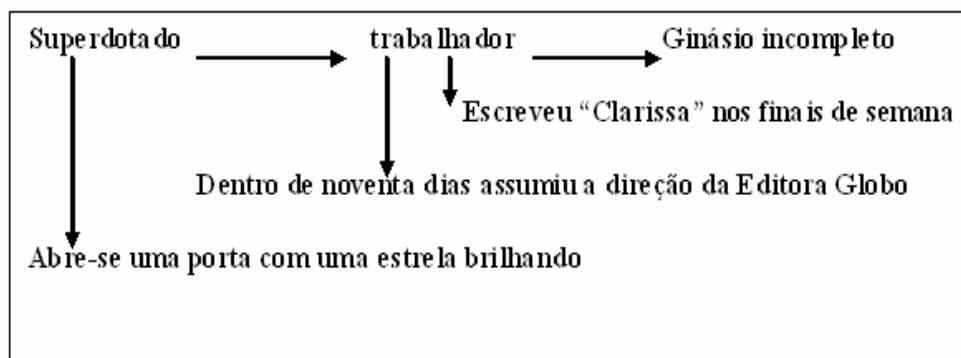
Da mesma ordem é a apresentação da produção literária do escritor, dos fatos mais importantes da sua vida, do nascimento dos filhos e dos netos, dia e hora da morte. A seqüência de fatos e datas constitui a rememoração - a memória do dizer - e conferem ao intradiscurso efeitos de verdade e de autoridade do sujeito enunciativo, e por isso, fazem “fazer-criar” e também “ver”. Pela narrativa, constitui-se um evento que se inscreve na ordem do já-dado, ilusoriamente transparente, que encaminha para o mesmo. É como se entre um acontecimento e outro, a vida transcorresse sem contratempos. Essa sucessividade de um lado sinaliza para a saturação e de outro para a lacunaridade do discurso e para os apagamentos efetuados nele, de tal forma que o mesmo se repete até ficar diferente, instaurando

o novo. As determinações do que *pode e deve ser dito* resultam dos saberes próprios do museu, como lugar.

O discurso de rememoração/comemoração a partir do Museu é institucional. Sustenta-se pelo discurso *de*, a rememoração, nos dois sentidos delimitados nos procedimentos metodológicos: como memória e como texto fundante. No primeiro funcionamento, o dizer entra em relação com o que foi dito e significado antes em outro lugar. O museu funciona como o lugar, que sustenta o *lugar de memória* e tem a função de recolher, transcrever e organizar os traços de identificação comuns a nomes ou eventos rememorados/comemorados. Isso significa um reforço à relação de dependência a outros *lugares* que transcrevem a memória, às quais chamamos de lugares que sustentam o *lugar de memória* – a rememoração/comemoração, pelo Museu. Disso, entendemos que o que é dito a partir do museu, ressoa nas outras instâncias e também que o sujeito porta-voz, cuja função é organizar e redistribuir a memória atua como intermediário, pois ocupa o lugar entre a instituição e aqueles que ele representa e reforça traços de identidade entre os sujeitos da formação social com pretensa estabilidade da memória, sem os furos que instauram o equívoco.

A investidura de um discurso em outro ocorre pelo funcionamento dos pré-construídos, “como o que tudo mundo sabe”, e cuja inscrição no eixo da formulação ocorre pelo efeito do discurso transversal, em que saberes do eixo da verticalidade – interdiscurso – atravessam-se e irrompem no eixo da horizontalidade.

Pelos enunciados definitórios - um dos procedimentos de “fazer-criar” – o sujeito-objeto da rememoração/comemoração é definido. Os enunciados estruturam-se a partir da predicativa: *Érico Veríssimo é...* . O predicativo constitui-se de valores próprios do sujeito idealizado no discurso de rememoração/comemoração e o constituem como *objeto a* (causa do desejo) e ao mesmo tempo *o objeto do desejo* (o que falta). É pela discursivização que o sujeito-objeto atende à demanda da cidade e o desejo dos sujeitos/cidadãos. O sintagma “superdotado”, com o qual o administrador do Museu designa o escritor, ilustra esse funcionamento, encaminhando para a constituição de *Érico Veríssimo* “como se fosse um mito”. Nessa perspectiva, ele é um vencedor. Com isso “faz-ver” a luta individual como uma qualidade. Nessa mesma direção funcionam outros sintagmas. Visualizemos a rede parafrástica que se constitui:



As relações visualizadas acima “autorizam a constituí-lo como “superdotado”. Pode-se ler aí “ele é superdotado e trabalhador porque...”

- Não era formado
- MAS
- foi trabalhar em 1931 no jornal “O Globo”, como secretário;
- dentro de noventa dias ascendeu ao cargo de diretor;
- escreveu quarenta e duas obras;
- suas obras foram publicadas em doze idiomas;
- foi convidado a lecionar Literatura nos Estados Unidos;
- recebeu o título de “*doutor honoris causa*”.

Nos enunciados definitórios há referência à constituição do sujeito e o que o faz assim. No caso de Érico Veríssimo ele é definido como superdotado e trabalhador. O fato de não ser formado e apesar disso alcançar sucesso profissional, faz dele um sujeito “superior aos demais”, e referenda a dicotomia expressa por DaMatta entre a casa e a rua e, igualmente, para a constituição relacional da sociedade brasileira, em que as relações familiares, a rede de parentesco e compadrio é determinante para a legitimação do sujeito no espaço social. A apresentação do sucesso de Érico Veríssimo, apesar de não ter estudado, faz

ressoar, no eixo da formulação, o discurso de constituição e funcionamento das relações sociais brasileiras, bem como a memória das famílias poderosas e também na visão de país como “uma grande família”, que na verdade, não engloba todos os sujeitos, mas aqueles, cujas famílias são tradicionais.

A rede parafrástica que o constitui assim se fecha com a descrição da saída de Cruz Alta:

“1932, Érico noivo, sem dinheiro, sem emprego e sem casa para morar...”

Esse enunciado, além de reforçar a constituição do sujeito “superdotado e trabalhador”, reforça a constituição do sujeito idealizado e o atravessamento do discurso populista no fio do discurso. Outra referência que concorre para isso é a imagem de fracasso, no enunciado que reafirma a questão de ser “superdotado”, pois uma pessoa desprovida de tudo não consegue chegar *a cidadão de todos os continentes* ou *vir a ser um bem cultural*.

Ele disse e deixou escrito que a situação estava russa.

Nesse enunciado, há duas implicações: a primeira diz respeito à identificação dos sujeitos à forma-sujeito da FD dominante, que valoriza a cultura e com ela a escrita, e junto a elas, as obras do escritor, com o qual se identificam. Deixar escrito reforça o valor e o peso da escrita na sociedade. A segunda refere-se ao testemunho, ao efeito de verdade dado pelo papel, pela memória que a escrita guarda, estabiliza. Concorre também para esse efeito, a repetição de fatos. A ênfase dada à relação cultura/Érico Verissimo/Cruz Alta referenda a tendência à comemoração sem crítica e reforça o funcionamento da noção *lugar de memória* como um procedimento de comemoração, que no lugar de instaurar a crítica ou possibilitar um olhar isento sobre o objeto, concorre para a celebração.

Para fechar essa reflexão e ao mesmo tempo abrir para outros questionamentos, perguntamos: o que se comemora? Essa questão e o que destacamos acerca do sujeito-objeto desse discurso e a forma como ele é definido permite que se coloque que se comemora

“a mansidão do convívio desse homem”

Cf. enunciado do documentário analisado anteriormente (anexo 1, do DVD)

A entrada desse enunciado que não é deste texto, mas que retorna pelo interdiscurso como um dito-anterior ou como um saber constitutivo dos discursos doutrinários que dizem como o homem “deve comportar-se” para ser um cidadão “exemplar” dos discursos de repressão destaca a impossibilidade de “controlar” a comemoração, enfatizada por Davallon (1993). Entendemos, pelos enunciados que sustentam esse discurso, o desejo de celebrar a cultura, a família, a cidade, o sucesso. Mas irrompe no intradiscurso a celebração do autoritarismo, da repressão, dos “anos de chumbo”. Por essa razão, referimos a Orlandi (1999 e 2002b) para dar conta do silêncio, que faz sentido e do silêncio como censura. A entrada desse enunciado referenda a interpelação do sujeito pela ideologia e o atravessamento pelo inconsciente.

No texto de apresentação do Museu (Anexo 4 do DVD) o sujeito “tem de dizer” e enfatizar alguns dados, mas ao fazer isso apaga determinados sentidos e instaura outros. O dever e ter de comportar-se de determinada forma é o trabalho da ideologia que o constitui e pela sua inscrição em uma FD. Em relação a Érico Veríssimo é comemorado não o sucesso, mas a mansidão. O que é dado como elogio, significa como crítica. É a falha na/da língua no discurso que sinaliza para a tendência da comemoração, como celebração, sem a crítica. O que se comemora é a família, a casa, a obra, o sucesso, enfim a casa em detrimento da rua, mas relações, não a cidadania.

No entanto, as instituições não controlam totalmente o que é comemorado e o sujeito que ocupa a posição de administrador é interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, o que faz com que se atravessem, no seu dizer, outros discursos, como nos referimos em relação à “voltado à assistência social” e “superdotado”. Esses enunciados provocam um estranhamento que instaura a divisão do sujeito, pois o lugar em que ele se inscreve e determina os dizeres e saberes é invadido por saberes e dizeres de outros lugares, o que demonstra que a identificação plena não existe. É por esse viés que o sujeito que fala do Museu, que

representa e organizar o *lugar de memória* rememoração/comemoração se identifica com o sujeito idealizado e com os lugares que o sustentam e institucionalizam. O atravessamento de outros discursos faz com que o sentido deslize, pois se, de um lado, os sujeitos investidos do desejo de rememoração/comemoração identificam-se com o discurso populista e a memória dele, há, de outro, os que não se identificam com os valores rememorados/comemorados. Talvez por constituírem-se de um minoria, não são referidos e os seus dizeres e saberes, não ressoam, ao contrário, são silenciados

A aproximação de Érico Verissimo como *objeto a* e como *objeto do desejo*, nesse texto, é dada pela ligação com os valores de superação destacados na constituição da memória do escritor, como sujeito imaginário. O sintagma “abriu uma porta com uma estrela brilhando”, juntamente com “superdotado” o identifica com os sujeitos excluídos, que constituem o excesso no discurso de rememoração/comemoração, os quais por não serem escolarizados, caracterizam-se como desprovidos de condições de ‘vencer na vida’, no espaço urbano tradicional, onde a casa e a rua são determinantes nos contratos sociais.

Nesse exemplar do discurso – filmagem de apresentação de Érico Verissimo aos visitantes (anexo 4 do DVD) – o escritor aproxima-se do sujeito/objeto do discurso é da ordem do imaginário, relaciona-se à grandiosidade, como aquele que conseguiu vencer todas as adversidades, como um modelo cruz-altense. Uma afirmação que ilustra o que dissemos é “pelo destino da vida Érico foi à falência” e “fins de 31 lhe abriu uma porta com uma estrela brilhando e foi convidado a trabalhar na *Revista O Globo*.” Esses dois enunciados sinalizam que tanto as derrotas como as vitórias devem-se a forças “sobrenaturais”. Isso instaura a contradição, pois ao mesmo tempo em que é apresentado como “superior”, o seu sucesso é imputado a forças da ordem do mitológico, não a forças ligadas aos seres humanos.

Isso traz como consequência a escolha do que deve ser visibilizado, destacado, mas também os apagamentos e os silenciamentos efetuados. A falência e a consequente perda da casa e da farmácia são imputadas “ao destino da vida”. Não há referência aos problemas do pai com o trabalho, com a família – como um dos motivos dessa falência. Apagam-se, igualmente, a mãe-modista e o fato de sustentar a família com o seu trabalho, num tempo em que essa função era do homem. A venda de remédios “a fiado” não é referida, nem a falta de aptidão de

Érico Verissimo para o trabalho no comércio. Esses apagamentos reforçam a constituição do sujeito idealizado.

O sujeito desse discurso conclui o seu texto colocando-se como responsável pelo dizer e pelo saber: “eu, como administrador do museu, tenho orgulho de divulgar um pouco da obra desse ilustre filho de Cruz Alta”. Com isso, filia-se constitui-se como sujeito porta-voz dos sujeitos; cidadãos do espaço urbano e referenda o objeto de rememoração/comemoração e inscreve o museu como o *lugar de memória*, autorizado a falar *sobre*, porque antes falou *de*. Essa filiação relaciona-se com as projeções imaginárias do sujeito em relação a quem ele é: administrador do museu, que sabe do que fala e por que fala e também o que pode e o que não pode dizer ou fazer desse lugar. Instaura também quem é o outro: interlocutor-visitante, que vem buscar saber sobre Érico Verissimo e o museu. Afirmamos, com isso, a sua atuação como porta-voz, que se constitui pelo imaginário excedente que lhe permite assumir posicionamentos.

Nos dois textos analisados sob a perspectiva do museu como *lugar de memória*, os efeitos de sentido de homogeneidade e literalidade se devem à constituição do sujeito-objeto como identificado com a FD da rememoração/comemoração, que representa o lugar da cidade. Nos dois textos, a rememoração como texto fundante a partir da obra memorialística **Solo de Clarineta I** e como memória, faz retornar sentidos estabilizados, que no fio do discurso rompem com o mesmo e instauram o polissêmico, os sentidos-outros. A possibilidade de ruptura de sentidos deve-se à impossibilidade de gerenciar a comemoração, pela determinação do que é comemorado.

Buscamos responder no nosso texto duas questões de pesquisa. A primeira se refere à constituição do objeto de rememoração/comemoração e a segunda questiona os domínios de memória que funcionam nesse discurso. Pelos dois textos analisados, podemos concluir, de forma parcial, referendando a constituição do objeto como da ordem da opacidade, pois quando no fio do discurso ele é celebrado, os discursos que se atravessam no eixo da formulação instauram dúvidas e questionamentos. Em relação aos domínios de memória que funcionam nesse discurso, ainda que de forma parcial, podemos dizer que há domínios de memória do político, na referência “à mansidão” e também do domínio do religioso, em relação a essa mansidão. Além disso, a forte tendência doutrinária o filia a outros domínios.

3 PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO: O MESMO E O DIFERENTE

(...) Rafael era um rapaz empertigado, caminhava pisando duro com os saltos dos sapatos, não escondia o seu desprezo para com a gente da terra, que procurava por todos os meios escandalizar. Foi o primeiro a sair sem chapéu, chocando os nativos. “Que desaforo!” – exclamavam as comadres - “Que desrespeito com as famílias!” (p. 119).

O segundo conjunto de textos constitui-se do lugar da Unicruz como um espaço de memória, que funciona na rememoração/comemoração. Quatro textos o compõem. Todos circularam nos anos de 2004 e 2005, respectivamente, no ano que antecedeu o centenário e no ano do centenário do escritor. Em relação à Universidade, é importante destacar a sua movência em relação ao Museu e ao discurso de rememoração/comemoração e à memória de Érico Verissimo. No período em que esteve como administradora do lugar, ela buscou identificação com o escritor por meio do Museu. Chama nossa atenção que a instituição fez o caminho inverso do que fazem outras instituições. Não buscou aproximar-se do Érico Verissimo e do museu, o que fez foi colocar nesses dois objetos as suas marcas. Cada vez que apresentava Érico Verissimo ou o Museu, a universidade apresentava-se. Os percursos discursivos desses textos encaminham para o discurso de rememoração/comemoração pela constituição de traços de identificação.

3.1 Relação cultura e herança

O texto em que a Unicruz apresenta-se como administradora do Museu e cumprimenta os cidadãos cruz-altenses pelos 183 anos de emancipação política da cidade (fig. 6) circulou no jornal **Diário Serrano**, de Cruz Alta, e também no jornal **Zero Hora**, de Porto Alegre, em agosto de 2004. Nesse texto, os procedimentos discursivos mobilizados aproximam Universidade – Érico Verissimo – Museu. O efeito de proximidade entre os três lugares decorre do fato de eles ligarem-se à

cultura e ao patrimônio e também a gerações, com referência a sagas familiares. Nesse domínio, cada um tem sua atuação e também legitimidade. Trata-se de um texto publicitário, que se caracteriza pela saturação: a reiteração de traços de identificação da universidade (cores, logomarca, slogan), do Museu e de Érico Veríssimo (assinatura, *slogan*, imagem), o que acarreta um efeito de que tudo parece dito e repetido.

Constrói-se uma rede parafrástica que encaminha para o mesmo, sem o diferente, que retorna ao lugar do já-dito, do plano da estabilização. A instituição não busca no escritor os elementos de identificação constitutivos dele, ao contrário, ela coloca os seus traços de identificação em Érico Veríssimo e no Museu. A universidade coloca-se no centro dos rituais de rememoração/comemoração, marcando, no fio do discurso, sua presença, comemorando, junto com Érico Veríssimo, sua atuação e marcando seu lugar. A apropriação da imagem do escritor legitima-se pelo domínio da cultura, no qual se inscrevem a Universidade, Érico Veríssimo, e o Museu e que convoca espaços de memória relacionados à tradição, à educação e à continuidade.

A cultura é o maior legado para todas as gerações.

Nos 183 anos de Cruz Alta,
a Fundação Universidade de Cruz Alta
quer dividir com todos,
um grande patrimônio,
uma herança que nos orgulha,
que não tem fronteiras...

A Fundação Universidade de Cruz Alta,
administradora
do Museu Erico Verissimo,
convida a comunidade
a cruzar as fronteiras do conhecimento.
Parabéns, Cruz Alta!

MUSEU
Erico, filho desta terra,
cidadão de todos os continentes.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA

CC / Shala Guerrero

Figura 6 - Peça publicitária divulgada no aniversário de Cruz Alta - 2004.

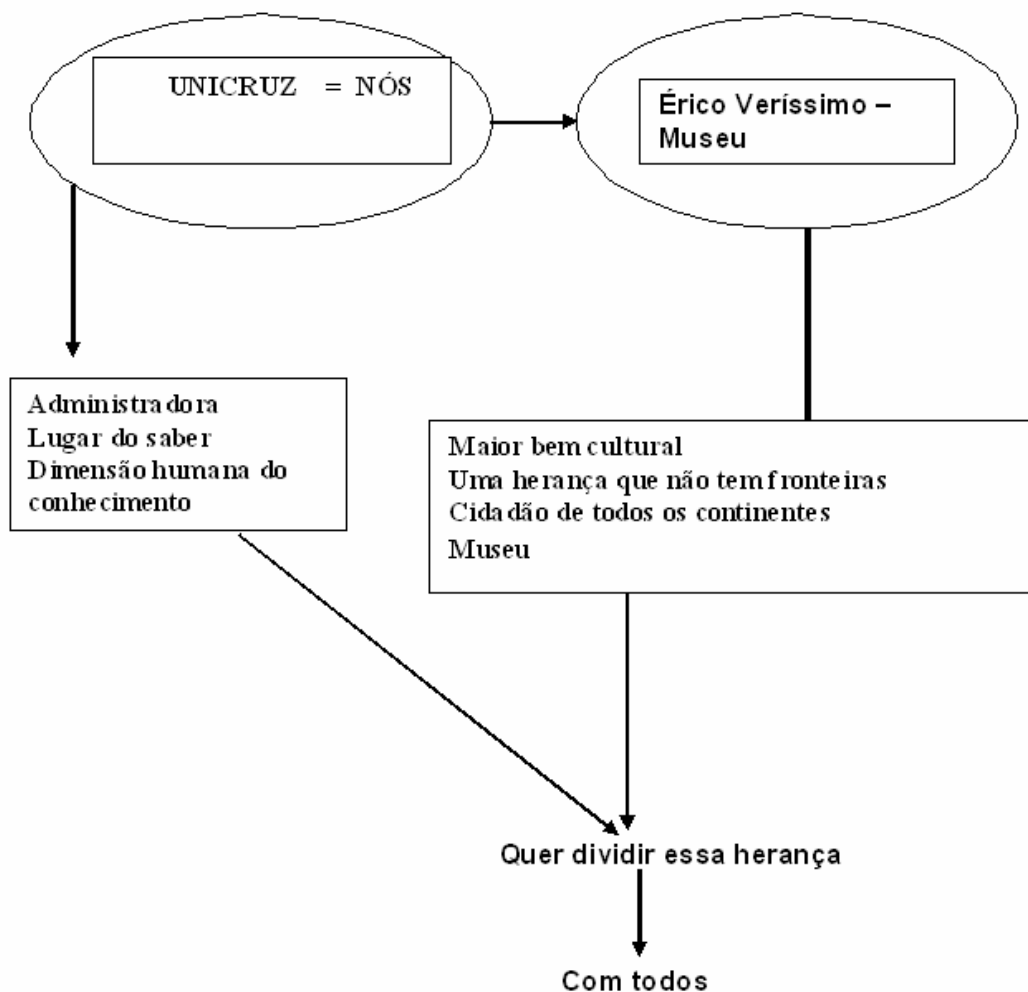
A forma-sujeito, nesse espaço urbano, simula o intradiscurso como o puro já-dito do interdiscurso. Com isso, articulam-se os dizeres constitutivos da rede

parafrástica, encaminhando o sentido para uma mesma direção: a simulação-incorporação de um objeto em outro constitui uma relação de similaridade. Essa simulação de absorção de uma memória pela outra assegura o recobrimento dos dois objetos no fio do discurso e assegura pelo funcionamento metafórico a possibilidade de um ser tomado pelo outro. Nessa construção, a Unicruz representa a memória da cidade. Vemos esse efeito pela seqüência que segue:

Ele é um grande patrimônio, ele é nosso, mas vamos dividi-lo com todos.

A legitimidade desse dizer advém do discurso *de*, anterior, que retorna pela rememoração como memória. O fato de ser filho de Cruz Alta, de pertencer a uma família tradicional, de ter vencido por esforço próprio, de ter divulgado seu nome e o nome da cidade, faz dele um patrimônio, que a universidade assume como seu, *mas* vai dividir com todos. Nesse sentido, ser patrimônio significa referendar os princípios ideológicos da instituição e da cidade. Significa também, ir ao encontro do imaginário constitutivo da instituição, que se vê no escritor. Nesse imaginário, há o “todos”, com o qual esse patrimônio será dividido. Cabe uma questão: quem são “todos”? A população cruz-altense ou uma minoria constituída de sujeitos que se identificam com a FD dominante – a rememoração/comemoração que é invadida pelos saberes da universidade, como lugar, ou com os valores culturais e sociais que representam Érico Verissimo na cidade?.

A fim de “fazer crer” que vai dividir com todos e que tem legitimidade para fazê-lo, há, no eixo da horizontalidade, a definição da instituição e de Érico Verissimo. Para “fazer-ver” o que vai ser dividido e para que “todos” acreditem na “herança” e no “maior bem cultural”, dá visibilidade ao objeto, ao museu e a ela mesma. A assinatura, a imagem de Érico Verissimo, a logomarca da universidade e as cores que constituem a peça publicitária os autorizam a dizer o que dizem. Podemos visualizar, com relação ao dito anterior, de um lado, a universidade, que se representa como “nós”, e do outro lado, ocupando lugar análogo, Érico Verissimo e o museu.

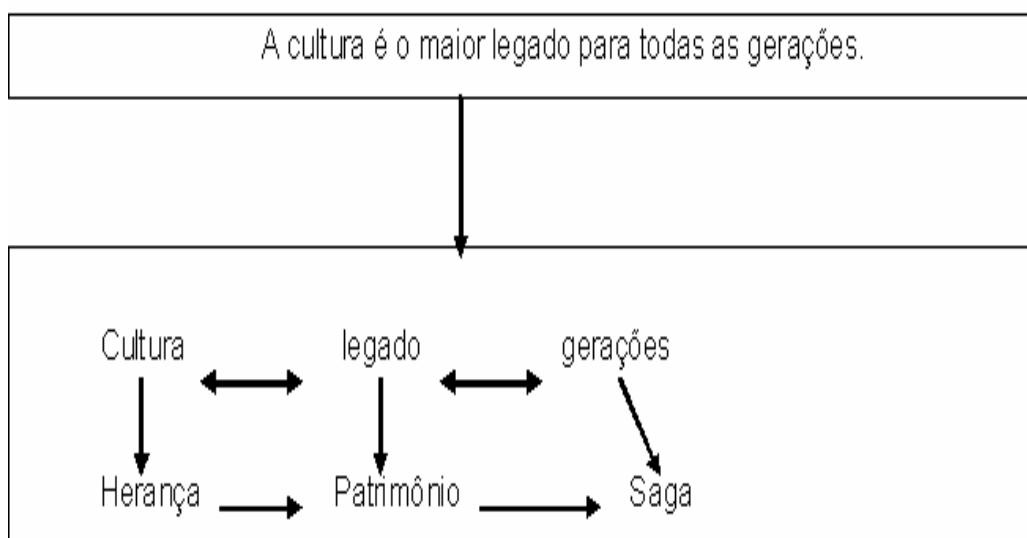


No esquema analítico acima, podemos observar dois objetos funcionando juntos no eixo da formulação pela comemoração: UNICRUZ e Museu. Os dizeres formulados na conjunção da rememoração (discurso *de*) e, da comemoração (discurso sobre) sustentam, estabilizam e movimentam a memória. A primeira – rememoração – é da ordem do mais inconsciente e funciona como memória para que a segunda – comemoração – que é da ordem do mais consciente, faça sentido na formação social pelo desejo de celebrar. No eixo da formulação, a memória que constitui o discurso articula-se pelo atravessamento de outros discursos, ditos em outros lugares, que retornam pelos rituais rememorativos/comemorativos.

Há, entre Érico Verissimo e Unicruz, uma relação de similaridade, que se realiza pelo processo metafórico, em que um objeto pode ser substituído pelo outro. O que rompe com essa similaridade é a dependência de um em relação ao outro, isto é, a Unicruz se diz “administradora” dessa memória, e com isso, investe-se de *um poder dizer e fazer* pela inscrição a um lugar e aos saberes que tornam possível

certos dizeres e impedem outros. É por essas filiações e pela relação a uma base do dizível que os dizeres retornam sob a forma do já-dito, como a base do dizível.

Ao definir o escritor como ‘um grande patrimônio’, ‘uma herança que nos orgulha’ e que ‘não tem fronteiras’, a universidade identifica-se com a FD que institucionaliza o sujeito tomado como um “bem” cultural, assim como estabelece relações com outros domínios do saber. A rede parafrástica instaurada pelos enunciados definitórios faz ressoar os domínios de saber da tradição familiar e da cultura, mais do que do saber escolarizado que a universidade representa. Observemos o enunciado abaixo e os discursos que se atravessam nele:



Os três nomes - cultura, legado e gerações fazem funcionar espaços discursivos relacionados à família e à tradição, àquilo que DaMatta denomina de Casa e que tem como reverso a rua. Esse enunciado remete pelo funcionamento do interdiscurso como pré-construído – àquilo que todo mundo sabe, à saga familiar, descrita por Érico Verissimo na obra **O Tempo e o Vento**, e na qual o escritor representa a história da família Terra-Cambará e também a saga da família Verissimo, em Cruz Alta, lugar onde se encontraram as duas famílias que deram origem aos Verissimo⁹⁴. Além da representação da família da ficção e da família de Cruz Alta – que não deixa de ser também uma ficção – irrompe o discurso da história e da memória do Rio Grande do Sul, representado na obra composta por sete volumes, e que abarca um espaço temporal de duzentos anos.

⁹⁴ Cf. **Solo de Clarineta I**.

No enunciado acima, e em relação a Érico Veríssimo, a “saga” é a história de famílias e também da cidade. Na obra **O tempo e o Vento**, o autor descreve a saga da família Terra-Cambará e as tradições de fundação do estado e das pequenas cidades do Rio Grande do Sul. A narrativa da constituição de um tronco familiar traz também outros discursos, os quais retomam valores políticos e filiações históricas que se organizam em memórias desencadeadas tanto por narrativas como por narratividades. A palavra “gerações” relaciona-se à família, uma ramificação após a outra em um mesmo tronco, mas também faz funcionar espaços discursivos da ordem do religioso. Em **O Continente**, primeiro volume da trilogia, há uma epígrafe do texto bíblico do livro de Eclesiastes (cap,1, 4 -6), em que observamos a relação entre a terra, as gerações e o vento como coisas permanentes. O vento gira e volta, as gerações vão e vem, mas não terminam. Assim também é o patrimônio e a cultura.

Trata-se do retorno de um pré-construído – um já-dito em outro tempo e lugar - constitutivo do imaginário das sociedades, segundo o qual a “herança” maior é a cultura. Esse sentido de herança é constitutivo do imaginário das sociedades e é representado por Érico Veríssimo quando a cidade comemora “cem anos” de sua fundação. A maior herança é, então, a própria Universidade, como o lugar do saber e como administradora da memória de Érico Veríssimo Ela investe-se da autoridade de dividir esse bem com todos. O patrimônio representa a estabilidade de um objeto que guarda em “si” os vestígios de um passado e faz trabalhar o imaginário da formação social. O que é guardado nos museus transforma-se, segundo Catroga (2001a), em história e não em memória. A primeira congela, e a segunda movimenta, atualiza, mas não se deixa aprisionar. Entram em relação com a cultura, a fronteira e conhecimento. Nesse sentido, observemos:

A Universidade convida a todos a cruzar as fronteiras do conhecimento

O enunciado acima reafirma a posição da instituição e a sua autoridade em relação à herança cultural, constituindo uma rede parafrástica com os enunciados anteriores que reenviam à herança - orgulho – fronteiras. Essa herança é o conhecimento e quem é autorizado a distribuí-lo, dividi-lo, é a Universidade, que também é “o maior bem cultural” da cidade, uma vez que ocupa o lugar que assegura um processo de legitimação do *poder* e *dever* convidar “todos” a

“ultrapassar as fronteiras do conhecimento”. Ocorre aí o atravessamento de enunciados que, apesar da variedade da situação, retornam sempre ao mesmo espaço do dizível, reafirmando o lugar da estabilidade. Dizer que Érico é a maior herança e colocar em uma mesma rede *a cultura, o legado, a herança e o conhecimento* remetem à *dimensão humana do conhecimento* – slogan da Unicruz.

A instituição de ensino superior, na verdade, se re-presenta e se apresenta aos cidadãos cruz-altenses como o lugar da cultura. A administração do museu pela universidade entra na ordem da evidência pelas relações parafrásticas estabelecidas entre Érico Verissimo/Museu/Unicruz. Mesmo assim, os elementos constitutivos dessa memória e da constituição desse lugar são polissêmicos e movediços. Remetem a memórias relacionadas à família (herança, patrimônio) que por sua vez, fazem irromper a Antigüidade, fechamento ou abertura, dependendo da FD e dos lugares em que os sujeitos enunciadore e interlocutores se inscrevem. É importante ter presente que a palavra “cultura” não remete sempre ao conhecimento obtido pelo ensino formal. Ela designa também conhecimentos transmitidos sem interferência deste, como o que é constitutivo na formação social. O mesmo ocorre com a palavra gerações. Uma das possíveis inscrições dela é no texto bíblico em referência a passagem do tempo, normalmente relacionado a centenário (“à geração que vem e que vai”), mas também, como enfatizamos anteriormente, à saga familiar, a um tronco e às suas várias ramificações. Colocadas juntas: cultura – legado – gerações encaminham para o que se “recebe da família” e não é essa a herança que a Universidade se propõe a deixar.

No mesmo eixo da cultura, inscrevem-se o patrimônio e a herança. Nesse sentido, o patrimônio relaciona-se com a prática de preservação de monumentos. É também uma prática social que incorpora um processo cultural, não apenas material como também simbólico. Relaciona-se à identidade de grupos, principalmente, quando associada à herança. Mesmo assim, vemos aí uma contradição, pois a cultura da Universidade não é transmitida por herança, é antes uma conquista que resulta do esforço do sujeito. Nesse sentido, ressoam vozes marcadas pela ilusão referencial de “gerenciamento de sentidos”, ligadas a práticas sociais autoritárias.

No Brasil, segundo Abreu (2003), a função do patrimônio deixou de abranger somente monumentos e objetos artísticos. O sentido ampliou-se e passou a significar a relação com a sociedade e também com a cultura. No entanto, essa relação não se restringe à Universidade, mas vincula-se também a outras

instituições. A relação do **patrimônio/cultura/fronteira** remete para a universalidade e para o enunciado “cidadão de todos os continentes” que designa Érico Verissimo. Em relação a essas ligações, coloca-se outra: “A Universidade convida a comunidade a cruzar as fronteiras do conhecimento”, que aponta para o enunciado “dimensão humana do conhecimento”, com o qual a universidade se inscreve.

No texto analisado (fig. 6), a Universidade se representa como “nós” e dirige a “todos”, colocando-se como intermediária entre esse “todos”, atuando como sujeito porta-voz, falando do lugar autorizado e em nome *de*, nesse caso, em nome do Museu. O efeito de sentido desse processo é o da transmissão de conhecimento, um pedagogismo legitimado nas instituições de ensino. Por isso, dissemos, inicialmente, que a Universidade transferiu os seus traços de identificação para o Museu e para Érico Verissimo. Ela não se apropriou somente, mas fundiu esses traços e com isso “faz-criar” que os três objetos podem transformar-se em um só.

O texto analisado (Fig. 6), a Peça publicitária divulgada no aniversário de Cruz Alta – 2004, inscreve-se num discurso em que se atravessam discursos da ordem do religioso, do familiar e também da cultura. Constitui-se pela filiação à ordem familiar, em que a Universidade pode ser tomada como um tronco familiar, em torno do qual aglutinam-se outros troncos e formam novas famílias. Nesse sentido, o Museu é uma casa e a Universidade também o é. Nesse sentido, as relações efetuam-se a partir do privado e deslizam para o público à medida em que o funcionamento da Universidade como um espaço de memória que se ancora em outros espaços também teve sua origem e o seu funcionamento relacionado a famílias, a uma espécie de saga.

Ressoa aí o enunciado do Eclesiastes (1, 5-6) no que se refere a gerações, e no movimento incessante delas (vem uma, mais uma...) em um deslocamento temporal que não cessa. A imagem que compõe a figura também encaminha para o eixo da família, em que o sujeito vale pelas relações contraídas com outras famílias e outros espaços.

3.2 Érico em Cena: o escritor

Quais são as figuras humanas, os objetos, as sensações e os acontecimentos mais remotos de minha vida de que me posso lembrar hoje? Sei, por ouvir dizer, que até a idade de dois anos usei e abusei da minha condição de mamífero, sugando o seio materno e outros emprestados ou alugados. [...] Por essa época a criança já caminhava e a fita magnética de sua memória estava ainda praticamente virgem, pronta para registrar as impressões do mundo (p.59).

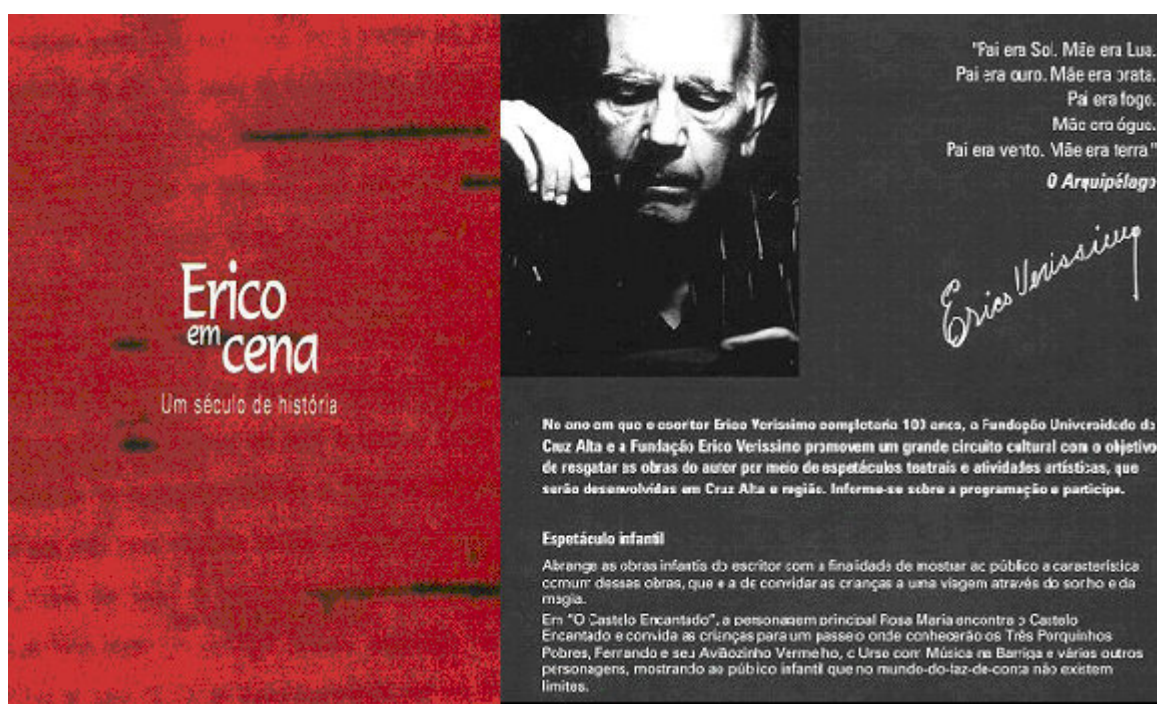


Figura 7: Érico Verissimo – 100 anos de história – 2005.

Érico em Cena foi um dos projetos desenvolvidos no ano do Centenário. O *slogan* do projeto foi “Um século de história”. Nesse caso, o escritor representa o estabilizado, mas que se fecha com o centenário. A história é a reconstrução sempre incompleta do que não existe mais, e tem, segundo Nora (1992), vocação para o universal, pois nela não há vozes particulares, mas a voz de todos. Neste trabalho, contrapomos a história/memória. A primeira é da ordem do já-dito, que é repetido, mas não se move. A segunda, ao contrário, é da ordem do vivido, mas que ainda faz sentido na formação social. O enunciado “Cem anos de história” constitui-se a rememoração por essa volta ao passado, mas foge da estagnação, uma vez que traz para o eixo da formulação, via comemoração, o escritor e os espaços de memória que seu nome e a relação com esse nome faz funcionar.

A universidade, responsável por esse projeto, comemora o escritor pelas suas obras infantis, que tomamos como eventos discursivos, pois fogem do planejamento e comemoram também o inesperado. Esses espetáculos são levados para as cidades próximas a Cruz Alta (Ibirubá, Salto do Jacuí, Espumoso, entre outras), e se legitimam pela posição da Unicruz na região e pela autoridade dela como instituição de ensino. Colocar “Érico em cena” é dar visibilidade à obra e ao sujeito. As obras focalizadas são infantis, mas há no *folder* um fragmento de **Arquipélago**, uma das obras que compõe a trilogia **O Tempo e o Vento**. Essa citação constitui um procedimento de “fazer-criar”, e faz retornar a obra considerada mais importante do escritor, pela qual ele é conhecido e reconhecido na formação social.

O reconhecimento da trilogia **O Tempo e o Vento** não significa que ela foi lida por sujeitos interpelados pela rememoração/comemoração como *lugar de memória* ou FD. Não significa, igualmente, unanimidade em torno dos saberes constitutivos do *lugar de memória*, que se vincula aos discursos que retomam essa obra, via discurso transversal. O que a tornou conhecida e faz com que signifique para os cruz-altenses foi a veiculação da minissérie baseada na obra de mesmo nome, veiculada pela **Rede Globo de Televisão**, na década de oitenta, e também a relação que as instituições da cidade efetivam em torno da cidade fictícia dessa obra – Santa Fé – e Cruz Alta, além das semelhanças entre o sobrado, casa de Franklin Verissimo em Cruz Alta⁹⁵ e o sobrado ficcional, casa onde vivia a família Terra-Cambará.

Observemos o enunciado de chamada para o espetáculo “Érico em cena”:

A Fundação Universidade de Cruz Alta e a Fundação Érico Verissimo promovem um grande circuito cultural com o objetivo de resgatar as obras do escritor...

Podemos visualizar no enunciado acima, que a UNICRUZ e a Fundação Érico Verissimo colocam-se no mesmo nível como *lugar de memória*, cuja função é organizar um sistema de constituição de arquivo, uma rede de difusão que faz retornar enunciados, tornando-os disponíveis. O equívoco que se instaura nesse enunciado advém da palavra resgate, que se relaciona ao *lugar da história* e não ao *lugar de memória*. O *lugar de memória* não resgata obras. Ele trabalha em torno da

⁹⁵ No anexo 1, do DVD encartado, nesse trabalho, há imagens do sobrado, casa dos avós de Érico Verissimo em Cruz Alta.

memória que faz sentido na formação social porque a memória, na perspectiva discursiva, foge ao gerenciamento, esburaca-se e se transforma em rede de sentidos.

Salientamos, nesse texto (fig. 7), as repetições: a imagem de Érico Verissimo, como um processo discursivo não-verbal (pela qual irrompem memórias das formações sociais), a sua assinatura, como um argumento de autoridade. A recorrência da Unicruz e a sua inscrição no eixo da formulação como o lugar do saber. Uma forma de assegurar esse lugar é filiar-se e inscrever-se à memória do escritor como herdeira desse saber, por identificar-se ela própria com o patrimônio cultural que ele é. O objeto deste texto é a “cena”, o “fazer-criar” pela visibilidade e por designações, que nesse texto é: Érico Verissimo é um século de história. Destacamos ainda, que o texto tomado como um evento discursivo constitui um *falar de* e encaminha para o discurso de rememoração/comemoração como o discurso *sobre*.

3.3 A presença e a ausência na constituição do sentido



Figura 8: Placa colocada em frente ao Museu – 2005.



Figura 9: O mesmo lugar – frente do museu – 2008.

A Unicruz assumiu a administração do Museu em 2004, e colocou-se em todos os espaços relativos a ele, como autorizada a ser “o lugar” da organização da memória e da distribuição dos saberes que a constituem. O texto (Fig. 8) da placa colocada em frente ao Museu materializa esse funcionamento. Nela se pode ler:

Trabalhando para preservar a nossa memória

O verbo no gerúndio indica uma ação continuada, que se realiza “sem cessar”, cujo sujeito é a Unicruz. Na imagem, é dado mais destaque para a universidade do que para o Museu. A imagem de Érico Veríssimo sinaliza para o fato de que não é o espaço físico do Museu que está sendo preservado, mas a memória do escritor, como patrimônio, que nesse sentido, significa memória. Pelo contexto sócio-histórico daquele momento e pela história da Fundação Érico Veríssimo, nessa placa, há silêncios, não-ditos que aí significam na forma do silêncio constitutivo, que indica que é preciso não dizer para significar e que uma palavra apaga outras palavras. Expliquemos com mais detalhes essa relação e como já referimos a ela. Na delimitação do tema, enfocamos a fundação do museu, e como ela ocorreu em três tempos diferentes:

- 1. Volta de Érico Veríssimo a Cruz Alta para doar objetos pessoais e culturais⁹⁶.**
- 2. Projeto de Lei de desapropriação do prédio, encaminhado pelo executivo municipal.**
- 3. Em 1969 inauguração do museu, na casa onde o escritor nasceu - primeiro texto trabalhado⁹⁷.**

Do dito anterior, podemos concluir que desde 1969, o museu era administrado pelo Poder Público Municipal. Em 2003, com o falecimento de Mafalda Veríssimo – responsável pelo acervo – o filho Luis Fernando Veríssimo transferiu à Unicruz o poder de administrar a casa. Entendemos que no enunciado “Trabalhando para preservar a nossa memória” irrompe o discurso da não-preservação, do não-trabalho em prol da memória e do patrimônio por parte do poder público de município, que

⁹⁶ Cf. anexo 2 do DVD, encartado nesse trabalho.

⁹⁷ Segundo capítulo (2.1) desta terceira parte.

fora até então, responsável pelo museu e pela memória do escritor. O nosso gesto interpretativo nessa direção sustenta-se no texto (Fig. 9) em que uma fotografia tirada, em 2008, do mesmo local em que estava a placa colocada pela Unicruz, em 2005 (cf. fig. 8) registra a ausência dela. Na frente do museu há o palanque de concreto vazio. A “falta” funciona como “uma presença na ausência” (Courtine, 1999). Mesmo a Unicruz não estando “em presença” naquele espaço, ela continua fazendo sentido lá, mais sentido do que quando se colocava como administradora do museu, como aquela que estava trabalhando para preservar a nossa memória.

Entendemos que os procedimentos de “fazer-crer” funcionam como formas de tornar visíveis objetos e eventos no espaço da cidade. Esses procedimentos são produtivos na construção de evidências, pois simulam a transparência dos sentidos. Destacamos, entretanto, que na perspectiva discursiva nem só o que é visível significa. Para significar e irromper no eixo da formulação não é necessário “estar lá”. A inscrição em um domínio de memória e no interdiscurso – saber não relacionado a sujeitos, lugar onde “fala uma voz sem nome”, (Courtine, 1999) - é determinante para o “fazer-memória”.

Nesse sentido, a memória discursiva “esburaca-se” e se transforma em “paráfrases”, não necessitando que se “trabalhe” para a sua preservação. Tanto Érico Veríssimo como a Unicruz são memórias e se constituem por uma rememoração – um discurso *de* – nos dois sentidos colocados inicialmente nesse trabalho. Os discursos retornam pelos funcionamentos do pré-construído, especialmente pela articulação (sustentação) que irrompe no fio do discurso ou pelo discurso transversal, efeito de atualização que se dá pelo atravessamento de uma memória anterior no eixo da formulação. As repetições decorrem da imagem do escritor, da sua assinatura, da logomarca da universidade e a predominância das cores pelas quais ela se designa.

3.4 Patrimônio: recordação e preservação

A decisão de deixar Cruz Alta era de natureza intelectual. Emocionalmente eu queria ficar. Fosse como fosse, embarquei dois dias depois. Meu tio Americano emprestou-me quinhentos mil-réis – o que me habilitaria a pagar a passagem de trem e o primeiro mês de hotel. Meu futuro sogro teve suficiente confiança em mim para me emprestar uma máquina de escrever portátil. E assim, num certo dia luminoso e quente de dezembro de 1930 lá fui eu (p. 234).

para lembrar é preciso preservar

Érico Veríssimo

"Aos poucos, mas estranhamente, eu me afeiçoava à minha casa - pessoas, móveis, quadros, salas, objetos - sentindo que ela era o meu porto seguro, o meu refúgio, o meu recreio, um mundo muito meu, dentro do grande mundo dos outros".
(Bolo de Clarinete, Memórias I)

Agende sua visita
FUNDÇÃO ERICO VERISSIMO
Avenida General Osório, 380 | Cruz Alta | RS | Fone 55 3322 6442
www.unicruz.edu.br/verissimo

TRABALHANDO PARA PRESERVAR A MEMÓRIA DE CRUZ ALTA, DO RIO GRANDE DO SUL E DO BRASIL.

Figura 10 - Divulgação do museu pela Universidade de Cruz Alta e Fundação Érico Veríssimo.

No eixo da formulação, as imagens que sustentam o dizer. A fotografia funciona como uma memória “presente” e a citação retirada da obra “Solo de Clarineta I”, funciona como uma das destacadas formas de “fazer-criar”. Observemos:

Aos poucos e estranhamente, eu me afeiçoava à minha casa – pessoas, móveis, quadros, salas, objetos – sentindo que ela era o meu porto seguro, o meu refúgio, o meu recreio, um mundo muito meu, dentro do grande mundo dos outros.

A citação acima, constitui um efeito de autoridade, é uma das formas de “fazer-criar”, e nesse texto, ela sinaliza para a representação da casa para Érico Veríssimo, e também para a representação do museu que entra em relação metafórica com essa casa “deve” significar para os cidadãos cruz-altenses. A fala imputada ao escritor, representa-o na ordem do imaginário, mas quem fala é a personagem criada por ele em uma obra de ficção, que apresenta uma versão da vida de Érico Veríssimo. Essa narrativa sofre coerções do próprio escritor, da instituição e também da memória. Há, nela, fatos apagados e outros supervalorizados. O tempo transcorrido entre a escritura e os acontecimentos narrados faz com que eles distanciem-se da realidade, mesmo a imaginária. Além disso, a escolha da citação retirada do texto autobiográfico é da ordem do consciente e encaminha para determinados efeitos de sentido.

Nesse texto (fig. 10), a palavra de ordem é “para lembrar é preciso preservar”, cujo funcionamento, de acordo com o que dissemos anteriormente, é contraditório e instaura o equívoco, pois a memória não necessita de um lugar. Se assim fosse, ela seria o lugar da história. Segundo Nora (1984), o *lugar de memória* é ao mesmo tempo material, funcional e simbólico. Ela é material, como espaço físico, que tem uma função de organizar arquivo, no entanto, para se constituir realmente em lugar, é necessário entrar na ordem do simbólico, representando valores do objeto de comemoração.

A citação que reforça o efeito de pertencimento de Érico Veríssimo à casa e é uma escolha da instituição. Nesse texto, há a supervalorização da casa e isso faz lembrar o que foi esquecido, apagado: a perda da casa, as dificuldades financeiras, a saída da cidade. Essas rememorações reforçam “o sofrimento” com a perda da casa. Com relação ao funcionamento da imagem junto aos enunciados verbais é

importante observar os outros objetos que a compõem: a máquina fotográfica e o olhar “intelectualizado” do escritor.

O lugar de rememoração/comemoração é, nesse texto, o museu e por extensão o escritor, que venceu todos os obstáculos, funcionando na formação social como *objeto a* e *objeto do desejo*, e faz sentido porque suscita nos sujeitos/cidadãos o desejo de ser forte como ele, de vencer na vida como ele venceu e de ser conhecido como ele o foi, tanto na cidade, como em outros continentes. A repetição o constitui como sujeito rememorado/comemorado é a repetição, que significa no interdiscurso como memória e no eixo da formulação, assumindo sentidos outros. Nos jornais, nas placas e nas emissoras de rádio da cidade o enunciado “Cruz Alta: terra de Érico Verissimo” constitui no fio do discurso a repetição e o efeito de pertencimento resulta daí e das versões narrativas do que foi a sua vida e os valores que elas sublinham, isto é: o amor a casa, à família e a sua gente.

Pelo lugar que ocupa na formação social e pela importância dada ao ensino, a universidade desempenha um papel de destaque no discurso em análise. Representa um lugar de autoridade, uma das características para a formulação do discurso *sobre*, que transforma em objeto aquilo sobre o que fala. No contexto comemorativo do centenário do escritor, a Unicruz apropria-se das funções que deveriam ser desempenhadas pelo município. Isto inclui, por exemplo, assumir a administração do Museu Érico Verissimo e colocar-se como porta-voz da formação social. Na maioria dos textos relativos ao centenário (inclusive a divulgação do museu) e nos ritos comemorativos desenvolvidos em 2005 – centenário do escritor – a UNICRUZ coloca-se como responsável pelo que é dito e também pelo que deixa de ser dito.

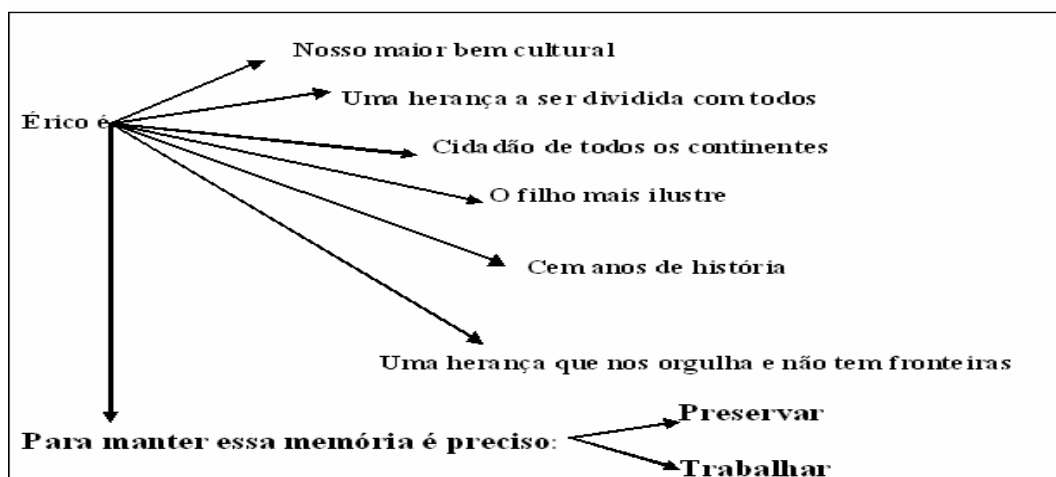
A legitimação dessa apropriação deve-se às determinações sócio-ideológicas da formação social e à inscrição da instituição universitária aos domínios de saber relacionados à cultura e à preservação dessa cultura, que permite a ela dizer ou fazer o que faz. Na FD dominante, a da rememoração/comemoração, a instituição constitui um patrimônio social e cultural da cidade, como referenda a historicidade constitutiva do espaço urbano.

3.5 Unicruz: um espaço de memória

As repetições constituem redes parafrásticas e são constituidoras do sentido. É isso que buscamos retomar nos quatro textos advindos da Unicruz, como um dos lugares que sustentam a rememoração/comemoração. Em todos eles, a Universidade coloca as suas imagens, cores e palavras de ordem. No primeiro texto trabalha com cultura, patrimônio e herança, que são os três sintagmas que recobrem o Museu. É importante destacar que não se trata apenas de palavras, mas de memórias. Essas memórias constituem-se pela rememoração, como discurso *de*, que é da ordem do mais inconsciente. Esse discurso evidencia um sujeito desejante, que se constitui pelo efeito de espelhamento, pelo qual os sujeitos/cidadãos se “vêm” a partir dos efeitos de identificação e representação instaurados por esse discurso. Nesse sentido, os dizeres repetem o mesmo no diferente, constituindo uma rede parafrástica, inscrevendo em um mesmo domínio a cidade e o objeto de rememoração/comemoração.

No segundo texto, a discursividade constitui-se por meio do enunciado “Érico em cena: cem anos de história”. A imagem e a assinatura que se repetem constituem o que chamamos de enunciado-imagem por funcionarem como memórias e por significarem de acordo com as redes de memória constituídas pela filiação dos sujeitos a lugares e posições.

No terceiro texto, a palavra de ordem é “Trabalhando para preservar a nossa memória”. A imagem de Érico Verissimo como enunciado-imagem constitui a repetição. Os óculos é um dos componentes desse enunciado e o filia ao domínio da cultura e da intelectualidade, fortalecendo os traços entre ele e a universidade, como uma recorrência. Esse terceiro e o quarto textos convidam os sujeitos/cidadãos a visitarem o museu, que designamos como o lugar de memória que organiza os dizeres e saberes em torno do escritor. Nesses textos:



Nos textos analisados, retomamos vários funcionamentos discursivos de constituição da rememoração/comemoração como prática discursiva da Unicruz como um espaço de memória. Um dos procedimentos é a definição, cujo funcionamento delimita o alcance do objeto definido. Discursivamente, ela deixa entrever o sentido que escapa, e apesar das coerções instituições promove o cruzamento de discursos, fazendo funcionar no eixo da formulação, domínios de memória de ordens distintas. Nesse aspecto, “os sentidos das palavras, sua definição, não são dados pela realidade natural, mas são construídos num processo discursivo, histórico-social pelo qual os sujeitos se constituem e se relacionam com a realidade, com o mundo”. (Rodríguez-Alcalá, 2003, p. 67).

O gráfico analítico da página anterior possibilita a visualização de como Érico Veríssimo é definido no discurso da Universidade de Cruz Alta e também como a Universidade se define, pois ela se constitui pelo efeito de espelhamento destacado anteriormente. Essas definições visualizadas sinalizam para a representação do sujeito em termos discursivos, e em relação a sua inscrição em domínios de memória, que contribuir para a representação da Universidade, e para a delimitação do o alcance de sua atuação. Entretanto, os sentidos deslizam, e por isso, não se pode tomar os enunciados definitórios em sua literalidade, mas buscar os espaços de memória que eles convocam e os deslocamentos e rupturas que se instauram pelo discurso.

Dissemos que o sujeito no discurso de rememoração é um sujeito desejante e que instaura o efeito de espelhamento, o desejo de ser *igual ou semelhante a*. Nesse funcionamento no discurso de rememoração/comemoração o dizer constitui-

se a pelo sujeito porta-voz, o qual se representa no fio do discurso como “nós”, sinalizando para a posição–sujeito daquele que fala em nome de e inclui nesse dizer os sujeitos/cidadãos do espaço urbano, dando visibilidade aos processos de identificação. Nesse sentido, exerce função de enunciador e de intermediário entre a instituição e a formação social, incluindo-se no discurso e incluindo também os sujeitos/cidadãos pelo pronome “nós”.

4 EFEITO DE ESPELHAMENTO E IMAGINARIO URBANO

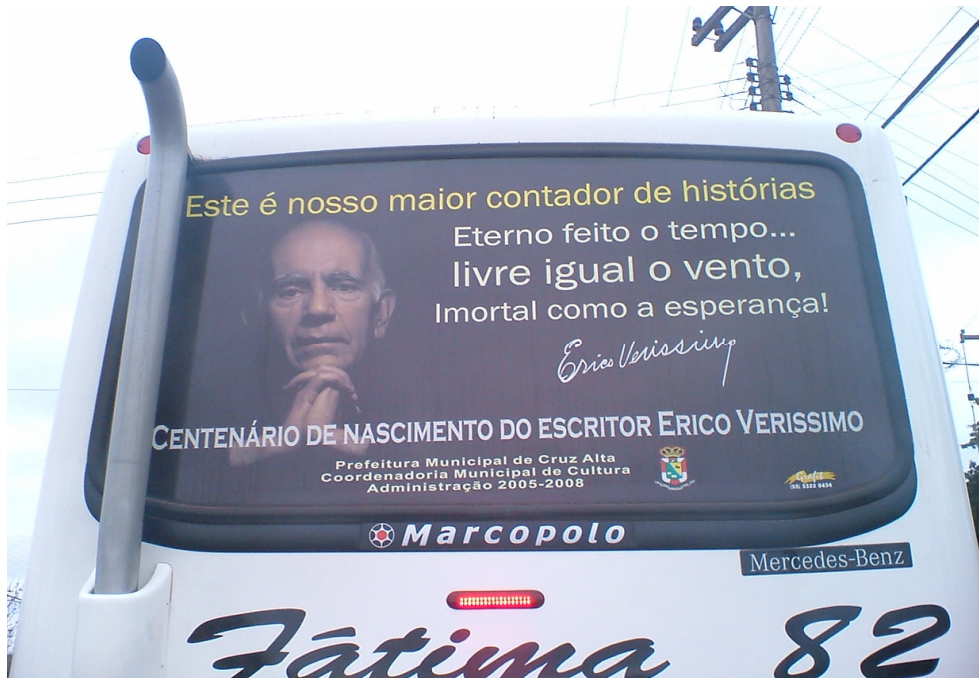


Figura 11- Ônibus que circula pela cidade 2005-2008



Figura 12 - Portal da Prefeitura Municipal de Cruz Alta - 2006.

4.1 O homem do espelho vai às vilas

Antes de ir para a cama, à hora de escovar os dentes junto da pia, encontrei o Outro no fundo do espelho e interroguei-o com o olhar. “Puxa pela memória homem” – respondeu-me ele – “nos teus 20 anos achavas que psicologicamente D. Bega não havia ainda cortado o cordão umbilical que te prendia a ela”... (p. 347)

O Poder Público Municipal planejou e executou, atendendo a interesses institucionais do espaço urbano e da rememoração/comemoração, como lugar de memória e FD dominante, a constituição do museu. Nesse sentido, “trabalhou” para a “criação de sujeito que atendesse à demanda do espaço urbano”, colocando-o em cena no momento em que a cidade perdia espaço para as demais cidades da região e que isso aconteceu quando a cultura do trigo que representava a “fecundidade da terra gaúcha”⁹⁸ entrou em franca decadência e acabou aprofundando as diferenças sociais. Érico Verissimo, filho da terra, escritor de sucesso, membro de família tradicional ocupa esse lugar. Esse processo, no entanto, ocorre aos poucos, como podemos ver no documentário de inauguração do museu⁹⁹.

Inicialmente, Cruz Alta era comemorada como a “terra *de*”, porque nela promoviam-se os “reencontros”. Somente depois da morte do escritor, em 1975, as comemorações em torno do seu nome iniciaram como discurso *sobre*, que num movimento cíclico da memória passou a discurso *de*, fazendo funcionar eixo da formulação a rememoração/comemoração. Nesse período, institucionalizou-se o *slogan* “Cruz Alta Terra de Érico Verissimo” e foram colocadas placas em todas as entradas da cidade, identificando-a como a “terra *de*”.

No ano anterior ao centenário de Érico Verissimo (2004), houve uma ruptura no cenário político da cidade de Cruz Alta. A estabilidade rompe-se e instauram-se novos sentidos. De acordo com as memórias de Érico Verissimo, a cidade sempre foi “um burgo republicano”, isto é, estava do lado da ordem instituída e continuou assim. No entanto, em 2004, o Partido dos trabalhadores (PT) venceu o pleito municipal e assumiu a prefeitura em 2005. Com isso, o Érico Verissimo rememorado/comemorado até então não é mais o mesmo: o poder público acrescentou ao personagem outros valores, relacionados à ideologia do Partido. Dois acontecimentos marcam esse novo período: a primeira é a retomada da

⁹⁸ Cf. anexo 1, capítulo 2, do DVD.

⁹⁹ Anexo 1, capítulo II do DVD, encartado nesse trabalho e que analisamos no capítulo 2, item 2.1 desta terceira parte.

administração do museu pelo município, em 2005 – ano do centenário. A segunda foi o redirecionamento nos ritos de rememoração/comemoração do centenário do escritor, aproximando o sujeito rememorado/comemorado dos sujeitos/cidadãos que não se identificam com os valores representados pela Universidade, porque estão fora dela, constituindo aqueles que Orlandi define como o “excesso”, como aqueles que se caracterizam por ocupar o não-lugar, mais precisamente, como os sujeitos que ocupam as vilas e periferias da cidade e ficam nas margens.

Podemos dizer que houve um deslocamento na circulação e formulação dos textos advindos do Poder Público Municipal em 2005. A universidade divulgava o centenário e o escritor através de *folders*, *outdoors* e publicações nos jornais (**Diário Serrano** e **Zero Hora**, este último de circulação estadual, também por meio de espetáculos teatrais apresentados nas cidades vizinhas, conforme texto (fig. 7). Esse material de divulgação não atinge igualmente aos sujeitos da formação social: os cidadãos que vivem nas vilas não têm acesso a ele, e por isso, ficam alheios aos ritos comemorativos. O poder Público, em parceria com a empresa de transportes Urbanos Nossa Senhora de Fátima colocou em dois ônibus da sua frota um painel com uma imagem de Érico Verissimo e enunciados que remetem à obra **O Tempo e o Vento**, (conf. fig. 11). O deslocamento a que nos referimos é que o sujeito que constitui o imaginário urbano sai do papel e vai para a vila. Os sujeitos/cidadãos da periferia podem vê-lo e “se ver” na imagem dele, que os representa, não mais como filho de família tradicional e rica, mas como *o maior contador de histórias*. O enunciado que recortamos é então:

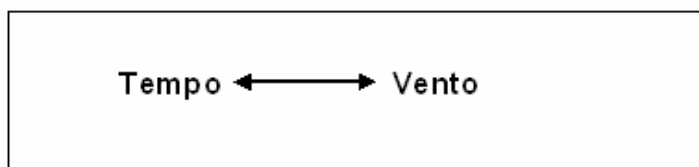
Este é nosso maior contador de histórias

Esse enunciado representa um deslocamento importante, pois Érico Verissimo, como objeto de rememoração/comemoração, vinha sendo até então, representado pela sua relação com a Casa, nos termos em que DaMatta a relaciona aos privilégios advindos das relações familiares. A partir desse deslocamento alcança as ruas - espaço público – e passa a ser representado como “cidadão”, como aquele que está sujeito ao exterior, o que está fora da casa, o exterior. O pronome “este” constitui, junto com os enunciados-imagem que retoma o escritor (imagem e assinatura, f. 11), o efeito de sentido de presença, de reforço, de participação, de pertencimento.

Nos textos veiculados pela Unicruz, o escritor representava o intelectual, sempre com os óculos ou uma caneta, na mão, e às vezes, acompanhado da máquina de escrever. Nesse enunciado-imagem, ele não tem nenhum objeto na mão que o inscreva aos domínios da intelectualidade. Por esse enunciado constitui-se a simulação de um “olhar” sobre o espaço urbano. Esse efeito de presença ocorre também pela altura do ônibus e pelo local onde está o texto: no vidro de trás do ônibus. É como se Érico Veríssimo estivesse sempre “vendo” os conterrâneos e eles estivessem “se vendo nele”, materializando o efeito de espelhamento, que se repete também em outras materialidades discursivas.

Além do “este” e dos enunciados-imagem constituídos pela fotografia e assinatura, destacamos o a designação “O contador de histórias”. Ser contador de histórias não significa ser erudito, pelo contrário, o “contador” aproxima-se dos sujeitos-interlocutores. As histórias “contadas” remetem ao popular pela estrutura simples e pela aproximação com a oralidade. É o falar do povo. Esse enunciado aproxima o escritor das camadas populares e faz irromper no fio do discurso a história da cidade, aproximando-a das cidades fictícias de **O Tempo e o Vento**, especialmente de Santa Fé.

Essa aproximação ocorre pelo atravessamento do discurso por outros discursos. Esse efeito decorre do funcionamento do interdiscurso pelo efeito do discurso transversal em que discursos se atravessam e fazem retornar os valores constitutivos do gaúcho, o qual está representado ficcionalmente na trilogia em que a saga da família Terra-Cambará participa de acontecimentos históricos que envolvem o Rio Grande. Por esse atravessamento são representados alguns fatos da história do Rio Grande do Sul, como traços de identificação entre os sujeitos ficcionais e os sujeitos da cidade. A entrada da obra ocorre pelas palavras:



Esses dois sintagmas remetem à obra, e nesse texto, definem o escritor, constituindo traços ideológicos que relacionam o partido político que administra a cidade e os sujeitos/cidadãos urbanos, especialmente os da periferia. Observemos os enunciados constitutivos dessa materialidade:

**Eterno feito o tempo ...
Livre igual o vento,
Imortal como a esperança!**

Nesses enunciados funcionam outras memórias, que se inscrevem em outros espaços discursivos e encaminham para a naturalidade, *o toma lá dá cá* do mundo empírico, mas que faz sentido para os sujeitos que se contra-identificam com os rituais desencadeados pela rememoração/comemoração, como lugar de memória e como FD dominante, que dão visibilidade a valores que não os constituem. Para eles, a memória do escritor representa o que eles não têm, mas gostariam de ter: prestígio, riqueza, sucesso.

A contra-identificação ocorre, porque nesses segmentos da formação social, o sucesso é visto como natural para os filhos de famílias tradicionais, e impossível de ser alcançado pelos segmentos menos favorecidos socialmente. Essa reflexão permite pensar que “todos”, designados pela UNICRUZ (Fig. 6), inclui os sujeitos da que se identificam com a cultura escolarizada e têm acesso ao “mundo da escrita”. Vemos aí, outra vez, o funcionamento do sujeito desejanter, que se constitui pelo efeito de espelhamento, isto é, os sujeitos vêem no outro o ideal de eu. Mas o que eles vêem no espelho (ônibus) é uma figura de serenidade, de perenidade, de liberdade e de imortalidade. Esses valores constituem o escritor como *objeto a* e *objeto do desejo* dos sujeitos que se filiam à FD da rememoração/comemoração, que é nesse discurso o *lugar de memória* no discurso como prática discursiva. Não se trata de uma falta materializada, mas daquilo que o personagem (Érico Veríssimo) representa.

O discurso *de* – a rememoração – remete à dimensão não-linear do dizer, ao interdiscurso e retoma o lugar do já-dito e significado em outro tempo e lugar. Nesse sentido, dizemos que o discurso *de*, é da ordem do mais inconsciente, porque não há como controlar os espaços de memória que ela trabalha e os espaços de memória que convoca. Ela estabiliza o dizer, mas ao linearizar-se no fio do discurso, como discurso *sobre*, ancora-se em uma memória anterior e aí e as repetições instauram a polissemia, o novo, o diferente no mesmo. O discurso *sobre*, mesmo

sendo da ordem do mais consciente, constitui-se na tensão entre o já-dito do interdiscurso e o dito no eixo da formulação. O dizer re-inscreve-se no intradiscurso pelas filiações interdiscursivas. Essa re-inscrição é determinada pelos domínios de memória por meio dos lugares, que atualizam a memória discursiva e facilitam a interpretação/compreensão da materialidade textual como discurso. Dizemos que quem assina o texto responde pelo que é dito, mas não pelos sentidos instaurados, esses resultam do trabalho da memória discursiva, lugar de funcionamento da memória e da atualidade.

Há três inscrições nesse texto (fig. 11): a Empresa de Transporte Urbano, a Administração do Município e a Coordenadoria Municipal de Cultura. Esses lugares são sobredeterminados pela “Administração 2005-2008”. O brasão oficial do município de Cruz Alta funciona como marca de responsabilidade pelo que é dito, e traz para o fio do discurso a cidade como instituição, como um órgão independente de partidos políticos. Não há a inscrição do Partido dos Trabalhadores no discurso. No entanto, pelo funcionamento do pré-construído como discurso transversal, irrompem discursos vindos de outros lugares, que se filiam ao redirecionamento dos ritos comemorativos à ideologia do Partido Político, que assumiu a administração municipal. Por esse discurso, que irrompe no eixo da formulação, o pré-construído pelo efeito do discurso transversal a memória que recobre os governos e as ideologias dos governos populares irrompem no fio do discurso, especialmente pela inclusão das camadas populares e na defender do direito delas terem acesso aos bens culturais. Nesse sentido, Érico Veríssimo vai às vilas, enquanto objeto cultural, que é. Quando o discurso tem origem na universidade, esse bem cultural é de outra ordem e não afeta a todos igualmente, como destacamos anteriormente.

4.2 Na casa do povo: o contador de histórias

O texto (fig. 11) que circula no ônibus, desde 2005 sinaliza para a mudança, pois como dissemos “o homem do espelho vai às vilas”. É possível compreender as razões dessas mudanças, as quais destacam o Poder Público Municipal e não as marcas do PT, como partido político ou da Universidade como o lugar da cultura ou o Museu como o lugar que organiza a memória do escritor. Esse texto volta no texto

veiculado pelo Poder Público Municipal (fig. 12). O suporte material onde esse texto circula é o portal da Prefeitura Municipal, que representa, na ordem do imaginário, “a casa do povo”. Nesse aspecto, na ordem do imaginário, o escritor ocupa o lugar “da esquerda” .

O suporte material é um *banner*. Os enunciados verbais são aparentemente os mesmos dos veiculados pelo texto anterior (Fig. 11). À primeira vista, parece ser o mesmo texto. No entanto, não é assim. Em primeiro lugar, porque mesmo que os enunciados verbais fossem idênticos, e a disposição gráfica das imagens também, o texto não seria o mesmo porque mudaram as condições de produção e os sujeitos do discurso. Entre as diferenças está o efeito de espelhamento no texto que circulou no vidro do ônibus. Nesse segundo texto, não há nem espelhamento, nem a circulação pelas ruas da periferia, o texto está um espaço estático, que significa pelas filiações e pelos domínios de memória que convoca, até porque o prédio da prefeitura é um dos objetos culturais da cidade.

Além disso, esse *banner*, ao ser colocado no portal da Prefeitura coloca em um mesmo espaço os sujeitos/cidadãos da cidade e o escritor, que é, na ordem do simbólico e do imaginário o objeto do desejo deles. Esse funcionamento discursivo constitui efeitos de sentidos de filiação identitária entre aqueles que administram o espaço urbano, os sujeitos urbanos e o objeto rememorado/comemorado. Nesse segundo texto, há também o funcionamento do sujeito porta-voz que se delega o “direito” de falar em nome *de* por meio do lugar político. A filiação política presente nesse texto, cuja responsabilidade é delegada ao porta-voz e que não está no texto anterior é:

Reescrevendo a história.

Nesse texto (fig. 12) funciona juntamente com este enunciado, como vestígio do discurso político e da ruptura com a estabilidade do acontecimento comemorativo, o brasão do município, que não é o oficial, mas o que identifica o Partido Político que administra a cidade. No texto (fig. 11), que circulou no ônibus urbano, o brasão utilizado é o oficial, aquele que aparece nos documentos expedidos pelo município oficialmente, independentemente do Partido Político que

está no poder. No brasão oficial estão representadas a agricultura (trigo: cultura de destaque na cidade) e a pecuária, e no brasão utilizado pelo PT, a cidade de Cruz Alta é representada pela cruz, que designa a cidade e a história dela. Essa cruz está colocada no lugar mais alto da cidade, no planalto, e representa a posição espacial de Cruz Alta. As cores destacadas nele são o amarelo (que representa o trigo) e o vermelho (cor do Partido dos Trabalhadores). O enunciado destacado anteriormente “Reescrevendo a história” sinaliza para a mudança, a qual inclui fatos relativos à memória enquanto história da cidade. Reescrever remete a uma nova interpretação, inclusive das questões sócio-político-históricas do município, talvez da memória, objeto de rememoração/comemoração e dos espaços discursivos que ela faz funcionar.

A circulação desse texto no portal da Prefeitura sinaliza para a entrada dessa memória na vida pública. No entanto, essa entrada rompe com o estabilizado, e ocorre por uma re-escritura da história. O que é ressaltado pelos enunciados que se repetem é a imortalidade, a liberdade e a esperança. Essas três palavras, juntas, remetem para a história do Rio Grande do Sul, que é constituído por lutas pela liberdade e pela esperança, que vem dos revolucionários, daqueles que não se filiam a partidos políticos, mas à revolução e à resistência que possibilita a transformação.

É relevante, nesse funcionamento, a atuação de um partido político na rememoração/comemoração e a posição do *banner* no portal da prefeitura. A re-escritura da história pode estar ligada a essa entrada do PT, mas pode também remeter ao próprio Érico Verissimo, e ao que ele representa na/pela cidade. Esse discurso institui um rompimento com os valores rememorados/comemorados, especialmente “a mansidão”, presente na primeira materialidade analisada. Por último, destacamos que o verbo “re-escrever” está no gerúndio, e isso traz para o eixo da formulação o efeito de sentido de trabalho incansável, continuado.

Em relação a este texto (fig. 12), salientamos a posição dos enunciados e das imagens destacam-se a cidade e o escritor, que no eixo da formulação desencadeiam o efeito de sentido de uma disputa por lugares. Além disso, há que se referir ainda à disputa pela administração entre o Poder Público e a UNICRUZ. As práticas discursivas do poder público sinalizam para isso. O primeiro indício foi a retirada da placa da Unicruz da frente do museu. A segunda foi o texto colocado no ônibus (fig. 11), que sinalizou a popularização do centenário. A terceira foi a

colocação do *banner* na prefeitura. Estas práticas discursivas constituem formas de marcar o lugar, a posição em relação à lembrança/comemoração.

4.3 O funcionamento da mídia

Elegemos a Mídia como o quarto funcionamento do *lugar da memória*, como o lugar da atualização de saberes e de dizeres. Este conjunto de textos é constituído por quatro peças publicitárias. Entendemos, que pela distância temporal em relação ao eixo da atualidade, essas peças publicitárias constituem discursos *de* e funcionam como memória. Trata-se de textos publicitários não-institucionais em que o escritor e a sua obra funcionam como argumento para “fazer-criar”. Pensamos nos procedimentos de constituição de Érico Veríssimo como uma marca, utilizada como força midiática para divulgar espaço na TV a cabo, nos prédios e na própria cidade de Cruz Alta como “a *terra de Érico Veríssimo*”.

A partir de 1969, o nome Érico Veríssimo começou a aparecer na Mídia e uma das razões disso foi a compra da casa em que nasceu pela Prefeitura de Cruz Alta e a transformação desta em Museu. Outra razão, a partir de 1975, foi a inscrição do escritor e da cidade no interdiscurso como se um e outro fossem o mesmo pelo processo metafórico. Por este processo, ocorre a substituição de um objeto empírico pelo outro. Um dos procedimentos de constituição dessa aproximação foi o mobiliário social em torno do seu nome, de suas obras e de seus personagens, dando a ele espessura material e tornando-o visível, como uma marca¹⁰⁰, que talvez identifique e signifique homogeneamente os cidadãos da cidade, de tal forma que quem chegar à cidade perceba logo, que essa é *a terra de Érico Veríssimo*.

Segundo dados da NPC Publicidade e Propaganda, agência de Cruz Alta, esse processo teve início quando a Arauto Publicidade, de Porto Alegre, dirigida por João Firme de Oliveira, responsável pela conta da Feira Nacional do Trigo (IX Fenatriga), convidou Érico Veríssimo e sua família para vir a Cruz Alta. O objetivo do

¹⁰⁰ Segundo os publicitários Denise e Newton Cullau, em palestra em que abordam a força midiática de Érico Veríssimo em Cruz Alta, a marca, nos domínios da publicidade e propaganda, ultrapassa a simples representação gráfica de uma empresa, produto ou serviço. Ela serve como intermediária ou facilitadora das escolhas dos consumidores, funcionando como um comparativo indiscutível entre as opções disponíveis no mercado. Com isso, agrega valor ao produto.

convite foi colar o nome do escritor ao evento e chamar a atenção do público. a imagem do escritor, sujeito empírico funcionou nesse evento, como sujeito porta-voz da cidade, dono da terra. Um dos efeitos de sentido do nome do escritor como marca foi a popularização do seu nome. Segundo Cullau, na palestra proferida em 2004, na Unicruz, o escritor é uma marca sólida e bem estruturada para *vender* a cidade.

Nesse tempo, Érico Verissimo era apenas um cidadão, filho de Cruz Alta, de quem a cidade se orgulhava. O fato de ser um escritor de sucesso ajudava na consolidação da sua imagem. O discurso que se atravessa e ressoa no eixo da formulação é o da família, da casa na cidade. Antes de ser escritor de sucesso, ele era filho de família tradicional, conhecida e destacada na cidade. Nos textos publicitários, o nome do escritor nem sempre é explicitado. A referência a ele se faz por meio de objetos: o museu, a porta do museu, ou por referência à obra. Nessa perspectiva, a trilogia **O Tempo e o Vento**¹⁰¹ é a mais citada pela Mídia. Destacamos, nesse espaço, apenas quatro peças que ilustram a constituição do imaginário urbano pela Mídia, o objeto de rememoração/comemoração e os domínios de memória que funcionam no discurso.

¹⁰¹ A obra “O Tempo e o Vento” e as memórias que ela suscita irrompe como um conhecimento da ordem do “sempre-já significado” nos textos analisados. Entendemos ser importante referir que Érico Verissimo, ao nomear a trilogia, construiu outro texto, no qual busca relacionar Continente, Retrato e Arquipélago. Denominou a primeira parte da trilogia, composta de dois volumes, de *O Continente*, representando o todo das formações discursivas constituídas pela obra. Em *O Retrato* (dois volumes) traça um perfil do espaço, através de duas famílias: Terra e Cambará. A última parte da trilogia, *O Arquipélago*, compõem-se de três volumes, referido à composição da sociedade em muitas ilhas, que se transformam em um arquipélago – conjunto de ilhas. Com isso, aglutina o individual (sociedades diferenciadas) ao social.

4.3.1 Discurso transverso: O Tempo e o Vento

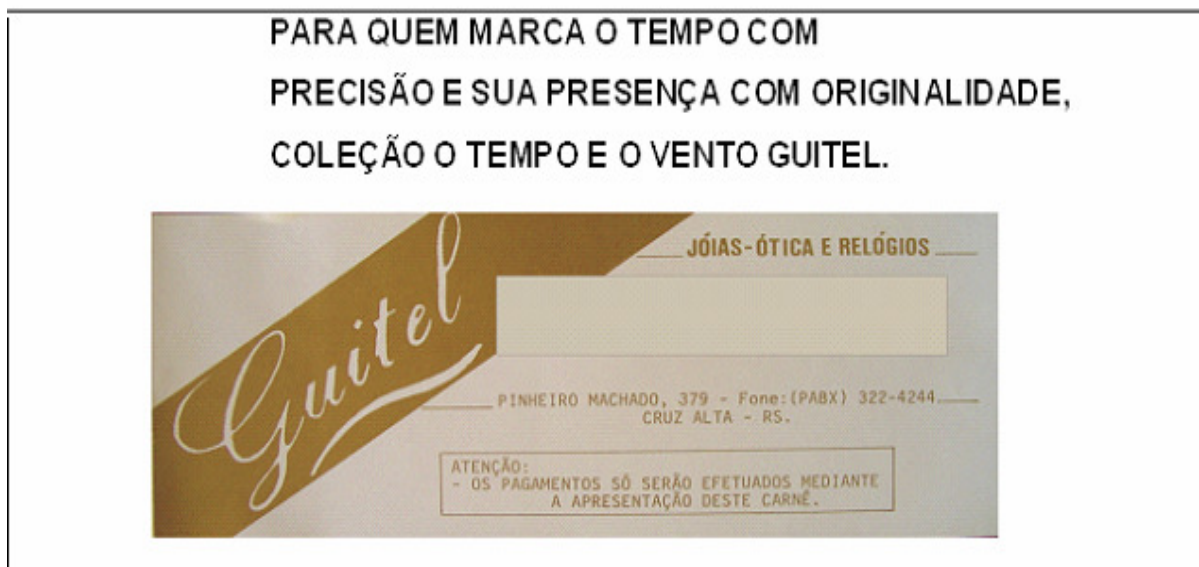


Figura 13 - Peça publicitária desenvolvida pela agência NPC, de Cruz Alta, para divulgar a coleção de relógios Guitel.

A atuação da Mídia em torno do nome de Érico Verissimo constitui-o como personagem na cidade de Cruz Alta, quando ainda era vivo, e depois de sua morte, esse processo intensificou-se. Um dos procedimentos dessa transformação foi o mobiliário social que lhe deu visibilidade, e o legitimou como “filho da terra”. A Mídia passou a utilizá-lo para vender os mais diferentes produtos: apartamentos, seguros de vida, TV a Cabo, Relógios, dentre outros. Destacamos a peça publicitária dos relógios Guitel, de 1982, quando a NPC, agência Publicitária recém chegada em Cruz Alta, lançou a coleção de relógios de mesmo nome. Essa coleção foi designada **O Tempo e o Vento**, nome da trilogia que começou a ser publicada em 1948, talvez não com referência explícita à obra, mas como um enunciado que se repete e constitui uma rede parafrástica em torno dele. Da peça publicitária destacamos o seguinte enunciado:

Para quem marca o tempo com precisão e a sua presença com originalidade, Coleção o “O Tempo e o Vento” Guitel.

O Tempo e o Vento é o nome da trilogia escrita por Érico Veríssimo no período que vai de 1939 a 1962. No ano em que esta peça publicitária foi veiculada a Rede Globo de Televisão (RBS) apresentava, em forma de minissérie, a adaptação dessa obra. É por esse viés, que ela se tornou conhecida. O apelo publicitário dirige-se àqueles que executam atividades com precisão e se apresentam com originalidade. O discurso que se atravessa aqui, em primeiro lugar, é o do apelo da Mídia e a forma como ela interpela os sujeitos, seduzindo-os por aquilo que é importante na FD a que eles estão assujeitados.

Como o sentido depende da filiação do sujeito a redes identitárias e a domínios discursos distintos, não há como determinar o sentido dos enunciados ou que discursos irrompem no eixo da formulação. Marcar o tempo com precisão e a presença com originalidade significa diferentemente, dependendo dos sujeitos e das formações discursivas a que esses sujeitos se filiam. Pode mesmo ser interpretado como característica negativa, que designa pessoas preocupadas em excesso com a pontualidade e com a originalidade. Outra interpretação possível pode estar colada ao nome Coleção de Relógios, a sentidos já-ditos e significados pela obra do mesmo nome. Por essa possibilidade, o tempo histórico recoberto pela obra e os gaúchos representados nela poderiam recobrir a pontualidade e a originalidade pela forma como se constituem. Outra possibilidade é tomar o tempo e o vento como forças da natureza que não se esgotam.

O deslizamento de sentidos e as rupturas com o lugar comum e os sentidos já dados recobrem também o tempo e o vento na obra do escritor, os quais nem sempre tiveram valor positivo. Bibiana, uma de suas personagens mais importantes da obra, em noite de vento diz: *Noite de vento, noite dos mortos*. O próprio escritor, em suas memórias, refere-se ao medo que tinha do vento. Discursivamente, entretanto, as palavras significam pela inscrição em redes parafrásticas e de memórias. O tempo e o vento podem inscrever-se e ressoar pelo discurso religioso, por exemplo, nos textos do Eclesiastes, utilizado por Érico Verissimo na obra “O Continente”, o que os relaciona à inexorabilidade do tempo e ao efeito arrasador do vento.

Esse deslizamento de sentido decorre do gesto interpretativo do sujeito enunciativo, que ressignificou essas duas palavras, dando-lhes outros sentidos, de acordo com o lugar de onde fala e a formação discursiva a que pertence, além disso,

o sujeito enunciador atende, imaginariamente, às expectativas daqueles a quem se destina o texto.

Na peça publicitária a que nos referimos, não é a obra de Érico Verissimo que está em questão. Muitos dos sujeitos-interlocutores deste discurso não a leram. Um dos fatores determinantes para a não-leitura é a extensão dela. As palavras “tempo e vento” dão visibilidade a Érico Verissimo e o recobrem pelo funcionamento do interdiscurso, como pré-construído em que discursos se atravessam, trazendo a obra do escritor para o eixo da formulação. A motivação para usá-las em uma peça publicitária em que há a busca pela adesão do sujeito/leitor/consumidor decorre de dois fatores: da memória do escritor em Cruz Alta e o sucesso da Trilogia. A emergência da cidade em criar uma memória que se pudesse ser um patrimônio para com ela identificar-se fez com que, no imaginário popular, *o filho de Cruz Alta*, se constituísse em sujeito idealizado. Nesse aspecto, tudo que refere a ele é sucesso ou está fadado ao sucesso. O *tempo* e o *vento*, como fenômenos da natureza, representam na ordem do simbólico, o inexorável, aquilo que ninguém pode deter. Nesse sentido, a relação tempo-vento/Érico Verissimo constitui processo de idealização dele.

O segundo fator – o sucesso da trilogia **O Tempo e o Vento** – fez com que a obra também se inscrevesse junto ao nome do escritor, significando pela transferência de sentidos um pelo outro. Assim, vento e tempo remetem ao escritor, mas nem sempre pelo conteúdo da obra, mas pelo sucesso dela, que ficou conhecida por representar a história do Rio Grande do Sul e a saga da família Terra-Cambará, que remete à origem das famílias gaúchas. Em relação à família, pode ocorrer uma relação parafrástica que relaciona a família da ficção e os valores que a constituem as famílias do espaço urbano. Por esse viés, é possível visualizar uma rede parafrástica: pertencer a uma família, a uma casa, e estar relacionado a essa família constitui, com frequência, um argumento de autoridade para o que é dito. Em relação à família, a pontualidade e a originalidade constituem valores sociais.

Pode-se dizer com isso, que é pela linguagem que as palavras *tempo* e *vento* significam, mas é pela memória discursiva, que elas são dotadas de sentidos outros. É pela memória histórica que elas significam em Cruz Alta como ligadas a Érico Verissimo. Essas palavras são enunciados que retornam, e isso ocorre pela inscrição da obra do escritor a uma rede parafrástica, ligada a domínios de memória, como um dos mecanismos que sustenta o *lugar de memória*, em nosso texto, o lugar

da rememoração/comemoração. Pelo funcionamento do discurso transverso discursos provenientes de outros domínios discursivos se atravessam e constituem, no eixo da formulação, o tempo e o vento como argumentos de autoridade.

A atualização dos discursos decorre da constituição imaginária tanto do sujeito-objeto, que desencadeia o processo, como do discurso que irrompe e possibilita sentidos outros, relacionados a efeitos do real, que escapam e rompem com a sua linearidade. No entanto, o que tomamos como realidade não é mais do que a construção simbólica de um objeto imaginário, diante da impossibilidade do real poder ser dito e significado. O sujeito, tomado pela ilusão de ser origem do dizer, esquece que as palavras só têm sentido quando historicizadas e que o sentido relaciona-se tanto à regularidade, às repetições que constituem a estabilidade dada pela inscrição a uma rede de memória, quanto pela ruptura, que instaura o novo.

Inscrevem-se, nesses textos, vários domínios discursivos: o do tempo (relógio), o do comportamento social (precisão e originalidade), a passagem da vida (relação tempo e vento) e Érico Veríssimo pela obra. Outro domínio discursivo é o da religião, pelo discurso bíblico que irrompe no fio do discurso. A definição, como dos procedimentos de “fazer-criar” e como um processo lingüístico que busca delimitar o sentido e a atuação do objeto definido, na ordem do discursivo vaza, rompe-se e instaura o novo. No entanto, isso não ocorre de forma estanque, mas em relação aos domínios discursivos inscritos no dizer. Assim, nesse texto publicitário, define-se quem pode usar esses relógios: aqueles que marcam o tempo com precisão. Os relógios, por sua vez são aqueles que, pela sua relação com **O Tempo e o Vento**, duram e que talvez, tenham tradição.

Para concluir a leitura que realizamos em torno do texto publicitário tomado como objeto, salientamos que os sentidos e relações que vislumbramos não são os únicos possíveis, posto que o gesto de leitura depende do lugar do sujeito leitor e das interpelações e atravessamentos que o constituem. Em relação à rememoração/comemoração, podemos dizer que esse texto, nos dias atuais, funciona como rememoração, o discurso *de*, como a possibilidade de atualizar o alcance e a influência de Érico Veríssimo no espaço urbano, bem como o imaginário que o constitui nesse espaço. O texto pode ainda, dar visibilidade ao processo discursivo dessa rememoração e aos deslizamentos na constituição desse sujeito, bem como aos espaços de memória que ele fez trabalhar no passado, constitutivo da rememoração e faz trabalhar naquela atualidade, no espaço da comemoração.

4.3.2 Redes parafrásticas: traços de pertencimento e identificação

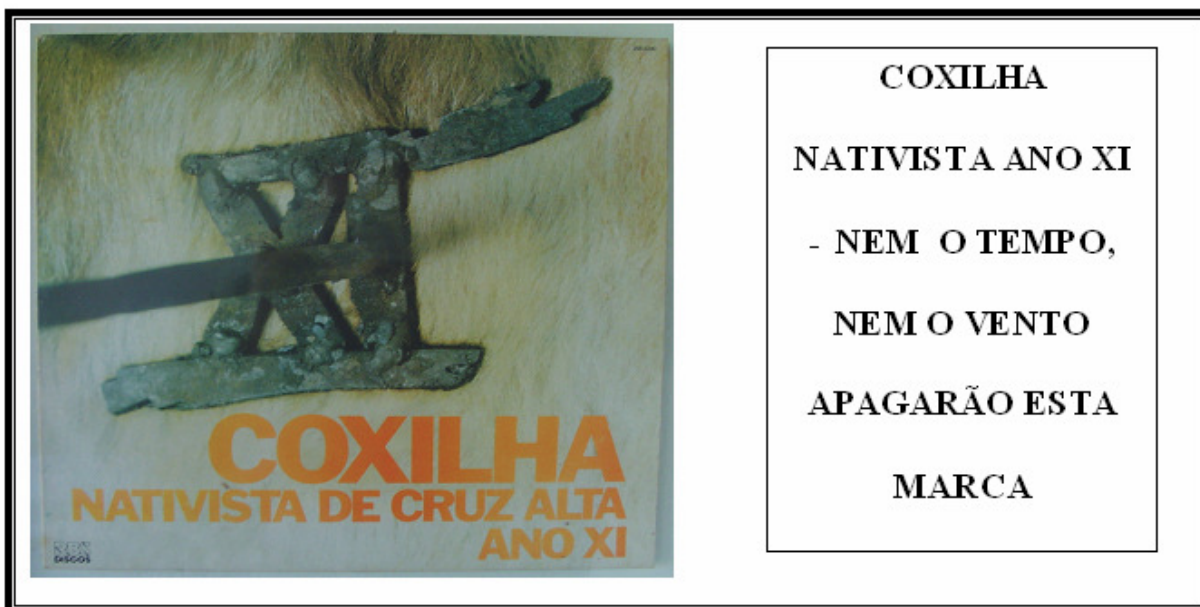


Figura 14 - Peça gráfica criada pela Agência de Publicidade NPC, de Cruz Alta, para divulgar a XI Coxilha Nativista - 1991.

Enfocamos a análise do texto materializado na figura 14 pelo contexto sócio-histórico de sua produção, datando-o e relacionando-o ao evento de sua constituição. Esse texto circulou em 1991, e foi produzido pela NPC, agência oficial da XI Coxilha Nativista de Cruz Alta, juntamente com a comissão organizadora do evento, coordenada por Odir Lautert, Flávio Moura e Cezar Zanchi. Segundo os publicitários da agência, a obra de Érico Verissimo foi usada para divulgar a Coxilha, uma festa tradicional na cidade.

Os sentidos sempre podem ser outros, mas o enunciado “Nem o tempo nem o vento apagarão esta marca”, entra em relação parafrástica com o enunciado “Nem o Tempo nem o Vento impedirão a caminhada”, que ressoa da fala da personagem Ana Terra, no texto **O Continente**, primeira parte da trilogia **O Tempo e o Vento**. Com esse mesmo enunciado Doc Comparato inicia a minissérie veiculada pela **Rede Globo de Televisão**, que tornou a trilogia acessível ao grande público, até por que os atores que nela atuaram eram populares na época. Dentre eles, destacam-se: Tarcisio Meira, Lélia Abramo, Glória Pires, entre outros.

Além do texto escrito, foram produzidos cinco filmes em línguas diferentes: português, inglês, espanhol, alemão e italiano inferindo à globalização, que por meio

da língua une povos de diferentes etnias. O cenário é o pampa gaúcho materializado no filme por uma fazenda do Cadeado, aquela que em suas memórias, Érico diz ter pertencido aos Verissimo, especificamente ao seu avô paterno.

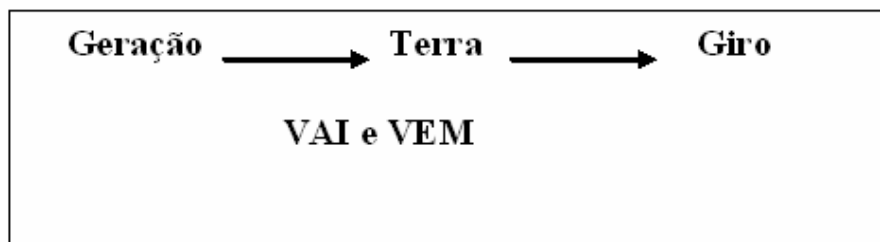
A ligação entre essas duas ordens discursivas decorre da imagem, a partir da qual se visualiza o objeto utilizado pelos estancieiros para marcar o gado com ferro quente e no qual está esculpida, em alto relevo, a marca da estância. O segundo elemento – coxilha nativista - materializa-se pela nominalização. Trata-se da logomarca da festa, que se representa, pela relação da imagem com o texto, o evento.

As palavras *o tempo e o vento* não são tomadas no sentido literal, mas pelo interdiscurso, pelo efeito de pré-construído¹⁰², designam o que remete a uma construção anterior ao acontecimento, ao sempre-já-lá, pelas evidências fornecidas pela ideologia, que significam o que *todo mundo sabe* (Pêcheux, 1997). O enunciado se refere, pelo interdiscurso, à frase com que Doc Comparato, na minissérie da Rede Globo, resume o sofrimento e a esperança de Ana Terra, quando perde tudo, mas resolve continuar e diz: *Nem o tempo, nem o vento impedirão esta caminhada* e também à epígrafe com que Érico Verissimo inicia a trilogia *O Tempo e o Vento*, retirado do, que a seguir transcrevemos:

Uma geração vai, e outra geração vem:
 Porém a terra para sempre permanece
 E nasce o sol, e põe-se o sol,
 E volta ao seu lugar donde nasceu.
 O vento vai para o sul, e faz o seu giro para o
 Norte; continuamente vai girando
 O vento, e volta fazendo circuitos. (Eclesiastes – 1, 4-6)

Há nesse texto, o cruzamento de discursos de várias ordens e se intercalam domínios discursivos que trazem para o discurso o efeito de sentido de durabilidade: a estância – propriedade – rural e a coxilha nativista - música nativa, que identifica o gaúcho. Podemos visualizar também a inscrição da ordem familiar, da tradição pelo discurso religioso que se atravessa a partir do texto bíblico. Assim, observemos:

¹⁰² Para Pêcheux (1997:99), o pré-construído é a condição formal de um efeito de sentido cuja forma material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre “ dois domínios do pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro, sob a forma de que chamamos de pré-construído, isto é, como se o elemento já se encontrasse aí.



Essa relação parafrástica faz trabalhar, no texto, o domínio do saber da família que se imbrica ao domínio do religioso. As gerações que vão e vêm fazem irromper o discurso da tradição, ligada às famílias e às sagas. Nesse sentido, a terra pode ser tomada como um “bem” permanente e que passa de pai para filho, apesar dos giros e da passagem do tempo. O vento, nessa perspectiva, poderia inscrever-se na relação das dificuldades que assolam as sociedades, em particular as famílias. Há que se destacar em relação a isso tudo, que as Coxilhas Nativistas inscrevem-se no domínio discursivo da tradição, das gerações e das sagas familiares.

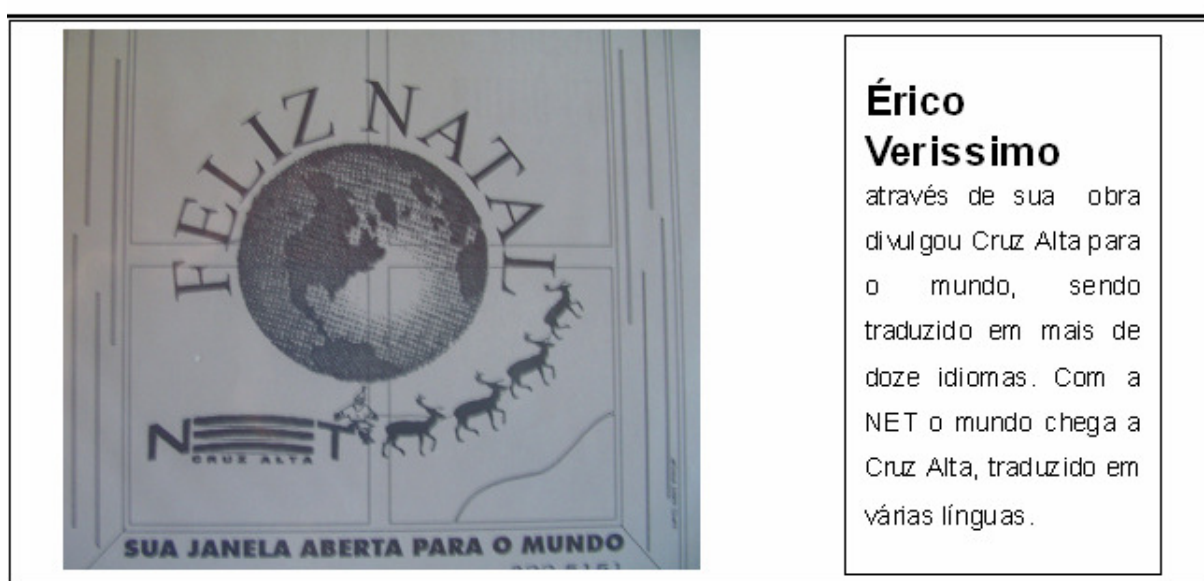
Resumindo, nesse texto (fig. 14) há três efeitos de sentido:

- 1. presença do escritor, orgulho dos cruz-altenses, que traz como consequência a adesão em torno da campanha publicitária;**
- 2. eternização da marca pela transferência de características do tempo e do vento a ela, enquanto fenômeno da natureza e referência à obra, cujo sucesso e o tempo de duração da história a transforma em uma epopéia da literatura brasileira e,**
- 3. popularização da *marca* por ligar a obra de Érico Veríssimo e por trazer à memória um produto da Rede Globo de Televisão.**

Nesse funcionamento, o enunciado-imagem e enunciado verbal complementam-se. A ausência do enunciado faria com a imagem remetesse apenas ao evento, identificando-o, com a coxilha nativista e a marca a ferro, que fica para sempre, sem relação com Érico Veríssimo e a sua obra. A força discursiva, desse enunciado, nas relações de sentido e na inscrição a domínios discursivos não se relacionados apenas à Coxilha Nativista, mas também ao domínio do religioso, como referimos anteriormente. Os sujeitos interpelados pela FD

rememoração/comemoração imputaram a autoria do enunciado “Nem o tempo nem o vento apagarão esta marca” ao escritor. Mas ele é uma criação da Mídia, que se constitui como o discurso que, de certa forma, organiza o imaginário urbano, fazendo com que sentidos “colem” ou não entrem na ordem do discurso.

4.3.3 Érico Verissimo/Cruz Alta: NET



Érico Verissimo

através de sua obra divulgou Cruz Alta para o mundo, sendo traduzido em mais de doze idiomas. Com a NET o mundo chega a Cruz Alta, traduzido em várias línguas.

Figura 15 - Divulgação da TV por assinatura em Cruz Alta, veiculada - 1994.

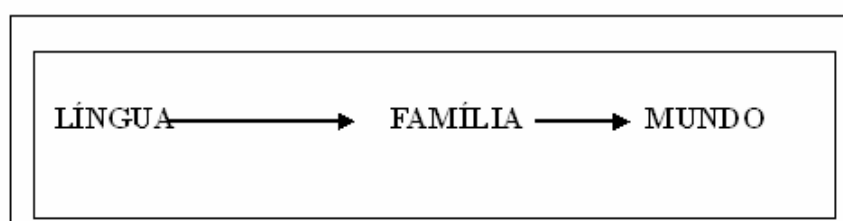
Em 1994, a NET, televisão por assinatura, chegou a Cruz Alta e a agência de Publicidade NPC foi escolhida para apresentar o novo modo de assistir televisão. Érico Verissimo foi escolhido como o tema da Campanha Publicitária, mas desta vez em outros moldes. Deste texto destacamos três enunciados:

- 1. Através de sua obra, Érico Verissimo divulgou Cruz Alta para o mundo, sendo traduzido em mais de doze idiomas.**
- 2. Com a NET, o mundo chega a Cruz Alta, traduzido em várias línguas.**
- 3. NET sua janela para o mundo.**

Esse texto (Fig. 15) coloca no mesmo eixo as obras do escritor, a tradução delas e a NET – televisão por assinatura. Pelo processo metafórico, constitui a possibilidade de esses dois objetos poderem ser substituídos um pelo outro. É como se a tradução de uma obra pudesse aproximar-se da veiculação de programas a partir de outras línguas. A legitimação dessa proximidade realiza-se pela citação do número de traduções em torno da obra de Érico Veríssimo, mas apaga a distância existente entre a constituição do mundo ficcional e a reprodução de programas de televisão.

Ancora-se no movimento do VAI E VEM presente na relação família/geração/terra do discurso religioso e também do discurso familiar. Nesse sentido, a obra de Érico Veríssimo LEVOU Cruz Alta ao mundo e o mundo VEM a Cruz Alta pela NET. Há uma simulação que torna evidentes sentidos que não se aproximariam, não fosse o discurso que a Mídia organiza em relação ao espaço urbano, e cola como se fossem evidentes. Trata-se de um discurso que se pauta em um discurso *sobre*, que por sua vez, constitui-se a partir de um discurso *de*. O trabalho da língua e do discurso têm como centro a ruptura com o mesmo, mas que na verdade, é ainda o mesmo. Não estamos tratando do sentido, mas de procedimentos que instauram efeitos de verdade e que pela citação e definição, constituem efeitos de autoridade.

Intercalam-se nesses enunciados:



A rede parafrástica possível a partir do funcionamento de saberes que advém da língua, da família e do mundo decorre do funcionamento da memória, em que cada um desses domínios constitui-se como uma memória, a qual ao entrar em relação com outra memória instaura sentidos outros, constituindo a estabilidade, pela inscrição a rede de formulações, ou rompem com a estabilidade e instauram novos sentidos. Essas reflexões sinalizam para a possibilidades de realização por procedimentos discursivos, os quais funcionam de acordo com os sujeitos aos quais

o discurso se encaminha. Pode significar pelas relações instauradas a partir do discurso bíblico, do discurso do domínio familiar ou da constituição e funcionamento da sociedade brasileira pela oposição CASA x RUA, ou ainda, pela visibilidade da família Veríssimo. A inscrição à ordem do empírico independe do nosso gesto analítico, mas da interpelação dos sujeitos pela ideologia e pelo atravessamento do inconsciente.

UMA JANELA PARA O MUNDO

A textualidade do enunciado destacado e o seu efeito de sentido decorrem de uma definição que fica subjacente e que limita, satura e instaura a obviedade: A NET aproxima-se da janela, constituindo a abertura para o mundo. A possibilidade de vê-lo, de aproximar uma cidade do interior a grandes centros. A definição, no entanto, assim como os demais procedimentos discursivos desliza do óbvio e possibilita outros sentidos. A simulação aproxima domínios de memória distintos. É como se, assistir um programa de televisão correspondesse a conhecer, pelos programas veiculados, outros países. A legitimação decorrente dessa aproximação apaga a cultura própria de cada país, que desaparece quando se assiste passivamente “programas” de televisão, dissociados do contexto sócio-histórico.

Reforça o equívoco, a falha decorrente da aproximação de duas ocorrências de tradução, até porque em nenhuma dessas ocorrências o mundo é levado ou divulgado, transparentemente. O que se tem, são efeitos de sentido atravessados pela posição enunciativa daquele que utilizou a língua para aquele fim. Diz-se posição enunciativa, porque naquele enunciado, naquele momento, o locutor fala de um lugar (o do publicitário) e daquele lugar o seu dizer está determinado pela formação social: ele precisa mostrar o seu produto, buscando atrair o consumidor. Neste caso, os telespectadores cruz-altenses para os quais Érico Veríssimo funciona discursivamente como *objeto a* ou *objeto do desejo*, portanto, a referência a ele funciona como um argumento de autoridade.

4.3..4 A história e a memória

Na minha casa a peça que mais me atraía e divertia era o escritório de meu pai – que ele pouco usava. Lá estavam seus armários cheios de livros, uma escrivaninha – conhecida solenemente como bureau – com o tampo coberto com um pano verde como os das mesas de bilhar (p. 68).

Cruz Alta

Nós também fazemos parte desta história.
Uma história construída com empenho e trabalho
que se renova com alternativas que visam
a valorização dos 185 anos de Cruz Alta.

Parabéns!

Rua: Voluntários da Pátria, 301
F: (55) 3322 1777 Fax: (55) 3324 5084
E-mail: autopanambifilial@autopanambi.com.br

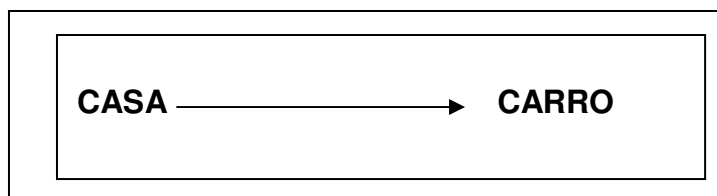
Auto Panambi 

Concessionária Volkswagen para Cruz Alta e região.

Figura 16 - Texto veiculado no jornal – aniversário de Cruz Alta – 2006.

Entre os textos selecionados, chama a atenção um dos textos publicitários veiculados no dia 18 de agosto de 2006 (comemoração dos 185 anos de emancipação política da cidade – no jornal **Diário Serrano**). Nele, há a imagem do museu – que é a casa – o mundo das relações familiares que possibilita a entrada em diferentes mundos. Os carros na frente de uma concessionária de veículos faz irromper a família do escritor, a história dela e a rede de relações que se instauram pelo domínio familiar. Nesse sentido, talvez a imagem do museu, que funciona como um enunciado-imagem não remeta a Érico Veríssimo, nem a sua obra, mas ao prestígio e a história da família Veríssimo na cidade: o prestígio e os privilégios

decorrentes dessa inscrição. O que ancora a possibilidade dessa interpretação é a relação abaixo esquematizada:



Os dois objetos constituem pela relação familiar, isto é, são bens particulares, mas que não são alcançados por todos. Não são quaisquer famílias que podem possuí-los. Nesse sentido, só podem comprar o carro que a agência vende aqueles que possuem tradição, prestígio e uma rede de relações que vá além do privado e se inscreva no público, sem que isso signifique constituir um cidadão comum.

Outra possibilidade de leitura, que não possibilita um rompimento com a FD da família decorre do enunciado que relaciona com a História. Trata-se do enunciado:

Nós também fazemos parte dessa história.

Esse enunciado ancora-se no enunciado-imagem da casa centenária, que por ter sido construída em 1905, ter mais de cem anos, e ser a casa em que Érico Veríssimo nasceu, constitui a memória da ordem do vivido, do estabilizado, do sentido que, segundo Catroga (2001a) faz parte dos museus. Nesse sentido, “ser história” é ter prestígio, é ser merecedor de confiança, é inscrever-se no domínio da tradição, que oferece menos riscos, pela visibilidade dada pela sua inscrição na perenidade.

Por esse enunciado, enquanto parte do discurso que rememora/comemora Érico Veríssimo e o ressignifica, podendo se constituir pelo efeito de memória de uma queixa ou da aproximação cidade X escritor como dois objetos que no eixo das formulações parafrásticas repetem o mesmo. De qualquer forma, a estabilização e a repetição reorganizam a memória e a reinscrevem em outras redes de filiação. Esse enunciado e a relação da memória com a história, entretanto, provoca um deslocamento importante: Érico Veríssimo, tomado pela Unicruz como herança, como cultura, como conhecimento, significa agora como família em relação ao

consumo, ao privilégio, apagando a relação com a cultura, com o domínio do saber escolarizado.

Estabelecendo relações com os demais textos midiáticos analisados, percebemos o reforço desse deslocamento, que chega a se constituir em uma ruptura. No primeiro e no segundo textos, há relação com a obra **O TEMPO E O VENTO** e a partir desta obra a outros domínios do saber, que mascaram a relação com a venda, com o comércio. O mesmo ocorre no terceiro texto, em que a relação obra, língua e mundo encaminham para a cultura, talvez não a erudita, no que se refere à televisão. A relação com a comercialização é mais velada.

Nesse último texto, a relação é clara entre a família, a tradição, a casa e a possibilidade de comprar/vender um carro. Redes parafrásticas constituem e sustentam essa relação, que é reforçada pelo enunciado definitório constituído pelo interdiscurso, no funcionamento do discurso transversal, no qual o discurso da tradição se atravessa e define quem pode/deve comprar um carro. É nesse sentido que lemos o pronome “*nós*”, como a referência àqueles que se identificam com a memória familiar, não só em relação a suas obras e ao sucesso, mas à posição ocupada na formação discursiva. O funcionamento discursivo *do nós* pode significar inclusão ou separação.

Esse texto é um exemplo do movimento em torno da memória histórica que se mantém na cidade em torno do nome Érico Veríssimo. A memória do escritor é constituída por um processo marcado pela contradição. Ele é rememorado/comemorado, visto como história, mas também como uma memória que exclui: é o que os outros gostariam de ser e que constitui o desejo, mas por esse desejo os sujeitos que rememoram/comemoram se desidentificam com a forma-sujeito, pois são excluídos do mundo constituído em torno do escritor. Parte dos sujeitos interpelados por esse lugar busca incluir-se nessa memória, não somente por meio de uma reflexão, mas através de ação para o futuro. O enunciado *nós também fazemos parte dessa história*, destacado anteriormente, ilustra o que dizemos.

Este segundo texto do pós-centenário constitui um movimento do discurso. Entendemos que o que nos outros textos era discurso de comemoração, funciona nesse texto como discurso de rememoração. É o movimento da memória na formação social. Trata-se de um texto publicitário no qual o escritor é tomado pelo interdiscurso e o enunciado “*Nós também fazemos parte dessa história*” o traz para

o eixo da atualidade. Isso ocorre pelo encontro de uma memória – Érico como história – e uma atualidade – o aniversário da cidade em que a Concessionária de carros busca identificar-se à cidade e também colocar-se como memória, assim como Érico Verissimo. As palavras empenho e trabalho – funcionam, de certa forma, como uma contra-memória em relação ao escritor, isso se tomarmos o sentido ideológico do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa tese situa-se entre a Cruz Alta de Érico Veríssimo descrita como “um lugar fora do tempo e do espaço” e “A Cruz Alta hoje: no tempo de Érico Veríssimo”. Estabelecemos relação entre o ontem e o hoje pelo texto autobiográfico **Solo de Clarineta I**, no qual a personagem fala de si mesma e da terra em que nasceu e viveu parte de sua vida. Tomamos esse texto como um discurso *de*, que legitima e sustenta o discurso *sobre* – a comemoração. O escritor, de um lado, descreve a cidade imaginária, enquanto que, as instituições urbanas, de outro, tomam esse discurso, institucionalizam-no e o fazem circular em forma de comemoração.

A rememoração, que entendemos como um discurso *de*, constitui-se como memória e também como discurso fundante. Como memória, tem no passado a matéria-prima que retorna como recordação e funciona juntamente com as noções de comemoração e de *lugar de memória*, cuja função é organizar e sustentar a continuidade do discurso, como discurso fundante pela sintagmatização no intradiscurso de dizeres e saberes que se constituem no fio do discurso como efeitos de verdade e de autoridade. A repetição é um dos mecanismos de institucionalização da memória de Érico Veríssimo, que representa, no imaginário urbano, o *objeto a* (a falta) e o *objeto do desejo* (aquilo que falta), conceitos tomados de Lacan, nos seminários, em que fez a releitura de Freud.

Em relação ao *objeto a*, podemos dizer que o tomamos pela relação com o não-lugar, com a não referência a um sintoma identificável, mesmo sabendo que é uma noção anterior ao sujeito. Por meio dos discursos analisados podemos dizer que o objeto da rememoração/comemoração não é Érico Veríssimo, mas o que ele representa no espaço urbano, por isso o designamos como *objeto a* (o quê falta) e *objeto do desejo* (a razão da falta), sinalizando para os deslizamentos de sentido e para a possibilidade de funcionamento de outros espaços de memória.

Na ordem do discurso de Cruz Alta, a comemoração funciona como um discurso *sobre*, que institucionaliza o dizer e organiza a memória no fio do discurso pelos procedimentos de “fazer memória”. Deslocamos o funcionamento da comemoração e a colocamos para funcionar junto à rememoração no eixo da formulação. O eixo estruturante desse funcionamento é a memória discursiva, como lugar onde a memória e a atualidade se encontram e atuam pela urgência dos sujeitos em comemorar.

Nessa perspectiva, fazemos funcionar também a noção *lugar de memória*, que se constitui pela rememoração/comemoração como o lugar em que se organiza, estrutura e difunde a memória que guarda os vestígios e os traços de identificação entre o escritor e o espaço da comemoração. Nossa análise constitui-se, portanto, a partir de lugares. Delimitamos o Museu como lugar que centraliza os demais lugares, quais sejam: o da Unicruz, o do Poder Público e o da Mídia. Destacamos a rememoração/comemoração como a FD dominante, que determina o que pode e deve ser dito no espaço urbano em torno do escritor, os lugares recortados funcionam em torno dessa FD, que se constitui como o *lugar de memória*, que seria nos termos de Nora, o lugar da crítica, que deveria romper com a celebração.

Nessa perspectiva o Museu representa, em relação a Érico Veríssimo, e ao discurso de rememoração/comemoração a casa, que constitui a passagem do público para o privado e instaura a contradição e ao mesmo tempo reforça as relações entre ele e a cidade. Podemos dizer que o valor do Museu na cidade constitui-se pela institucionalização da memória, pela circulação de objetos pessoais como óculos, boné, livros, desenhos, álbuns de fotos familiares que o representam e aproximam da cidade. Ao mesmo tempo, esses objetos reforçam a relação existente entre a rememoração – como memória – e a comemoração – como a atualidade e legitimam esse discurso e apagam a possibilidade de outros sentidos.

A rememoração e comemoração funcionam ciclicamente, isto é, o que é comemoração passa a ser rememoração e desencadeia outras comemorações como práticas discursivas que se realizam entre sujeitos interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente. Não há, portanto, como circunscrever o início ou o final desse processo e nem exatamente as razões pelas quais ele iniciou ou as razões de sua manutenção ou movimento. No funcionamento rememoração/comemoração irrompem discursos do tempo mais remoto e também

do tempo mais presente, instaurando a repetibilidade, que inscreve o discurso em uma rede de formulações parafrásticas, pela qual a repetição constitui a quebra com a ordem estabilizada e possibilita a polissemia.

Por esse discurso, as instituições buscam inscrever-se no interdiscurso e também no intradiscurso como *igual ou semelhante a*, de forma que um objeto possa ser lido/interpretado/compreendido pelo outro: Cruz Alta por Érico Veríssimo e vice-versa, a obra do escritor por ele mesmo, o mobiliário urbano pelo escritor/obra/personagens ilustres. Esse procedimento materializa-se no fio do discurso pela transferência de traços de identificação de um para o outro. Esse procedimento constitui-se pela idealização do sujeito e pelo seu funcionamento como *objeto a* e *objeto do desejo* e possibilita a abordagem pelo sujeito desejante, da ordem da rememoração e do mais inconsciente.

Delimitamos a relação do sujeito desejante ao discurso de rememoração, pois vislumbramos a relação da constituição da memória do escritor também na imbricação entre a casa e a rua, descritas por DaMatta (1997) em relação ao funcionamento da sociedade brasileira. Não há como não efetuar essa aproximação. No entanto, também não há como ignorar que a rememoração/comemoração em relação a Érico Veríssimo não se restringe à sua privilegiada condição familiar e nem às relações da ordem do privado que se estendem para além da casa. A delimitação realizada foi fruto de uma escolha e de uma reflexão acerca do funcionamento da rememoração e da comemoração, e também da constatação de que a comemoração se sustenta na rememoração e que as possibilidades de sua efetivação passam pela memória em sua relação com o passado, que retorna como recordação e que faz sentido na formação discursiva num tempo tridimensional que se origina no passado, passa pelo presente e constitui o futuro, como o devir.

A rememoração/comemoração, no entanto, implica mais que desejo, mais que família. Ela se efetiva pela identificação, pelas redes de filiações existentes entre aqueles que desencadeiam o processo e o sustentam e o objeto desse processo. Além disso, esse discurso foge às determinações, ao gerenciamento. Apesar de ser institucional, de pautar-se no discurso *sobre*, de discursivizar o objeto por procedimentos relacionados ao “fazer-criar” pelo “fazer-ver” e de assemelhar-se ao discurso doutrinário, os sentidos sempre deslizam, e irrompem no eixo da formulação memórias que as instituições apagam, relegam ao esquecimento.

A escritura desta tese deu visibilidade à dificuldade de encerrar reflexões acerca deste tema. Entendemos que essa dificuldade é fruto da incompletude do discurso como prática de sentidos entre sujeitos, que não se esgota, constitui-se pela falha, pela ruptura e pelos deslocamentos. A característica salutar do discurso, nessa perspectiva, é sua lacunaridade, a partir da qual há memórias que o habitam e que podem ou não irromper no intradiscurso e instaurar novos acontecimentos e com eles novos sentidos.

Antes de encerrar essas reflexões finais e para impedir a repetição do já-dito, destacamos dois deslocamentos em relação a esse discurso. O primeiro diz respeito ao funcionamento do discurso do Poder Público Municipal e à mudança de suporte que levam ao conseqüente redirecionamento do discurso. O enunciado **“Este é o nosso maior contador de histórias”** provoca esse deslocamento e instaura o novo. Ele foi colocado em circulação nos ônibus do transporte público urbano, e Érico Veríssimo, o escritor dos grandes feitos do povo gaúcho, em suas obras de extenso fôlego, que impõem uma certa ordem de leitura e assegura o lugar da erudição, da cultura a ser perpetuada, vai transitar em outros cenários, vai para as periferias, para as bordas da cidade, para os limites do urbano.

Com isso, o discurso da rememoração/comemoração ganha novos contornos pelo movimento dos sujeitos, pelo movimento do dizer, pelo político. Érico Veríssimo, como objeto do discurso entrou em uma outra discursividade, que movimenta a memória instaurada no lugar da tradição para alocá-la no lugar do popular, daquele sujeito gaúcho que conta suas histórias, que conta seus causos, que inventa o cotidiano.

O discurso que se mantinha no eixo da estabilidade, da paráfrase, em geral, instaura o novo. Desde 2005, e até os dias de hoje, os ônibus levam para aos bairros e vilas da cidade uma imagem de Érico Veríssimo que insta à alteridade, movimenta o imaginário do lugar de

“o filho mais ilustre de Cruz Alta”

para o de um ‘popular’

“contador de histórias” - *igual ou semelhante a* _____.

O outro deslocamento refere-se ao da memória de Érico Verissimo em relação à cultura, ao erudito para a ordem do comércio, mostrando que pela relação história x memória reforçam-se as relações da casa e da rua. O texto (fig. 16) aproxima o material CASA X CARRO da história e da memória. No entanto, as demais relações referidas podem ser instauradas, visto que dependem do sujeito-leitor e das suas inscrições nos domínios da memória.

Retomamos aqui nossas questões de pesquisa.

Como o objeto de rememoração/comemoração se constitui no espaço urbano?

Que domínios de memória funcionam nesse discurso?

No que concerne à primeira questão: o objeto de rememoração/comemoração constitui-se no espaço urbano de Cruz Alta pela visibilidade dada a Érico Verissimo e pela repetição que o constitui como um sujeito idealizado, tanto pelas possibilidades de relacioná-lo à tradição familiar, que se sustenta e ancora no Museu, que representa a casa, da ordem do privado que deslizou para o público, como pelo viés do sujeito desejante, que se legitima pela rememoração, que foge à coerções porque é da ordem do inconsciente.

Esse discurso surge pela emergência da cidade em representar-se para dentro e fora dos seus limites como *semelhante* ou *igual a*. Por meio dessas emergências são transferidas para Érico Verissimo as possibilidades de o sujeito vencer na vida, apesar das dificuldades por que passa. Nesse sentido, a determinação sócio-histórica é atenuada.

Em relação à segunda questão, entendemos que esse discurso funciona a partir de domínios de memória mobilizados por instituições, mas que fogem ao gerenciamento delas, pois irrompem no eixo da formulação, memórias da ordem do político (anos de chumbo, silenciamento), da tradição familiar e dos privilégios dessa tradição, em que relações sociais se pautam pela heterogeneidade, pela individualidade e pela diferença; do religioso e também do comércio. Um efeito que sustenta essa memória é o de espelhamento, que ocorre pelo desejo, pela visão do sujeito pelo outro.

Queremos retomar ainda uma questão: a relação do espaço urbano de Cruz Alta com o texto autobiográfico de Verissimo. Dissemos, inicialmente, e reafirmamos

em sua conclusão, esse texto funciona como uma memória em relação ao discurso urbano, pois legitima e sustenta a designação da cidade 'como a terra de'. O texto autobiográfico referenda essa designação, na medida em que o escritor afirma ter nascido na cidade e dela se aproxima. Essa obra pontua relações como Cruz Alta – Santa Fé; casa dos avós em Cruz Alta e o sobrado dos Terra-Cambará, ou seja, o homem do espelho diferencia o que 'é' da ordem 'realidade', e o que é da ordem do imaginário literário.

Encerramos nossas considerações, mas não as reflexões. Repetimos: tomar o espaço urbano em torno rememoração/comemoração é comprometer-se a “olhar” outras cidades, outros lugares e questionar-se: quem é *o objeto a* ou *o objeto do desejo* dos sujeitos? A partir de que nome e de que saberes um lugar se constitui? Que espaços de memória funcionam aí? Desse modo, sinalizamos para a possibilidade de continuar pensando o espaço urbano e as discursividades que o constituem.

POST-SCRIPTUM

CRUZ ALTA: NO TEMPO DE ÉRICO VERISSIMO

“O homem do espelho” na sua autobiografia “desenhou” a cidade imaginária: Cruz Alta. Simulou uma narrativa e um quadro. Nesse quadro inseriu as cores e as imagens da família, da infância, dos sonhos e também dos fracassos, das tristezas. Mas não só isso: desenhou também o futuro da cidade, assim como desenhou o Érico Verissimo que povoa/povoaria/povoará o imaginário da Cruz Alta hoje e talvez a de amanhã.

A cidade tomou essas cores e essas imagens e com elas constituiu, pela prática discursiva, um outro imaginário urbano. Nesse imaginário está o *filho ilustre, o maior bem cultural, uma herança a ser dividida com todos, cem anos de história, o cidadão de todos os continentes*. Construiu também um memorial e nele escreveu a lenda da Panelinha, contada na Cruz Alta de todos os tempos. Imortalizou a professora de matemática de Érico Verissimo, Margarida Pardelhas (nome de uma Escola Estadual na cidade e que junto com a professora homenageia o *conterrâneo ilustre*). A Rua do Comércio continua sendo o eixo da cidade: *liga uma praça a outra*. Com essas cores, os sujeitos cruz-altenses construíram um mobiliário social que dá visibilidade *ao sucesso*, à herança a ser dividida com todos e à cultura. *Faz-ver/faz-criar* os valores rememorados/comemorados, mas busca apagar alguns fatos da vida de Érico Verissimo em Cruz Alta: essa o “Tempo e o Vento” levaram.

A Cruz Alta fora do espaço e do tempo tem o Clube Comercial, Quartéis, duas Praças que cortam a cidade, a casa de Érico Verissimo e a Panelinha de onde vinha a água, para todas as casas. Tem quase dois séculos de história, uma população de oitenta mil habitantes. Representa-se para dentro e fora de seus limites como a “terra de Érico Verissimo”. Ele é uma herança a ser dividida com todos, a herança cultural que talvez ajude a consolidar a UNICRUZ, a Praça da matriz, a Praça Érico

Verissimo, os prédios com o seu nome, de suas obras e de seus personagens, o monumento à Nossa Senhora de Fátima e o Museu, mas não traz o trigo, nem a riqueza. No entanto, mantém o sonho, *o objeto a* e também *o objeto do desejo* – Érico Verissimo.

Nas campanhas eleitorais, nas campanhas midiáticas, nos folders, nos outdoors, nos lugares em que a cidade se significa e é significada é possível ver Érico Verissimo. Ele, entretanto não é um homem, nem um escritor: ele é *o cruz-altense, o filho desta terra*. Tomemos **Solo de Clarineta I** e nela encontramos as duas cidades: a de ontem e a de hoje e talvez uma terceira: a Cruz Alta de amanhã. No anexo 5, do DVD encartado neste trabalho, damos visibilidade à Cruz Alta de hoje, trabalhamos com os procedimentos que “fazem-ver”, mesmo na ausência, que quase sempre é presença.

Pela rememoração/comemoração como prática discursiva de um imaginário urbano, o discurso institucional dá visibilidade ao Érico imaginário, mitológico, sujeito de sucesso, *superdotado, dado à assistência social*. Mas apaga a falta do trigo, a falta de cores, de livros, de sonhos e também, do Érico Verissimo como pessoa, aquele que perdeu a família, a casa e que o tempo levou. Apaga a sua saída da cidade em 1932 e dá visibilidade a sua volta em 1967, quando o museu foi projetado e ele doou fotos, livros e objetos de uso pessoal para ajudar os cidadãos a *lembrar*. Apaga que em 1971 ele foi colocado no lugar de outro bem, que não é cultural, mas econômico e igualmente valorizado na terra: o trigo. Nesse ano, a Cruz Alta de então o colocou no lugar do trigo ou *junto com o trigo?* Convidou-o a voltar à cidade para visitar e prestigiar a “festa do trigo” (cf. figura 17). Esse foi um dos procedimentos inaugurais do “fazer-crer” e “fazer-ver” em relação a esse discurso. “De qualquer forma, ele continua nesse lugar, mesmo que Cruz Alta não seja mais a *Rainha do trigo*, nem a *Capital do Planalto Médio*, a sua compensação é ser a TERRA DE ÉRICO VERISSIMO... E a outra cidade? Talvez *o vento a tenha levado...* e o tempo não a traga mais.



Figura 17 – Érico Veríssimo na Fenatrigó em Cruz Alta – 1971 (vide Anexo 2).

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 2006.

_____; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

ACHARD, Pierre. [et. al.] **O papel da memória**. Trad. de José Horta Nunes. Campinas, SP: 1999.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavo. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AUGÉ, Marc. La force du présent. **Communications – École de hautes études en sciences sociales**. Centre d' Etudes Transdisciplinaires (Sociologie, Anthropologie , Politique), n.49. Paris: Seuil, 1989.

_____. **As formas do esquecimento**. Trad. de Ernesto Sampaio e Placeto Cristo Rei. Almada: Iman edições, 1998.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Trad. de Estela dos Santos Abreu. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

AUTHIER-REVUZ. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de estudos lingüísticos**, n. 19, Campinas, jul./dez de 1990 (p. 25 a 42).

_____. **Entre a transparência e a opacidade**. Um estudo enunciativo do sentido. Revisão técnica da tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BERGER, Peter e LUCHMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 27. ed. Trad. de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2007.

BIRMAN, Joel. O sujeito desejanter na contemporaneidade. INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Análise de Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.) **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2001a.

_____. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001 b.

CAVALARI, Rossano Vieiro. **A gênese de Cruz Alta**. Cruz Alta: Ed. da Unicruz, 2005.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Trad. de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora sagra Luzzatto, 1999.

_____. Décrire un événement politique. Université de Paris VIII. In: Le **Colloque "Matérialités Discursives"**. Organisé par CONEIN, Bernard, COURTINE, Jean-Jacques, et. All. Nanterre, 24-25-26 avril, 1980.

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. Coleção a obra prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret, 2002.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). Paris: **Langage 62**, juin 1981.

_____. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. **Philosophiques**, Vol. IX, Numéro 2, Octobre de 1982.

_____. Le tissu de la mémoire: quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. In: COURTINE, Jean Jacques [et. al.] **Mémoire, histoire et langage**. Paris: **Langages**. juin de 1994, n. 114.

_____. Chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Trad. de Freda Indursky. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Sagra/Luzzatto, Porto Alegre, 1999.

_____. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. Trad. de Nilton milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: ClaraLuz, 2006.

DAVALLON, Jean; DUJARDIN, Philippe; SABATIER, Gerard. (Orgs.). Politique de la mémoire. **Comemorer la revolution**. Presse Universitaires de Lyon, 1993.

_____. Sociosémiotique des images. In: DECROSSE, Anne (Org.). **L'esprit de société vers une anthropologie sociale du sens**. Liège: Margada Éditeur, 1993.

_____. A imagem, uma arte de memória? In: In: ACHARD, Pierre. [et. al.]. **Papel da memória**. Trad. e Introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A cultura no plural**. Trad. de Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papyrus, 1995 a.

_____. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (direção). **História: novos problemas**. Trad. de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995b.

_____. **A escrita da história**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DECROSSE, Anne (Org.) **L'esprit de société vers une anthropologie sociale du sens**. Liège: Margada Éditeur, 1993.

DURAND, Gilbert. **O imaginário. Ensaio acerca das ciências e da Filosofia da imagem**. Trad. de René Ève Lévié. 3. ed. Rio de Janeiro. DIFEL, 2004.

ELIA, Luciano. **Conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
_____. O sujeito, o real e o social. INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Análise de Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. Trad. de Póla Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ECKERT, Cornélia. O que não esquecemos? Tudo aquilo que temos razões para recomençar. In: POSSAMAI, Zita Rosane; ORTIZ, Vitor. **Cidade e memória na globalização**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretária Municipal de Cultura, 2002.

FARIAS, Vera Prola. **Érico Veríssimo: brevíssima reflexão sobre uma identidade saturada**. Texto mimeografado. Santa Maria, PPGL, UFSM, 2004.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A trama enfática do sujeito. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos, Claraluz, 2007.

_____. Linguagem, ideologia e psicanálise. **Revista Estudos da Linguagem**. Universidade do Sudoeste da Bahia, n. 1 (Junho de 2005). Vitória da Conquista: Edições UESB, 2005.

_____. O lugar da sintaxe no discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Sagra/Luzzato, Porto Alegre, 1999.

_____. Nas trilhas do discursivo: a propósito da leitura, sentido e interpretação. In: Orlandi, Eni P. (org.). **A leitura e os leitores**. Campinas, SP: Pontes, 1998.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano. Entre a linguagem e o gozo**. Trad. de Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro Zahar Ed, 1998.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **A ordem do discurso**. Trad. de Adalberto de O. Souza. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.

GADET, Françoise [et. al.]. Apresentação da conjuntura em lingüística, em psicanálise, em informática aplicada aos estudos dos textos na França, em 1969. In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Trad. de Bethania Mariani [et. al.] 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo. Textualidade e enunciação. In: **Escritos no. 2. Ver e Dizer**. Campinas, SP: LABEUB/NUDECRI, 1998.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Trad. de Maria Fausta P. de Castro. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. A história não existe? In: ORLANDI, Eni (Org.) [et. al.]. **Gestos de leitura. Da história no discurso**. 2. ed. Campinas. SP: Editora da UNICAMP, 1997.

INDURSKY, Freda. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. **Revista Anpoll**. n. 12 – jan./jun. de 2002.

_____. De ocupação à invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Sagra/Luzzato, Porto Alegre, 1999.

_____. **A fala dos Quartéis e as Outras Vozes**. Campinas, SP, Ed. da UNICAMP, 1997.

_____. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. **Revista Gragoatá**. n. 5, p. 111-120, Niterói sem. 2, 1998.

_____. A fragmentação do sujeito em Análise de Discurso. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (Orgs.). **Discurso, memória e identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2000.

_____. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. In: **Revista Anpoll** (12), São Paulo, 2002.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Revista Organon**. UFRGS, Instituto de Letras. v. 17, n. 35. Porto Alegre, 2003.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan: as bases conceituais**. v. 1 4. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

KERTEN, Márcia. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954**. Trad. de Bety Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. **O Seminário: livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Trad. de Marie Christine Lasnik [et. al.] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. **O Seminário, livro 4: a relação de objeto**. Trad. de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **O Seminário: livro 5: as formações do inconsciente**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **O Seminário: livro 8: A transferência**. Trad. de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. (1964) Trad. de MD Magno. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 a.

_____. **Escritos**. 4. ed. Coleção Debates. Trad. de Vera Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1996.

_____. **Escritos**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

LAPLANCHE e PONTALIS, Jean. **Dicionário de Psicanálise**. Trad. de Pedro Tamen. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. Trad. de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____.; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 4. ed. Trad. de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____. História e memória. Trad. de Bernardo Leitão [et. al.]. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

MALDIDIER, Denise; GUILHAUMOU, Jacques. La mémoire et l'événement: le 14 juillet 1789. In: COURTINE, J.J. [et. al.]. **Langages**. Mémoire, histoire, langage. n. 114, Paris: Larousse, juin., 1994.

MARIANI, Bethania Sampaio. Discurso e instituição: a imprensa. **Revista Rua**. V. 5 Campinas, SP: Unicamp, 1999.

_____. **O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan, Campinas, SP: Unicamp, 1998.

MATTA, Roberta da. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTOS, Maria Izilda dos Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Trad. de Ângela Cristina Jesuíno. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: Les lieux de mémoire. Vol I – **La République**, pp. XV-XLII, Paris. Editions Gallimard, 1984.

_____. Les lieux de mémoire. Vol I – **La République**, pp. XV-XLII, Paris. Editions Gallimard, 1984.

_____. **L'Ere des commémorations**. Vol. III, pp. 687-715, 1992.

_____. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Projeto História. Trad. Yara Aun Khoury. São Paulo: PUC/SP dez. de 1993.

NUNES, José Horta. Janelas da cidade: outdoors e efeitos de sentido. In: **Escritos**. Ver e dizer. n. 2. Campinas, SP: LABEURB/NUDECRI, 1998.

ORLANDI, Eni Puccineli. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, Ed. da Unicamp, 1990.

_____. Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal. **Revista Rua**. n. 1, p. 39-48, UNICAMP, 1995.

_____. No limiar da cidade. **Revista Rua** (número especial, p. 8 - 19), UNICAMP, 1999.

_____. (Org.). **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre [et. al.] **O papel da memória**. Campinas, SP: 1999.

_____. (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001a.

_____. (Org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas, SP: Pontes, 2001 b.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: 2001c.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 4^a. Ed. Campinas: Pontes, 2002a.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 5. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2002b

_____. (org.) **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004a.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes, 2004b.

_____. População urbana e seus modos de vida. In: MORELLO, Rosângela (org.). **Giros na cidade: Materialidade do espaço**. Campinas, SP: LABEUB/NUDECRI- UNICAMP, 2004c.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001^a.

_____. (org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2001b.

_____. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2002.

_____. Palavras para crer: imaginários de sentido que falam do passado. In: INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Análise de Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

PILAR, Izaltina. **Cruz Alta: histórias que fazem a história da cidade do Divino espírito Santo de Cruz Alta**. Cruz Alta: Gráfica Mercúrio, 1981.

PÊCHEUX, Michel. Remontemos de Foucault a Spinoza. In: Toledo, M.M. (Org.). **El discurso político**. México: Nueva Imagen, 1980.

_____. Delimitações, inversões e deslocamentos. Trad. José Horta Nunes, In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos** (19). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 7-24.

_____. **Semântica e acontecimento: uma crítica afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi [et. al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997a.

_____. Ler o arquivo hoje. In: In: ORLANDI, Eni (Org.) [et. al.] **Gestos de leitura. Da história no discurso**. Homenagem a Denise Maldidier. 2. ed. Campinas. SP: Editora da UNICAMP, 1997b.

_____. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. GADET, Françoise (org.) Trad. de Bethania Mariani (et.al.) 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997c.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. [et. al.]. **Papel da memória**. Trad. Introdução: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2002.

ROCHA, Prudêncio. **A história de Cruz Alta**. Cruz Alta/RS: Gráfica Mercúrio, 1962.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. São Paulo: Atlas, 1989.

SCHONS, Carme Regina. **Adoráveis revolucionários. Produção e circulação de práticas político-discursivas no Brasil da primeira república**. Tese. (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS: UFRGS, 2006.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: NAXARA, Márcia e BRESCIANI, Stela. **Memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

SILVEIRA, Verli Fátima Petri da. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da apresentação do mito em Contos Gauchescos, de João Lopes Neto, à desmistificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins**. Tese. (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **Revista Rua**. n. 7, p. 65-94, UNICAMP, 2001.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Objetos paradoxais e ideologia. **Revista Estudos da Linguagem**. Universidade do Sudoeste da Bahia, no. 1. Junho de 2005. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2005.

_____. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon 35**. Revista do Instituto de Letras da Universidade do Rio Grande do Sul. v. 17, n. 35. 2003.

_____. **Cidadãos Modernos: discurso e representação**. Campinas, SP: editora da Unicamp, 1997.

ANEXOS

DVD